

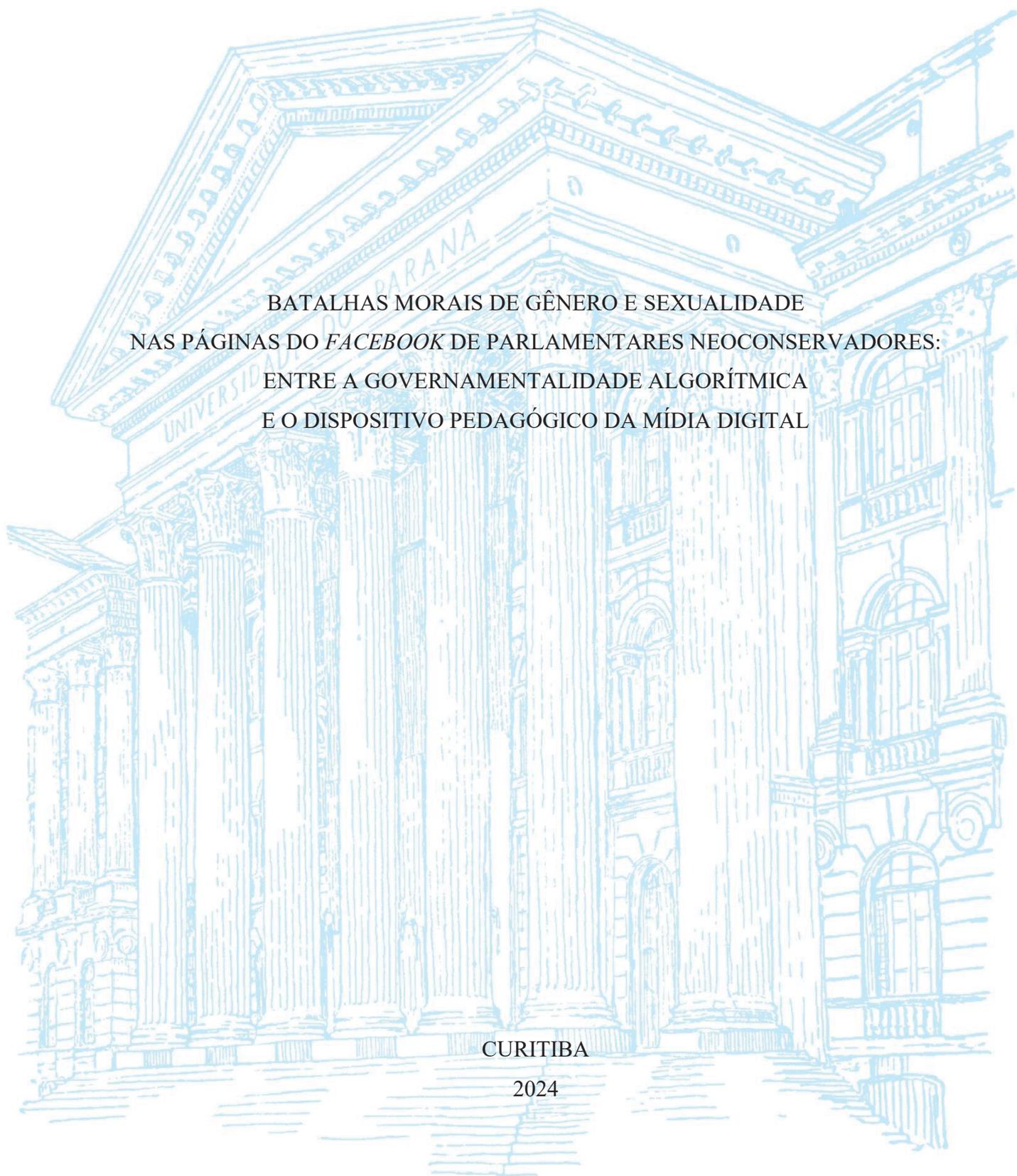
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ÁDAMO ANTONIONI DA SILVA INSFRAN

BATALHAS MORAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NAS PÁGINAS DO *FACEBOOK* DE PARLAMENTARES NEOCONSERVADORES:
ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA
E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA DIGITAL

CURITIBA

2024



ÁDAMO ANTONIONI DA SILVA INSFRAN

BATALHAS MORAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NAS PÁGINAS DO *FACEBOOK* DE PARLAMENTARES NEOCONSERVADORES:
ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA
E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA DIGITAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, no setor de Educação, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Insfran, Ádamo Antonioni da Silva.

Batalhas morais de gênero e sexualidade nas páginas do Facebook de parlamentares neoconservadores : entre a governamentalidade algorítmica e o dispositivo pedagógico da mídia digital / Ádamo Antonioni da Silva Insfran – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação e Estado. 3. Redes sociais on-line – Aspectos sociais. 4. Gênero e diversidade. 5. Comunicação – Internet. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ÁDAMO ANTONIONI DA SILVA INSFRA** intitulada: **BATALHAS MORAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PÁGINAS DO FACEBOOK DE PARLAMENTARES NEOCONSERVADORES: ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA DIGITAL**, sob orientação do Prof. Dr. JAMIL CABRAL SIERRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 02 de Julho de 2024.

Assinatura Eletrônica
12/07/2024 17:27:45.0
JAMIL CABRAL SIERRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
09/07/2024 10:19:20.0
JUSLAINE DE FATIMA ABREU NOGUEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
08/07/2024 19:35:15.0
MICHELE GOULART MASSUCHIN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
08/07/2024 19:07:43.0
CÉLIA RATUSNIAK
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
12/07/2024 18:48:26.0
MALCOM GUIMARÃES RODRIGUES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.academico@ufpr.br
Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 379359
Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 379359

Para três gerações de mulheres da minha família:
À avó, Arlinda;
À mãe, Marli;
À sobrinha, Ísis.
Che rohayhu!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Jamil pela parceria nestes quatro anos, pelas indicações de leitura, sugestões, diálogos, debates e orientações tão frutíferas. Obrigado pela atenção e paciência que teve em ler, revisar e fazer anotações em cada novo texto que lhe enviava. Sou grato por confiar, desde o início, em meu projeto, em meu potencial e, principalmente, por não desistir de mim em momentos que nem eu mesmo achava que seria possível continuar, sobretudo na época da pandemia, longe da família, desesperançado de tudo. Obrigado por olhar não só o lado do estudante, mas também o lado humano.

À professora Célia Ratusniak que, com meu orientador, ministrou a disciplina “Foucault e a Educação”. Aprendi muito. Foi a partir dali que a pesquisa definitivamente ganhou fôlego. Obrigado, professora Célia!

Obrigado aos e às colegas do grupo de pesquisa Gilda, apesar dos contratempos da pandemia que impossibilitaram que nos reuníssemos para debater meu texto. São coisas da vida. Mas eu aprendi muito lendo o trabalho de cada um e principalmente ouvindo as explicações potentes, vibrantes, comprometidas com o objeto de pesquisa. E no final das contas sabemos que uma pesquisa é feita de muitas leituras, sim, mas também de escuta.

Obrigado ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação Educação (PPGE)/ Universidade Federal do Paraná (UFPR), infelizmente, foram poucos os que pude ter um contato próximo. Mas sou grato pelas aulas online, pelos ensinamentos. Obrigado às professoras do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) / UFPR, onde fiz algumas disciplinas especiais, também acrescentaram em minha formação. Estendo este agradecimento aos e às colegas de turma do doutorado que também não pude conhecê-los pessoalmente. Nas aulas virtuais que tivemos e na disciplina de Seminário de Tese, ficam os momentos em que mais nos aproximamos e obrigado a todos que leram meu trabalho. Foram contribuições enriquecedoras.

Obrigado ao professor Malcom Guimarães Rodrigues e às professoras Juslaine de Fátima Abreu Nogueira e Michelle Goulart Massuchin, pela leitura cuidadosa na qualificação. Tantas coisas mudaram desde então graças às vossas considerações, e eu me sinto honrado por poder compartilhar esta versão final agora na fase de defesa.

À minha família do Mato Grosso do Sul. Pai, obrigado. Eu te amo. Obrigado por me amar como sou. Você é, sempre foi, meu herói. Mãe, obrigado por ser essa mulher inspiradora,

que sempre me incentivou à leitura. Lembra das poesias que eu escrevia quando criança e as lia em voz alta para você na cozinha? Então, olha só onde toda aquela dedicação ao estudo me levou... te amo! Obrigado!

Obrigado ao Instituto Lula pela formação “Lideranças para a Era Digital”, além do reconhecimento ao meu projeto digital “O A da Mídia”, uma página no Instagram que atua na defesa da democracia, da pluralidade e da diversidade. Neste curso, pude aprender muito a respeito das dinâmicas das redes sociais *online* e sua relação com a conjuntura política latino-americana e global.

Obrigado aos seguidores e seguidoras da página O A da Mídia. No período da pandemia, sem emprego, sem bolsa, foram vocês que financiaram minha pesquisa através de uma vaquinha virtual que fiz. Obrigado por confiarem em meu trabalho e ajudarem com a finalização da tese. Vocês também fazem parte disso.

Obrigado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar parcialmente a pesquisa.

Agradeço às forças do universo, cuja convenção social denomina Deus numa figura masculina, mas que sempre a percebi como a *Ruah*, força espiritual feminina que pairava sobre as águas desde a Criação. Eu nunca deixei de acreditar. Estranha mania de ter fé na vida...

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.
(Drummond, 2012, p. 44).

As plataformas se podem ser em dados que o intelecto humano é capaz de criar. Mas, até aqui, não descobriram o algoritmo da alma humana. O ser humano não foi ainda capaz de criar duas coisas, não podendo, então, incluí-las em suas telinhas mágicas, embora possa arremedar: não se criou ainda nenhuma fórmula de incluir e de ser inventada outra que não a liberdade humana, que é uma emoção, quase um sentimento. E o afeto em toda a multiplicidade dos sentimentos. Isso nos faz humanos e insubstituíveis por máquinas.

Repito: nas máquinas, se podem criar arremedos de sensações, gostos e desgostos, mas as máquinas e as telas não dispõem da multiplicidade humana do sentir livre. Máquinas e telas são apenas coisas, poderosas algumas é certo. É preciso que elas sejam usadas para o bem das pessoas e podem ser usadas. O que não se pode é aceitar o mau uso, o abuso das máquinas falseadoras, que nos tornem cativos do medo, com suas mensagens falsas. Porque, se não rompermos o cativo digital, chegará o dia em que as próprias mentiras nos matarão. E, seguindo o vaticínio poético drummondiano, então morreremos de medo.

(Min. Cármen Lúcia, *online*, 2024)

RESUMO

Esta tese consiste em uma análise foucaultiana da comunicação digital da extrema-direita neoconservadora no *Facebook*, a partir de um modelo teórico-metodológico sustentado por dois eixos complementares. No primeiro eixo, abordo o que denomino de dispositivo pedagógico da mídia digital, sob influência dos estudos de Rosa Maria Bueno Fischer (1997; 2002; 2012) e em articulação com os estudos de Michel Foucault (2010; 2008) sobre o poder disciplinar e o empreendedor de si mesmo. No segundo eixo, exploro as tecnologias do eu e o que chamo de políticas da *selfie*, mediante o diálogo com Fernanda Bruno (2013), Byung-Chul Han (2022a, 2018) e Antoinette Rouvroy (2021). Para isso, foi realizado um levantamento sobre os conteúdos digitais produzidos nas páginas do *Facebook* de lideranças políticas que legislaram durante a 56ª Legislatura da Câmara Federal (2019-2023), com grande engajamento digital e que apoiaram o governo do ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), a saber: Eduardo Bolsonaro (Partido Social Liberal – São Paulo), Pastor Marco Feliciano (Podemos – São Paulo), Bia Kicis (Partido Liberal – Distrito Federal), Sargento Fahur (Partido Social Democrático - Paraná) e Carla Zambelli (Partido Liberal - São Paulo). Foram selecionados os conteúdos específicos que abordavam diretamente temas relacionados a gênero e sexualidade, o que incluiu questões ligadas à população LGBTI+, a partir do pressuposto de que tais temas são centrais na comunicação digital neoconservadora, que trava batalhas morais na esfera pública virtual. Assim, foram elaborados os seguintes problemas de pesquisa: I) quais são as estratégias utilizadas na comunicação digital dessas lideranças políticas que implicaram no exercício de um certo tipo de poder em torno do gênero, da sexualidade e numa tentativa de controle sobre temas ligados à população LGBTI+?; II) em que medida essas mídias digitais neoconservadoras funcionaram para “ensinar” uma disciplina sobre os corpos e formar a subjetividade do empreendedor de si mesmo? e, finalmente, III) como a governamentalidade algorítmica aliada à espetacularização do eu constituem as subjetividades contemporâneas no contexto das sociedades neoliberais? Como resultado, a tese demonstrou o uso dos memes para alimentar uma narrativa beligerante aliada a uma linguagem militarista e hipermasculina. Também ficou constatada a produção de conteúdos digitais pautados na violência política de gênero e na transfobia.

Palavras-chaves: Mídia digital; Gênero e sexualidade; Extrema-direita; Neoconservadorismo; Comunicação digital; Política.

ABSTRACT

This thesis consists of a Foucauldian analysis of the digital communication of the neoconservative far-right on Facebook, based on a theoretical-methodological model supported by two complementary axes. In the first axis, I address what I call the pedagogical device of digital media, influenced by the studies of Rosa Maria Bueno Fischer (1997, 2002, 2012) and in articulation with Michael Foucault's (2010, 2008) studies on disciplinary power and the self-entrepreneur. In the second axis, I explore the technologies of the self and what I call the politics of the selfie, in dialogue with Fernanda Bruno (2013), Byung-Chul Han (2022a, 2018), and Antoinette Rouvroy (2021). To this end, a survey was conducted on the digital content produced on the Facebook pages of political leaders who legislated during the 56th Legislature of the Federal Chamber (2019-2023), with high digital engagement and who supported the government of former President Jair Messias Bolsonaro (Liberal Party), namely: Eduardo Bolsonaro (Social Liberal Party – São Paulo), Pastor Marco Feliciano (Podemos – São Paulo), Bia Kicis (Liberal Party – Federal District), Sergeant Fahur (Social Democratic Party – Paraná), and Carla Zambelli (Liberal Party – São Paulo). Specific content addressing issues related to gender and sexuality, including matters concerning the LGBTI+ population, was selected based on the premise that these themes are central to neoconservative digital communication, which wages moral battles in the virtual public sphere. Thus, the following research questions were formulated: I) What are the strategies used in the digital communication of these political leaders that imply a certain type of power exercise around gender, sexuality, and an attempt to control topics related to the LGBTI+ population?; II) To what extent did these neoconservative digital media function to "teach" a discipline about bodies and shape the subjectivity of the self-entrepreneur?; and finally, III) How does algorithmic governmentality, allied with the spectacularization of the self, constitute contemporary subjectivities in the context of neoliberal societies? As a result, the thesis demonstrated the use of memes to fuel a belligerent narrative allied to a militaristic and hypermasculine language. It also found the production of digital content based on political gender violence and transphobia.

Keywords: Digital Media; Gender and Sexuality; Far-Right; Neoconservatism; Digital Communication; Politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Total de iniciativas contra aborto, LGBT e gênero (2019-2022).....	28
Gráfico 2 -	Distribuição de Projetos Antitrans entre os anos de 2019 e 2023.....	34
Gráfico 3 -	Pessoas físicas com registro de armas de fogo no Brasil.....	92
Figura 1 -	Três tempos da governamentalidade algorítmica.....	79
Figura 2 -	Questionamento sobre meme por Deputada Bia Kicis (PL-DF)	88
Figura 3 -	Com um <i>kkk</i> ele pauta toda a mídia	89
Figura 4 -	Direcionamento de abordagem do caso Bruno Graf.....	90
Figura 5 -	Abordagem da renúncia de Arthur do Val I	91
Figura 6 -	Lula <i>versus</i> Bolsonaro – Armamento.....	98
Figura 7	Militarismo e postagem sobre “ somos da paz”.....	94
Figura 8 -	<i>Si vis pacem para bellum!</i>	94
Figura 9 -	Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!	95
Figura 10 -	Eu não quero ver minha filha comendo cachorro	96
Figura 11 -	Retorno de Lula ao poder, objetivo esperado pelo líder do Hamas	97
Figura 12 -	Guerra entre Cristianismo e Comunismo.....	97
Figura 13 -	PT sonha em implantar comunismo no Brasil, admite Dilma	98
Figura 14 -	Salve 31 de março	99
Figura 15 -	Recorte de jornal à época do golpe militar, em seu apoio	100
Figura 16 -	Ataques ao simbolismo de Dilma I	109
Figura 17 -	Ataques ao simbolismo de Dilma II	109
Figura 18 -	Ataques ao simbolismo de Dilma III	110
Figura 19 -	Ataques ao simbolismo de Dilma IV	110
Figura 20 -	TBT de como eram as manifestações da esquerda	111
Figura 21 -	Ataques difusos de violência política de gênero I	112
Figura 22 -	Ataques difusos de violência política de gênero II	112
Figura 23 -	Ataques difusos de violência política de gênero III.....	113
Figura 24 -	Violência política de gênero contra Joice Hasselman	114
Figura 25 -	Ataque digital contra a cantora Anitta (legalização da maconha)	115
Figura 26 -	Ataque digital contra a apresentadora Xuxa	115
Figura 27 -	Ataque digital contra a jornalista Míriam Leitão	116
Figura 28 -	Ataque digital contra a jornalista Maju Coutinho.....	116

Figura 29 -	Ataque digital contra a bióloga Natália Pasternak	117
Figura 30 -	Ataque digital contra a ativista pelo aborto Débora Diniz	117
Figura 31 -	Ataque digital contra a ambientalista Greta Thunberg	118
Figura 32 -	Ataque contra João Dória I	119
Figura 33 -	Ataque contra João Dória II	120
Figura 34 -	Ataque contra João Dória III	121
Figura 35 -	Associação entre militarismo, masculinidade e força	121
Figura 36 -	Desqualificação da autodeclaração de identidade de gênero	122
Figura 37 -	Desqualificação do valor da autodeclaração de gênero	122
Figura 38 -	Desqualificação de atletas trans I	123
Figura 39 -	Desqualificação de atletas trans II	123
Figura 40 -	Desqualificação de atletas trans III	124
Figura 41 -	Desqualificação de atletas trans IV.....	124
Figura 42 -	Desqualificação de atletas trans V.....	125
Figura 43 -	Desqualificação de atletas trans VI	125
Figura 44 -	Desqualificação da pauta de respeito à diversidade sexual.....	127
Figura 45 -	Associação de orientação sexual a valores cristãos	128
Figura 46 -	Desqualificação de uso de linguagem neutra I	128
Figura 47 -	Desqualificação de uso de linguagem neutra II	129
Figura 48 -	Desqualificação de uso de linguagem neutra III	129
Figura 49 -	Desqualificação de uso de linguagem neutra IV	130
Figura 50 -	Exaltação de modelo tradicional familiar	132
Figura 51 -	Valorização do modelo tradicional da família e de políticos que defendem este modelo.....	132
Figura 52 -	Julgamento moral de abordagens de imprensa	133
Figura 53 -	Crítica ao aborto e direitos reprodutivos femininos a partir de óbito	133
Figura 54 -	Para Eduardo Bolsonaro, gays são massa de manobra da esquerda.....	134
Figura 55 -	Crítica a investimentos públicos na pauta da igualdade	134
Figura 56 -	Desqualificação de crítica aos efeitos da atuação fortemente heteronormativa do perfil do ex-Presidente Jair Bolsonaro	135
Figura 57 -	Vinculação da masculinidade heteronormativa a super-heróis.....	136

Figura 58 -	Homenagem à maternidade nos moldes tradicionais de cuidado e zelo pela prole.....	136
Figura 59 -	Lugar de mulher é onde ela quiser	137
Figura 60 -	Exaltação de poder pastoral na figura de liderança masculina I	142
Figura 61 -	Exaltação de poder pastoral na figura de liderança masculina II	143
Figura 62 -	Exaltação de poder pastoral na figura de liderança masculina III.....	143
Figura 63 -	Exaltação de disciplina e nacionalismo da educação tradicional.....	146
Figura 64 -	Autoridade e reconhecimento pelo gesto da continência	146
Figura 65 -	Descritivo de valor moral sobre aspectos heteronormativos, cristãos e liberais	149
Figura 66 -	Honra, coragem e amor à pátria	150
Figura 67 -	Quando o capitão é forte, seus soldados jamais serão fracos	151
Figura 68 -	O retrato da mulher histérica e com cores associadas a aspectos negativos, contraposto ao homem equilibrado e assertivo	152
Figura 69 -	Exaltação de solidariedade à população de baixa renda	155
Figura 70 -	Exaltação de boas ações policiais	155
Figura 71 -	Moto entregador trabalhando com perna fraturada	156
Figura 72 -	Sua moto vai chegar, continue fumando maconha	157
Figura 73 -	Apreensão de drogas, associação com a esquerda.....	158
Figura 74 -	Bandeira do Brasil, ataque à esquerda, aborto e liberação de drogas	158
Figura 75 -	Ataque contra Deputada Talíria Petrone, sua imagem é associada às drogas	159
Figura 76 -	Violência política de gênero: associação de Dilma às drogas	159
Figura 77 -	Discurso de pai para filho	160
Figura 78 -	Exaltação de trajetórias de superação	161
Figura 79 -	Mulher com deficiência trabalhando como artesã.....	161
Figura 80 -	Que vergonha o quê, eu quero é ganhar dinheiro!	162
Figura 81 -	Ironia à cafeteria feminista que faliu	163
Figura 82 -	Queda de ações Magazine Luiza: quem lacra não lucra	163
Figura 83 -	Magazine Luiza, queda de ações e varejista pode quebrar	164
Figura 84 -	Criança empreendedora.....	165
Figura 85 -	Menino empreendedor	165
Figura 86 -	Declaração de filha para pai motoboy	166

Figura 87 -	Declaração de filho para pai motoboy	167
Figura 88 -	Deus, família e Brasil	168
Figura 89 -	Deus, pátria, família e liberdade,.....	168
Figura 90 -	Crianças em oração	169
Figura 91 -	Responsabilidade se aprende de pequeno.....	170
Figura 92 -	A política da <i>selfie</i>	174
Figura 93 -	Contraste de retratação na política da <i>selfie</i>	176
Figura 94 -	Netinho promete defender Deus, pátria e família.....	182
Figura 95 -	Você decide I.....	183
Figura 96 -	Você decide II.....	184
Figura 97 -	Se você apoia Bolsonaro, deixe de me seguir.....	185
Figura 98 -	Globo lixo – desqualificação da imprensa.....	188

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 -	Buscas pesquisa bibliográfica BDTD.....	57
Quadro 2 -	Buscas realizadas à pesquisa bibliográfica na Plataforma Capes.....	58
Quadro 3 -	Esquema geral das categorias analíticas	64
Quadro 4 -	Batalhas morais / palavras-chave.....	64
Tabela 1 -	Influência nas redes dos/das deputados/as federais.....	66
Tabela 2 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Eduardo Bolsonaro, PL/SP – 2021).....	67
Tabela 3 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Eduardo Bolsonaro, PL/SP – 2022)	67
Tabela 4 -	Assuntos mais frequentes em (Sargento Fahur, PSD/PR, 2021)	68
Tabela 5 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Sargento Fahur, PSD/PR, 2022).....	69
Tabela 6 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Marco Feliciano, PL/SP, 2021)	70
Tabela 7 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Marco Feliciano, PL/SP, 2022)	70
Tabela 8 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Bia Kicis, PL-DF, 2021)	71
Tabela 9 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Bia Kicis, PL-DF, 2022).....	72
Tabela 10 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Carla Zambelli, PL/SP, 2021).....	73
Tabela 11 -	Assuntos mais frequentes em publicações (Carla Zambelli, PL/SP, 2022).....	74
Tabela 12 -	Postagens violentas direcionadas à ex-Presidente da República Dilma Rousseff.....	108

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ERA	Emenda de Direitos Iguais
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FAM	Faculdade das Américas
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
GILDA	Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação
GO	Goiás
IA	Inteligência Artificial
IAAF	Associação das Federações Internacionais de Atletismo
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersexuais e demais expressões de gênero e sexualidade
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento Sem Terra
NSA	Agência de Segurança Nacional

ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PA	Pará
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projetos de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PEC	Projetos de Emenda à Constituição
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLC	Projetos de Lei Complementar
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNE	Plano Nacional de Educação
PODE	Podemos
PP	Partido Progressista
PPGC	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPGE	Programa de Pós-Graduação Educação
PR	Paraná
PR	Partido da República
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PV	Partido Verde
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte

RS	Rio Grande do Sul
SB	Síndrome de Burnout
SC	Santa Catarina
SDA	Sistemas de Decisões Automatizadas
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção com Síndrome de Hiperatividade
TPL	Transtorno de Personalidade Limítrofe
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 A VIDA PRESENTE: PRIMEIRAS PALAVRAS	16
1.1 ENTRE DEVIRES E DEVANEIOS: OS TRILHOS DA TESE	18
2 NEOCONSERVADORISMO, DEMOCRACIA E RELIGIÃO	22
2.1 PRESSUPOSTOS, PROBLEMATIZAÇÕES E ESTRUTURA DA TESE	22
2.2 A PAUTA MORAL EM PROPOSIÇÕES DA 56ª LEGISLATURA	27
2.2.1 LGBTI+	28
2.2.2 Aborto	30
2.2.3 “Ideologia de gênero”	32
2.3 POLÍTICA DE GÊNERO E CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS	35
2.4 A TRINDADE NEOLIBERAL, NEOPENTECOSTAL E NEOCONSERVADORA ...	43
3 INSTÂNCIA METODOLÓGICA	52
3.1 UM PROJETO GENEALÓGICO: ENTRE FRATURAS E FEITURAS	52
3.2 LEVANTAMENTO NAS BASES DE DADOS: O ESTADO DA ARTE	55
3.3 A BANCADA EVANGÉLICA NOS TRABALHOS ACADÊMICOS.....	59
3.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i> E CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	63
3.5 AS BATALHAS MORAIS NO CONTEÚDO DIGITAL NEOCONSERVADOR (2021- 2022).....	66
3.5.1 Deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP)	66
3.5.2 Deputado Sargento Fahur (PSD-PR)	68
3.5.3 Deputado Marco Feliciano (PL-SP)	69
3.5.4 Deputada Bia Kicis (PL-DF)	71
3.5.5 Deputada Carla Zambelli (PL-SP)	73
4 UM SUMÁRIO TOPOGRÁFICO DAS BATALHAS MORAIS NO <i>FACEBOOK</i>	75
4.1 A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA	75
4.1.1 O meme como tecnologia política	85
4.2 ESFERA PÚBLICA VIRTUAL E REDES DE PROTEÇÃO	100
4.2.1 Violência política de gênero	107
4.2.2 LGBTI+fobia	119
4.2.3 A dimensão neoconservadora de gênero	132

4.3. DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA DIGITAL	139
4.3.2 APRENDENDO A SER UMA EMPRESA DE SI MESMO	154
4.3.3 POLÍTICA DA <i>SELFIE</i> E TECNOLOGIAS DO EU.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS	194
ANEXOS	213

1 A VIDA PRESENTE: PRIMEIRAS PALAVRAS

Durante o primeiro ano de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19, em 2020, o poema *Mãos Dadas*, de Carlos Drummond de Andrade, me auxiliou a expressar o que sentia naquele momento. Apesar de os versos carregarem as marcas de seu próprio tempo, escritos no século passado, como os “homens” em referência ao sujeito universal, o que me atrai nele é a forma pela qual o poeta conseguiu capturar uma sensação de tristeza e medo que estava presente nas pessoas durante a década de 1940, diante da ascensão do nazismo, da Segunda Guerra Mundial e, no contexto brasileiro, quando o Estado Novo deixava sua marca autoritária através da política do terror implantada pela ditadura varguista.

Em 2020, o sentimento do mundo também era de dor e de angústia com tantas mortes decorrentes da pandemia. No Brasil, tivemos um governo federal que adotou como estratégia institucional a propagação sistemática do coronavírus, conforme pesquisa elaborada pela Faculdade de Saúde Pública da USP e a Conectas Direitos Humanos (Eliane Brum, 2021, *online*), que poderia ter evitado milhares de mortes. Eu, preso à vida, não pude me alienar dessa situação, pois também senti a perda, a dor e o luto. Esta tese se encontra inserida no ciberespaço, que segue os fluxos de informação, e por isso não poderia estar desconectada da vida além da minha janela. Vida, no sentido mais abrangente possível, como destacado por Judith Butler (2018), pois estar vivo representa, por si:

[...] estar conectado com o que é vivo, não apenas além de mim mesmo, mas além da minha humanidade, e nenhum ser e nenhum humano pode viver sem essa conexão com uma rede biológica de vida que ultrapassa o domínio do animal humano (Butler, 2018, p. 33).

Então, enquanto tudo isso ocorria, vi minha turma de doutorado, que só conhecia virtualmente, compartilhando da mesma melancolia e, ao mesmo tempo, demonstrando uma esperança ali, aqui, entre nós. Esperança. Não de espera, mas do verbo esperar. Um desejo de transformar o luto em luta. Lutamos a duras penas e na pena fomos (e vamos) versando nossos escritos, inscritos nas linhas do tempo, tempo presente, em meio a tantos contratempos. Ainda que o isolamento social tenha nos afastado um pouco naquele momento, ainda que naqueles dias não pudemos dar as mãos, envolvidos numa realidade vasta que nos envolvia e consumia, estivemos unidos virtualmente, conectados, fosse no grupo do *WhatsApp* ou na aula online. Havia vida atrás da tela da minha e da nossa máquina a cada dia. Jamil Cabral Sierra (2013a, p. 20) afirmou ter sido no virtual que, naquele momento, compusemos o “[...] o instante-

já da nossa atualidade”, em um doutorado cuja feitura foi diferente de todas as turmas anteriores.

Considero importante pontuar essas questões, pois todas elas modificaram meu modo de fazer e de olhar para a pesquisa, a começar pelas disciplinas cursadas de forma remota, junto ao bloqueio criativo e a sensação de apatia que se refletiram durante este processo de doutoramento. Então, na tentativa de estabelecer uma mediação entre os campos da comunicação e da educação, comecei a encarar a virtualidade de forma diferente. Ela já fazia parte de mim, dos meus colegas, mas se tornou ainda mais real durante a pandemia.

O virtual que digo não é o oposto do real: se trata de uma nuvem de suscetibilidades que, mesmo não materializada ou não concretizada na realidade dos fatos, já se faz presente de modo potencial. Como no pensamento aristotélico que distingue ato de potência, o virtual da internet também deve ser visto como este devir. Assim, é na perspectiva de um vir-a-ser que penso as questões do meu tempo, o tempo presente, com seus homens e mulheres presentes, as pessoas LGBTI+¹.

Pierre Levy (1996, p. 71) nos recorda que foi a partir da criação da linguagem que nós, humanos, passamos a “[...] habitar um espaço virtual, o fluxo temporal tomado como um todo, que o imediato presente atualiza apenas parcialmente, fugazmente. Nós existimos”. Sim, nós existimos, mas também resistimos. Pensamos a realidade não a partir de uma verdade apreendida do Iluminismo, mas a partir de nossos próprios corpos, que traz os marcos da vida viável, marcas da vida vivível (Sierra, 2013a). Corpos atores-autores, que performam na arte, nos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, realizam atuações nas produções acadêmicas, materializando a teoria na prática e a prática na teoria, porque “[...] viver e agir estão conectados de tal maneira que as condições que possibilitam a qualquer pessoa viver são parte do próprio objeto da reflexão e da ação política” (Butler, 2018, p. 34).

Dessa forma, procurei problematizar, a partir da ótica de Michel Foucault (1994, p. 8), “[...] o que somos nós em nossa atualidade”. Tal exercício partiu de uma questão trazida por Immanuel Kant, considerado aquele que inaugurou a filosofia contemporânea: Foucault (1994) refletiu, ao escrever um artigo para um jornal alemão, que I. Kant foi o primeiro a refletir sobre o significado da *Aufklärung* (termo que remete ao Iluminismo) para o seu tempo, ainda em meados do século XVIII.

¹ Toni Reis (2018) apresentou em *Manual de Comunicação LGBTI+* essa sigla, LGBTI+, como formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e “+” refere-se a outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Assim, nesta pesquisa, foi adotada a nomenclatura trazida por Reis (2018), em seu manual.

Desse modo, ao refletir sobre o que somos, é preciso considerar o atual momento em que a internet se encontra, os fluxos de informação, os discursos de ódio, a violência política de gênero, a LGBTI+fobia e os processos de erosão das democracias. Michele Goulart Massuchin, Maíra Orso e Dayana Muhlbeier Saleh (Massuchin, Orso e Muhlbeier, 2021, p. 40-1) nos mostram que todos esses representam “[...] os comportamentos antidemocráticos e que atacam as instituições ganham força no ambiente digital, especialmente nas redes sociais”.

1.1 ENTRE DEVIRES E DEVANEIOS: OS TRILHOS DA TESE

Consigno me lembrar exatamente do dia: era uma segunda-feira, 31 de julho de 2018. Cheguei à TV Imaculada de Campo Grande (Mato Grosso do Sul, MS), uma emissora de segmentação católica, ainda tentando digerir a entrevista dada na noite anterior pelo então candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro ao programa Roda Viva, da TV Cultura. A entrevista pode ser resumida a 1 hora e 21 minutos de desinformação, negação da Ditadura Militar e falas racistas que provocaram um debate intenso nas redes sociais. Para meu espanto, houve pessoas que saíram em defesa do então candidato, endossando os discursos de ódio, naturalizavam a barbárie, a intolerância e zombavam sobre a vida de tantas vítimas do golpe militar e dos, aproximadamente, quatrocentos anos de escravização no país!

O Código dos Jornalistas, no artigo 3º, diz que “[...] a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo”. Por isso, em meu comentário diário, que realizava na TV Imaculada Conceição, em Campo Grande (MS), dediquei-me ao *fact-checking* (checagem de fatos), e assim refutei as declarações do então candidato. Resultado: essa atitude provocou a minha demissão da emissora, sob alegação de falta de “imparcialidade e neutralidade” no comentário que fiz, ainda que as informações que passei tivessem sido extraídas do trabalho de checagem da Agência Aos Fatos, da Revista Piauí.

Aproveito para mencionar que dados organizados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) mostraram, em 2018, um aumento de 36,36% no número de agressões a jornalistas em comparação com o ano de 2017. Conforme o relatório:

Eleitores/manifestantes foram casos de violência contra os jornalistas, o que representa 22,22% do total. Entre esse grupo, os partidários do Presidente eleito Jair Bolsonaro foram os que mais agrediram a categoria, somando 23 casos (FENAJ, 2019, p. 4).

A região Centro-Oeste foi posicionada como segunda mais violenta para o exercício da profissão de jornalista naquele período, conforme FENAJ (2019). Entretanto, no Mato Grosso do Sul, onde atuava como jornalista, apenas um caso foi relatado à federação, o da jornalista Liziane Berrocal, do jornal O Estado de Mato Grosso do Sul. Ou seja, a retaliação que sofreu não chegou ao conhecimento. Portanto, é como se não tivesse existido a situação pela qual passei. Ato contínuo, a direção da emissora, ao subir o conteúdo para o seu canal do *Youtube*, editou meu comentário e o tirou definitivamente de circulação. Então, é como se tudo que tive que enfrentar como jornalista simplesmente não tivesse existido, ficando apenas meu testemunho e dos meus colegas que prestaram solidariedade.

Então, não há como negar essa dimensão ético-política que possui esta tese que, em alinhamento ao pontuado por Dagmar Estermann Meyer (2012, p. 50), “[...] inscreve marcas visíveis em todas as etapas constitutivas desse ato que nomeamos de fazer pesquisa”. O processo de pesquisa desta tese está contextualizado nos ataques sofridos pela democracia brasileira no segundo decênio deste século XXI, uma crise política e econômica desencadeou variados retrocessos civilizatórios, fascistização da política, escancarando (ainda mais) a face brutal do autoritarismo brasileiro, algo nunca visto na democracia contemporânea do país, considerando como marco temporal democrático a entrada em vigor da Constituição de 1988. O ano de 2018 pode ser identificado como o ovo da serpente que, conforme descrição de Tamires Tolomeotti Pereira (2022, p. 14), compeliu pesquisadores de diferentes áreas a “[...] pensar com as vísceras porque as coisas têm acontecido em termos de náusea, dor; depois, o refluxo, o vômito”.

Além dessas questões pessoais, profissionais e ético-políticas que marcaram 2018, havia minha dissertação de mestrado, concluída ao final do ano de 2017, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Foram dois anos pesquisando a relação entre religião, comunicação e a Teoria *Queer*, em busca de compreender a cobertura jornalística sobre temas como gênero e sexualidade de outra emissora católica, a TV Canção Nova. Na pesquisa, analisei quais as fontes eram ouvidas pelo telejornal Canção Nova Notícias, a construção dos enquadramentos e quais expressões utilizadas para se referir à população LGBTI+ nas reportagens. Na verdade, a religião integra meu objeto de pesquisa desde a graduação em Jornalismo, pela Universidade Estácio de Sá, de Campo Grande (MS). Naquela ocasião, ainda em 2021, utilizei a Semiótica de Charles Sanders Peirce como ferramenta para analisar o televangelismo da Igreja Mundial do Poder de Deus, do pastor Valdomiro Santiago.

Como um indivíduo criado no seio da Igreja Católica, influenciado por seus valores, credos e dogmas, segui todo o rito sacramental: batismo, Crisma e primeira comunhão,

chegando a assumir funções dentro da Igreja como acólito, catequista, pregador e outras experiências que me constituíram como sujeito e não as posso apagar de mim. A religião me salvou numa fase da vida em que não encontrava sentido a não ser na fé.

A minha dissertação, então, nada mais era do que uma autobiografia disfarçada, porque buscava compreender, intelectualmente, os conflitos em torno da minha experiência com o sagrado e com a sexualidade, sempre vista como profana pelo discurso religioso. Da heteronormatividade reforçada dentro de casa, da homofobia sofrida na escola, da confissão forçada para dizer quem sou, da vergonha e, finalmente, a autoaceitação da minha sexualidade (que hoje vejo como um eterno devir de possibilidades, aberta e criadora de tantas outras experiências que vivi e ainda viverei), me constituo constantemente como reforçado por Foucault (2004, p. 7), reconhecendo que “é muito chato ser sempre o mesmo”. Ao reler, agora, minha dissertação, resalto este trecho:

Neste processo de trânsito, de descobertas, de deslocamentos identitários, entre devires e devaneios, há sempre um quê de vir a ser que ainda não floresceu, e a sensação de querer partir para algum outro lugar (Insfran, 2017, p. 4).

E assim parti para esse outro lugar, Curitiba (Paraná, PR). Participei do processo seletivo para o doutorado em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa *Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação*. Vim com o intuito de recomeçar a vida em outro lugar, procurar compreender o que estava acontecendo e fiz da pesquisa acadêmica um lugar não só de debate de ideias, mas de uma trincheira de resistência, de recomeços e de dedicação exclusiva à pesquisa, já que no mestrado tive que conciliar com o trabalho jornalístico e a graduação em Filosofia na UFMS. Ao passar no processo seletivo, em 2019, tendo como orientador o Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra, pude conhecer o Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação (GILDA), no qual essa pesquisa se insere junto a outras que dialogam com os estudos foucaultianos e o pós-estruturalismo.

Também foi em 2019 que criei *O A da Mídia*, uma página no *Instagram* que atualmente conta com mais de 17 mil seguidores. Através dela, me tornei produtor de conteúdo, produzindo conteúdo digital autoral, mas também agregando notícias de pouca visibilidade na mídia hegemônica, como as pautas LGBTI+, feministas, ambientais e educação antirracista. Foi através de *O A da Mídia* que pude participar do curso *Lideranças para a Era Digital*, promovido pelo Instituto Lula, e fui um dos quarenta e dois projetos selecionados para participar da formação. O curso incluiu tanto fundamentação teórica sobre as novas tecnologias de comunicação e informação quanto a mentoria de diferentes influenciadores digitais nacionais, compartilhando

suas experiências na prática. Por meio do Instituto Lula, também pude fazer uma especialização *online* no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), uma instituição não-governamental associada à *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), com sede em Buenos Aires, Argentina. A especialização *Formación Política* foi fundamental para o conhecimento das estratégias adotadas pelos populismos de direita na região, aliadas aos defensores da agenda neoliberal, bem como elites econômicas e midiáticas que tiveram participação fundamental em diferentes acontecimentos recentes nas Américas.

Um dos pontos de inflexão para minha pesquisa foi, sem dúvida, a disciplina *Tópicos Especiais em Comunicação e Política II (desinformação e descrédito na ciência: contexto de crises, abordagens conceituais e atuação institucional)*, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da UFPR, com as professoras responsáveis Michele Goulart Massuchin (UFPR) e Isabele Batista Mitozo (Universidade Federal do Maranhão - UFMA). O curso dessa disciplina me permitiu conhecer a produção acadêmica de docentes de onze instituições brasileiras diferentes, sob a pauta da discussão de problemas próximos da minha pesquisa, a exemplo de desinformação, implicações à democracia, descrédito nas instituições científicas, novos fluxos de informação e circulação de conteúdo nas redes sociais digitais e teorias da conspiração, entre outros assuntos. Assim, pude me aprofundar nesses estudos, explorar novas possibilidades teóricas para além do tema *fake news* e, de certa forma, saturar os temas que já vinha discutindo desde que lancei meu livro *Odeio, logo, compartilho: o discurso de ódio nas redes sociais e na política*, no ano de 2019, um ensaio filosófico com o debate sobre o crescimento da intolerância nas redes e nas ruas e como tal cenário contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Como um trem que atravessa o Pantanal, assim se deu o itinerário desta tese, que reuniu um repertório das minhas experiências práticas como ativista digital nas redes sociais *online* e do arcabouço teórico oriundo das diferentes instituições que tive a oportunidade de aprender e me capacitar. Enquanto o povo lá em casa (no MS) espera que eu mande um *WhatsApp*, atualizando a canção de Almir Sater, sigo muito bem vivo na gélida Curitiba, rumo a dias melhores. Sigo com o coração batendo desigual por causa do medo, é verdade, devido à política de ódio que ainda persiste no país. Mas é preciso seguir em frente. Sempre avante!

2 NEOCONSERVADORISMO, DEMOCRACIA E RELIGIÃO

2.1 PRESSUPOSTOS, PROBLEMATIZAÇÕES E ESTRUTURA DA TESE

O projeto genealógico proposto por esta tese consiste na construção de um modelo teórico-metodológico sustentado por dois grandes eixos. O primeiro deles é estruturado pelo conceito de “dispositivo pedagógico da mídia”, de Rosa Maria Bueno Fischer (2012), em articulação com o debate de Foucault (2010, p. 55) sobre as “grandes máquinas disciplinares” e sobre a formação do “empreendedor de si mesmo” (Foucault (2008, p. 297), buscando, assim, pensar a violência política de gênero e a LGBTI+fobia presente nos conteúdos digitais neoconservadores. A partir desta discussão teorizo a respeito do dispositivo pedagógico da mídia digital. E o segundo consiste em compreender como se dá o deslocamento das subjetividades modernas para as subjetividades contemporâneas, considerando os estudos de Fernanda Bruno (2013, p. 15) a respeito das “máquinas de ver e modos de ser” e da espetacularização do eu, dialogando com Byung-Chul Han (2022a, 2018) ao abordar o regime de informação e sociedade da psicopolítica, bem como, Antoinette Rouvroy (2021) discorrendo sobre a governamentalidade algorítmica, isto é, uma nova forma conduzir a conduta das pessoas através da coleta massiva de dados dos indivíduos. Neste eixo teorizo sobre a política da *selfie*.

A partir de uma perspectiva crítica foucaultiana, Rouvroy (2021) nos mostra como os sistemas informacionais exercem poder sobre os sujeitos, produzindo condutas calculadas por meio do *Big Data*² e da inteligência artificial. Han (2022a) complementa:

O *Big Data* e a inteligência artificial levam o regime da informação a um lugar em que é capaz de influenciar nosso comportamento num nível que fica embaixo do limiar da consciência. O regime da informação se apodera das camadas pré-reflexivas, pulsionais, emotivas, do comportamento antepostas às ações conscientes (Han, 2022a, p. 23).

Só faz sentido falar em governamentalidade algorítmica no contexto de domínio cada vez mais crescente das tecnologias de comunicação e informação. Os sujeitos do século XXI,

² Em tradução literal da língua inglesa, significa Grandes Dados. Conjunto de dados que, em razão de seu volume, velocidade de crescimento, complexidade, variedade e, geralmente, falta de estruturação, tem sua captura, armazenamento e análise fora das possibilidades dos *softwares* tradicionais de gestão de bases de dados (Associação para a Promoção e o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2019).

como argumenta Han (2017, p. 23), além de serem disciplinados, também são “[...] sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos”.

Comumente, os termos “mídias sociais” e “redes sociais” são vistos como sinônimos. Embora toda rede social possa ser uma mídia social, nem toda mídia social é uma rede social. Carolina Frazon Terra (2011, p. 17) designa a mídia social digital pelo seu uso, ou seja, ela seria “[...] utilizada pelas pessoas por meio de tecnologias e políticas na *web* com fins de compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas”. Assim, as mídias sociais digitais teriam como função principal a promoção e divulgação de qualquer conteúdo digital, seja ele texto, imagem, áudio, vídeo em *blogs*, *microblogs*, *podcasts*, *wikis*, e *vlogs*, entre outros. Um exemplo de mídia social digital é o *YouTube*. Por outro lado, as redes sociais teriam como função primordial promover relacionamentos entre pessoas. Sendo assim, “[...] o princípio de uma rede social é a natureza relacional de sua composição, definida por vínculos fluidos, flexíveis, e pelas várias dinâmicas dessas relações”, como memora Luis Mauro Sá Martino (2015, p. 58). Um exemplo de rede social *online* é o *Facebook*, outra plataforma digital que compõe o *corpus* de análise deste estudo. Segundo o Glossário da Sociedade da Informação (Associação para a Promoção e o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2019), o conceito de rede social *online* surgiu nos Estados Unidos em 2003, em paralelo à criação da primeira rede social na internet, o *Friendster*, extinto em 2015. Juliana Augusto Clementi, Fernanda dos Santos, Patricia de Sá Freire e Lia Caetano Bastos (Clementi, Santos, Freire e Bastos, 2017) destacam que as mídias sociais podem ser entendidas da seguinte forma:

[...] as mídias sociais atuais têm como principal função comunicar um conteúdo para uma grande audiência. O termo rede vem de ligação entre as pessoas, a função das redes sociais também é comunicar um conteúdo, mas através da interconexão entre as pessoas (Clementi *et al.*, 2017, p. 463).

Ainda que essas expressões já façam parte do vocabulário diário das pessoas, tecnicamente, é preciso fazer sua qualificação como mídias sociais digitais e redes sociais *online* ou redes sociais digitais, afinal, falamos no âmbito da rede mundial de computadores, a internet. Para Raquel Recuero (2009, p. 22), “[...] falar do surgimento de redes sociais nos leva ao início da civilização, quando o homem se reunia em torno de uma fogueira para compartilhar gostos e interesses”. O conceito de redes sociais, originário das Ciências Sociais, ao ser transposto para o ambiente virtual requer uma adaptação conceitual, por isso, optei por nomear o mesmo como redes sociais *online*.

A partir dessas noções, entendo tanto mídias sociais digitais quanto redes sociais *online* como categorias contempladas pelas mídias digitais que, algumas vezes, se distinguem em suas funções técnicas e modos de uso e, em outras, podem convergir, uma vez que as plataformas tendem a, cada vez mais, mesclar tanto funções de interação quanto disseminação de conteúdos digitais, por questões meramente comerciais em face da concorrência. Um exemplo de 2023 é o lançamento da plataforma *Threads*, pela empresa Meta, de Mark Zuckerberg. Trata-se de um aplicativo em formato de texto análogo ao *Twitter*, de Elon Musk, o principal concorrente. Por isso, ao longo da tese, quando me refiro a ambas (mídias sociais digitais ou redes sociais *online*), optei por utilizar a denominação mídias digitais. Ao analisar especificamente os modos de subjetivação e formas de ensinar comportamentos, normas e condutas através dessas mídias digitais, utilizei o termo dispositivo pedagógico da mídia digital, selecionado a partir dos estudos de Fischer (1997).

Segundo Martin Moore (2022, p. 14): “o *Facebook* se tornou a plataforma preferida de quem almeja um cargo público”. Em 2018, o *Facebook* possuía mais de 2 bilhões de usuários ativos, oito em cada 10 usuários da internet em países da Ásia do Sul e Leste possuíam uma conta na rede social *online* de Mark Zuckerberg. No Brasil, 71% da população tem acesso à internet e a utiliza, em média, por 9h e 17min diariamente. Ao todo, 120 milhões da população brasileira faz uso do *Facebook*, como relatam Frank Antônio Mezzomo, Brandon Lopes dos Anjos e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Mezzomo; Anjos; Pátaro, 2020). Tais dados justificam a importância de se investigar o *Facebook*, além do aumento considerável da violência, como relata o dossiê de Leticia Sabbatini, Viktor Chagas, Vinicius Machado Miguel, Gabriela Rezende Pereira e Sabrina Dray (Sabbatini *et al.*, 2023), Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais:

[...] é no *Facebook* que os índices de engajamento nos conteúdos que incorporam ataques a parlamentares mulheres mais aumentam. Isso significa que a violência política de gênero alcança maior visibilidade e desperta maior engajamento entre as audiências no Facebook (Sabbatini *et al.*, 2023, p. 7).

Dito isso, na tese, analiso as batalhas morais travadas na esfera pública virtual, tendo as mídias digitais (especificamente o *Facebook*) como arena principal de tensionamentos. Para isso, parti de três problemas de pesquisa, são eles: (I) quais estratégias, táticas e procedimentos são utilizados na comunicação digital neoconservadora que implica no exercício de um certo tipo de poder em torno do gênero, da sexualidade e numa tentativa de controle sobre temas ligados à população LGBTI+? (II) Em que medida as mídias digitais neoconservadoras

funcionam para produzir subjetividades, “ensinar” modos de vida baseados na disciplinarização dos corpos e no empreendedor de si mesmo? (III) E, finalmente, como a governamentalidade algorítmica aliada à espetacularização do eu constituem as subjetividades contemporâneas no contexto das sociedades neoliberais?

Por batalhas morais me refiro a autores como Richard Miskolci (2021) e Flávia Birolli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (Birolli, Machado e Vaggione, 2020) em suas abordagens sobre as disputas de sentido em torno de noções como gênero e sexualidade, outrossim, dos embates com movimentos feministas e LGBTI+, caracterizados por adotarem uma agenda mais aberta à pluralidade e à diversidade. No Brasil e na América Latina em geral, dada à influência judaico-cristã presente, atores sociais evangélicos e católicos têm assumido o protagonismo político ao adotarem pautas baseadas em concepções morais dogmáticas, no apelo às tradições e costumes, considerando que houve algum tipo de violação a um valor socialmente compartilhado.

Para responder às perguntas de pesquisa, parti de objetivos específicos, a saber: analisar se esses conteúdos digitais neoconservadores produzem violência política de gênero e LGBTI+fobia; compreender como estes conteúdos atuam para reforçar construções de gênero rígidas, na valorização da família tradicional heterossexual e, por último, investigar como se constitui as subjetividades contemporâneas que se desloca de uma subjetividade moderna cujo poder disciplinar investia sobre os corpos, gestos, atividades, no contexto das sociedades da biopolítica (Foucault, 2008, 2010) para uma subjetividade em que o poder neoliberal passa a investir sobre a psique graças às tecnologias digitais no contexto das sociedades da psicopolítica como denomina (Han, 2018). Daí a importância de se estudar os vínculos entre a espetacularização do eu e a governamentalidade algorítmica atuando fortemente na política da *selfie*, conceito este que formulei e exploro na seção 4.3.3.

Após esta apresentação a respeito das perguntas, objetivos e ferramentas analíticas, é agora necessário delimitar o objeto de pesquisa. É isso que explicam Amado Luiz Cervo e Pedro Alcindo Bervian (Cervo e Bervian, 1983, p. 75), quando relatam que “[...] delimitar o assunto significa selecionar um tópico ou parte a ser focalizada”. Desse modo, o foco desta pesquisa foi o visível e o enunciável relacionados a conteúdos digitais sobre gênero, sexualidade e agenda LGBTI+ produzidos nas mídias digitais (*Facebook*) de atores sociais com engajamento virtual considerável, pertencentes à extrema-direita neoconservadora e apoiadores/apoiadoras de primeira ordem do agora ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal - PL).

Segundo Cervo e Bervian (1983), a delimitação do tema consiste em estabelecer as circunstâncias geográficas e temporais em que determinado assunto está localizado. Assim, esta tese teve como recorte geográfico a Câmara Federal no Congresso Nacional brasileiro e, como recorte temporal, deputados e deputadas que assumiram mandatos entre os anos de 2019 e 2023, correspondente a 56ª Legislatura (que coincide com o governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro - PL), e que foram reeleitos/reeleitas para o mandato da 57ª Legislatura (2024-2028). Dessa forma, os deputados e às deputadas sob análise deste estudo continuaram a produzir conteúdo e a alimentar suas redes sociais *online*. Assim, o *corpus* de análise desta tese foi constituído pelos conteúdos produzidos por Eduardo Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL, São Paulo, SP), Sargento Fahur (Partido Social Democrático – PSD, PR), Pastor Marco Feliciano (Podemos-SP), Carla Zambelli (PL-SP) e Bia Kicis (PL - Distrito Federal, DF), no meio de seus mandatos (nos anos de 2021 e 2022), no *Facebook*. Sobre o material empírico produzido por estes parlamentares em suas páginas do *Facebook* considerei os anos de 2021 e 2022, ou seja, estabelecendo como recorte temporal o meio de seus mandatos, assim como o ano que marca as eleições gerais no Brasil em 2022, em que todos concorriam à reeleição e defendiam a permanência do ex-presidente Jair Bolsonaro na cadeira de presidente. O material empírico deu um total de 171 páginas e devido ao volume disponibilizei-o no Google Drive, incluindo um QR Code para consulta, denominei-o de Diário Digital de Pesquisa (*online*, 2024).

Quando questionado sobre qual o papel do intelectual na prática militante, Foucault (2021) oferece a seguinte resposta:

O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes - segundo uma organização que já tem 150 anos -, onde eles se implementaram. Em outras palavras, fazer um **sumário topográfico** e geológico da batalha... (Foucault, 2021, p. 242, grifo nosso).

Esse trecho sintetiza o projeto genealógico desta tese. Meu empreendimento consiste em construir um sumário topográfico das batalhas morais travadas na esfera pública virtual descrita acima. O dispositivo pedagógico da mídia digital é o instrumento de análise que permite compreender como se dão estas disputas no *Facebook*, para, em trabalhos futuros, pensar em formas de resistência e contra condutas.

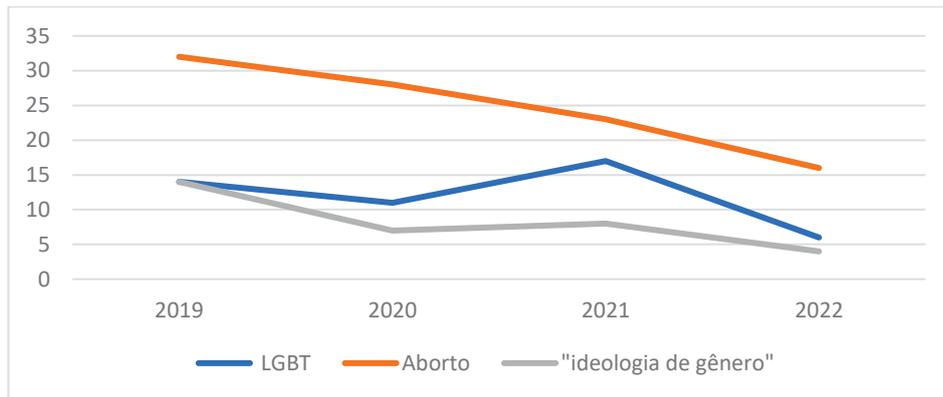
Finalmente, esta tese foi estruturada em cinco capítulos, somados pelas considerações finais e referências bibliográficas. No capítulo 1, em leitura, relatei os temas gerais da tese, a caracterização da pesquisa e as problematizações que ela enseja, além de um breve texto das

motivações pessoais que conduziram a esta investigação, bem como um relato sobre as dificuldades em fazer pesquisa durante o período da pandemia. Já no capítulo 2, *Neoconservadorismo, democracia e religião*, contextualizei a 56^a. Legislatura da Câmara Federal, comparando a mesma com os mandatos anteriores e pautas defendidas, abordando a correlação entre campanhas contra o gênero e crises das democracias liberais, e como o neoliberalismo somado ao neopentecostalismo contribuem para uma política neoconservadora. Passando para o capítulo 3, relatei os alicerces metodológicos que fundamentam a pesquisa a partir do conceito foucaultiano de genealogia, bem como realizei uma revisão de literatura das teses e das dissertações que dialogam com minha pesquisa. Ainda, detalhei os critérios adotados para a seleção do *corpus* de análise e como se deu o processo de produção do material empírico, finalizando o capítulo com uma análise descritiva do material. O capítulo 4 é o momento da análise interpretativa que envolve tanto a teorização dos conceitos de governamentalidade algorítmica (seção 4.1.), violência política de gênero (seção 4.2.1.) e dispositivo pedagógico da mídia digital (seção 4.3.), quanto apresentação dos resultados produzidos (seções 4.1.1, 4.2.2, 4.3.1 e 4.3.2). A seção 4.3.3 também é uma análise interpretativa, mas de uma forma mais holística, uma vez que reúne as diferentes conceitualizações abordadas ao longo da tese (governamentalidade algorítmica, espetáculo e psicopolítica) para pensar nas tecnologias do eu contemporâneas a partir do que denomino de política da *selfie*. Seguido das considerações finais, referências e anexos.

2.2 A PAUTA MORAL EM PROPOSIÇÕES DA 56^a LEGISLATURA

Ao analisar o conjunto de proposições realizadas durante a 56^a. Legislatura, pude reunir alguns dados para serem detalhados. O gráfico que elaborei teve como referencial as notas metodológicas de Marina Basso Lacerda (2019), com algumas modificações quanto ao recorte temporal e aos temas. Assim, considerando apenas Projetos de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLC) e Projeto de Lei (PL), mapeei no site oficial da Câmara Federal, as propostas legislativas elaboradas por parlamentares neoconservadores sobre pautas morais, excluindo, obviamente, propostas do campo progressista (ou da chamada esquerda), por não serem o foco desta tese. Assim, classifiquei tais iniciativas em três grandes temas, que foram utilizados como palavras-chave no sistema de busca do referido site: a) LGBT; b) aborto; c) “ideologia de gênero”.

Gráfico 1 - Total de iniciativas contra aborto, LGBT e gênero (2019-2022)



Fonte: o autor (2024)

Durante o período analisado (2019-2022), foram elaboradas 48 propostas abordando LGBTI+, com destaque para o ano de 2021, em que houve a maior quantidade de iniciativas, 17 ao todo que, no ano seguinte, caiu para apenas seis. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres foram os mais atacados na referida legislatura, em que foram redigidas 99 propostas referentes ao aborto. Já “ideologia de gênero” foi o tema que menos recebeu proposições, um total de 33.

2.2.1 LGBTI+

Optei pelo termo “LGBT” para iniciar a pesquisa no sistema de busca por acreditar ser um termo mais geral e podendo aparecer, inclusive nas ações parlamentares do campo neoconservador. Foi de fato o que ocorreu. Em 2019, das 14 proposições apresentadas, 13 eram PL, e um PLC. As temáticas foram bem variadas, como direitos humanos, educação, cultura e esporte, saúde e segurança. Em meio aos PL, o PL 925/2019 (Brasil, 2019j) foi proposto pelo deputado Pastor Sargento Isidório (Avante / Bahia, BA), para a instituição do “Dia Nacional do Orgulho Heterossexual”. O projeto, apresentado em 20 de fevereiro de 2019, teve o seguinte argumento:

[...] o fato que se nada for feito em prol de nós, heterossexuais, muito em breve todos teremos vergonha de manifestar a natureza de DEUS, entenda-se HOMEM + MULHER = FILHOS. Ou em outras palavras: devemos nos preocupar sim com a propagação da espécie, pois se nada for feito para impedir, muito em breve tornar-se-á crime ser ou se declarar heterossexual (Brasil, 2019j, *online*).

Em 2020, das 11 proposições, oito foram apresentadas por partidos progressistas (Partido Comunista do Brasil - Pcdob, Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido

Socialista Brasileiro - PSB e Partido Socialismo e Liberdade - PSOL). Três foram iniciativas do então deputado federal Alexandre Frota (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB /SP), um partido considerado de centro-direita, sendo todas iniciativas em prol da comunidade LGBTI+. Um exemplo é o PL 3298/2020 (Brasil, 2020e), que dispôs a respeito de sanções administrativas para as “práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero no âmbito da administração pública e privada” (Brasil, 2020e, *online*). Portanto, não foi apresentada nenhuma iniciativa anti-LGBTI+ naquele ano por parte de parlamentares neoconservadores.

Todavia, 2021 foi o ano de maior demanda de iniciativas abordando a agenda LGBTI+. Os partidos de direita que apresentaram propostas foram Democratas (DEM), PL, Partido Progressista (PP), Partido da República (PR) e Republicanos. Uma delas, trazida pelo deputado Pastor Gil (PL/Maranhão, MA), o PL 2594/2021 (Brasil, 2021f), propunha alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para proibir a publicidade no rádio e na TV com a participação de atores infanto-juvenis ou direcionada a este público, “[...] com conteúdo que se refira à temas relacionados a gênero e a ideologia de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual”, conforme o texto de Brasil (2021f, *online*). O deputado utilizou como justificativa uma propaganda produzida pela empresa de *fast food* Burger King por ocasião do mês do Orgulho LGBTI+, em junho de 2021, com depoimentos de crianças sobre a importância do respeito à diversidade sexual e de gênero. Mas a peça publicitária, na opinião do deputado:

Cumpra a desprezível agenda progressista de destruição do conceito da família tradicional por meio da desconstrução da identidade sexual, se utilizando da imagem, da inocência e da ingenuidade de nossas crianças para agredir valores bíblicos e eternos com o intuito de confundir as famílias (Brasil, 2021f, *online*).

Em 2022 houve apenas seis proposições, sendo uma oriunda do campo neoconservador, o PL 344/2022 (Brasil, 2022f), de autoria da deputada federal Caroline de Toni (PSL/Santa Catarina, SC), que propunha suspender atos normativos do Poder Judiciário que, segundo argumento apresentado, eram de competências do Poder Legislativo. A autora questionou, por exemplo, o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em 2011. Outro questionamento feito por De Toni foi a equiparação da homofobia e da transfobia ao racismo, feita pelo mesmo tribunal em 2019, e que segundo seus argumentos teria criado uma “[...] analogia prejudicial ao réu”, conforme a redação de Brasil (2022f, *online*). Desse modo, o projeto se configura numa

tentativa de intimidar ou constranger o poder judiciário ao questionar as competências dos ministros, que julgam ações em face da omissão do Congresso Nacional.

2.2.2 Aborto

Em 2019, as 32 iniciativas sobre o tema do aborto, voltado aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, tiveram 43 autores ou coautores, sendo 31 homens e 12 mulheres. A maioria das proposições foram referentes ao intuito da proibição do aborto, como o PL 260/2019 (Brasil, 2019g), de autoria de Márcio Labre (PSL / Rio de Janeiro, RJ), ou sobre o endurecimento ou expansão da legislação repressiva do aborto, tentando alterar artigos do Código Penal, tais como os PL 2893/2019 (Brasil, 2019k), 1008/2019 (Brasil, 2019a), 3415/2019 (2019l) e 4150/2019 (Brasil, 2019o). Já o PL 261/2019 (Brasil, 2019h), de autoria de Márcio Labre (PSL/RJ), voltado para a proibição do comércio, propaganda ou distribuição na rede pública de saúde de qualquer micro abortivo. O deputado Paulo Bengtson (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB/ Pará, PA), propôs o PL 885/2019 (Brasil, 2019j), direcionado a assegurar o livre exercício da liberdade religiosa, de expressão e de consciência, sob o argumento de que:

Infelizmente, porém, há uma clara tentativa de parcela minoritária da sociedade brasileira de silenciar as opiniões emitidas por líderes religiosos, criminalizando discursos eventualmente por eles proferidos a respeito da sexualidade, aborto, eutanásia, prostituição dentre outros temas (Brasil, 2019j, *online*).

Em 2020, o número de mulheres como autoras ou coautoras de PL superou a dos homens, estando à frente de 27 iniciativas, contra 23 de homens como autores ou coautores. O campo neoconservador seguiu com propostas pedindo o endurecimento de penas quanto ao aborto, como nos PL 4271/2020 (Brasil, 2020h), 4245/2020 (Brasil, 2020g), 581/2020 (Brasil, 2020b) e 1945/2020 (Brasil, 2020c). Já o PL 518/2020 (Brasil, 2020a), de autoria do deputado Diego Garcia (PODE - Podemos/PR), buscou a instituição do “[...] dia 22 de janeiro como dia de Homenagem à Vida Humana, desde a concepção” (Brasil, 2020a, *online*).

Em 2021, as iniciativas empreendidas por homens voltaram a superar as iniciativas propostas por mulheres: foram 17 projetos de autores ou coautores, contra 12 projetos de autoras ou coautoras. O PL 2611/2021 (Brasil, 2021g) foi uma iniciativa do próprio Poder Executivo, assinado pela então ministra Damara Alves, do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, que instituiu o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os

Riscos do Aborto, a ser recordado todo dia 8 de outubro. As iniciativas voltadas à repressão ou criminalização da prática do aborto também seguiram em alta. Como o PL 2451/2021 (Brasil, 2021e), de autoria do deputado Loester Trutis (PSL, MS) com o interesse da criminalização de campanhas de incentivo ao aborto em qualquer meio de comunicação, digital ou analógico. Já o PL 1515/2021 (Brasil, 2021c), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), busca proibir a realização de procedimentos de natureza abortiva na modalidade telemedicina. A mesma deputada apresentou o PL 434/2021 (Brasil, 2021b), que institui o Estatuto do Nascituro. Outra iniciativa foi o PL 232/2021 (Brasil, 2021a), com o intuito de dificultar o acesso ao aborto ao exigir a apresentação de boletim de ocorrência e exame de corpo de delito para vítimas de estupro que desejam realizar aborto previsto em lei, proposta de autoria das deputadas Carla Zambelli (PL-SP) e Major Fabiana (PSL-RJ). O PL 2125/2021 (Brasil, 2021d), do deputado Junio Amaral (PSL - Minas Gerais, MG), busca aumentar as penas para até 20 anos para mulheres que interrompem a própria gestação ou consentem com a realização do procedimento por terceiros, assim como prevê pena de 30 anos para quem realiza um aborto sem o consentimento da gestante.

O ano de 2022 foi o que menos registrou propostas sobre o tema do aborto. Dos 16 PL apresentados, 15 tiveram autoras ou coautoras, contra 12 autores ou coautores. O PL 1838/2022 (2022b), do deputado Carlos Jordy (PL/RJ), visa restringir ainda mais o acesso ao aborto, ao propor alteração do Código Penal “[...] para aprimorar a causa excludente de punibilidade do crime de aborto na hipótese de estupro” (Brasil, 2022b, *online*). O deputado citou o caso de uma menina de 11 anos que engravidou de adolescente de 13 anos, e que passou pelo procedimento do aborto, conforme previsto em lei. Na opinião do parlamentar:

[...] o aborto praticado foi de uma gestação de 7 (sete) meses, em que não há como o feto ser retirado sem um procedimento cirúrgico. Assim sendo, a realização de um parto foi inevitável, fosse para retirar o bebê com vida ou para matá-lo dentro do ventre da gestante e tirá-lo morto. No caso, o bebê era indesejado e optou-se por retirá-lo morto, quando poderiam deixar o bebê vivo e dá-lo para adoção. Não podemos permitir que outras atrocidades como essa aconteçam (Brasil, 2022b, *online*).

O PL 1753/2022 (Brasil, 2022a), de autoria da deputada Chris Tonietto (PL/RJ), busca estabelecer que as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil atendam aos interesses do nascituro, da criança e do adolescente, e restringir parcerias entre administração pública e organizações voltadas à proteção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A mesma deputada propôs o PL 1893/2022 (Brasil, 2022c), que procura estabelecer a criação de um conselho consultivo junto ao Ministério Público da Justiça e da

Segurança Pública com objetivo de combater os “crimes contra a vida”. Por fim, o PL 883/2022 (Brasil, 2022g), da deputada Carla Zambelli (PL/SP), solicita alteração do Código Civil para inclusão do “crime de incitação ao aborto”.

2.2.3 “Ideologia de gênero”

A escolha pela expressão “ideologia de gênero” como palavra-chave para mapear as iniciativas sobre esse tema no sistema de buscas do site da Câmara Federal, em lugar de outros termos como identidade de gênero, igualdade de gênero ou apenas a palavra gênero, se deu em razão de que a expressão, partindo da argumentação de Miskolci (2021), tornou-se um referencial compartilhado por diferentes segmentos desde lideranças políticas cristãs às liberais que adotam temas morais como plataforma política. É importante fazer essa ressalva de que “ideologia de gênero” trata-se, na realidade, de um “pseudoconceito com o qual setores neoconservadores procuram combater, desqualificar e censurar movimentos sociais e, sobretudo, reflexões críticas a respeito do gênero e da sexualidade na escola”, André Duarte e Maria Rita César (2022, p. 7).

Em 2019, foram apresentados 14 PL. As principais temáticas filtradas desse conjunto de iniciativas foram: política e administração pública, direitos humanos, educação, cultura e esportes, segurança e saúde. O PL 1239/2019 (Brasil, 2019b), de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (Avante/BA), busca a proibição do uso de recursos públicos para o “incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO” (Brasil, 2019b). Para justificar a proposta, o deputado se valeu de argumentos biologizantes e moralizantes (NR: me refiro aos discursos baseados na lógica científico-biológica e na moral judaico-cristã, ver Pereira, 2018). O PL 3492/2019 (Brasil 2019n), assinado pelos deputados e deputadas Carla Zambelli (PSL/SP), Bia Kicis (PSL/DF) e Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), empreende no interesse da alteração do Código Penal para inclusão do agravamento de pena para homicídio motivado pelo que os/as autores/as entendem por “ideologia de gênero”. O PL 258/2019 (Brasil, 2019f), do deputado Pastor Eurico (Patriota/Pernambuco, PE), dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária e sem “ideologia de gênero” (Brasil, 2019f, *online*). Segundo o projeto, cabe ao Poder Público não permitir que “qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” (Brasil, 2019f, *online*).

Já o PL 3419/2019 (Brasil, 2019m), do deputado Heitor Freire (PSL/Ceará - CE), busca a proibição de cirurgias de redesignação sexual em menores de 21 anos em todo o território nacional. O deputado Carlos Jordy (PSL/RJ) propôs dois projetos visando a

criminalização da diversidade sexual e de gênero: primeiro, o PL 1297/2019 (Brasil, 2019c), que visa o agravamento da pena por atos obscenos praticado na presença de crianças e adolescentes, tendo como justificativa do autor um vídeo publicado nas redes sociais *online* do então presidente Jair Bolsonaro sobre o carnaval de 2019. Segundo, o PL 1298/2019 (Brasil, 2019d), que determina a responsabilização de curadores de exposições culturais com nudez que permitam a presença de crianças e adolescentes. O deputado citou a exposição *QueerMuseu*, em 2017, como justificativa. O PL 2040/2019 (Brasil, 2019e), assinado por Julian Lemos (PSL/PB), é uma cópia do PL 1298/2019 (Brasil, 2019d), com alteração de apenas algumas palavras da proposta original.

Em 2020, as iniciativas caíram pela metade, foram sete PL que trataram dos seguintes temas: direitos humanos, educação, cultura e esporte, política e administração pública e segurança. O PL 4893/2020 (Brasil, 2020i), de autoria do deputado Léo Motta, (PSL/MG), tem o interesse da criminalização de qualquer atividade pedagógica nas redes públicas de ensino (municipal, estadual ou federal) que tenha como conteúdo a “ideologia de gênero”. O PL 2578/2020 (Brasil, 2020d), assinado por Filipe Barros (PSL/PR) e Major Fabiana (PSL/RJ) é um dos projetos de leis mais transfóbicos propostos, uma vez que se interessa em estabelecer que “[...] tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil” (Brasil, 2020d, *online*). Na mesma prática transfóbica, o PL 3396/2020 (Brasil, 2020f), das deputadas Bia Kicis (PSL/DF), Dra. Soraya Manato (PSL/Espírito Santo, ES) e Paula Belmonte (Cidadania/DF), trouxe o interesse de estabelecer que o sexo biológico como único critério para definir o gênero de atletas que participam de competições desportivas no Brasil, excluindo, assim, atletas transsexuais e não-binários do esporte.

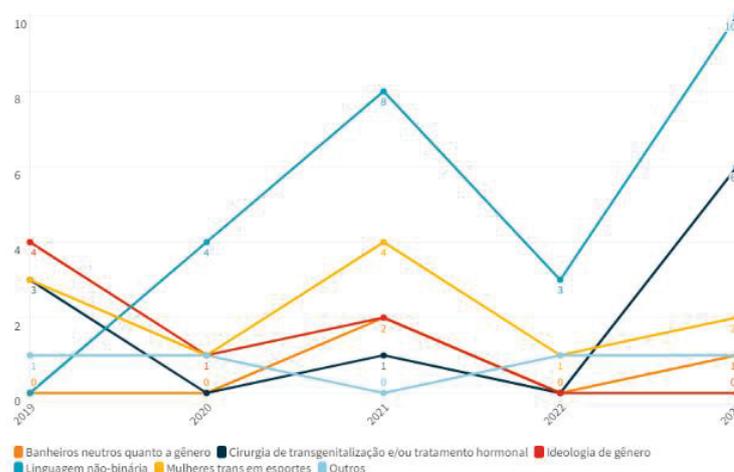
Em 2021, também foram poucos os PL, num total de oito. Naquele ano, um novo tema apareceu: ciência, tecnologia e comunicação. Trata-se do PL 2594/2021 (Brasil, 2021f), do deputado Pastor Gil (PL/MA), já citado. O PL 4520/2021 (Brasil, 2021i), de autoria do deputado Jaziel (PL/CE) representa uma nova tentativa de criminalizar práticas de ensino voltadas à diversidade sexual e de gênero. O PL 2649/2021 (Brasil, 2021h), do deputado Pastor Sargento Isidório (Avante/BA) é direcionado à segurança pública e determina no artigo 1º, que:

É garantido as autoridades policiais do sexo feminino o direito de se abster em executar revista íntima / abordagem em homens, sejam eles héteros, homossexuais, trans, travestis ou fantasiados de mulher (Brasil, 2021h, *online*).

Em 2022, assim como aconteceu com às demais temáticas naquele ano (LGBTI+ e aborto), também houve uma redução nas iniciativas legislativas, com apenas quatro PL. O PL 2098/2022 (Brasil, 2022d), do deputado General Girão (PL / Rio Grande do Norte, RN), busca criminalizar os ultrajes ou destruição de símbolos nacionais, como a bandeira, tendo como justificativa, em sua opinião, o crescimento da ideologia do marxismo cultural na América Latina. O projeto, portanto, não trata especificamente de “ideologia de gênero”. O PL 2146/2022 (Brasil, 2022e) figura em uma nova investida contra pessoas trans, travestis e não-binárias na prática desportiva, ao buscar o estabelecimento do sexo biológico como definidor exclusivo nas modalidades femininas e masculinas nas competições esportivas. O projeto é de autoria da deputada Caroline de Toni (PL/SC).

O levantamento produzido pela *Democracy Reporting International* e Programa de Diversidade e Inclusão da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Direito Rio, entre 2019 e 2023, coletou ao menos 60 PL com conteúdo antitrans no âmbito da Câmara Federal. O relatório reportou ainda o uso das redes sociais *online*, como X (ex-*Twitter*), para mobilizar a audiência em torno da transfobia institucionalizada. Tanto na Câmara, quanto no X, há a predominância de políticos homens, brancos e com perfil religioso, ainda conforme dados do mesmo relatório (Fundação Getúlio Vargas, 2023). Os dados apresentados no Gráfico 2 ajudam a complementar as informações construídos por esta tese e que não apareceram no momento da busca no site da Câmara. Temas anti-LGBTI+ que reforçam como o campo neoconservador tem se organizado para barrar, restringir ou até mesmo atacar a diversidade sexual e a dissidência de gênero.

Gráfico 2 - Distribuição de Projetos Antitrans entre os anos de 2019 e 2023



Fonte: Câmara dos Deputados | Elaboração: Democracy Reporting International

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV/ECMI, 2023, *online*).

A redução de proposituras referentes às pautas morais no ano de 2022, possivelmente, tem a ver com o calendário eleitoral. Tendo em vista que a maioria dos parlamentares se dedicam às campanhas pela reeleição e/ou se engajam nas campanhas presidenciais, deixando para segundo plano, portanto, as atividades legislativas.

2.3 POLÍTICA DE GÊNERO E CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Raewyn Connell e Rebecca Pearse (Connell e Pearse, 2015) nos informam que as políticas de gênero se relacionam com as ações sociais empreendidas para modificar as relações de gênero na sociedade. Sob o ponto de vista econômico, político e social, as relações entre homens e mulheres se constituem de forma assimétrica e desigual. Embora sejam 51,5% da população brasileira, as mulheres ganham, em média, 24% a menos que os homens na mesma função. Mulheres negras, por sua vez, ganham 55% do salário pago a brancos do gênero masculino.

Embora a bancada feminina da Câmara Federal tenha aumentado de 77 para 91 representantes na atual legislatura (2023-2026), o número corresponde a apenas 18% do total de 513 cadeiras da casa, e as mulheres permanecem, portanto, subrepresentadas, na opinião da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), em entrevista realizada por Beatriz Borges e Luiz Felipe Barbieri (Borges e Barbiéri, 2023) ao portal de notícias G1. Além disso, há outros fatores como a prática frequente de salários discriminatórios e a responsabilidade pelos trabalhos não remunerados, como os cuidados na esfera doméstica, que recai majoritariamente sobre as mulheres, enquanto os trabalhos considerados “produtivos” são transferidos à esfera pública, sendo exercidos predominantemente por homens, (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019; Connell e Pearse, 2015). O que explica porque “maioria das mulheres no mundo, especialmente as que têm filhos, é economicamente dependente dos homens”, Connell e Pearse (2019, p. 34).

Política de gênero, portanto, é “[...] a luta para alterar a ordem de gênero ou para resistir a alterações”, conforme Connell e Pearse (2015, p. 181). Ao longo da história, o feminismo foi o movimento mais significativo para a criação de uma política de gênero capaz de corrigir essas injustiças, estabelecer reformas sociais e enfrentar as desigualdades de gênero. Por outro lado, grupos conservadores têm se articulado cada vez mais para impedir que estas mudanças aconteçam. Uma das principais forças no campo conservador tem sido a Igreja Católica, como observado por Connell e Pearse (2015, p. 185): “[...] a intransigência da Igreja impediu a reforma do aborto em toda a América Latina, durante toda uma geração (o resultado

absolutamente previsível disso é que as mulheres ricas conseguem abortos seguros, e as pobres não)”.

Em contextos democráticos, a política de gênero ganhou centralidade no debate político, sobretudo a partir da segunda metade do século XXI. Como nos lembram Birolli, Machado e Vaggione (2020) as campanhas antigênero, lideradas por atores do campo neoconservador, contribuem para desestabilizar regimes democráticos uma vez que atacam valores como pluralidade, laicidade e proteção a grupos mais vulneráveis socialmente. Estas campanhas também objetivam legitimar lideranças autoritárias, sob o pretexto de “defender a família”, bem como desarticulam políticas públicas de proteção a mulheres e pessoas LGBTI+, o que resulta no agravamento das desigualdades e no aumento da violência.

É certo que as disputas em torno do gênero e a crítica ao modelo patriarcal de sociedade e ao machismo estrutural não são uma novidade no Brasil e na América Latina. Entretanto, nos últimos anos, “[...] percebe-se uma nova combinação entre político, econômico e moral nas reações neoconservadoras aos fundamentos de gênero”, como entendem Birolli, Machado e Vaggione (2020, p. 146). Um dos motivos que tem levado o gênero para o centro debate público, na análise das autoras e do autor acima, são as chamadas “guerras culturais”, cujo foco envolvem valores familiares e a defesa de uma ordem sexual baseada na moral cristã.

Nesse mesmo sentido, Julian Rodrigues (2021) traz o argumento de que as guerras culturais têm sido um dos pilares desta estratégia política neoconservadora alicerçada na espetacularização da violência e na produção de conteúdo para as redes sociais *online* voltado à promoção de pânico morais e também seriam utilizadas para mobilizar seguidores a fim de atacar adversários políticos, ou melhor, principalmente adversárias – posto que são mulheres cisgênero, travestis e transexuais as principais miras nesses conteúdos digitais, como apontado no levantamento desta tese, nas seções 4.2.1. e 4.2.2.

Na argumentação de Gayle Rubin (2012, p. 1): “o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada”. A autora cita o final do século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra como um desses períodos marcado por cruzadas morais contra determinado tipo de literatura, artes plásticas, músicas e danças, enfim, de todo tipo de cultura considerada obscena e que se opusesse à moral vitoriana. São nestes contextos de crise política e social que os pânico morais são utilizados para organizar setores conservadores da sociedade “em nome de formas de governamento de condutas de caráter autoritário, negadoras da criatividade e da autonomia individuais, bem como da própria diversidade sexual”, André Duarte e Maria Rita César (2022, p. 5). Rubin (2012, p. 36) acrescenta:

Durante um pânico moral tais medos se ligam a uma infeliz população ou atividade sexual. A mídia se torna inflamada com indignação, o público se comporta como uma massa fanática, a polícia é ativada, e o estado põe em ação novas leis e regulações. Quando o furor passa, alguns grupos eróticos inocentes foram dizimados, e o estado estendeu seu poder em novas áreas do comportamento erótico.

Wendy Brown (2019, p. 9) observa que “[...] forças da extrema direita subiram ao poder nas democracias liberais pelo mundo todo”. A nível internacional, nomes como Viktor Orbán (na Hungria) e Donald Trump (nos Estados Unidos da América – EUA) são comumente citados como exemplos. Já no Brasil, Jair Bolsonaro e o fenômeno político que leva seu sobrenome, o bolsonarismo, tem sido objeto de pesquisa em diferentes trabalhos acadêmicos como (Secco, 2021; Duarte e César, 2022, Pereira, 2022). Nestes trabalhos, o bolsonarismo é descrito como um tipo de populismo de direita, com elementos do neofascismo, com predomínio de uma retórica bélica, moralista e anticomunista (antipetista no caso brasileiro), além de se valer da racionalidade neoliberal para justificar agressões contra grupos considerados inimigos, sobremaneira, movimentos feministas e LGBTI+. No poder, políticos com esse perfil se tornam verdadeiros empreendedores morais, que conduzem seus mandatos por meio de cruzadas contra o gênero, a diversidade sexual e a igualdade de gênero, processo seguido de atos contínuos de desdemocratização, isto é, “esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente”, Dardot e Laval (2016, p. 20).

Fernando Sarti Ferreira e Rosa Gomes (2021) contextualizam que os movimentos fascistas tendem a ganhar mais força em momentos de crise do capitalismo, a exemplo do que ocorreu em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que ocasionou uma depressão econômica de proporções mundiais. Nesse cenário, houve a abertura de espaço para grupos políticos que flertaram direta ou indiretamente com a política fascista. O fascismo, assim sendo, seria uma “[...] técnica racional e oportunista de mobilização da irracionalidade de vastos segmentos sociais em momentos de crises”, conforme a interpretação de Lincoln Secco (2021, p. 108).

Jason Stanley (2018, p. 14), por sua vez, qualifica o fascismo como “[...] qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome”. O mesmo autor reflete que a política fascista, destarte, desumaniza determinados segmentos da população porque atuam a partir da justificação “[...] da repressão da liberdade, da prisão em massa e da expulsão, até, em casos extremos, o extermínio generalizado” (p. 15).

É na esteira da crise econômica global de 2008, cujo início foi a bolha imobiliária dos Estados Unidos, que se compreende a chegada da política neoconservadora e autoritária ao poder, como descrevem Birolli, Machado e Vaggione (2020, p. 146):

A crise de 2008, que incidiu sobre o modo como o capitalismo reage aos riscos que têm sido criados pelo próprio sistema, pode ter produzido um efeito de intensificação dos movimentos antidemocráticos, os quais derivam de décadas de ataque ao social e de erosão do público.

Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) também analisam a reação do segmento masculino em momentos de crise no contexto das sociedades capitalistas e, na percepção dessas autoras:

Nesses momentos, quando a ansiedade em relação à própria condição, à precariedade econômica e à incerteza política surge, também a ordem de gênero parece estremecer. Alguns homens sentem que as mulheres estão “fora de controle” e a sociedade moderna, com suas novas liberdades sexuais e fluidez de gênero, está “fora do eixo”. [...] Percebendo sua masculinidade ameaçada, eles explodem (p. 58).

Explodem, inclusive, na internet que, conforme Benedita da Silva (2022, p. 34), seria “[...] uma forma fantástica de conectar pessoas, mas, também, um instrumento que encorajou muitas delas a dar transparência a seus pensamentos preconceituosos”. Duarte e César (2022) vão analisar quando determinados agrupamentos da sociedade tentam estabelecer a hegemonia de seus valores morais e arregimentar mais pessoas para se engajarem nesta luta, argumentam ainda que tais agrupamentos “produzem ataques orquestrados a grupos sociais dissidentes e seus próprios valores e ideais, os quais são degradados e transformados em abjeções merecedoras de eliminação social”, Duarte e César (2022, p. 11). É nas redes sociais online que estes ataques orquestrados mais se tornarão visíveis como se verá nas seções 4.2.1. e 4.2.2.

As plataformas digitais do Vale do Silício se consolidam no período de crise da bolha imobiliária, passando a se desenvolver como uma alternativa rentável diante do colapso do sistema financeiro. O capitalismo, ao se reorganizar a partir da internet, favoreceu o fortalecimento das *Big Techs*³, que intensificaram seus processos de coleta de dados pessoais para otimizar diversas prestações de serviços aos usuários, criando um modelo publicitário sofisticado, “baseado em vigilância e dirigido ao comportamento, responsável por impulsionar conteúdos e comunicação em rede” (Moore, 2022, p. 15).

³ *Big Techs* são grandes empresas de tecnologia e inovação que dominam mercado econômico. Alguns exemplos se destacam, como Google, Apple, Meta, Amazon e Microsoft.

Desde a década de 1980, Andrea Dip (2019) observa que lideranças evangélicas neopentecostais concentram esforços para dominar as mídias tradicionais, rádio, TV e jornais impressos. Nesse período e tentativas, se destacaram pastores midiáticos como R. R. Soares, Edir Macedo e Silas Malafaia, e esse fenômeno passou a ser denominado de televangelismo. O conceito de televangelismo foi descrito por Pedro Gilberto Gomes (2010, p. 47) como a “[...] evangelização a distância (ao longe), de longe ou para longe por meio das técnicas radiofônicas, radiotelegráficas e, mormente, televisivas”. Nesta relação entre mídia e religião, durante a década de 1990, os cultos eram conduzidos por pastores carismáticos que expulsavam o demônio acionando discursos contra religiões de matriz africana e atacando pessoas LGBTI+ ao prometerem a chamada “cura gay”. Não raro, estes programas misturavam violência simbólica, discurso de ódio e intolerância religiosa. Ainda hoje se propagam testemunhos de conversão de “ex-gays” ou “ex-trans”.⁴ Helena Martins (2020) nos explica em síntese que:

A chamada “televangelização” deu lastro à promoção de valores conservadores, bem como ajudou a eleger parlamentares conservadores, que se voltam frequentemente contra o interesse das mulheres e da população LGBTI+, apoiando, em geral, políticas de retirada de direitos das maiorias sociais, ao passo que se unem para defender que o sistema de comunicação não seja democratizado (Martins, 2020, p. 11).

Por conseguinte, a comunicação digital também passou a fazer parte das preocupações evangélicas. Com o advento das redes sociais *online*, e as novas dinâmicas comunicacionais que elas apresentaram, grupos neoconservadores e neopentecostais foram hábeis em compreendê-las, e se tornaram dominantes também nas mídias digitais ante aos movimentos progressistas que ainda tateiam lentamente as tecnologias da informação e comunicação. O pastor Silas Malafaia, após o sucesso televisivo dos anos 1990, se reinventa através das mídias digitais. Apoiador de primeira ordem do neoconservadorismo e especialmente do ex-presidente Jair Bolsonaro, Malafaia é um exemplo da habilidade em manejar as redes sociais *online*, produzindo conteúdo viral antigênero, antifeminista, anti-LGBTI+ e antipetista.

No contexto brasileiro, Miskolci (2021) identifica as batalhas morais ao redor do gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos a partir de 2010. Naquele ano, marcado pela eleição presidencial, pela primeira vez na história, duas mulheres tiveram chances reais de disputarem

⁴ Cf. FANTÁSTICO. **Brasil tem aumento de denúncias de intolerância religiosa; veja avanços e desafios no combate ao crime:** o registro de denúncias feitas ao Disque 100 cresceu - sobretudo após 2021, um ano depois do início da pandemia da Covid-19. Entenda quais são os grupos perseguidos e o que tem sido feito para combater esses ataques. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/01/21/brasil-tem-aumento-de-denuncias-de-intolerancia-religiosa-veja-avancos-e-desafios-no-combate-ao-crime.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

o segundo turno da presidência: a candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff e Marina Silva, candidata pelo Partido Verde (PV). Entretanto, o que era para ser uma campanha eleitoral marcada pela representatividade feminina, acabou se tornando na primeira mola propulsora do conservadorismo. Na ocasião, setores fundamentalistas evangélicos e católicos, se aliaram ao candidato de direita José Serra (PSDB), deram uma guinada no debate político, até então dominado pelo tema da economia, saúde, educação, rumando para temas de cunho religioso-moral, como aborto e lesbianidade (Rodrigues, 2021).

Apesar da investida moralista, que contaminou o debate público com misoginia, machismo e LGBTI+fobia, Rousseff foi eleita, e se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo político mais importante do país. No ano seguinte, mais uma conquista importante à diversidade sexual: o STF reconheceu a união civil homoafetiva.

A reação do campo neoconservador veio em seguida, dirigindo ataques especialmente ao Programa Escola sem Homofobia, do Ministério da Educação. O material, explica Lacerda (2019), consistia num caderno sobre o conceito de gênero, diversidade sexual e homofobia, e vídeos educativos para combater a discriminação nas escolas. Miskolci (2021) analisa que foi neste cenário de tensões e disputas políticas em torno do gênero e da sexualidade que emergiram atores sociais do campo neoconservador que atingiram projeção nacional, pois

[...] um deputado obscuro com bases eleitorais militares e religiosas “denunciou” um programa federal de combate à discriminação sexual e de gênero nas escolas como sendo um suposto “kit gay” que ameaçaria nossa infância. Assim, Jair Messias Bolsonaro desencadeou um pânico homossexual e colocou a escola no olho do furacão político que se armava (Miskolci, 2021, p. 19).

O cenário de instabilidade política, o recrudescimento do conservadorismo religioso e o fortalecimento da agenda neoliberal como alternativa às crises econômicas enfrentadas pelo governo Dilma, principalmente a partir do seu segundo mandato, não foi diferente em outros países sul-americanos que passaram por uma guinada à esquerda, como Venezuela, Argentina, Bolívia e Chile. Todavia, ao final do século XX, a chamada “onda rosa”, parecia ter perdido força, com a destituição de Fernando Lugo (no Paraguai, 2012) e Dilma Rousseff (no Brasil, 2016), e com o golpe de Estado contra Evo Morales (na Bolívia, 2019). Birolli, Machado e Vaggione (2020) examinam esta conjuntura da seguinte forma:

[...] a direita que vem assumindo a máquina estatal nesses países tem como ponto comum ignorar as políticas de direitos humanos e os tratados internacionais assinados para garantir direitos nos campos da sexualidade e da reprodução (Birolli; Machado; Vaggione, 2020, p. 7).

Com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, não só a agenda neoliberal de desmonte do Estado de Bem-Estar Social (implementada pelo ex-presidente Michel Temer do MDB) foi continuada pelo ministro da economia Paulo Guedes, um economista ex-aluno da Escola de Chicago, como houve um desmantelamento das políticas para o meio ambiente, cultura, educação e de promoção dos direitos humanos, como afirmam Birolli, Machado e Vaggione (2020, p. 32): “a pasta diretamente responsável pelas políticas no campo dos direitos humanos foi entregue a uma advogada pastora que se define como ‘terrivelmente cristã’”. Assim, Damares Alves assumiu o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e ganhou destaque no cenário nacional da política. Os dados trazidos por esta tese apontaram uma quantidade expressiva de conteúdos digitais referente à Damares, seja para debochar da baixa execução orçamentária da pasta em políticas públicas (algo visto por muitos neoconservadores como positivo, pois pretensamente representava uma “economia” ao país), seja para criticar o STF que proibiu que o Disque 100 fosse utilizado para reclamações do passaporte sanitário durante a pandemia de Covid-19. Damares aparelhou o canal de denúncias dos direitos humanos para beneficiar negacionistas e antivacinas, mas as postagens neoconservadoras conseguiam reverter a narrativa, apresentando o STF como o “vilão” que proíbe e censura.⁵

Mas a conjuntura da América do Sul seguiu marcada por tensões, oscilando entre relativa estabilidade política a novas deposições presidenciais. A esquerda retornou ao poder em países como Bolívia (com Luis Arce, em 2020), Chile (com Gabriel Boric, eleito em 2021), Colômbia (com Gustavo Petro) e mesmo no Brasil (com Luiz Inácio Lula da Silva), ambos eleitos em 2022. Por outro lado, no Peru, o líder sindical Pedro Castillo foi destituído do cargo de presidente em 2022. Na Argentina, após grave crise econômica que o governo de centro-esquerda de Alberto Fernandez não conseguiu superar, a ultradireita chegou à presidência com

⁵ Cf. FAHUR, Sargento. **Cada uma...: não é piada: MPF investiga damares por gastar pouco.** 18 out. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4524066747690250&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.

KICIS, Bia. **STF proíbe Damares de abrir Disque 100 para não vacinados contra a covid.** 15 fev. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2215656011934282&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ZAMBELI, Carla. **Ah, não! MPF investiga Damares por gastar pouco.** 18 out. 2021. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/ZambelliOficial/posts/pfbid034hQMkS5EgDa6tJqbjUBQTu2omy1TnTWkH9kAD4FVzdPdLUGTZ9krUxqo3hEvsLql>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ZAMBELI, Carla. **Contra narrativas, a verdade!** Não somos contra campanhas de vacinação, mas defendemos os direitos humanos de todos os brasileiros, especialmente das famílias. 28 jan. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=5018682071555592&set=a.1400595753364260>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Javier Milei em 2023, numa disputa política que ficou marcada pelo uso da inteligência artificial como arma de campanha.⁶

Independentemente da ideologia político-partidária que esteja ocupando os governos, o fato é que as “democracias liberais, burguesas ou capitalistas nunca foi uma democracia plena, e, quaisquer que sejam suas disposições democráticas, elas vêm sendo constantemente enfraquecidas nas últimas décadas” (Brown, 2019, p. 34). Para Marilena Chauí (2009, p. 51), “[...] estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais”. Democracia, nesse sentido, se reduz aos processos eleitorais, na alternância do poder e na resolução técnica dos problemas sociais e econômicos. Mas para além desta concepção de democracia como um mero regime político, ainda a filósofa reflete que a democracia é uma forma política em que:

[...] o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa se exprimir. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos (Chauí, 2009, p. 53).

Entretanto, os conflitos oriundos dos processos de desdemocratização nos últimos anos têm resultado numa escalada da violência, na radicalização política, no extremismo e na intolerância, e as instituições que deveriam mediar tais conflitos têm sido igualmente atacadas, o que enfraquece o sistema de pesos e contrapesos. Então, lideranças políticas com aspirações autoritárias e antidemocráticas encontraram nestas democracias liberais, já fragilizadas pelo fracasso do neoliberalismo, as condições ideais para governar pelo terror, promover pânico morais e instrumentalizar as emoções da população como parte de uma estratégia política mais ampla de se perpetuarem no poder. Assim:

O ressentimento, o rancor, a raiva, a reação à humilhação e ao sofrimento – certamente todos estão em jogo hoje no populismo e no apoio da direita à liderança autoritária. No entanto, essa política do ressentimento emerge nos indivíduos que historicamente dominaram quando sentem tal dominação em declínio – na medida em que especialmente a branquitude, mas também a masculinidade, fornece uma proteção limitada contra os desdobramentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo produziram nas classes trabalhadoras e médias (Brown, 2019, p. 215).

⁶ Cf. SPADONI, Pedro. Eleições na Argentina: IA vira arma de campanha: A campanha de Sergio Massa soltou um vídeo, gerado por IA, que relaciona seu adversário Javier Milei com a ex-premiê Margaret Thatcher. **Olhar Digital**, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/11/17/pro/ia-vira-arma-de-campanha-durante-eleicoes-na-argentina/>, acesso em: 03 jan. 2024.

Birolli, Machado e Vaggione (2020) apresentam cinco dimensões do fenômeno denominado neoconservadorismo: 1) é resultado da aliança entre diferentes setores, como católicos e evangélicos; 2) consiste na judicialização da moral sexual; 3) atua em contextos democráticos; 4) é um fenômeno que se articula internacionalmente e 5) possui relação estreita com o neoliberalismo. Nesta tese acrescento uma sexta dimensão, que consiste na atuação neoconservadora nas redes sociais *online*, especialmente o *Facebook*, buscando situar as batalhas morais que ocorrem no interior do dispositivo pedagógico da mídia digital.

2.4 A TRINDADE NEOLIBERAL, NEOPENTECOSTAL E NEOCONSERVADORA

O Estado de Bem-Estar Social, que vigorou de 1945 a 1970, foi o período mais duradouro e próspero do capitalismo nos países do Norte Global, baseado numa agenda econômica conhecida por *keynesianismo*. Esse período foi caracterizado por aumentar o consumo de novos produtos e tecnologias disponíveis no mercado, o que se deu em alinhamento a uma estratégia agressiva de publicidade generificada, em que os modernos automóveis eram associados aos homens, enquanto os eletrodomésticos de última geração e o trabalho não remunerado do cuidado era associado às mulheres, como relatado pelo documentário *O século do Ego* (The Century of the Self, 2002), da BBC (2002).

A partir dos anos de 1970, o modelo até ali parecia imbatível, entrou em declínio por diversas razões, em que se destacaram a diminuição dos ganhos de produtividade do trabalho, uma vez que a mão-de-obra, cada vez com maior qualificação, não aceitava mais empregos exaustivos e repetitivos e a desaceleração do crescimento econômico nos países do Norte Global. As grandes empresas, então, transferiram as linhas de produção para o Sul Global, para países como Brasil, México, Coreia do Sul e Taiwan, cuja mão-de-obra era mais barata e disciplinada. A situação se agravou a partir de 1973, quando os principais países exportadores do petróleo, pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aumentaram o preço da *commoditie*.

Assim se desenhou um novo modelo de regulação do capitalismo, chamado neoliberalismo, que foi implantado no final dos anos 1970 no Norte Global, por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que conseguiram tirar proveito eleitoral da estagnação e da crise de lucratividade em seus respectivos países, Reino Unido e nos EUA. Brown (2019, p. 26) define o neoliberalismo como “[...] um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar social keynesianos, as sociais-democracias e ao socialismo de Estado”.

Na verdade, o neoliberalismo foi implantado primeiramente no Sul Global a partir da década de 1970. Golpes militares no Chile, Uruguai e Argentina, apoiados pelo Pentágono, puseram em curso a desestatização da economia, isto é, a privatização e desnacionalização dos recursos naturais e do sistema financeiro e industrial, além de uma política de austeridade fiscal. Essa política foi caracterizada pelo corte de gastos públicos para manter o orçamento público equilibrado, e voltado ao pagamento da dívida pública à elite econômica, em detrimento a investimentos em saúde, educação, assistência social e segurança pública, áreas essas voltadas especialmente às populações mais vulneráveis da sociedade.

O discurso neoliberal do livre-mercado e do Estado mínimo, propagado pela classe política da direita liberal como solução para os problemas estruturais da região, entretanto, agravaram ainda mais o desemprego, a inflação, a precarização do trabalho, a informalidade, o aumento da desigualdade econômica, a exclusão social e a violência urbana. Como consequência, a pobreza na América Latina atingiu um patamar de 32,1%, enquanto a extrema-pobreza chegou a 13,1%, níveis que foram superiores aos identificados no pré-pandemia, como denunciou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2022, *online*). Como resultado dessa agenda neoliberal, ocorreram múltiplas crises no continente de natureza econômica, política, climática e energética, em suma, crises civilizatórias que abriram espaço para a ascensão do populismo de direita.

Diante dessas consequências desastrosas da política neoliberal, Dardot e Laval (2016) questionaram os motivos pelas quais, depois de trinta anos de existência, a agenda econômica neoliberal continua se perpetuando com sucesso sem que uma nova agenda possa fazer sua contraposição. O diagnóstico oferecido pelos autores contornou uma interpretação dominante, que via o neoliberalismo como uma ideologia nos moldes da teoria marxista ou como um programa econômico da Escola de Chicago. Nessa visão, o neoliberalismo seria “[...] uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (p. 17), em uma visão herdada dos estudos foucaultianos sobre governamentalidade. Raciocínio acompanhado por Duarte e César (2022, p.2) ao definirem o neoliberalismo como:

uma estratégia de governamentalização de condutas, isto é, como um conjunto de práticas e discursos cujos efeitos dependem do engajamento de sujeitos que aceitam conduzir-se seguindo normas e padrões de comportamento derivados da competitividade econômica de mercado. É assim que o neoliberalismo tende a se tornar um mecanismo poderoso de moldagem de estilos de vida, desejos e crenças em escala mundial.

Os autores de *A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*, argumentaram que as políticas neoliberais gerariam não apenas efeitos negativos, mas “[...] também [...] certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (Dardot e Laval, 2016, p. 16) que, em termos foucaultianos, seriam efeitos produtivos. O que está em jogo com o neoliberalismo “é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”, Dardot e Laval (2016, p. 16).

Essa produção de subjetividade explicaria o motivo para uma conformação, aceitação e/ou passividade diante de uma agenda econômica que, na realidade, atua contra o indivíduo. É que, na essência, a racionalidade neoliberal seria capaz de alimentar o sonho de ser um milionário através do trabalho duro e da meritocracia, e assim levaria o sujeito a crer em sua autossuficiência e independência financeira, alimentando o preconceito e o ódio contra quem necessita da assistência do Estado. Enquanto que na prática, analisam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo flexibiliza as leis trabalhistas, e assim consegue gerar uma situação completamente desigual à classe trabalhadora para negociar por seus direitos ou manter seus empregos. Nesse ambiente instável e inseguro, ocorre a multiplicação da precarização, da informalidade e dos trabalhos temporários, com o decaimento do poder de compra das classes médias e populares, deixando empregados e empregadas submetidos às regras de seus/suas chefes. Logo:

Foi esse contexto de medo social que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a “naturalização” do risco no discurso neoliberal a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores (Dardot; Laval, 2016, p. 329).

Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008) reconhece que esta nova racionalidade política tenderia a interpretar absolutamente tudo como se fosse uma empresa, estando ainda disseminada por toda a sociedade, da propriedade privada à gestão das comunidades. Foucault observa que “[...] é essa multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal”. Nesse sentido, o *homo aeconomicus* do liberalismo clássico foi transformado “[...] em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo)” (Brown, 2019, p. 31). Se todo indivíduo passa a ser visto como uma empresa, logo, o que prevalece é o princípio universal da concorrência que, por seu

turno, passa então a governar as condutas das pessoas por meio dos discursos, das práticas, enfim, dos dispositivos de poder. Logo:

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Foi nesse terreno em que fecundou a competição generalizada que também emergiu a direita cristã nos EUA. Se um liberalismo clássico ainda mantinha certa posição de tolerância com respeito às liberdades individuais, como os direitos das mulheres (Stuart Mill, por exemplo), teóricos e teóricas neoliberais romperam com estes princípios e buscaram no discurso das leis naturais toda e qualquer justificativa para as desigualdades sociais e econômicas. Tal retórica é parecida com a utilizada por políticos/as evangélicos/as da nova direita brasileira, que veem numa suposta lei natural a justificativa das diferenças entre homens e mulheres, a condenação das orientações sexuais não heterossexuais e da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, e fazem uso de excertos bíblicos para fundamentar tais crenças. Decorreria daí um dos laços de que estreitam essa aproximação, que parecia improvável, entre o neoliberalismo e o conservadorismo. A historiadora Karen Armstrong (2009) comenta:

Conservadores em questões como defesa e interferência do governo na economia, queriam formar uma nova maioria conservadora para combater o liberalismo moral e social que na década de 1960 invadira a vida pública e privada (Armstrong, 2009, p. 414).

Esse liberalismo moral e social que a historiadora se refere diz respeito aos movimentos de contracultura, que têm como marco 1968, o ano que não terminou, a exemplo dos movimentos *hippie*, pacifistas contra a Guerra no Vietnã, estudantis, pelos direitos civis da população negra, e tantas outras manifestações sociais, culturais e políticas que entraram em ebulição em diferentes países da Europa e dos EUA.

Já nos anos de 1970, o engajamento político em torno de um discurso anticomunista e dos valores cristãos passou a ganhar forma, e surgiram as primeiras organizações institucionais como a Voz Cristã e a Maioria Moral, que passaram a influenciar grandes massas. A reação da direita cristã aos avanços feministas e LGBTI+ deriva de acontecimentos como a realização da primeira Parada do Orgulho *Gay* em Nova Iorque, em 1970, bem como a aprovação da Emenda

de Direitos Iguais (ERA, na sigla em inglês), em 1972, que garantia igualdade de direito às mulheres e, finalmente, a legalização do aborto pela Suprema Corte, em 1973, conforme Lacerda (2019).

Ainda no relato de Lacerda (2019, p. 31), “[...] a participação dos evangélicos foi essencial à eleição de Reagan em 1980 e à conquista, por parte do Partido Republicano, de maioria no Congresso”. A plataforma partidária original dos republicanos passou, então, por uma remodelação, em que houve a adoção de um ideário ultranacionalista e de forte apelo religioso, no que ficou conhecido como a Nação Cristã. Ainda segundo Lacerda (2019), esse movimento ideologicamente de direita passou a combater os direitos das mulheres e de homossexuais, além de defender comportamentos tradicionais de gênero.

Depois de cinquenta anos reclusos em suas igrejas e silenciosos à espera do arrebatamento final, relata Armstrong (2009), fundamentalistas protestantes estadunidenses perceberam que poderiam conquistar o eleitorado evangélico em torno de pautas como os valores da família tradicional, o combate ao aborto e da educação religiosa. Dessa forma, eles eram “[...] mais contra que a favor” (Armstrong, 2009, p. 416-417). Disso decorreu a adoção dos pânicos morais como estratégia política, para a culpabilização das minorias sexuais e dissidências de gênero, bem como a desumanização desses grupos e a incitação à violência. Particularmente, após 1977 é que “[...] estrategistas de direita e fundamentalistas religiosos descobriram que estes assuntos têm apelo de massa”, como observa Gayle Rubin (2003, p. 9), período este, portanto, bastante anterior aos comentados efeitos virais causados pela mamadeira erótica da “ideologia de gênero” na campanha presidencial de 2018 no Brasil. Duarte e César (2022) qualificam a “ideologia de gênero” como sendo o pânico moral característico da sociedade brasileira, ou seja, “uma espécie de espantinho moral com o qual se procura infundir temores na população quanto a supostos projetos de destruição da família brasileira”, Duarte e César (2022, p. 8).

Biolli, Vaggione e Machado (2020), sustentam que o neoconservadorismo teria nascido exatamente nesse momento histórico dos anos 1970, como uma reação organizada por intelectuais conservadores frente aos movimentos de contracultura. Seu objetivo inicial seria “[...] manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano” (p. 25). Semelhante raciocínio foi adotado por adotado por Lacerda (2019), quando afirma que o neoconservadorismo:

[...] procura preservar a ordem social em um contexto específico de ameaça. Essas ameaças seriam provenientes das políticas de bem-estar social, que reduzem a desigualdade, e também dos movimentos LGBT e feminista, cujas pautas passam a ser recebidas pelo poder público (Lacerda, 2019, p. 26-27).

No contexto brasileiro, recorda Sierra (2013a) em sua tese de doutoramento, foi nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e que se estendeu ao governo de Dilma Rousseff que estes movimentos passaram a ter mais acesso ao poder público, numa relação que o autor chamou de parceria entre Estado e movimentos sociais, baseado numa retórica neoliberal da tolerância, respeito e inclusão, assim, “essas políticas para a diversidade se consolidam na forma de programas, planos e conferências direcionados ao combate da homofobia e à promoção da cidadania LGBT”, Sierra (2013a, p. 46).

Passado este período do início dos anos 2000 caracterizado por um “neoliberalismo progressista” Brown (2023, p. 23), o momento histórico que vivemos é outro. O neoconservadorismo está relacionado, então, à “ ‘moralização das inseguranças’ que, de modo direto, alimenta-se das últimas três décadas de ataques neoliberais à justiça, à reforma e aos serviços sociais que desafiaram premissas mais radicais de igualdade”, Pereira (2022, p. 109). Além de uma aversão à “presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho remunerado na segunda metade do século XX.” (Birolli; Vaggione; Machado, 2020, p. 26). Inegável, por conseguinte, o papel do neoliberalismo como uma das condições que fizeram emergir o neoconservadorismo e os efeitos políticos de crise das democracias contemporâneas, é o que assevera Pereira (2022, p. 109): “o neoliberalismo prepara o caminho para o neoconservadorismo e, conseqüentemente, para uma nova forma de governo incompatível com práticas e instituições democráticas, isto é, um governo desdemocratizador”.

Lacerda (2019) afirma que o ataque ao Estado de Bem-Estar Social e a reação antifeminista constituíram as duas faces do neoconservadorismo. Ainda, o elo entre um e outro seria a ideologia privatista. Na história americana, prevaleceu não apenas a defesa da propriedade privada e de um Estado minimamente interventor na vida privada dos cidadãos: para o conservadorismo, a ideologia privatista inclui também “[...] o poder do homem controlar sua família, de controlar os corpos de suas esposas, filhos e escravos” (Lacerda, 2019, p. 41).

Uma das características fundamentais da aliança entre neoliberalismo e conservadorismo, que gera o neoconservadorismo, está “na promoção de narrativas de uma crise que toma a família como seu ponto nodal”, Pereira (2022, p. 106). Nesse sentido, Brown (2019) complementa que o tema família se mostrou convergente tanto para o neoliberalismo quanto para o conservadorismo social. Para o primeiro, é vantajoso relegar à família, e não ao

Estado, as responsabilidades de se investir na educação, saúde e bem-estar de seus dependentes. Já para o segundo, a promoção de valores morais reforça a ordem patriarcal e a família tradicional heterossexual. Isso significa que, para os/as agentes das políticas neoliberais, “[...] a família não era apenas uma rede de proteção, mas um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade” (Brown, 2019, p. 114).

Vinculando então, ideologia política, moralidade e agenda econômica, é importante a reflexão acerca do que Lacerda (2019) sintetiza sobre o tema:

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos) (Lacerda, 2019, p. 58).

Outro elemento que cabe pontuar é a confluência de visões entre a direita cristã e a política neoconservadora, promovida especificamente no contexto da América Latina. Enquanto a Revolução Cubana de 1959 triunfava, ameaçando as pretensões imperialistas estadunidenses, o restante do subcontinente mergulhava em ditaduras tenebrosas nos anos 1960 e 1970. A perseguição aos partidos de esquerda (entenda-se socialistas e comunistas) e a repressão aos sindicatos e movimentos estudantis abriram espaço para uma atuação mais politizada da Igreja católica, sob a égide da Teologia da Libertação, uma corrente de pensamento que concilia a teoria marxista e a doutrina social da Igreja.

Em vista disso, o então Presidente dos EUA, Ronald Reagan, se uniu aos evangélicos para combater a Teologia da Libertação, encorajando ações missionárias no continente para anunciar o Reino de Deus, e substituindo o discurso de transformação social via luta de classe, defendido pelo campo da esquerda, para o discurso apocalíptico da luta do bem contra o mal, uma retórica que atuou para justificar o capitalismo dos EUA como benção divina, e a pobreza do povo latino-americano como obra do diabo. Dessa forma, Lacerda (2019, p. 35) reflete que “[...] o esforço missionário na América Latina combinou esse desejo ardente de ganhar o mundo para Cristo com as pretensões de hegemonia norte-americana.

É a Teologia da Prosperidade que vai se contrapor à Teologia da Libertação, como o arcabouço necessário para incutir a racionalidade neoliberal no sujeito-crente: para Luís Felipe Miguel (2018), essa nova concepção teológica, diferente da ética tradicional protestante, representou um dos principais pontos de convergência entre neoliberalismo e

neopentecostalismo e trouxe um discurso estruturado na disciplina voltada para o sucesso pessoal, à educação financeira, à responsabilização e culpabilização moral do indivíduo.

Por consequência, a força expansiva do capitalismo, que tende a homogeneizar a sociedade e transformar a todos em empreendedores de si mesmos, estimulando a competição generalizada, se coaduna com a cosmovisão evangélica, sobretudo a neopentecostal. Para Juliano Spyer (2019, p. 63), “essa visão empreendedora aparece no discurso que promete melhora de vida aos convertidos, e na prática de como a igreja é gerida como uma empresa”. Se o capitalismo pode se expandir, por que não o cristianismo? Será na Teologia do Domínio, ainda pouco conhecida, que lideranças pentecostais encontrarão os fundamentos para justificar sua guerra santa e, assim, adotar métodos proselitistas, um ativismo bélico e atos de intolerância para defender seus valores? É importante observar que:

Esta batalha é feita contra demônios específicos, espíritos territoriais e hereditários, e, no caso do Brasil, identificado aos santos católicos. O nome desse movimento advém da crença de que os demônios dominam os seres humanos pertencentes a esses grupos sociais e que também estão presentes nestas mesmas regiões onde se encontram (igrejas, terreiros, centros) e, dessa forma precisam ser libertos por meio de oração, guerra espiritual e em alguns casos até pela força física (Dip, 2019, p. 91).

No terreno das convicções em que se desenvolvem as batalhas espirituais é que germina toda sorte de desinformação, uma vez que a autoridade pastoral é quem controla, seleciona, organiza e redistribui o discurso do verdadeiro e do falso: “quem não concorda com os evangélicos se torna inimigo, e a verdade absoluta passa a ser exclusividade dos crentes” (Dip, 2019, p. 92). E, por temer aqueles que estão convictos de suas verdades absolutas é que, certa vez, Friedrich Nietzsche (2013, p. 388) falou: “[...] as convicções são inimigas da verdade, mais perigosas que as mentiras”.

Se, na argumentação butleriana sobre a condição precária a que o neoliberalismo exporia diferencialmente alguns corpos aos danos e perigos por meio da deterioração de redes de apoio e de proteção sociais, econômicas, políticas e (aqui acrescento) cibernéticas, além das violações e das violências arbitrárias do próprio Estado ao se omitir de suas obrigações, no discurso do Estado mínimo, seria possível pensar numa aliança entre corpos em condição precária e o segmento evangélico, que também se encontra em condições precárias?

A insegurança frente à crescente crise econômica e social que o segmento religioso reivindica desde os anos 1970 não pode ser ignorada ou vista como secundária. Ela é concreta, ainda que o alvo que as lideranças evangélicas atribuem à crise e as estratégias que utilizam para

enfrentá-la permaneçam no terreno da moralidade, acusando LGBTI+, comunistas e feministas de serem a causa de todos os males, blindando as políticas neoliberais de toda a corrosão social.

Ademais, na base da pirâmide do segmento evangélico estão as mulheres, sobretudo, negras da periferia do país. Nesse cenário, a maioria dos fiéis neopentecostais tem renda *per capita* inferior a um salário-mínimo, e são explorados em subempregos ou trabalhos informais. Para além da questão religiosa, essas pessoas são atravessadas pela questão racial e de classe, convivendo, muitas vezes, com a violência doméstica e o racismo primário, ambiental, cultural e estrutural, além das dificuldades enfrentadas com a carestia, devido à inflação, e a deterioração dos serviços públicos como saúde, educação, saneamento básico e transporte.

A precariedade, como salienta Butler (2018), é um termo que medeia uma aliança entre aqueles e aquelas que não possuem muitas afinidades, havendo, inclusive, desconfiança e antagonismo entre essas pessoas em certas ocasiões. Eis o paradoxo da agenda ético-política que se contraponha ao populismo de direita: ao mesmo tempo em que contempla, de um lado, o respeito à diversidade sexual e de gênero, ela não pode se omitir, por outro, sobre as necessidades e desafios do público evangélico em situação de vulnerabilidade, ainda que ele desconfie e, mais que isso, se considere antagônico aos movimentos feministas e LGBTI+, por exemplo.

A trindade neoliberal-neopentecostal-neoconservadora cria embaraços para a construção de uma agenda ético-política genuinamente democrática, capaz de reformular políticas públicas à luz da violência estatal que maximiza a precariedade em corpos dos quais nem sempre pensamos sobre, nem sempre os vemos em nossas linhas de pesquisa e sequer consideramos como vidas enlutáveis tanto quanto as vidas de nossa própria comunidade. É possível falar da precariedade que atinge nossos corpos sem desviar o olhar para aqueles e aquelas que também estão clamando por socorro para além dos arbustos de nosso jardim florido, como salienta Butler (2021, p. 43): “[...] onde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida”. Do outro lado do arco-íris há gente. Não é preciso aprender a língua dos anjos para falar com crente, afinal, a língua da dor, da precariedade, que une a nós todos e todas, é universal.

3 INSTÂNCIA METODOLÓGICA

3.1 UM PROJETO GENEALÓGICO: ENTRE FRATURAS E FEITURAS

E eu quero é que esse canto torto
Feito faca, corte a carne de vocês
A Palo Seco – Belchior

Em sua tentativa de sistematização das obras foucaultianas, Alfredo Veiga-Neto (2007) buscou articular tanto a metodologia quanto a ordem cronológica na qual as obras do filósofo francês foram escritas, e assim estabeleceu as etapas arqueológica, genealógica e ética:

À primeira fase -arqueológica, corresponde as obras que vão de História da loucura (1961) até A arqueologia do saber (1969), passando por O nascimento da clínica e Palavras e as coisas. A segunda fase – genealógica - começa com A ordem do discurso (1971) e vai até o primeiro volume de História da sexualidade- a vontade de saber (1976), passando por Vigiar e punir. À terceira fase - ética-, pertencem os volumes 2 e 3 de História da sexualidade - o uso dos prazeres e O cuidado de si -publicados pouco mais de um mês antes da morte de Foucault, em 1984 (Veiga-Neto, 2007, p. 35-36).

Citando a sistematização de Gilles Deleuze, Veiga-Neto (2007) ressaltou que cada momento no trabalho foucaultiano é acompanhado de uma nova pergunta que o francês tentou responder: que posso saber? (Fase arqueológica), que posso fazer? (Fase genealógica), quem sou eu? (Fase ética). Cabe frisar que a fase ética é caracterizada não pelo surgimento de uma metodologia original e distante das demais, mas pela combinação das duas primeiras, o que alguns especialistas classificam, também, como fase arqueogenealógica.

Enquanto a arqueologia respondia a *como* os saberes eram constituídos, seus novos estudos, que ganharam forma ao final da década de 1960, apontavam para o porquê dos saberes, uma análise que pretendia, para Roberto Machado (2021, p. 12), “[...] explicar sua existência e suas transformações situando-os como peça de relações de poder ou incluindo em um dispositivo político”. Essa explicação sobre a produção dos saberes aparece em livros como *Vigiar e Punir*, uma genealogia da alma moderna, de 1975, e *História da sexualidade volume I: A vontade de saber*, uma genealogia do homem do desejo, de 1976.

Se a versão clássica da história propunha uma explicação lógica, uma ordem, uma coerência na organização dos fatos, acontecimentos e ações humanas, Foucault seguiu um caminho diferente e muito particular. Para utilizar uma metáfora das artes plásticas, seria como

se Foucault pensasse a história como o ato de uma pintura abstrata, em que o pincel do artista atinge diferentes direções, mudando para um rumo nem sempre compreensível, causal, racional. A diferença, porém, é que para ele, também não há o artista, não há o sujeito pensante, racional, que sabe com exatidão que faz, nem para onde vai.

Este aspecto do pensamento foucaultiano tem a ver com seu projeto genealógico que ele desenvolveu ao conceber o poder como sendo uma matriz das relações de força, como explicam Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (Dreyfus e Rabinow, 1995):

Há um impulso em direção a um objetivo estratégico, mas ninguém impulsionando. O objetivo emergiu historicamente, tomando formas particulares e encontrando obstáculos, condições e resistências específicos. Desejo e cálculo foram envolvidos. O efeito global, contudo, escapou às intenções dos atores, assim como de todos (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 205).

Diferentemente das teorias fornecidas à época - que viam o poder como monopólio de uma classe social, manifestando-se como uma exploração econômica, ou sendo exercido exclusivamente pelo Estado e resultando nas desigualdades socioeconômicas – a visão foucaultiana contempla que o poder estaria disperso por toda a trama cotidiana e se inscreveria no interior de uma história imediata.

A genealogia atende a três princípios de método expostos por Foucault (2010) num texto de 1984, são eles: I) o ceticismo sistemático, que rejeita todos os universais antropológicos, o universal da loucura, da sexualidade e assim por diante; II) a rejeição da ideia de um sujeito fundante, o que não significa negar a existência do sujeito, mas implica em sua análise sempre em função do objeto no qual se forma e se transforma; e III) a análise das práticas, a partir do questionamento do que se fazia antes. Logo: o que se fazia com os/as loucos/as antes do surgimento dos sanatórios? Como os/as delinquentes e criminosos/as eram abordados/as antes do surgimento das prisões? Como os/as doentes era tratados/as antes do surgimento dos hospitais? E assim sucessivamente.

É por isso que Foucault voltou suas análises para a história da sexualidade, da loucura e das prisões - temáticas que foram consideradas insignificantes para o campo político hegemônico da época, ou simplórias demais para as epistemologias dominantes. Contra acusações desse tipo, que precisou enfrentar, Foucault ofereceu como resposta que:

[...] os processos políticos e sociais que permitiram colocar em ordem as sociedades da Europa ocidental não são mais aparentes: foram esquecidos ou transformados em habituais. Estes processos fazem parte de nossa paisagem mais familiar; e não os vemos mais. Porém, em seu tempo, a maioria deles escandalizou as pessoas. Um dos meus objetivos é mostrar às pessoas que um bom número de coisas que fazem parte

dessa paisagem familiar – que as pessoas consideram como universais – não são senão resultados de algumas mudanças históricas muito precisas. Todas as minhas análises vão contra a ideia de necessidades universais na existência humana. Mostram o caráter arbitrário das instituições e nos mostram qual é o espaço da liberdade que ainda dispomos e que mudanças podemos ainda efetuar (Foucault, 2010, p. 295-296).

No artigo *O Sujeito e o Poder*, Foucault (2009) descreveu as três formas de lutas que aconteceram ao longo da história: contra as formas de dominação, contra as formas de exploração e contra a sujeição. São essas lutas, denominadas imediatas - ligadas às instâncias de poder mais próximas, que constituem a trama da vida cotidiana das pessoas e produzem novas formas de subjetivação e submissão - que Foucault passou a investigar a partir dos anos 1970, o que ampliou o seu campo de investigação, que até aquele momento era restrito à discursividade, para acrescentar o exercício do poder.

O poder, então, é analisado a partir das práticas discursivas e não discursivas, isto é, em termos de táticas e estratégias, sem, no entanto, estabelecer uma definição universal do poder. Em uma entrevista, inclusive, Foucault (2021, p. 369) afirma que o “poder não existe”. Em outras palavras, o que o filósofo sugere é que o poder é *work*⁷, logo, se exerce, funciona e atua sobre o comportamento do indivíduo, estando ele disperso nas multidões, em pequenos grupos ou na relação consigo mesmo. O poder também caracterizaria o modo pelo qual as pessoas governam umas às outras, independentemente do local em que se encontram, vai além dos aparelhos do Estado e, por isso, não tem uma origem, nem limites legítimos. Dessa maneira:

Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (Foucault, 2021, p. 369).

Ao comentar a opção feita por Foucault por uma concepção do poder não totalizadora, Machado (1984, p. 11) ressaltou: “[...] é que, para ele, toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa, que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade”. Isso significa que tanto a arqueologia quanto a genealogia teriam como propósito “[...] realizar análises fragmentárias e transformáveis” (p. 13). Em *Intelectuais e o Poder*, um diálogo entre Foucault e Deleuze, o argumento apresentado segue na mesma

⁷ *Work*, de acordo com o Dicionário Michaelis (2001, p. 379) significa: a) dar trabalho a. b) labutar, laborar, lidar, operar. c) correr, funcionar, andar (máquina). d) produzir, estar em atividade (fábrica, oficina). e) formar, forjar, talhar, moldar, prensar, preparar, produzir. f) lavar, cultivar, plantar. g) executar cuidadosamente, tratar, examinar. h) esforçar-se, empregar esforços.

direção: “é o poder que por natureza opera totalizações, e você diz exatamente que a teoria por natureza é contra o poder” (Deleuze, 2021, p. 132).

É preciso afirmar que a genealogia não é uma “invenção” foucaultiana. O conceito aparece primeiramente nos trabalhos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, a exemplo de *A genealogia da Moral*, de 1887. A genealogia, como sublinha Jean Lefranc (2010, p. 135), “[...] torna de novo presente o que estava esquecido”. Foi este método nietzschiano que inspirou a nova fase dos trabalhos de Foucault, e um dos textos considerados marcantes foi *Nietzsche, a Genealogia e a História*, de 1971. Nele, o pensador francês apresenta as aproximações com o pensamento do filósofo alemão, dentre elas, a recusa de fazer uma pesquisa sobre a origem de algo. Diferentemente disso, o método genealógico se debruça sobre a singularidade dos acontecimentos. Sendo assim, “[...] a genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência” (Foucault, 2021, p. 56).

É possível afirmar que, para o pensamento foucaultiano, no princípio era o caos e não o verbo, dito de outro modo, “[...] é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (Foucault, 2021, p. 59). A genealogia é um método especial de se reconstituir a história, pois nele, o que o interessa não é tanto a origem no sentido literal, como lugar de perfeição ou de verdade, mas a dispersão dos acontecimentos, sua direção acidental, desordenada, caótica, nada católica.

Em outras palavras, a história é construída por feitura e fraturas. Por fazimentos e ferimentos. “É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Foucault, 2021, p. 73). Um corte na carne, inclusive. Porque o corpo também é marcado pela história: a história fere, arruína o corpo: “[...] o corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu”, afirma Foucault (2021, p. 65) em *Nietzsche, a genealogia e a história*.

Voltando em *Os intelectuais e o Poder*, Deleuze (2021, p. 132) assevera que “uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada a ver com o significante... é preciso que sirva, é preciso que funcione”. Destarte, o dispositivo pedagógico da mídia digital que se insere num projeto genealógico funciona como a principal ferramenta analítica a ser explorada no capítulo 4.

3.2 LEVANTAMENTO NAS BASES DE DADOS: O ESTADO DA ARTE

Para Cervo e Bervian (1983, p. 79), os documentos possuem duas naturezas: fontes e trabalhos, sendo “fonte [...] todo e qualquer documento ligado diretamente a objeto de estudo”. Nesta tese, as fontes foram as redes sociais da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), analisadas

na seção 4.3.3. Em extensão, os trabalhos contemplaram “[...] todo e qualquer estudo científico, elaborado a partir das fontes e relacionados com o objeto da pesquisa” (p. 80). Assim, para o aprofundamento do tema apresentado nas páginas iniciais da tese, foi feito um levantamento dos trabalhos disponíveis no catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A fim de atingir uma quantidade razoável e capaz, de alguma forma, de saturar o tema, foram utilizados alguns descritores para localizar teses e dissertações próximas do tema investigado. Ao pesquisar por “bancada evangélica” na BDTD, foi encontrado o total de 24 trabalhos, sendo 11 teses e 13 dissertações. Considerando a divisão por programas, o conteúdo se mostrou da seguinte forma: Ciências Sociais/Sociologia (6), Teologia/Ciências da Religião (8), Políticas Públicas (2) e Ciências Humanas (2). Já nos programas Geografia, Letras, Direito, Comunicação, História e Psicologia Social foi encontrado um trabalho. Por ano, os trabalhos se dividiram da seguinte forma: 2006 (1), 2007 (2), 2011 (3), 2014 (2), 2015 (1), 2016 (3), 2017 (4), 2018 (3), 2019 (3) e 2020 (2).

Na Plataforma Capes, que reúne diferentes periódicos, foi utilizada a combinação de três descritores para a delimitação dos temas abordados nesta tese. Ao intersectar “religião + sexualidade + *fake news*”, surgiram 12 resultados. Utilizando os descritores “religião + LGBT + *fake news*”, também 12 resultados, sendo 9 deles já constantes na busca anterior. Na pesquisa por “evangélicos + mídias sociais + *fake news*”, o resultado foi de 25 trabalhos, sendo 7 inéditos e os demais já presentes nas pesquisas anteriormente aplicadas. Por último, os descritores “evangélicos + sexualidade + *fake news*” retornaram 12 resultados, contudo, todos já presentes nas buscas já realizadas.

A busca por “desinformação” retornou em 272 resultados na BDTD. Contudo, muitos deles não se relacionavam com esta tese. Cito, por exemplo, temas como microcefalia, Covid-19, sustentabilidade e risco climático, que apareceram selecionados com o descritor, mas sem vínculo ao interesse deste estudo. Isso ocorreu pelo fato de que a palavra desinformação se apresenta bastante genérica e imprecisa.

Por isso, optei por filtrar a área de conhecimento para campos mais próximos desta pesquisa. Feito isso, no campo Comunicação, foram encontrados 4 trabalhos, publicados entre os anos de 2018 e 2019. Já no campo Educação, 6 trabalhos, publicados entre os anos de 2006 a 2022. Já em Ciência da Informação, foram encontrados 5 resultados datados entre 1992 a 2019. Já com o uso do descritor “*fake news*”, foram evidenciados 146 resultados e, com uso de

assunto e repetição do descritor “*fake news*”, esse número foi reduzido para 38 trabalhos, publicados entre os anos de 2018 a 2021.

Na análise dos trabalhos que foram levantados tanto no descritor “desinformação” quanto em “*fake news*”, e extraindo outros temas que interseccionam com esta pesquisa (como gênero, sexualidade, moral, política e religião), foram reunidos 11 trabalhos que contribuiram diretamente com esta tese, apresentados no Quadro 1, que foi organizado cronologicamente (tendo o material mais atual em seu início, seguindo ao mais antigo).

Quadro 1 – Buscas pesquisa bibliográfica BDTD

Autor / Tipo	Trabalho	Ano / Área/ Instituição
1. Emerson Lázaro Sebastião de Andrade/ Tese	A apreensão das relações de poder instauradas por meio da linguagem tomando como Corpus as <i>Fake News</i>	2021 / Linguagem / Pontifícia Universidade Católica (PUC) /MG
2. Fredimir Alex Vasconcelos / Dissertação	<i>Fake news</i> das eleições de 2018: entre a cultura isolada e a influência eleitoral	2021 / Estudos de Linguagem/ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
3. Ana Julia Bonzanini Bernardi / Tese	Educação crítica midiática: formação para cidadania de jovens no contexto de pós-verdade e <i>fake news</i>	2021 / Ciências Políticas / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
4. Felipe Bonow Soares/ Tese	Polarização, fragmentação, desinformação e intolerância: dinâmicas problemáticas para a esfera pública nas discussões políticas no <i>Twitter</i>	2020 / Comunicação / UFRGS
5. Cris Guimarães Cirino da Silva / Dissertação	O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, <i>fake news</i> e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro	2020/ Letras / Faculdade das Américas (FAM)
6. Joseeldo Pereira da Silva Júnior/ Dissertação	Uma prática discursiva da mentira: sexualidade, moral e verdade em <i>fake news</i> checadas pelo site E-farsas	2020 / Linguagem/ Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
7. Andréa Maria Batista da Silva / Dissertação	Jornalismo e boataria no caso Marielle vozes e sentidos na notícia combustível de <i>fake news</i> – Jornal	2020 / Comunicação /UFPB
8. Cíntia Regina Ribeiro dos Santos / Dissertação	O real em redes de sentidos virais: o discurso de gênero em <i>fake News</i>	2020 / Linguagem e Literatura / Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
9. Luiz Ricardo Goulart Huttner / Dissertação	É <i>fake news</i> ?: como elementos do jornalismo são utilizados para a elaboração de “notícias falsas”	2020 / Comunicação / UFRGS
10. Fernanda de Barros da Silva / Dissertação	O regime de verdade das redes sociais <i>online</i> : pós-verdade e desinformação nas eleições presidenciais de 2018	2019 / Comunicação e Informação / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
11. Monica Chaves De Melo / Dissertação	A pauta da desinformação: <i>fake news</i> e categorizações de pertencimento nas eleições presidenciais brasileiras de 2018	2019 / Comunicação Social / PUC – RJ

Fonte: O autor (2023).

Os trabalhos acadêmicos a respeito da bancada evangélica e sua relação com temas morais serão discutidos na próxima seção, no tópico 2.1. O Quadro 2 apresenta o resultado da busca na Plataforma Capes:

Quadro 2 – Buscas realizadas à pesquisa bibliográfica na Plataforma Capes

Continua

Autor(es)	Título do artigo	Ano	Revista	Editadora
1. Gabriela Nunes Pinto Da Silva; Thiago Henrique Costa Silva; João Da Cruz Gonçalves Neto	Liberdade de expressão e seus limites: uma análise dos discursos de ódio na era das <i>fake news</i>	2021	<i>Argument</i>	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
2. Paula, Leandro de	Um rio de opinião subterrâneo: contrapúblicos terrivelmente evangélicos	2020	Horizonte	PUC / MG
3. Aguiar, Carlos Eduardo Souza	Ativismo digital evangélico e contrassecularização na eleição de Jair Bolsonaro	2020	Horizonte	PUC / MG
4. Flávia Melo	Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil	2020	Dossiê Inflexões	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
5. Carlos Eduardo Barzotto; Fernando Seffner	Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação	2020	Revista da FAEEBA– Educação e Contemporaneidade	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
6. Juçara Gorski Brittes; Dayana Cristina Barboza Carneiro; Ana Luísa Ruggieri	Bolsonaro X Haddad: a configuração da disputa de sentidos a partir de estratégias discursivas presentes nas <i>fanpages</i> dos candidatos durante a campanha à presidência	2020	Revista Compolítica	RJ: Associação Brasileira de Pesquisadores em Com. e Política
7. Frank Antonio Mezzomo; Brandon Lopes dos Anjos e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.	Os usos do Facebook em campanhas eleitorais: atuação de candidatos evangélicos apoiados por instituições religiosas	2020	Revista Compolítica	RJ: Associação Brasileira de Pesquisadores em Com. e Política
8. Longhi, Carla Reis; Oliveira, Ivanilce Santos	Eleições 2018 no Brasil: análise das imagens no Facebook dos candidatos ao 2º turno	2020	Estudios	Uni Complut
9. Maranhão Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque; Coelho, Fernanda Marina Feitosa; Dias, Tainah Biela	Fake news acima de tudo, “fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”	2019	Correlatio	Latindex

Quadro 2 – Buscas realizadas à pesquisa bibliográfica na Plataforma Capes

Conclusão

Autor(es)	Título do artigo	Ano	Revista	Editores
10. Leite, Vanessa	“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade	2019	Sexualidade	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos (CLAM) / RJ
11. Almeida, Ronaldo de	Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira	2019	Novos	Centro Brasileiro

Fonte: O autor (2023).

No decorrer desta tese, os trabalhos levantados que dialogaram com esta tese foram esmiuçados, tanto detalhando os diferentes pontos de vista na abordagem teórico-metodológica, quanto demonstrando os pontos específicos a que pretendo abordar e que ainda não foram explorados.

3.3 A BANCADA EVANGÉLICA NOS TRABALHOS ACADÊMICOS

A revisão de literatura é o momento em que o pesquisador verifica o que já se sabe a respeito do problema a que pretende pesquisar. Questões como “quem já pesquisou o mesmo assunto? Com que profundidade? A qual/quais conclusão/conclusões chegou/chegaram? Quais pontos estão em discordância entre os/as pesquisadores/as e podem ser explorados?” são fundamentais para aferir a quantidade de pesquisas disponíveis, a relevância do tema e reconhecer lacunas, questões em aberto ou olhares novos para este mesmo assunto.

De acordo com Sérgio Francisco Costa (2001) a revisão de literatura amplia a visão sobre o problema, auxilia na descoberta de novas teorias a serem trabalhadas e possibilita apoio para formular novas hipóteses que ainda não tenham sido postas em discussão.

A revisão de literatura, apesar de trabalhosa, acaba sendo econômica: além de possibilitar um natural ampliação do conhecimento, evita que alguém faça de novo o que já foi feito. Em geral, a consequência disso é a **redução da amplitude dos objetivos do pesquisador em favor do aumento da profundidade do estudo** (Costa, 2001, p. 68, grifo nosso).

Assim, a etapa de revisão de literatura possui caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca se aprofundar em determinado tema, trazer o seu detalhamento e fazer com que se torne familiar ao leitor. Dessa forma, esta tese é um estudo exploratório que contém um levantamento bibliográfico que seleciona a documentação necessária para consulta, estudo ou prova.

Conforme antecipado na seção 2, esta pesquisa realizou um levantamento de diferentes trabalhos na BDTD e no portal de periódicos da Capes. Para revisar esta literatura, optei pela leitura de reconhecimento ou pré-leitura, cujo objetivo é dar ao pesquisador, conforme Cervo e Bervian (1983, p. 86), “[...] uma visão global do assunto focalizado, visão indeterminada, mas indispensável para poder progredir no conhecimento”. Além da leitura de reconhecimento, também realizei uma leitura seletiva, fixando em tópicos importantes para esta tese e dispensando assuntos secundários.

Ainda conforme Cervo e Bervian (1983, p. 86), nesta tese foi considerado que, “[...] para selecionar os dados e informações, é necessário definir os critérios. Não pode haver seleção sem critérios de seleção”. O critério de seleção utilizado neste estudo foi o foco em trabalhos (teses, dissertações e periódicos) que abordaram questões ligadas ao terreno moral: gênero e sexualidade e a agenda LGBTI+, e sua relação com as novas tecnologias da comunicação e informação (a internet em geral, as redes sociais, mais especificamente).

A dissertação de Rafael Bruno Gonçalves (2011) analisa os pronunciamentos da bancada evangélica durante as sessões do Grande Expediente entre 2003 e 2006. O autor utiliza o termo evangélico de maneira ampla, contemplando pentecostais, neopentecostais e protestantes históricos. O interesse do estudo foi direcionado ao conhecimento da preocupação do grupo político, e Gonçalves (2011) constatou que existiam quatro grandes temas nesse eixo: a) a entrada em vigor do novo código civil brasileiro; b) o PL de Biosegurança; c) a proposta de reforma política e d) os escândalos de corrupção (a exemplo do esquema do mensalão e da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou a chamada máfia das ambulâncias). Com isso, é possível observar que temas ligados ao campo moral, como gênero, sexualidade, direito reprodutivo e pautas LGBTI+ não estavam no centro das discussões político-religiosas no início nos anos dois mil.

Contudo, isso não significa que não houve embates em torno da moralidade, como pode ser observado no artigo de Ricardo Mariano (2005). Foi na legislatura de 2003-2007 que

se iniciaram as lutas para inibir ou inviabilizar as reivindicações dos homossexuais.⁸ A bancada evangélica desenvolveu ações coordenadas para barrar projetos como o Dia Nacional do Orgulho Gay e a união civil entre pessoas do mesmo gênero. Outros projetos foram engavetados ou não aprovados graças ao *lobby* evangélico, como a proibição da discriminação por orientação sexual. Além disso, deputados evangélicos propuseram projetos de natureza homofóbica, como o atendimento médico e psicológico pela rede de saúde pública aos homossexuais que desejassem, por vontade própria, mudar sua orientação sexual - tema que veio à tona anos mais tarde, com o debate em torno da chamada terapia de reversão sexual.

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) já havia elaborado uma resolução estabelecendo normas de atuação para profissionais de psicologia em relação à questão da orientação sexual. A resolução 01/99 considerava que a homossexualidade não constituía doença, distúrbio ou perversão.

Já a tese de Bruna Suruagy do Amaral Dantas (2011) investiga o sistema de ideologias político-religiosas de parlamentares federais evangélicos na legislatura de 2007-2011, e conclui que um dos pressupostos ideológicos presentes no grupo é a conservação da moralidade instituída. A autora nota que uma postura mais beligerante da bancada se estabeleceu a partir de 2008, quando esses parlamentares iniciaram uma cruzada para a defesa dos valores cristãos. Ficou marcado na legislatura analisada o debate em torno do PL n. 1135/91, sobre a descriminalização do aborto, que encontrou forte resistência de lideranças políticas evangélicas. O projeto acabou sendo rejeitado. Outro momento foi o debate em torno do PLC 122/06, sobre a criminalização da homofobia. Autoridades parlamentares evangélicas passaram a chamar a proposta por lei da mordaza, uma vez que a consideravam perseguição religiosa e restrição à liberdade de culto. Em sua dissertação, Daniela Senger (2014) afirma que o PLC 122/06, depois de anos de debates entre movimentos sociais e grupos religiosos, perdeu muito de sua proposta original e, em 2013, foi anexado ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/12. Esse movimento de anexação fez com que, na interpretação de Senger (2014), o PLC 122/06 fosse considerado enterrado.

Saltando para o ano de 2017, a dissertação de Fernanda Marina Feitosa Coelho (2017) trata da fobia de gênero oriunda do discurso político-religioso proferido pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no contexto das discussões dos planos de educação, fato ocorrido entre os anos de 2012-2014. A autora detalha a produção sociorreligiosa de pânicos morais em torno da

⁸ Utilizei o termo homossexuais para preservar a ideia original do artigo, que data do início dos anos 2000, e nesse período a expressão LGBTI+ ainda não estava consolidada nos estudos de gênero e sexualidade.

chamada ideologia de gênero, que excluiu da diretriz do Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio de 2014-2024 o debate sobre gênero, igualdade de gênero e LGBT+fobia nas escolas. No mesmo ano, Tainah Biela Dias (2017) analisa o processo de construção de um discurso de verdade sobre a família por parte de políticos da bancada evangélica da Câmara Federal. A pesquisadora reuniu PL, Projetos de Decreto Legislativo (PDC) e pronunciamentos, todos disponíveis nos Diários da Câmara. A análise de Dias (2017) sobre esse material conclui que tais discursos político-religiosos visavam perpetuar a moral sexual tradicional que põe a mulher em posição de submissão ao homem, modelo esse confrontado pelos novos arranjos familiares constituídos pelas pessoas LGBTI+, em um processo que seria iniciado pelo questionamento dos papéis de gênero.

Quanto às novas tecnologias de comunicação e informação e sua relação com o enquadramento da temática *Queer*, o trabalho identificado mais próximo desse tema foi o de Carole Ferreira da Cruz (2014), uma dissertação. A pesquisa desenvolve um estudo de caso para a análise da atuação da Aliança Nacional Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais/Travestis (LGBT) num grupo de discussão do *Yahoo!* (plataforma de interação digital extinta em 2019). Segundo Cruz (2014), o ativismo do grupo era marcado tanto pelo antagonismo político-institucional com a bancada evangélica, quanto pelo antagonismo midiático com a mídia tradicional.

Foi na plataforma Capes, que reúne diversos periódicos, que pude encontrar artigos voltados à análise da relação entre o segmento evangélico, o uso das mídias sociais e a disseminação de desinformação no enquadramento da temática gênero e sexualidade. Ao utilizar a combinação dos descritores “religião, sexualidade e *fake news*”, foram apresentados doze trabalhos acadêmicos.

Destaco os artigos de Vanessa Leite (2019) e Carlos Eduardo Souza Aguiar (2020), que relatam o fluxo informacional que circulou nas redes digitais durante as eleições presidenciais de 2018, que girava em torno da pauta moral, mobilizado em grande parte por segmentos cristãos, especialmente evangélicos e católicos conservadores. Dentre os conteúdos para *web* produzidos pelo segmento religioso, ganharam repercussão aqueles enquadrados como *fake news* por agências de checagem, como o *kit gay*, a mamadeira erótica e a bolsa travesti. É importante ressaltar que a bolsa travesti afirmava que o então candidato do PT, Fernando Haddad, retiraria dinheiro de áreas essenciais para apoiar causas LGBT (Leite, 2019). Também circularam desinformações afirmando que Haddad fecharia igrejas e difundiria a ideologia de gênero e o marxismo em livros didáticos. Para Aguiar (2020), esta estratégia de

comunicação objetivava não só demonizar o candidato petista, mas criar uma atmosfera de pânico moral ao acionar ansiedades sexuais presentes na população em geral.

Ronaldo de Almeida (2019) investiga como Jair Bolsonaro chegou à Presidência da República, em análise no conservadorismo, no evangelismo e na crise institucional brasileira, a partir das jornadas de junho de 2013. Segundo Almeida (2019), enquanto a maioria dos candidatos se dedicava ao marketing político tradicional nas eleições presidenciais de 2018, com foco no rádio e TV, Bolsonaro optou por um caminho até então desconhecido na política: as mídias sociais. Assim, o então candidato realizou transmissões ao vivo via internet e investiu em disparos ilegais via *WhatsApp* de conteúdo antipetista, financiado por empresários, método detalhado no livro-reportagem de Patrícia Campos Mello (2020). Mas Almeida (2019) sublinha que, no segundo turno, o campo progressista também conduziu sua campanha por meio da moralidade. O candidato do PT exibiu cenas cinematográficas de pessoas sendo torturadas e as intercalou com as declarações favoráveis à tortura feitas por Bolsonaro, bem como sua exaltação da Ditadura Militar (1964-1984), com intuito de reverter os votos no capitão da reserva e sensibilizar a base eleitoral mais evangélica. O bolsonarismo, por sua vez, divulgou memes nas redes sociais contrapondo cenas de tortura com imagens de fetos abortados, induzindo eleitores e eleitoras a associar estadistas de esquerda ao aborto.

Mezzomo, Anjos e Pátaro (2020) analisam as estratégias de campanhas de cinco candidatos evangélicos em suas respectivas *fanpages* no *Facebook*, no contexto da disputa de uma vaga para a Assembleia Legislativa do Paraná, no ano de 2018. Os autores concluem que mais de 49% dos materiais dos candidatos objetos do artigo apresentava algum tipo de referência a crenças religiosas, e assim difundia seus posicionamentos baseados na moral cristã, bem como debatia pautas como criminalização do aborto e das drogas, da defesa da família heteronormativa patriarcal e do ataque à ideologia de gênero nas escolas. Destaco que esse estudo corroborou para a suspeita inicial que trago para esta tese, a de que os conteúdos para *web* produzidos pela bancada evangélica não partem da desinformação/*fake news*, mas de convicções religiosas. Essa distinção considero importante e caso constatada, pretendo sustentá-la.

3.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO *CORPUS* E CATEGORIAS ANALÍTICAS

Para produzir o material empírico, foi elaborado um roteiro que consiste em uma adaptação dos trabalhos sobre televisão de Fischer (2012), extraído do capítulo 6 de seu livro, intitulado *Técnicas de si na TV: a mídia se faz pedagógica*, do livro *Trabalhar com Foucault:*

arqueologia de uma paixão. As categorias de análise da autora foram reunidas em dois grupos: o primeiro grupo diz respeito às tecnologias do eu, sob influência do trabalho de Jorge Larrosa, e o segundo são as estratégias de linguagem televisiva, sob influência da produção acadêmica de Beatriz Sarlo. Como esta tese representa uma investigação sobre as mídias digitais, não sobre televisão, também foi feito uso de outros autores que escreveram sobre a linguagem midiático-digital, como Han (2022a) e Rouvroy (2021). Vale ressaltar que, conforme Fischer (2012, p. 117), “[...] tais categorias não possuem fixidez nem são universais”. Algumas ferramentas analíticas foucaultianas foram aplicadas, outras descartadas ou parcialmente utilizadas. Dito isso, o Quadro 3 criado para a análise pode ser visualizado a seguir.

Quadro 3 – Esquema geral das categorias analíticas

Categorias referidas às “tecnologias do eu”	Categorias referidas às mídias digitais
<ul style="list-style-type: none"> • Confissão • Culpabilização • Moralização das práticas • Governo de si pelo governo do outro • Poder pastoral • poder disciplinar 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder espetacular • Propagabilidade/ viralidade • Perfil personalizado • Digitalização da vida • Regime de informação • Governamentalidade algorítmica • Política da <i>Selfie</i>
Recursos de engajamento (<i>like</i> , comentário etc.), memes, <i>emojis</i> , legendas.	

Fonte: o autor (2023).

Para compor o material empírico analisado no capítulo 4 e 5, utilizei como categoria analítica tanto as temáticas centrais da tese, ou seja, as batalhas morais, quanto palavras-chaves relacionadas a gênero, sexualidade e LGBTI+. Esta combinação foi fundamental para direcionar e delimitar o conjunto de conteúdos digitais buscados nas redes sociais *online* (*Facebook*). O Quadro 4 ilustra essas temáticas e palavras:

Quadro 4 – Batalhas morais / palavras-chave

Batalhas morais	Palavras-chave relacionadas às batalhas morais
Gênero	“ideologia de gênero” - direitos humanos - Escola - feminismo Educação sexual - mulher/es - Esquerda - Conservador, direita
Sexualidade	Gay/ Homossexual/is/bissexual/is/lésbica/s - Travestis/transsexuais - Sexo Infância - Criança/as - família/as – “marxismo cultural” /comunismo
LGBTI+	prostituição – aborto – globalismo/globalização – casamento – esporte

Fonte: o autor (2023).

De acordo com o site oficial da Câmara Federal, publicado em 17 de abril de 2019 (ANEXO 1), a FPE da 56ª Legislatura do Congresso Nacional é composta por 196 deputados e

deputadas federais, sete senadores e uma senadora. Também conhecida como Bancada Evangélica, o grupo é suprapartidário, ou seja, contempla tanto partidos de oposição quanto da situação. Nela estão distribuídos nos seguintes partidos: PL (19), PP (14), PT (4), DEM (10), Patriota (6), PDT (4), PSDB (12), PSD (28), Partido Social Cristão (PSC)(08), Republicanos (25), PSL (27), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) (4), PSB (6), Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (13), Solidariedade (6), Novo (1), Avante (4), Pode/Podemos (3), PTB (4) e Cidadania (2).

Considerando a inviabilidade de se analisar as redes sociais *online* destes 196 parlamentares durante o doutorado, optei por um plano amostral que atenda aos interesses e objetivos já descritos pela tese. Numa pesquisa qualitativa, segundo Stella Taquette e Luciana Borges (Taquette e Borges, 2020, p. 103), “[...] é mandatório que o pesquisador explicita em seus relatórios que critérios utilizou para a amostra que foi selecionada no estudo”.

Desse modo, para chegar a uma delimitação das páginas do *Facebook* que me propus a analisar, utilizei como primeiro critério a lista da FPE, já citada (ANEXO 1). Depois, realizei um cruzamento de dados com o relatório elaborado pela FSB Influência Congresso, de fevereiro de 2019, que listava os/as congressistas mais influentes nas redes sociais, considerando quantidade e alcance das publicações, número de seguidores e engajamento (ANEXO 2).

O segundo critério foi a frequência de postagens: ao analisar perfis mais bem ranqueados, percebi que alguns parlamentares deixaram de alimentar as plataformas porque não conseguiram se reeleger. Em função disso, selecionei parlamentares que conseguiram sua reeleição para a 57^a Legislatura (2023-2027), e que seguem produzindo conteúdo nas redes sociais *online*. O terceiro critério foi o gênero. Procurei incluir a maior quantidade possível de parlamentares mulheres para analisar se há ou não diferenças na produção de conteúdo em relação aos parlamentares homens. O quarto critério foi o que chamei de alinhamento ideológico/partidário, ou seja, parlamentares que apoiaram ferrenhamente o presidente à época Jair Bolsonaro, bem como, as pautas morais conservadoras e a agenda neoliberal. Optei em denominar de extrema-direita neoconservadora, buscando convergir o conceito de nova direita nos trabalhos de Camila Rocha (2021) com o novo conservadorismo ou neoconservadorismo abordado por Marina Lacerda (2019).

Então, cheguei a seis parlamentares de três estados diferentes (São Paulo, Distrito Federal e Paraná), com diferentes ocupações (sargento, pastor, advogada, entre outros), sendo quatro homens e duas mulheres. Enfim, congressistas mais ativos nas mídias digitais dentro dos critérios adotados pela tese constituindo o objeto desta pesquisa estão descritos na Tabela 1:

Tabela 1 – Influência nas redes dos/das deputados/as federais

Parlamentares/ posição ranking FSB	Partido	Igreja	Seguidores/ Facebook	Inscritos Youtube	Total de vídeos no Youtube	Total de visualizações
Eduardo Bolsonaro - 2º	PL-SP	Batista	3 milhões	1,11 milhões	2,2 mil	115.719.273
Sargento Fahur - 3º	PSD-PR	Católica	4,3 milhões	780 mil	498	185.535.932
Pastor Marcos Feliciano - 7º	PL-SP	Adventista	4,4 milhões	284 mil	504	18.655.392
Bia Kicis - 24ª	PL-DF	Católica	1, 5 milhões	242 mil	2,3 mil	14.322.471
Carla Zambelli - 4º	PL-SP	Católica	3 milhões	Não está disponível	-	-

Fonte: o autor (2023).

Para Lacerda (2019), o ator central do neoconservadorismo é a direita cristã, tendo em vista o crescimento da bancada evangélica desde 2003, que reflete o crescimento do segmento também na sociedade em geral. Já Birolli, Machado e Vaggione (2020) observam que o neoconservadorismo se caracteriza por alianças e afinidades entre segmentos católicos e evangélicos. Isso ajuda a explicar o motivo de representantes parlamentares como Bia Kicis (PSL-DF), Carla Zambelli (PSL-SP) e deputado Sargento Fahur (PSD-PR), mesmo sendo abertamente católicos, aparecem na lista da FPE. Essa particularidade, a junção entre religião e política, é o que torna o neoconservadorismo um fenômeno ainda mais complexo e multifacetado.

3.5 AS BATALHAS MORAIS NO CONTEÚDO DIGITAL NEOCONSERVADOR (2021-2022)

3.5.1 Deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP)

Ao mapear as publicações na página do *Facebook* do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a partir de 2021, a primeira publicação daquele ano data de 2 de janeiro. Mas a primeira publicação dentro da temática pesquisada nesta tese aconteceu um mês depois, um ataque misógino contra a então deputada Joice Hasselmann. No geral, pude contabilizar 885 publicações realizadas pelo deputado no ano de 2021. Deste universo, 70 abordavam diretamente o tema da sexualidade, gênero ou agenda LGBTI+. Na Tabela 2, reuni estas postagens conforme o assunto mais frequente. A tabela foi feita em ordem decrescente:

Tabela 2 – Assuntos mais frequentes em publicações (Eduardo Bolsonaro, PL/SP – 2021)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
Homofobia/ Transfobia	16
Violência política de gênero	10
Dimensão neoconservadora de gênero e sexualidade	9
Ataque às jornalistas mulheres	7
Embates públicos com mulheres (políticas ou personalidades)	7
Aborto	5
Crítica do uso de verba pública para financiar agenda LGBTI+	4
Crítica ao feminismo	3
“Ideologia de gênero”	3
Denúncia de violência contra a própria filha recém-nascida	3
Pedofilia	3
Total	70

Fonte: o autor (2024)

Já em 2022, pude mapear 560 publicações que começaram desde o dia primeiro de janeiro. Mas a primeira publicação que compõe o corpus da pesquisa se deu no dia 6 de janeiro, com uma crítica a jornalista Mônica Bergamo. No total, reuni 74 publicações referentes à temática da tese. Foram quatro a mais comparado ao ano anterior. Referente aos assuntos mais frequentes, houve uma maior variedade, subdividas em dezesseis categorias e organizadas em ordem decrescente, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Assuntos mais frequentes em publicações (Eduardo Bolsonaro, PL/SP – 2022)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
Aborto/ pró-vida	10
Embates públicos com mulheres (políticas ou personalidades)	10
Defesa da família	9
Dimensão neoconservadora de gênero e sexualidade	7
Caso “Arthur do Valo/Mamãe Falei”	5
Violência política de gênero	5
Redes sociais	5
Homofobia/Transfobia	4
Masculinidade	4
Nazismo/Comunismo	4
(Crítica) Feminismo	3
Crítica do uso de verba pública para financiar agenda LGBTI+	2
Crimes sexuais	2
Denúncia de ataques à filha e/ou esposa	2
Comemoração do Golpe Militar	1
Ataque à jornalista mulher	1
Total	74

Fonte: o autor (2024)

Chama a atenção que houve uma moderação quanto aos ataques às jornalistas mulheres. Se em 2021 foram sete, em 2022 encontrei apenas uma publicação. Um ataque misógino contra a jornalista Miriam Leitão. Outro fato é o tema pedofilia e “ideologia de gênero” que não encontrei nenhuma publicação abordando explicitamente tais temas ou associando-os à esquerda. Outro dado refere-se à redução em postagens sobre homofobia/transfobia: em 2021, foram 16, em 2022, foram 4.

3.5.2 Deputado Sargento Fahur (PSD-PR)

O levantamento do conteúdo digital referente ao ano de 2021 que realizei na página do *Facebook* do deputado Sargento Fahur (PSD- PR) apontou 529 postagens totais, iniciadas as publicações desde primeiro de janeiro. Destas, 118 abordavam diretamente a temática desta tese e foram subdivididas em dez categorias de assuntos mais frequentes, organizadas em ordem decrescente, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Assuntos mais frequentes em (Sargento Fahur, PSD/PR, 2021)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
Dimensão neoconservadora de gênero e sexualidade	25
(Defesa da) família tradicional	18
Direitos Humanos	16
Violência doméstica ou crimes sexuais	13
Empreendedorismo ou valorização do trabalho ligado à família	10
Violência (política) de gênero	17
Policiais em ações assistenciais (a mulheres e/ou crianças)	9
Ataque às jornalistas mulheres	3
Masculinidade	4
LGBTI+	3
Total	118

Fonte: o autor (2024)

O Sargento Fahur é conhecido por sua ligação com a segurança pública, decorre daí o fato de que seu principal nicho sejam policiais, familiares de policiais ou admiradores do trabalho policial. Esses aspectos também justificam a produção de conteúdo de Fahur ser majoritariamente voltada para enaltecer o trabalho de policiais, homenageando homens e mulheres policiais que foram mortos em serviço, além da tentativa de associar a agenda dos direitos humanos com a criminalidade ou à esquerda, sempre com postagens críticas e depreciativas.

No ano de 2022, a frequência de postagens teve uma queda considerável, contabilizei um total de 155 postagens, que iniciaram 6 de janeiro. Deste montante, 43 compuseram o

material empírico desta tese, subdivididas em dez categorias de assuntos mais frequentes, organizadas em ordem decrescente na Tabela 5:

Tabela 5 – Assuntos mais frequentes em publicações (Sargento Fahur, PSD/PR, 2022)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
Política sexual e de gênero pelo viés neoconservador	13
Direitos Humanos	6
(Defesa da) família	5
Incesto, pedofilia, crimes contra crianças	5
Violência de gênero	4
Empreendedorismo, valorização do trabalho ligado à família	4
Aborto	2
Caso Arthur do Val	1
Policiais em ação assistencial (às mulheres e/ou crianças)	1
Transfobia	1
Total	43

Fonte: o autor (2024)

É curioso analisar que em face do ano eleitoral, as postagens, ao invés de aumentarem, seguiram uma trajetória oposta e sobre temas dominantes na estratégia de 2018, como a agenda LGBTI+, só encontrei uma única postagem de cunho transfóbico. Outro dado que chamou a atenção foi a ausência de ataques às jornalistas, o que talvez se deva ao fato de como o ex-presidente Jair Bolsonaro fora duramente criticado pela opinião pública diante dos ataques que fez a algumas repórteres em coletivas, o que conduziu políticos neoconservadores como Eduardo Bolsonaro e o próprio Sargento Fahur, a moderar suas publicações.

3.5.3 Deputado Marco Feliciano (PL-SP)

O levantamento apontou que o conteúdo digital do deputado Marco Feliciano (PL-SP) é um dos que mais dialogam com o público evangélico, em razão de sua ocupação como pastor, tendo a família tradicional como principal tema abordado, como na *hashtag* #nossafamiliamerecerespeito. Nesse interesse, o conteúdo não só defendia um modelo familiar baseado na moralidade cristã conservadora, como convocava seus seguidores a postarem fotos de suas famílias, marcar o perfil do deputado nas redes sociais *online*, criando o senso de comunidade e pertencimento. No ano de 2021, foram realizadas 870 postagens. Destas, 95 abordaram diretamente o tema específico da tese, que foram categorizadas em onze subtemas (assuntos mais frequentes), conforme tabela a Tabela 6, organizada em ordem decrescente):

Tabela 6 – Assuntos mais frequentes em publicações (Marco Feliciano, PL/SP, 2021)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
(Defesa da) família	46
LGBTI+	12
Política sexual e de gênero com viés neoconservador	7
Violência de gênero	5
Gênero/sexualidade e moral cristã	5
Violência política de gênero	4
Direitos humanos	4
Masculinidade	4
Temas ligados à infância, filhos	3
Aborto	3
Ataque às mulheres jornalistas	2
Total	95

Fonte: o autor (2024)

Em 2022, a produção de conteúdo digital de Marco Feliciano apresentou uma queda, se comparado ao ano de 2021. O levantamento apontou um total de 528 publicações naquele ano, começando pela primeira publicação em 3 de janeiro de 2022. Desse todo, 45 abordavam o tema específico desta tese, subdivididos em nove categorias de assuntos mais frequentes, organizada em ordem decrescente, conforme a Tabela 7:

Tabela 7 – Assuntos mais frequentes em publicações (Marco Feliciano, PL/SP, 2022)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
(Defesa da) família	17
Aborto	8
Política sexual e de gênero por um viés neoconservador	4
Direitos Humanos	4
Violência (política) de gênero	3
Infância, filhos	3
LGBTI+	3
Masculinidade	2
Crime sexual	1
Total	45

Fonte: o autor (2024)

Chama atenção que temas como aborto, direitos humanos e pânico morais como “ideologia de gênero” e “kit gay”, associados negativamente à agenda LGBTI+, foram aparecer com mais frequência no mês de outubro, período em que transcorria às eleições para o Legislativo e Executivo, sendo utilizados para atacar o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Após as eleições, o tema que voltou a dominar as postagens de Marcos Feliciano foi o da família, com a postagem natalina da família do deputado e outra desejando feliz ano novo, também ao lado de sua família.

3.5.4 Deputada Bia Kicis (PL-DF)

Em 2021, a deputada Bia Kicis produziu um volume considerável de publicações, o que também se refletiu nos conteúdos específicos desta tese. Ao todo, foram 1570 publicações totais, que começaram em 1 de janeiro. Desse total, 281 falavam especificamente de gênero, sexualidade e agenda LGBTI+. Alguns temas novos apareceram e foram mais enfatizados, como a tentativa de atacar mulheres trans que praticam esportes, críticas à linguagem neutra e denúncias de direitos das mulheres violados em países orientais. Pude identificar 16 categorias de assuntos mais frequentes, que se encontram organizadas em ordem decrescente, conforme a Tabela 8:

Tabela 8 – Assuntos mais frequentes em publicações (Bia Kicis, PL-DF, 2021)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
Política sexual e de gênero por viés neoconservador	64
Direitos humanos	38
Questões ligadas à infância e adolescência	27
Conteúdo de cunho transfóbico/LGBTI+fóbico	26
(Defesa da) família tradicional	24
Embate com outras mulheres	18
Gênero e sexualidade em pauta (identidade, ideologia, igualdade)	15
Violência de gênero	14
Aborto	13
Linguagem neutra	11
Violência política de gênero	8
Transfobia no esporte	7
Direito das mulheres	6
Masculinidade	5
Feminismo	3
Verba pública para agenda LGBTI+	2
Total	281

Fonte: o autor (2024)

Em 2022, houve uma leve redução na quantidade de conteúdos digitais produzidos por Bia Kicis, tanto na quantidade total, 1105 postagens, quanto na quantidade da temática específica desta tese, 257 postagens. Entretanto, pude categorizar tais postagens numa diversidade maior, abrangendo 19 assuntos mais frequentes, organizados em ordem decrescente, conforme a Tabela 9:

Tabela 9 – Assuntos mais frequentes em publicações (Bia Kicis, PL-DF, 2022)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
Vacina em crianças	11
Direitos humanos	37
Ataque às mulheres jornalistas	8
(Defesa da) família tradicional	16
Política sexual e de gênero por um viés neoconservador	63
Conteúdo de cunho transfóbico/lgbti+fóbico	4
Embate com outras mulheres ou <i>drag queens</i> (Pablo Vittar)	38
Aborto	15
Masculinidade	9
Violência política de gênero	9
Violência de gênero	8
Linguagem neutra	3
Transfobia no esporte	4
Conflito Estado x Família	3
Gênero e sexualidade em pauta (identidade, ideologia, ditadura)	7
Assédio, crimes sexuais, violência contra mulher	12
Erotização infantil	2
Violência contra crianças	6
Ódio do bem	2
Total	257

Fonte: o autor (2024)

Por “ódio do bem” me refiro a conteúdos digitais que tinham como estratégia a denúncia de possíveis contradições na atuação do campo progressista, no ato de direcionar ações de violência simbólica contra personagens da política historicamente pertencentes aos grupos dominantes. É o caso da Rainha Elizabeth II da Inglaterra, ligada à aristocracia britânica, e do ex-presidente Jair Bolsonaro, relacionado ao meio militar, à heteronormatividade e ao patriarcado. No caso de Bolsonaro seus sucessivos discursos de ódio contra mulheres jornalistas, médicos e profissionais da saúde na época da pandemia, bem como sua postura negacionista e anticiência, rendeu ao político um grande desgaste em sua imagem. Com isso, o campo neoconservador se organizou em torno da estratégia de diminuir esse desgaste, apontando o erro ou as contradições em seus adversários.

Outro tema que merece atenção é o surgimento de uma nova expressão “ditadura de gênero”, que classifiquei dentro dos assuntos ligados a gênero/sexualidade em pauta. Essa natureza de conteúdo refere a uma tentativa de associar a comunidade LGBTI+ com uma postura despótica em sua atuação militante, afirmando que a agenda em prol da diversidade sexual e de gênero seria uma imposição.

3.5.5 Deputada Carla Zambelli (PL-SP)

As postagens da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) começaram no primeiro dia do ano de 2021, já com uma crítica à cobertura da TV Globo relacionada a um furto na cidade de Jataí (Goiás, GO). Zambelli é uma das parlamentares que mais produziram conteúdo durante o período analisado, com atenção para alguns temas novos que não foram encontrados nas postagens dos outros parlamentares considerados nesta dissertação, como a quantidade de conteúdo elogiando, parabenizando ou marcando reuniões com outras mulheres, sempre mostrando sua atuação política e prestando contas aos seguidores, e duas postagens enaltecendo a representatividade feminina: na primeira, do dia 11 de março, uma mulher idosa e negra que aparece na imagem para recordar o dia mundial dos rins e, na segunda postagem, do dia 21 de março (Dia Internacional da Síndrome de Down), uma homenagem à Luana Rolim de Moura, primeira vereadora com síndrome de Down do Brasil. Ao todo, foram produzidas 1493 postagens, em que 198 abordavam diretamente o tema desta tese, subdivididas em vinte categorias, conforme assuntos mais frequentes, ordenados de forma decrescente, conforme a Tabela 10:

Tabela 10 – Assuntos mais frequentes em publicações (Carla Zambelli, PL/SP, 2021)

Assuntos mais frequentes	Quantidade
Política sexual e de gênero por um viés neoconservador	33
Parabeniza, elogia ou se encontra com outras mulheres (aliadas)	20
Violência contra crianças ou adolescentes	19
Direitos humanos	17
Alega perseguição contra mulheres alinhadas à direita	16
(Defesa da) família tradicional	15
Temas LGBTI+ ou lgbtifobia	11
Embate com outras mulheres	11
Violência política de gênero	10
Violência contra mulher	9
Gênero em pauta (identidade, ideologia ou igualdade de gênero)	6
Masculinidade	6
Temas ligadas à infância	5
Ódio do bem	4
Ataque às mulheres jornalistas	4
Aborto	3
Educação domiciliar	3
Linguagem neutra	2
Representatividade feminina	2
Mulheres com questões na justiça	2
Total	198

Fonte: o autor (2024)

Em 2022, a deputada Carla Zambelli produziu mais conteúdo do que no ano anterior, num período que foi de janeiro à outubro, e totalizou 1304 postagens, sendo 246 dentro do recorte do tema desta tese. Assim, subdividi em 17 assuntos mais frequentes em ordem decrescente, conforme a Tabela 11:

Tabela 11 – Assuntos mais frequentes em publicações (Carla Zambelli, PL/SP, 2022)

Assuntos mais frequentes	Total
Dimensão neoconservadora de gênero e sexualidade	45
(Defesa da) família	31
Embate com mulheres (figuras públicas)	23
Divulgação do trabalho de aliadas	19
Aborto	18
Violência política de gênero	17
Condecorações recebidas ou parabenizações dadas às aliadas	15
Direitos humanos	14
Violência contra mulher	11
Violência contra crianças ou adolescentes	10
Temas ligados à infância ou adolescência	9
Ataques ou críticas às mulheres jornalistas	9
Temas LGBTI+ em geral ou LGBTIfobia	8
Uso das questões de gênero para atacar adversário ou em causa própria	7
Linguagem neutra	4
Críticas ao casamento de Lula e Janja	3
Cumprimento de agenda com pautas femininas	3
Total	246

Fonte: o autor (2024)

O conteúdo digital da deputada Carla Zambelli (PL-SP) possui uma peculiaridade, pois, ao mesmo tempo em que tece muitos comentários elogiosos às aliadas, como parabenizações por aniversário ou divulgação da atuação de políticas de direita, ela é ao mesmo tempo a que mais ataca jornalistas, principalmente Miriam Leitão, e comete violência política de gênero contra adversárias políticas.

Ao concluir esta etapa de análise descritiva, organizando o material empírico em categorias e observando determinados padrões na comunicação digital neoconservadora, passo, a seguir, para a análise interpretativa no capítulo 4 e 5, buscando a teorização dos dados produzidos a partir das ferramentas analíticas foucaultianas, especificamente, a governamentalidade algorítmica, o dispositivo pedagógico da mídia digital e as tecnologias do eu.

4 UM SUMÁRIO TOPOGRÁFICO DAS BATALHAS MORAIS NO *FACEBOOK*

4.1 A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

A governamentalidade diz respeito a um modo de governar associada à atividade ou ação, o que difere em certa medida de uma concepção disseminada de um governo enquanto instituição estatal ou organização burocrática. A noção surge nos trabalhos foucaultianos a partir de 1970 como importante ferramenta para aprofundar nas análises sobre a complexidade do poder. No curso de 1978 dado no Collège de France, Foucault (2021) reitera que na governamentalidade, não se governa um espaço geográfico ou uma estrutura política estatal: são seres humanos que são governados. A maneira pela qual o filósofo (2021) concebe a “razão do Estado” demonstra seu distanciamento das teorias sobre o abuso da soberania e do modelo maquiavélico do Príncipe.

Seguindo neste curso, Foucault (2021) oferece uma sintetização do termo em três tópicos: primeiro, o principal alvo da governamentalidade é a população. É sobre ela que se exerce um poder multifacetado, constituído pelas instituições, análises estatísticas, táticas, procedimentos e outros de mesma magnitude. Segundo, caracteriza-se pelo predomínio de um tipo de poder sobre os outros (soberania, disciplina etc.) que resulta num conjunto de saberes. Terceiro, diz respeito à história dos Estados modernos, cuja passagem se deu do Estado de justiça da Idade Média para o Estado governamentalizado. Por conseguinte, Edgardo Castro (2009) explica que a governamentalidade contempla as artes de governar em suas mais variadas formas. Assim:

Essas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o governo dos outros. Nesse campo, estariam incluídos: o cuidado de si, as diferentes formas da ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão de Estado, o liberalismo (Castro, 2009, p. 191).

Na aula de 8 de fevereiro de 1978 Foucault (2008) expõe de maneira sistematizada o conceito de governamentalidade, partindo do poder pastoral para as tecnologias de poder que envolvem o Estado moderno. O filósofo discorre rapidamente pela palavra governar, e demonstrou que, numa perspectiva moral, ela pode significar a condução espiritual de alguém, bem como, impor um regime médico, dentre outros sentidos. Governar, em suma, seria

referente ao “[...] controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir” (Foucault, 2008, p. 164).

Dardot e Laval (2016, p. 18), em análise aos Estados contemporâneos influenciados pela racionalidade neoliberal, definem governamentalidade como “[...] as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los”. A governamentalidade designa, também, o encontro entre essa técnica de governo dos outros com as técnicas de governo de si, daí a importância de um poder individualizante como o pastoral porque, ao utilizar de técnicas como a confissão, consegue recolher e julgar a verdade sobre os indivíduos. É o que ressalta Foucault (2021, p. 279):

[...] poderia dizer que somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e recompensa-a. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas.

A passagem do poder soberano, que era preocupado em governar territórios, para uma arte de governar concentrada sobre indivíduos e populações, exigiu ainda mais de técnicas disciplinares, o poder, então, torna-se cada vez mais anônimo e funcional graças às múltiplas formas de vigilância. Mas na sociedade contemporânea da informação, que se organiza a partir dos processos de digitalização e datificação da vida (Han, 2022) e pela cultura do espetáculo (Debord, 2003), o exercício do poder, então, se dinamiza, criando novas formas de observação, percepção e atenção através das tecnologias de informação e comunicação. É diante deste contexto de disciplinarização e espetacularização que Bruno (2013) assegura que ambos formarão este húmus que é depositado no solo das subjetividades contemporâneas. Tanto a disciplina quanto o espetáculo “renovam-se hoje, envolvendo outras táticas do ver e do ser visto, com diferentes repercussões sobre a subjetividade tanto nos circuitos de controle e segurança quanto nos circuitos de prazer e entretenimento”, Bruno (2013, p. 53). A disciplinarização dos corpos convive com estas outras formas de exercício do poder, especialmente quando se trata da racionalidade neoliberal atuando sobre o comportamento dos indivíduos e produzindo, como efeitos, o denominei de a máquina *bummer* disciplinar na seção 4.3.1, além do sujeito empresarial tratado por Dardot e Laval (2016), a ser discutido na seção 4.3.2.

Todas estas questões dizem respeito à maneira pela qual as plataformas são governadas. O tema da governança das plataformas, sob influência das ferramentas analíticas de Foucault como governamentalidade, dispositivo e vigilância, vem se tornando um campo de pesquisa cada vez mais consolidado. Carlos D’Andréa (2020, p. 41) denomina governança de plataforma como “[...] um conjunto heterogêneo de mecanismos e práticas de ordem técnica, política, jurídica e comercial que regulam seu funcionamento”. A adoção de políticas de moderação de conteúdo mais rígidas tem, como efeito, conforme D’Andréa (2020, p. 44), a “[...] migração de adeptos de práticas extremistas para plataformas ancoradas no anonimato e com moderações menos rigorosas”.

Os primeiros “achados” desta tese evidenciam a insatisfação dos parlamentares neoconservadores com a política de moderação do *Facebook* e, conseqüentemente, o incentivo para que os/as usuários/as migrem para o *Telegram*. Importante frisar que o *Telegram* inclusive chegou a ser bloqueado pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, em 2022. Todavia, o interesse nela por parte do campo conservador decorre do fato de que a sua moderação de conteúdo é mais flexível.⁹

Contrariando as reivindicações neoconservadoras de que haveria censura por parte das plataformas, durante o período da análise de dados (2021 e 2022), poucos foram os conteúdos classificados como informação falsa por parte do *Facebook*. Nos casos identificados pela plataforma, um alerta foi inserido na postagem classificando o conteúdo como tal, ato realizado por agências de checagem independentes. Ainda que tenha fundamentos, a alegação vinda dos/das congressistas neoconservadores/as sobre a falta de critérios mais transparentes sobre como estes conteúdos são classificados e julgados, os dados desta tese mostraram que algumas postagens ofensivas, com discursos de ódio (como se verá mais adiante), seguiram sem nenhuma classificação.¹⁰

⁹ Cf. RICHTER, André. Ministro do STF determina bloqueio do *Telegram* no Brasil. **Agência Brasil**, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-03/ministro-do-stf-determina-bloqueio-do-telegram-no-brasil>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ZAMBELI, Carla. **Querem nos calar!** Precisamos de todos no Gettr e no Telegram, pois não sabemos se amanhã estaremos aqui! 14 jan. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4952663091490824&set=a.1400595753364260>. Acesso em: 12 mar. 2024.

¹⁰ Cf. BOLSONARO, Eduardo. **Ahn tá! Agora mulheres só menstruam se o Bolsonaro deixar... entendi...** (postagem com identificação, literalmente listando: informação falsa: a mesma informação foi checada por verificadores de fatos independentes em outra publicação). 10 out. 2022. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1981559748703306&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ZAMBELI, Carla. **Nunca foi tão fácil escolher um lado!** (postagem com identificação, literalmente listando: informação falsa: a mesma informação foi checada por verificadores de fatos independentes em outra publicação).

Jaron Lanier (2018) sugere que as plataformas empurram conteúdo “goela abaixo” nas pessoas. Para o cientista da computação, isso “[...] significa que os algoritmos determinam o que você vê” (Lanier, 2018, p. 77). Danilo Doneda e Virgílio Almeida (Doneda e Almeida, 2018, p. 141) definem algoritmos como “[...] um conjunto de instruções para realizar uma tarefa, produzindo um resultado final a partir de algum ponto de partida”.

Os algoritmos são responsáveis por traduzir o mundo em sequências numéricas binárias, no processo conhecido como datificação. Eles estão presentes nos mecanismos de busca do *Google*, nos mecanismos de recomendação da *Netflix* e *Spotify*, determinam o que será visto, selecionam o que será consumido e assim, sucessivamente. Ainda segundo Doneda e Almeida (2018, p. 141), algoritmos existentes em sistemas e dispositivos eletrônicos “são incumbidos cada vez mais de decisões, avaliações e análises que têm impactos concretos em nossa vida”. Tarleton Gillespie (2018) descreve que os algoritmos teriam, inclusive, impacto na vida pública, uma vez que os possuem critérios para avaliar a relevância de determinado conteúdo e que não estão evidentes para os/as usuários/as.

As redes sociais *online* são plataformas geridas por algoritmos e, longe de serem imparciais, são operações matemáticas regidas pelas leis do mercado e dos interesses privados das *Big Techs*. Por sua vez, as *Big Techs* divulgam a ideia de que os algoritmos têm como finalidade pura e simplesmente regular e distribuir os conteúdos que aparecem em nossa *timeline*, organizando, de acordo com nossas preferências, demandas ou desejos, as postagens que vemos diariamente nas mídias digitais. O problema é que os algoritmos foram planejados para entregar apenas conteúdos que conformam a opinião das pessoas: eles somente entregam ao usuário aquilo que ele quer ouvir, que confirma uma opinião já pré-concebida, e isso resulta no surgimento de caixas de ressonâncias ou “[...] nichos de informação – onde as pessoas tratam apenas de informações que reafirmam pontos de vista já existentes”, conforme Courtney C. Radsch e Rachel Pollack (Radsch e Pollack, 2016, p. 49). Esses nichos são popularmente chamados, no ambiente digital, de bolhas.

No artigo *Governamentalidade Algorítmica e Perspectivas de Emancipação: o Dispar como Condição de Individuação pela Relação?*, publicado originalmente em 2013, Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (Rouvroy e Berns, 2018) debatem uma nova maneira de conduzir as condutas dos indivíduos por meio de máquinas automatizadas e operações programadas, isto é,

da predição algorítmica que se apoia mais na otimização dos dados do que nas formas jurídicas ou no poder disciplinar. O autor e a autora conceituam governamentalidade algorítmica como:

[...] um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, a agregação e a análise automatizada de dados em quantidade massiva, de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis (Rouvroy; Berns, 2018, p. 115-116).

Para isso, são extraídas informações das pessoas de maneira automática, diretamente das bases de dados massivos, com vistas a ampliação de demandas, prevenção de riscos, fidelização de clientes, criação de novos públicos consumidores e demais objetivos circundantes. A Figura 1 ilustra as operações dessa governamentalidade:

Figura 1 – Três tempos da governamentalidade algorítmica



Fonte: Otávio Morato de Andrade (2022, p. 30).

Tais operações da governamentalidade algorítmica, segundo Rouvroy e Berns (2018), são fundamentadas em três tempos distintos (*dataveillance*, *datamining*, e *profiling*), mas se confundem e se retroalimentam, fortalecendo o funcionamento normativo. O primeiro momento, segundo Otávio Morato de Andrade (2022), seria a coleta massiva e o depósito de dados (*datamining*), que constitui o *Big Data*. Os dados estão disponíveis em fontes variadas: os governos coletam por uma questão de segurança e controle, empresas privadas por questões mercadológicas, cientistas em prol do desenvolvimento da ciência e assim por diante. Os próprios indivíduos compartilham por livre e espontânea vontade seus dados nas redes sociais, *blogs*, lista de *e-mails*, cadastros bancários ou mesmo em fichas preenchidas em qualquer estabelecimento comercial. A apreensão de dados não é, evidentemente, maléfica em si mesma. A governamentalidade algorítmica conta com a adesão implícita dos cidadãos, como se a concordância fosse automática ainda no momento da criação de um perfil virtual,

independentemente de qual seja a plataforma digital. Logo, o pressuposto que se impõe é de que os dados sejam anônimos, não controláveis, inofensivos, neutros e objetivos. Todavia, as *Big Techs* fazem uma aposta no fato de que o cidadão comum dificilmente lerá as letras minúsculas sobre os termos de uso das plataformas. O segundo momento ocorreria a partir do tratamento desses dados e da produção do conhecimento (*datamining*). Uma vez que a geração do saber se automatiza com uso de matemáticas aplicadas, a objetividade se torna absoluta, e exclui outros tipos de saberes, bem como, hipóteses, triagens e teorias sobre o comportamento. Contra os números, não há argumentos. Finalmente, o terceiro momento viria na elaboração algorítmica de perfis (*profiling*), em que todos eles são tratados de forma igual, sem hierarquia social ou econômica, como dito por Rouvroy e Berns (2018, p. 115), “[...] de tal modo que cada um seja verdadeiramente ele mesmo”.

Conforme demonstrou o parlamento europeu através de uma ação judicial contra a *Google*, esta e as demais plataformas digitais têm se aproveitado da exposição vulnerável e da carência de regulamentação para diferentes fins. Alguns dos principais são extrair informações, invadir a privacidade, utilizar a psicologia comportamental para atrair a atenção dos indivíduos (economia da atenção) por meio de mecanismos como a rolagem infinita do *feed*, as notificações *push*, recomendações personalizadas e similares. Em entrevista, Rouvroy (2021) explica:

A governamentalidade algorítmica é a hipótese de um governo do mundo social que se baseia no processamento algorítmico de grandes volumes de dados [big data] e não em políticas, leis e normas sociais. [...] O objetivo é dispensar a produção estatística de probabilidades – o que ainda exigiria interpretação e seria exposto a contestações – por meio de uma intervenção preventiva: para além de reagir em tempo real a sinais digitais ou alertas, o governo algorítmico gera "alertas" ou “estímulos” para obter como respostas reflexos, e não reflexividade, dúvidas, hesitações e decisões "conscientes". É um modo de governo relativamente subliminar que consiste em direcionar a atenção das pessoas para certas coisas, modificando o ambiente informativo ou físico para que os comportamentos não sejam mais obrigatórios, mas necessários (Rouvroy 2021, p. 17-18).

Doneda e Almeida (2018, p. 142) reforçam a difícil tarefa, para quem pesquisa sobre o tema, que é a de conseguir “[...] descrever os passos dados por um algoritmo para produzir determinado resultado, nem que seja apenas em termos abstratos”. A falta de transparência, isto é, a opacidade que impede de decodificar os dados, complexifica a compreensão sobre o funcionamento dos algorítmicos, e isso consequentemente limita a capacidade de fazer previsões, formular hipóteses ou fazer inferências. Apesar disso, é preciso ter em mente que:

Os algorítmicos não são neutros, mas desenhados por instituições, que podem ter objetivos de prever comportamentos, prender a atenção, reduzir o tempo livre, gerar necessidades de consumo, influenciar opções políticas etc. Ademais, são sempre enviesados, pois refletem e reforçam abordagens e preconceitos sobre gênero, raça e classe presentes na sociedade (Martins, 2020, p. 188).

O documentário *Privacidade Hackeada* (Orlowski, 2020), revelou como a empresa de análise de dados *Cambridge Analytica* fez uso da psicologia comportamental sobre eleitores indecisos para bombardeá-los de desinformação contra a candidata adversária de Donald Trump, Hillary Clinton, do Partido Democrata. O documentário apontou ainda que durante a campanha sobre o plebiscito da saída do Reino Unido da União Europeia, também houve coleta de dados dos cidadãos que receberam uma quantidade massiva de mensagens favoráveis ao *Brexit*. Moore (2022) comenta:

A Cambridge Analytica alcançou a infâmia global pela quantidade de dados pessoais digitais que coletou e usou para selecionar eleitores, mas é pouco provável que tenha sido a única (Moore, 2022, p. 13).

Moore (2022) acrescenta que, por serem transnacionais, as plataformas digitais conseguiram exportar dos Estados Unidos para outros países como Alemanha, Índia, Malásia e Brasil, as mesmas técnicas e ferramentas de comunicação digital, interferindo em outros contextos políticos. Mas se os algoritmos dessas *Big Techs* são tão poderosos quanto se imagina, como eles, de fato, conduzem as condutas? Como se dá a direção dos indivíduos através da governamentalidade algorítmica?

Em *Do governo dos vivos*, Foucault (2011, p. 100) explica como funciona a direção dos indivíduos: “a direção é uma técnica que consiste em ligar duas vontades de maneira que elas restem uma em relação a outra continuamente livre”. Em outras palavras, tanto aquilo que o outro quer quanto aquilo que eu quero se conectam, passam a coexistir e se tornam uma única coisa, ambas as vontades convergem para o mesmo fim de tal forma que, conforme Foucault (2011, p. 98), “[...] uma queira totalmente e continuamente aquilo que quer a outra”.

No regime de informação, os sistemas de recomendação das mídias digitais, faz-nos querer-te bem, querer-te *mais*, parafraseando Caetano Veloso. Isso ocorre de maneira tal que nosso querer é o mesmo querer dos algoritmos. As duas vontades restam continuamente presentes no ambiente virtual, que se apresenta como um espaço “livre”. Nossa vontade de consumir determinados conteúdos é saciada pelas técnicas algorítmicas, que entregam sistematicamente novos conteúdos similares em nosso *feed*. Han (2022a, p. 33) reflete sobre isso que “Cada desejo, cada necessidade é imediatamente satisfeita. As pessoas ficam tontas

pela curtição, consumo e divertimento”. A elaboração algorítmica de perfis personalizados permite criar uma conta nas plataformas digitais que é a imagem e semelhança do usuário, expressando e sugerindo tudo aquilo que ele deseja, em função da capacidade do *Big Data* em prever e antecipar suas ações. Consequentemente:

Quanto mais tempo eu ficar na internet, mais minha Filter Bubble é preenchida com informações que eu curto e que corroboram minhas convicções. Apenas algumas opiniões e visões sobre o mundo que estão em conformidade comigo me são mostradas (Han, 2022a, p. 54).

A direção é uma técnica e, tomando como exemplo a direção cristã, Foucault (2011) lista o exame e a confissão como principais métodos para formar os noviços praticado pelos mestres da ordem religiosa. O exame ensina como observar a si mesmo, examinar os próprios pensamentos. A confissão obriga a falar, dizer a verdade sobre si. A direção do indivíduo pressupõe obediência, e a obediência vai produzir mais obediência, sintetizada na seguinte máxima: “obedecer tudo e nada esconder” (Foucault, 2011, p. 103). A junção destes dois princípios é o que constitui a subjetividade cristã e, por extensão, toda a subjetividade do mundo ocidental: “tudo dizer de si mesmo, nada esconder; nada querer por si mesmo, obedecer em tudo” (Foucault, 2011, p. 104). Essas técnicas empregadas pela direção cristã são constituídas de um dispositivo com três elementos interconectados, a saber, conforme Foucault (2011, p. 116), “o princípio da obediência sem fim, o princípio do exame incessante e o princípio da confissão exaustiva”.¹¹

No regime de informação, o princípio da obediência sem fim começa quando aderimos de forma tácita e automática os termos das redes sociais *online*, na maioria das vezes sem nem ao menos ler. Han (2023, p. 52) lembra que “seu objetivo é converter a vida em registro de dados. Quanto mais dados forem coletados, sobre uma pessoa, melhor poderá ser monitorada”. Desse modo, confessamos para estas plataformas exaustivamente nossa intimidade, desejos, vontades, confiando que nossos segredos estarão bem armazenados e seguros. E será o smartphone que portamos este grande informante a monitorar permanentemente nossa vida

¹¹ Cf. FELICIANO, Marco. **Existe um segredo para você vencer as batalhas**: dias maus, dias de perseguição, de guerras e lutas virão, mas venceremos com os joelhos no chão! 29 ago. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2333568016783204&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.
FELICIANO, Marco. **Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda a injustiça**. 09 mar. 2022. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2482827235190614&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.

peçoal. O smartphone “funciona como um confessional móvel. Ele continua o ‘domínio sacral do confessional’ de uma forma diferente”, Han (2022b, p. 50).

Em outra obra, intitulada *A crise da narração*, Han (2023, p. 29) afirma que “estamos entregues à caixa-preta algorítmica. As pessoas estão definindo e se transformando em um conjunto de dados que pode ser controlado e explorado”. A sociedade da informação é, portanto, uma sociedade dataísta (Han, 2022a), ou seja, marcada por uma espécie de totalitarismo dos dados. Em outras palavras:

O discurso é substituído por dados. O processamento do Big Data incluiu e abarcou a população. Os dataístas afirmariam até mesmo que a inteligência artificial ouve atentamente melhor do que o ser humano (Han, 2022a, p. 65).

A extração massiva de dados empreendida pela governamentalidade algorítmica corrobora com a análise haniana feita acima. Já não há mais a necessidade do olhar de um outro (um sacerdote, um psicólogo, um psicanalista) para nos examinar, nos ouvir, para extrair a verdade sobre nós mesmos, logo, “[...] somos conduzidos por diferentes atores, por metrônimos invisíveis” (Han, 2022b, p. 19). A interferência direta humana *conduzindo* nossas condutas é substituída por sistemas automatizados, por *infômatos*, isto é, “[...] atores do processamento de informações” (Han, 2022b, p. 15), uma vez que os algoritmos e a inteligência artificial nos ouvem (e muito bem), por si só eles conseguem nos apreender, conhecer, saber quem somos quando navegamos na internet, o que fazemos conforme os sites que acessamos e o que se pode fazer de nós de acordo com os rastros digitais que deixamos.

A governamentalidade em Foucault (2008) tem como principal alvo a população, enquanto entidade biológica, no momento histórico de consolidação dos Estados modernos (final do século XVIII e início do século XIX) e dos desafios sociais que surgiam a partir deles (como problemas sanitários, taxa de natalidade e mortalidade etc.) exigiu-se, assim, dispositivos de segurança para controlar esses múltiplos fenômenos. A governamentalidade algorítmica do século XXI, por outro lado, se dirige não mais para as populações, e sim para os perfis personalizados das redes sociais *online*. Daí a importância da *selfie* enquanto tecnologia política a moldar individualidades contemporâneas (ver seção 4.3.3). De modo que os desafios da sociedade do cansaço (Han, 2017) não são mais de ordem bacteriológica e/ou sanitária, mas neuronal: “[...] depressão, Transtorno de Déficit de Atenção com Síndrome de Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Personalidade Limítrofe (TPL) ou a Síndrome de Burnout (SB)” (Han, 2017, p. 7). O dispositivo de segurança, agora, tem que lidar com a compulsão da comunicação que circula na internet.

A revolução digital, argumenta Han (2022a), deu ao indivíduo o prazer da sensação de ser único, exclusivo, graças ao seu perfil personalizado das redes sociais *online*. “O regime de informação se apodera dos indivíduos, à medida que lhes elabora seus perfis de comportamento” (Han, 2022a, p. 22). O *homo digitalis* (homem digital) não se banha de multidão, como narra a poesia modernista baudelaireana. Ele não se sente mais um na multidão, errante em meio à comunhão universal das massas. “A nova massa é o enxame digital” (Han, 2018, p. 12), constituída de indivíduos singularizados, percebidos como barulhentos, se expondo nas plataformas digitais e competindo por atenção. Consequentemente, o comum e o comunitário se desintegram, dificultando possibilidades de resistência em face da ordem neoliberal em voga:

A egotização crescente e a atomização da sociedade leva a que os espaços para o agir conjunto encolham radicalmente e impede, assim, a formação de um contrapoder que pudesse efetivamente colocar em questão a ordem capitalista (Han, 2018, p. 13).

Na passagem do governo estatístico que visava a regulação das populações para o governo algorítmico que se dirige a cada um através de seu perfil, a noção de subjetivação, concebida por Foucault (2011, p. 100) como “[...] a formação de uma relação definida de si consigo”, é ressignificada no mundo digitalizado, em alinhamento ao argumento de Rouvroy e Berns (2018) detalhado neste recorte teórico:

A governamentalidade algorítmica não produz nenhuma subjetivação, ela contorna e evita os sujeitos humanos reflexivos, ela se alimenta de dados “infraindividuais” em si mesmos insignificantes, para criar modelos de comportamento ou perfis supraindividuais sem jamais interpelar o sujeito, sem jamais convocá-lo a dar-se conta por si mesmo daquilo que ele é, nem daquilo que ele poderia tornar-se (Rouvroy; Berns, 2018, p. 116).

Ao mesmo tempo em que a tecnologia de informação e comunicação proporcionou a criação de perfis para atender as necessidades e prevenir eventuais danos, ela passou a ameaçar a privacidade, a autonomia, enfim, a cidadania digital. Mas Rouvroy e Berns (2018) ressaltam que, embora os perigos sejam mais digitais do que físicos, não se pode reduzir as pessoas aos seus perfis virtuais. De um ponto de vista existencial e ontológico, o que o autor e a autora sugerem é que:

[...] quaisquer que sejam, por outro lado, suas capacidades de entendimento, de vontade, de expressão, não é mais por meio dessas capacidades que eles [os indivíduos] são interpelados pelo “poder”, mas, em vez disso, por meio de seus “perfis” (de fraudador potencial, de consumidor, de terrorista potencial, de aluno com forte potencial etc.) (Rouvroy; Berns, 2018, p. 118).

Os algoritmos de processamento de dados digitais modificaram profundamente o funcionamento da internet, dada à influência nos modelos de negócio da publicidade, na criação de formas de interatividade na prática jornalística e sua interferência na sociedade de um modo geral. A governamentalidade algorítmica exerce uma condução calculada de nossas condutas e, a despeito das engrenagens de sistemas informacionais, não estão plenamente disponíveis à investigação científica. Esta falta de opacidade dos algoritmos, porém, não nos impede de observar como eles operam na propagação de determinados conteúdos, é o caso dos memes.

4.1.1 O meme como tecnologia política

Han (2022a) argumenta que a crise enfrentada pelas democracias modernas tem como consequência o surgimento do que denominou de infocracia, na qual “as informações são utilizadas como armas”, Han (2022a, p. 43), constituindo-se, desse modo, num regime de informação em que as mídias digitais modificam radicalmente a esfera pública. Na infocracia, “[...] as pessoas não são mais telespectadoras passivas, que se rendem ao entretenimento. São emissores ativos. Produzem e consomem, de modo permanente, informações” (Han, 2022a, p. 33). É a partir dessa premissa que se pode compreender a eficiência na estratégia de comunicação adotada por setores neoconservadores nas redes sociais *online*, porque se constitui num conjunto de novos procedimentos, técnicas e dispositivos que atuam tanto sobre os corpos quanto sobre grupos específicos, isto é, sobre o exame digital que “[...] consiste em indivíduos singularizados” (Han, 2018, p. 12).

Em meu argumento, tais estratégias representam novos mecanismos de poder que se estabelecem a partir de uma guerra de narrativas, em que o meme surge como essencial para viralizar, e torna o ambiente digital confuso, cacofônico, espetacularizado. Se, em *Genealogia e Poder*, Foucault (2021) analisou como o poder ao término das guerras se estabelece por meio de uma guerra silenciosa, sutil e indireta, no regime de informação das infocracias, por outro lado, a guerra é declarada e os/as oponentes da política são traduzidos/as em inimigos/as, entram na mira dos gabinetes do ódio que mobilizam seus exames digitais (Han, 2018) na tentativa de causar a desmoralização pública desses/as adversários/as e desestabilizar regimes democráticos. Essa mobilização é feita a partir do momento em que determinados conteúdos são divulgados, misturando deliberadamente informações verdadeiras e falsas, alimentando pânicos morais ou teorias conspiratórias e apelando para sentimentos e paixões, como Michiko Kakutani (2018) avalia:

Na *web*, onde cliques são tudo e entretenimento e notícias são cada vez mais misturados, o material sensacionalista, bizarro ou revoltante sobe para o topo, com posts que apelam cinicamente para a parte rudimentar de nossos cérebros – para emoções primitivas como medo, ódio e raiva (Kakutani, 2018, p. 151)

É certo que o fenômeno da espetacularização é anterior às mídias digitais. Na década de 1960, o filósofo francês Guy Debord (2003) descreve a sociedade do espetáculo como aquela em que a imagem predomina sobre a coisa, a cópia sobre o original, a representação sobre a realidade, a aparência sobre a essência. Afirma: “[...] no mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso” (Debord, 2003, p. 11). Seguindo este direcionamento e tendo como objeto de pesquisa a televisão, Fischer (2012, p. 117) acrescenta a teoria debordiana como uma das categorias para analisar o dispositivo pedagógico da mídia, quando relata “[...] a transformação da vida em espetáculo (seja nas produções ficcionais, seja nos materiais informativos *stricto sensu*)”.

A espetacularização da violência, a informação transformada em entretenimento (ou seja, em infoentretenimento) e o sensacionalismo, são características que acompanham a mídia brasileira e latino-americana em geral, especialmente em programas policiais da TV aberta, como ressalta Jesús Martín-Barbero (2004, p. 295), quando alega ser “[...] dos medos que vivem as mídias”. Em outras palavras, o fato noticioso seria definido pelo ato de agir em uma “[...] exploração do inusitado e pretende destacar, na seleção dos assuntos, aspectos mais espetaculares, sensacionais, para superar a concorrência e provocar interesse no telespectador”, descreve Jaime Carlos Patias (2006, p. 101-102). Neste mesmo sentido Maria Luiza Belloni (2005, p. 39) argumenta que o “[...] excesso de imagens violentas, típicas de nossa paisagem audiovisual, tornou-se de certo modo aceitáveis e legítimas representações da realidade”.

Acontece que a espetacularização é elevada a quinta potência no atual contexto de plataformização. E o meme, então, aparece como tecnologia política, se tornando uma ferramenta para desequilibrar as relações de poder ao inverter a realidade, promover um momento do falso e exercer uma espécie de poder espetacular, não como adjetivo, sinônimo de maravilhoso, mas como um poder viral, na concepção debordiana, cacofônico, mediado pelas tecnologias digitais. No ciberespaço das redes sociais *online* (independentemente de ser *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* ou *Tik Tok*), “[...] o eu foi convertido em um ‘show’ e a intimidade foi convertida em espetáculo,” Pablo Esteban Rodríguez (2018, p. 186). A este debate, acrescento a ponderação de Han (2022a, p. 45):

A comunicação baseada em memes como *contaminação viral* dificulta o discurso racional ao mobilizar, mais do que nada, afetos. A guerra de memes indica que a comunicação digital privilegia cada vez mais o visual perante o textual. Imagens são, justamente, mais rápidas do que textos. Nem o discurso, nem a verdade são virais.

Lanier (2018, p. 38) expõe as dificuldades que cientistas independentes encontram para investigar o funcionamento dos algoritmos, tendo em vista que “[...] o processo acontece praticamente no escuro, funcionando no automático; é um novo tipo de cosmos imerso em sombras sinistras”. Já Krishma Carreira (2024), ao discutir as operações algorítmicas presentes nos Sistemas de Decisões Automatizadas (SDA), afirma que tais sistemas sociotécnicos são compostos tanto por escolhas humanas, que são subjetivas e ideológicas, quanto por elementos tecnológicos, como a Inteligência Artificial (IA). No processo de governança das plataformas, que envolve seleção, julgamento e filtragem, vieses preconceituosos entram em operação via algoritmos, uma vez que se trata de “[...] sistemas baseados no comportamento de clique que querem maximizar resultados e, por isso, têm potencial de reforçar estereótipos” (Carreira, 2024, p. 57).

O conteúdo digital produzido a partir de memes se constitui no objeto sobre o qual a governamentalidade algorítmica projeta seu cálculo, com vistas a gerar alertas e estímulos dos perfis que, organizados em enxames digitais (Han, 2018), agirão, ou melhor, reagirão aos memes, gerando engajamento, tendo reações cada vez mais aceleradas e acaloradas sem que haja abertura para a reflexão ou a crítica. O meme, portanto, participa das relações de poder “[...] como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda” (Foucault, 2021, p. 364), sendo peça fundamental para o funcionamento da arquitetura comunicacional no interior do dispositivo pedagógico da mídia digital. Por isso, esta tese aborda o estudo do meme em termos de estratégias e táticas, como parte do poder espetacular que tem sido constantemente aperfeiçoado e modificado conforme o desenvolvimento das plataformas digitais.

Como escrevi em outro momento (Insfran, 2019), o meme foi cunhado pelo etólogo neodarwinista Richard Dawkins, em 1976, para designar a propagação social de qualquer artefato da cultura num processo de transmissão semelhante ao dos genes. “Dessa forma, memes são imagens, signos, crenças e todos os componentes simbólicos que participam desse processo de transmissão cultural” (Insfran, 2019, p. 66). Han (2022a, p. 44) desenvolve um raciocínio similar: “Memes são desenhos cômicos, fotomontagens ou vídeos curtos, dotados de uma frase curta provocante, que se propagam de modo viral nas mídias sociais”.

Em *A Tragédia e a Farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*, Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2020), classifica estas expressões da luta simbólica de memetização da realidade:

[...] reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais, os chamados memes, “viralizando” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo de renovação (Casimiro, 2020, p. 23).

O levantamento mapeou esse tipo de conteúdo digital descontextualizado que circulou nas mídias digitais e chegou a ser classificado como conteúdo falso por uma agência de checagem. Diante do trabalho jornalístico de checar informações, no caso da Figura 2 a deputada Bia Kicis (PL-DF) questionou na legenda: “é tão difícil assim interpretar um meme?”, acrescentando emojis de risadas na postagem. A deputada adotou a estratégia de que o conteúdo se tratava de um mero meme, conteúdo engraçado, sem considerar os impactos da recepção desse tipo de postagem sem a devida contextualização para as milhares de pessoas que tiveram acesso a ele.

Figura 2 – Questionamento sobre meme por Deputada Bia Kicis (PL-DF)



Fonte: Facebook Deputada Bia Kicis¹²

¹² KICIS, Bia. *É tão difícil assim interpretar um meme?* 03 jul. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2021066721393213&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

No regime de informação, a comunicação em rede propiciada pelas mídias digitais tende a ressoar e a propagar com mais facilidade e rapidez conteúdo baseado na espetacularização, daí sua importância como técnica adotada pelos/pelas congressistas do neoconservadorismo não só do Brasil como em outras partes do mundo. Para Henry Jenkins, Joshua Green e Sam Ford (Jenkins, Green e Ford, 2022), um conteúdo digital se torna propagável quando atende a quatro critérios: a) estar facilmente disponibilizado na internet e acessível para o público; b) ser prático, em outros termos, ser de fácil manuseio pelos usuários e, assim, ser reutilizado com novas edições; c) ser dotado de relevância para um público diversificado e heterogêneo e, por fim, d) apresenta constância em sua produção, uma vez que criadores/as não conseguem prever quais materiais viralizam e quais *flopam*¹³.

Pude notar todas estas quatro características nas cinco páginas analisadas. Os materiais digitais se mostraram de fácil acesso para o público, falando numa linguagem simples. No exemplo abaixo, a deputada Bia Kicis (PL-SP) satirizou a imprensa tradicional por causa de uma gargalhada dada pelo então Presidente da República Jair Bolsonaro, que acabou pautando o noticiário. No caso mencionado, como consta na Figura 3, o uso do *internetequês*, com a gargalhada *kkkk*, sinalizou uma forma de comunicação acessível ao público.

Figura 3 – Com um *kkk* ele pauta toda a mídia



Fonte: Facebook Deputada Bia Kicis¹⁴

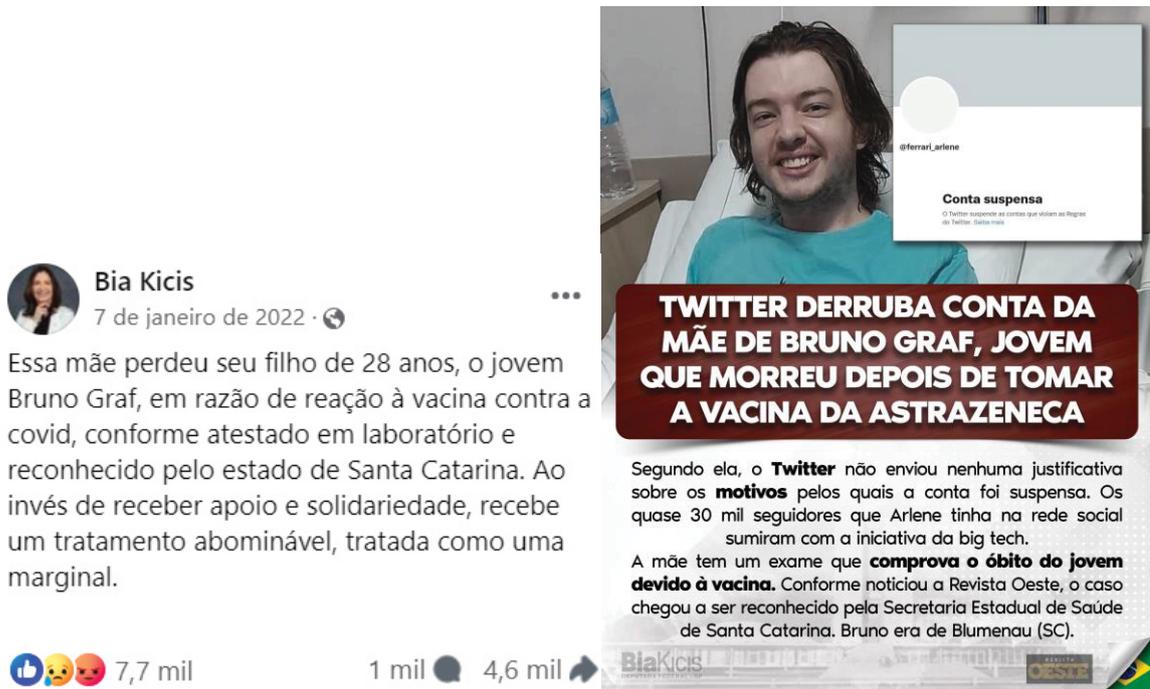
¹³ Do inglês, *flop*, gíria que se popularizou nas redes sociais *online* que significa cair, despencar, fracassar.

¹⁴ KICIS, Bia. **Pautando a imprensa desde 2017!** 09 abr. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=526756162141738&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

A capacidade de reutilizar os conteúdos digitais também foi outra característica presente, uma vez que os materiais eram planejados de forma a integrar diferentes plataformas e recursos visuais. Esta habilidade em produzir narrativas transmídias é o que Henry Jenkins (2009) denomina de cultura da convergência, fenômeno característico dos processos de digitalização em que as fronteiras entre as diferentes mídias tendem a se colidir, a relação entre criadores de conteúdo e o poder de consumidor torna-se cada vez mais inesperado. E os/as neoconservadores/as têm obtido vantagens ao conseguirem se adaptar ao modelo convergente da cultura.

De acordo com o conteúdo digital que reuni como material empírico, numa mesma postagem do *Facebook* era possível ver convergindo um perfil bloqueado pelo então *Twitter* (atual *X*) articulado a um conteúdo noticioso (Revista Oeste) e acrescido de uma fotografia, misturando, desse modo, diferentes recursos e mídias como estratégia de comunicação, sem que a mensagem central perdesse sua força (Figura 4):

Figura 4 – Direcionamento de abordagem do caso Bruno Graf



Fonte: *Facebook* Deputada Bia Kicis¹⁵.

¹⁵ KICIS, Bia. Essa mãe perdeu seu filho de 28 anos, o jovem Bruno Graf, em razão de reação à vacina contra a covid, conforme atestado em laboratório e reconhecido pelo estado de Santa Catarina. Ao invés de receber apoio e solidariedade, recebe um tratamento abominável, tratada como uma marginal. 07 jan. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2186616448171572&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

O caso da Figura 4 é emblemático, pois a mensagem central contada pela deputada Bia Kicis (PL-DF) deu mais enfoque no banimento de um perfil no *Twitter* (X), enfatizando que se tratava de 30 mil seguidores, ou seja, uma conta com muito engajamento, do que na morte do jovem identificado apenas como Bruno Graaf, de Blumenau (SC) que, segundo a postagem, morreu em decorrência da vacina da farmacêutica Astrazeneca. Sobre o jovem não foi dito profissão, idade, histórico de saúde... nada. Kicis pareceu se chocar mais com o perfil que foi bloqueado, do que com a própria vida humana.

A relevância é outro elemento muito comum, o que envolve o critério de atualidade de um acontecimento de acordo com os valores-notícia do jornalismo. Um tema amplamente divulgado nas páginas analisadas foi o processo de cassação do ex-deputado estadual Arthur do Val, acusado de assediar refugiadas ucranianas durante invasão russa naquele país, conforme a Figura 5:

Figura 5 – Abordagem da renúncia de Arthur do Val I



Fonte: Facebook Deputado Sargento Fahur ¹⁶.

¹⁶ FAHUR, Sargento. **Mamãe renunciou.** 20 abr. 2022a. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=541002797388429&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

A constância na produção de conteúdo ficou caracterizada pela produção massiva de materiais postados. De fato, a extrema-direita neoconservadora é muito ativa nas redes sociais *online*, pois entendem que produzir conteúdo em larga escala garante a viralização, mantém as páginas sempre em evidência e a base mobilizada, evitando assim que os conteúdos *flopem*.

No regime de informação, as lutas políticas enquanto continuação indireta das guerras, deixam de ser algo sutil, silencioso, e se deslocam para os barulhos das redes sociais *online*, cuja característica é “[...] motivar e otimizar” (Han, 2022a, p. 17). Em *Não-coisas: Reviravoltas do mundo da vida*, Han (2022b) discute o quanto tem sido cada vez mais difícil fazer silêncio na sociedade da informação. Se, no passado, as batalhas eram por conquistar territórios, hoje, a luta é para ganhar a atenção. E, como diz o ditado, se ganha no grito.

A hipercomunicação, o barulho da comunicação desconsagra e profana o mundo. Ninguém *escuta*. Todos se *produzem* a si mesmos. O silêncio *não produz nada*. É por isso que o capitalismo da informação produz compulsão da comunicação (Han, 2022b, p. 137).

Os cidadãos, não qualquer cidadão (se diga apenas aqueles considerados suficientemente disciplinados, treinados, “normalizados”, os chamados cidadãos de bem), são constantemente instados a fazer barulho nas redes sociais *online* e motivados a portar uma arma de fogo, conforme atestam o Gráfico 3 e a Figura 6. Na realidade, como demonstram Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima (Bueno e Lima, 2022), no Anuário de Segurança Pública, em que o registro de armas cresceu 473% de 2018 a 2022:

Gráfico 3 – Pessoas físicas com registro de armas de fogo no Brasil



Fonte: Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima (Bueno e Lima, 2022, *online*)

Figura 6 – Lula *versus* Bolsonaro - Armamento

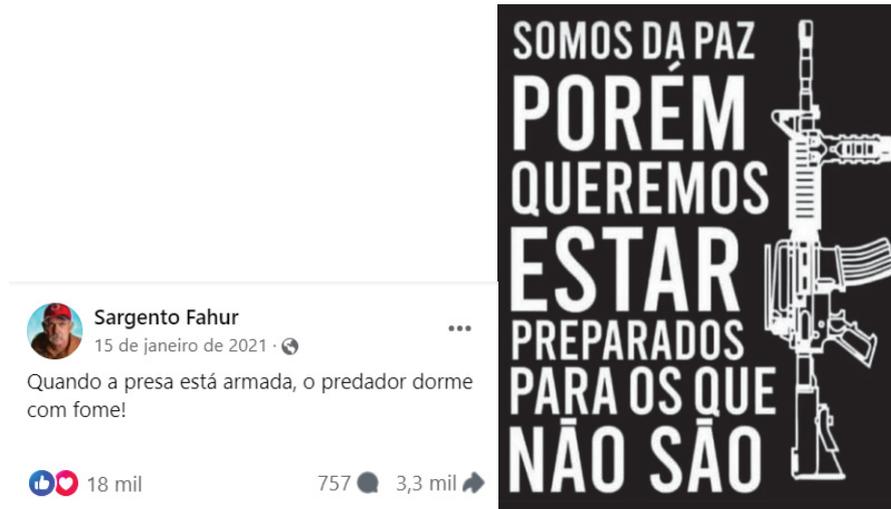
Fonte: Facebook Deputada Kicis¹⁷.

Duarte e César (2022) vão denominar de “Homem de Bem”, este fenômeno que tem como característica a busca de um ideal social neoconservador no campo moral, neoliberal no campo econômico e autoritário no campo político. “O ideal social do Homem de Bem atrai a quem quer que se entusiasme com o patriotismo chauvinista e militarizado, de forte apelo anticomunista – a despeito do caráter fantasmático de tal ameaça”, Duarte e César (2022, p. 14).

Lacerda (2019) afirma que o militarismo anticomunista foi utilizado como estratégia de poder promovido pelos Estados Unidos como forma de combater a União Soviética no contexto da Guerra Fria. Anos mais tarde, em 2001, com o ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque, o discurso militarista (especialmente da direita cristã) retornou, mas direcionado a um novo inimigo: os terroristas do Oriente Médio e, conseqüentemente, a demonização da religião islâmica. Mas o militarismo não se restringe ao contexto neoconservador estadunidense. No levantamento desta tese, a temática militar apareceu frequentemente. Tanto nas legendas, convocando seguidores para a guerra (Figura 7), quanto nas imagens (Figura 8), em montagens com Jair Bolsonaro como um soldado em campo de batalha (Figura 9).

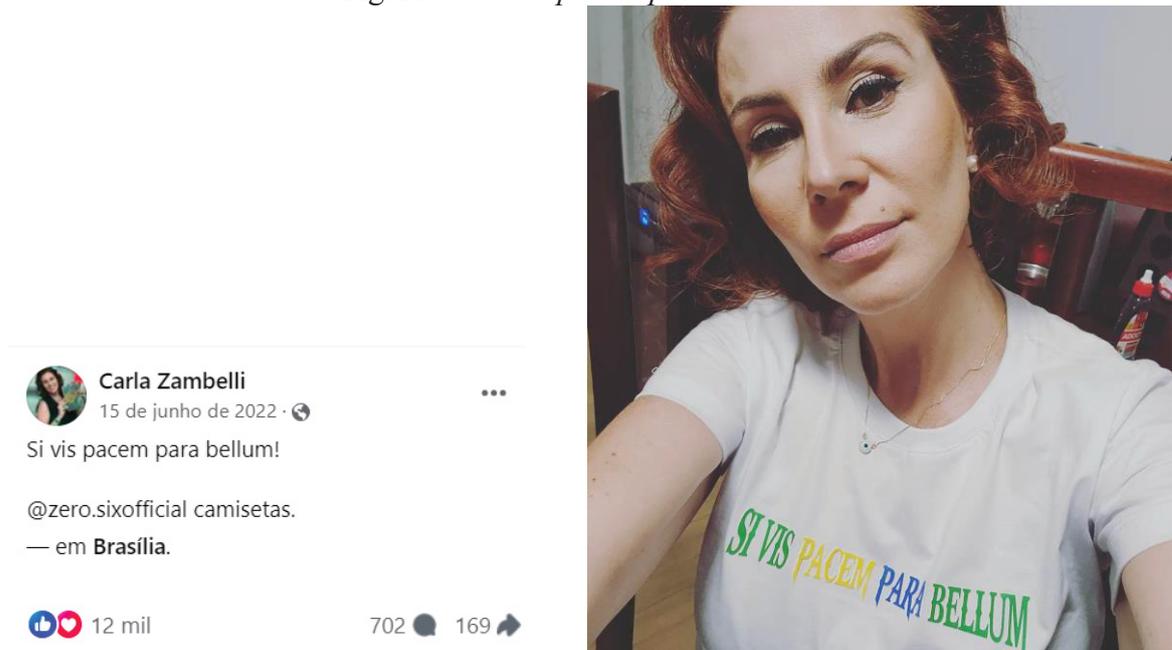
¹⁷ KICIS, Bia. **Eis a diferença entre alguém que defende nossas liberdades e um tirano.** Escolha seu lado. 30 ago. 2021b. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2073851826114702&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 7 – Militarismo e postagem sobre “somos da paz”



Fonte: Facebook Sargento Fahur¹⁸.

Figura 8 – *Si vis pacem para bellum!*¹⁹



Fonte: Facebook Deputada Carla Zambelli²⁰.

¹⁸ FAHUR, Sargento. **Quando a presa está armada, o predador dorme com fome!** 15 jan. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3722893621140904&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

¹⁹ Expressão em latim que, traduzida, significa, “se você quer paz prepare-se para a guerra”.

²⁰ ZAMBELLI, Carla. **Si vis pacem para bellum!** 15 jun. 2021. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=568070171334056&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 9 – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!



Fonte: *Facebook* Deputado Eduardo Bolsonaro ²¹.

A comunicação digital neoconservadora, conforme o material empírico desta tese tem demonstrado, atua para a construção e valorização do Homem de Bem (Duarte e César, 2022), encarnado na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro. A extrema-direita neoconservadora se agarrara neste ideal social e produziram vasto conteúdo digital de verdadeiro culto à personalidade do antigo chefe do Poder Executivo Federal. Na condição de Homem de Bem, Jair Bolsonaro “transmite e acentua o desejo de ordem militar, disciplina e hierarquia, bem como exalta uma concepção unificada e unitária de povo, da qual a diversidade e a pluralidade devem ser extirpadas”, Duarte e César (2022, p. 14).

O ex-presidente Bolsonaro se formou na Academia das Agulhas Negras em 1977, e seguiu a carreira militar antes de entrar na política. O político conseguiu, juntamente com seus aliados no ambiente digital, um feito inegável: difundir em larga escala o discurso militarista, constituído do imaginário de guerra, valorização da disciplina, importância da hierarquia e da ordem, a estética das forças armadas, conceitos que passaram a ser uma forma social absolutamente generalizada ao arregimentar tantos apoiadores, no que culminou nos atos de vandalismo do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

²¹ BOLSONARO, Eduardo. **Bom dia!** 22 abr. 2022. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=543669093784175&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

A invasão golpista às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 foi antecedida por sucessivas postagens nas redes sociais *online* que esta tese pode capturar durante os anos considerados para análise (2021 e 2022). Os conteúdos mantinham um permanente estado de alerta, abasteciam seguidores/as de uma narrativa baseada no “nós contra eles” (Cristianismo x Comunismo) e visavam, com isso, ganhos políticos e eleitorais, pois são discursos direcionados a produzir inimigos e que têm como consequência a radicalização política e o extremismo. O levantamento apontou como principais alvos destas postagens os movimentos comunistas e socialistas (associados ao PT, na maioria dos casos), enquanto Jair Bolsonaro era apresentado como “última barreira contra o comunismo” (Figura 10 a 13):

Figura 10 – Eu não quero ver minha filha comendo cachorro



Fonte: Facebook Deputada Bia Kicis ²².

²² KICIS, Bia. **Alvo**. 29 abr. 2022. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=539352234215464&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 11 – Retorno de Lula ao poder, objetivo esperado pelo líder do Hamas

BRASIL 27 ANOS

“Lula é um amigo do povo palestino e esperamos sua volta”, diz líder do Hamas ao 247

GRUPO TERRORISTA CLAMA PELA VOLTA DE LULA!

Deus nos livrou deste governo sombrio! Imagine como seria nosso país se a esquerda ainda estivesse no poder, talvez pior do que a Argentina ou "a caminho" da Venezuela. Por isso apoio tanto nosso presidente, **Jair Messias Bolsonaro**, a última barreira contra o comunismo.

14 mil 2,6 mil 7 mil

MARCO FELICIANO PASTOR MARCO FELICIANO PASTOR MARCO FELICIANO

Fonte: *Facebook* do Deputado Marco Feliciano ²³.

Figura 12 – Guerra entre Cristianismo e Comunismo

BIA KICIS DEPUTADA FEDERAL - DF

O capitalismo é padrinho e protetor do comunismo. A guerra não é entre capitalismo e comunismo, é entre **CRISTIANISMO** e comunismo.

7:31 AM · 1 de dez de 2021 · Twitter Web App

BIA KICIS DEPUTADA FEDERAL - DF

Bia Kicis 5 de outubro de 2022

6,3 mil 227 1,5 mil

Fonte: *Facebook* Deputada Bia Kicis ²⁴.

²³ FELICIANO, Marco. **Deus nos livrou deste governo sombrio!** Imagine como seria nosso país se a esquerda ainda estivesse no poder, talvez pior do que a Argentina ou "a caminho" da Venezuela. Por isso apoio tanto nosso presidente, Jair Messias Bolsonaro, a última barreira contra o comunismo. 04 jun. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2265556430251030&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

²⁴ KICIS, Bia. **Alvo**. 05 out. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=648010826682937&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 13 – PT sonha em implantar comunismo no Brasil, admite Dilma



Fonte: *Facebook* Deputada Carla Zambelli.²⁵

O que o conjunto destas postagens em linguagem agressiva militarista e anticomunista denotam, fundamentalmente, é a defesa de um certo tipo de masculinidade associada à violência, à força e à hierarquia. “Os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violência parcialmente porque são preparados para isso”, Connel e Pearse (2015, p. 35). A comunicação digital da extrema-direita neoconservadora ao adotar a hipermasculinidade como linguagem dominante prepara especialmente os homens para este permanente estado de confronto contra tudo aquilo que é percebido como ameaça. E não fica apenas no plano do discurso e da retórica, a violência torna-se física, em 9 de julho de 2022, o petista Marcelo Arruda foi assassinado pelo bolsonarista Jorge José da Rocha Guarinho, em Foz do Iguaçu (PR). Um assassinato cometido por motivação política.

Os Estudos das Masculinidades, discorrem Edimauro Matheus Carriel Ramos e Jamil Cabral Sierra (2023) iniciaram nos anos 1970, com movimentos feministas, gays e lésbicos. O que estes estudos apontam é que há uma multiplicidade de masculinidades em disputa nas e pelas relações sociais, “sendo muitas delas (des)favorecidas pela cultura patriarcal por meio de opressões e marcadores sociais de diferença como o machismo, racismo, misoginia, etarismo e a lgbtqiafobia”, Ramos e Sierra (2023). O neoconservadorismo brasileiro privilegia um tipo

²⁵ ZAMBELLI, Carla. **Inacreditável!** Dilma admitiu, em entrevista concedida ao portal Opera Mundi, que o objetivo e sonho do PT é implantar o socialismo no Brasil. 14 jun. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=566980571443016&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

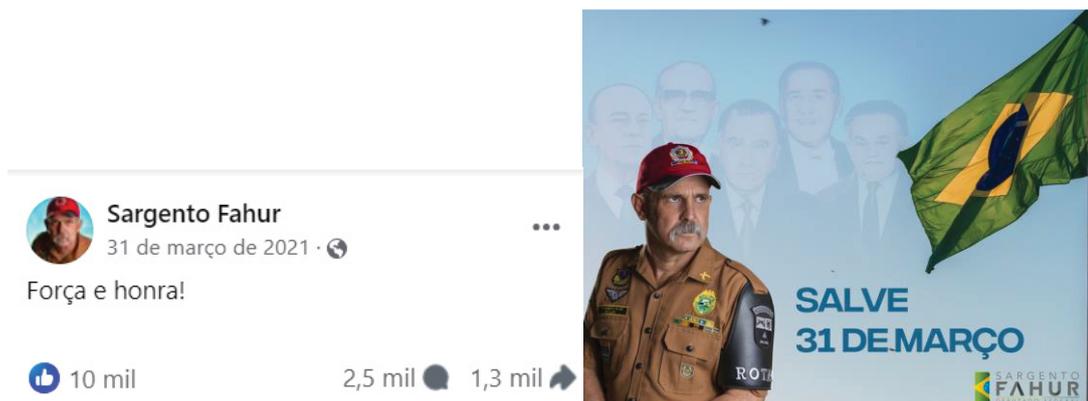
específico de masculinidade, a saber, patriarcal, autoritária e saudosista de um período em que os homens exerciam pleno domínio sobre a sociedade. Este período é a Ditadura Militar (1964-1985).

A deputada federal pelo PT/RS, Maria do Rosário (2022, p. 137) argumenta que países que experimentam violência sistemática do Estado conservam vivas as “[...] memórias do terror, da perseguição e do medo, cujo processo de superação exige, em primeiro lugar, romper o silenciamento”. Assim, a violência que vem desde os tempos coloniais se renova, investindo sobre corpos historicamente vulneráveis, sobre as mulheres na forma da violência política e sobre dissidentes sexuais e de gênero na forma da LGBTI+fobia. Assim:

Nos tempos atuais, potencializa-se a relação sobre a qual o Brasil se formou como um país desigual sob as dimensões de classe, escravização humana negra e opressão patriarcal, sendo a violência não o mero exercício de um poder desigual sobre/contra esses segmentos, mas a busca de excluí-los de qualquer poder (Rosário, 2022, p. 140).

Os dados desta pesquisa evidenciam como a violência descrita por Rosário (2022) se naturaliza na comunicação digital neoconservadora, aparecendo, por exemplo, em postagens que comemoram um dos momentos mais sombrios de violência e perseguição política vivida pelo país, o Golpe Militar de 1964 (Figuras 14 e 15).

Figura 14 – Salve 31 de março



Fonte: Facebook Deputado Sargento Fahur.²⁶

²⁶ FAHUR, Sargento. **Força e honra!** 31 mar. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3933901340040130&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 15 – Recorte de jornal à época do golpe militar, em seu apoio



Fonte: Facebook do Deputado Marco Feliciano.²⁷

O livro *Direito à Memória e à Verdade*, elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007), aponta que 475 militantes foram mortos sob tortura. Em alguns casos, as mortes foram simuladas como suicídio ou atropelamentos, já em outros, os restos mortais nunca foram encontrados. Ainda segundo esse livro, o número pode ser maior, levando em consideração a extensão territorial do Brasil, a ausência de registros, os pedidos de indenização e a inclusão de militares, camponeses e operários na lista de desaparecidos, além das pessoas cujas famílias nunca deram queixa.

4.2 ESFERA PÚBLICA VIRTUAL E REDES DE PROTEÇÃO

Quando as redes sociais *online* foram lançadas, alguns de nós não puderam contar com uma rede de apoio e proteção nestas plataformas digitais. Por “nós”, me refiro às mulheres, principalmente mulheres negras, pessoas LGBTI+, indígenas, pessoas com deficiência, entre outras pessoas não contempladas na norma cis-branco-heterossexual. Os ataques de ódio, os crimes cibernéticos, a desinformação em larga escala e os crimes contra a honra sinalizam para

²⁷ FELICIANO, Marco. **Há 57 anos patriotas arriscaram suas vidas para evitar que o Brasil se tornasse uma ditadura comunista.** O plano da esquerda era fechar todas as igrejas, instituir o partido único e confiscar toda a propriedade privada. Obrigado Exército Brasileiro Marinha do Brasil Força Aérea Brasileira!!!! 31 mar. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2211671565639517&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

o quanto a condição precária e a vulnerabilidade de algumas pessoas são consideradas como menos importantes pelas empresas de tecnologia, que muito pouco tem feito para garantir um ambiente virtual seguro. Butler (2019) contribuiu com a seguinte discussão:

[...] a própria ideia de precariedade implica uma dependência de redes e condições sociais, o que sugere que aqui não se trata da “vida como tal”, mas sempre e apenas das condições de vida, da vida como algo que exige determinadas condições para se tornar uma vida vivível e, sobretudo, para tornar-se uma vida passível de luto (Butler, 2019, p. 42).

No regime de informação, corpos à margem da matriz cis-branca-heteronormativa ficam mais expostos à vulnerabilidade, uma vez que o viés discriminatório dos algoritmos reforça estereótipos e preconceitos, enquanto beneficia e impulsiona outros perfis, comportamentos, padrões e modos de vida. A luta por representatividade e visibilidade passa pela discussão sobre como os espaços sociais em que os debates acontecem têm sido suficientemente democráticos, acolhedores e abertos a dar vez e voz a todos.

Porém, como afirma Han (2022a, p. 34), “hoje, as mídias digitais submetem a esfera pública a uma mudança radical de estrutura”. Este novo espaço de debates mediado pelas tecnologias de comunicação e informação, foi denominado de “[...] esfera pública conectada” por Martino (2015, p. 112), e “[...] esfera pública técnico-mediatizada” por Miskolci (2021, p. 29). Já Moore (2022, p. 14) prefere chamar de “[...] esfera pública virtual”, a expressão que adoto na tese para referir sobre a relação entre a esfera pública habermasiana e as plataformas digitais:

Entre elas, três se sobressam: *Facebook* (e as subsidiárias *WhatsApp*, *Instagram* e *Messenger*), *Alphabet* (sobretudo *Google* e *Youtube*) e *Twitter*. Juntas essas plataformas se converteram na esfera pública virtual, ainda que a mundo de distância do imaginado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, responsável por popularizar a expressão (Moore, 2022, p. 14).

Retomando Butler (2006), ela sustenta que embora sejamos donos de nossos corpos, há uma dimensão social sobre eles que compartilhamos quando lutamos pelos direitos coletivos na esfera pública. Por analogia, essa dimensão social dos nossos corpos também acontece na esfera pública virtual, e quanto mais alguém se expõe no espaço de debates para defender, por exemplo, mais vulnerável se encontra a regulamentação das redes sociais *online*. Novamente citando Butler (2006, p. 46, tradução minha):

Isso significa que em parte cada um de nós se constitui politicamente em virtude da vulnerabilidade social de nossos corpos – como lugar de desejo e de vulnerabilidade física, como lugar público de afirmação e exposição. A perda e a vulnerabilidade

parecem ser a consequência de nossos corpos socialmente constituídos, sujeitos a outros, ameaçados pela perda, expostos a outros e suscetíveis de violência à causa desta exposição.

Num mundo cada vez mais interconectado, as redes sociais *online* há muito tempo deixaram de ser um mero espaço de interação e se tornaram um serviço de utilidade pública, cuja necessidade passa pela qualidade na informação fornecida sobre os mais variados temas (como medidas sanitárias, compromisso ético em divulgar a vida privada de figuras públicas ou anônimas, capacidade de banir conteúdos que incitam a violência e outros). É a regulamentação destes serviços que garante a proteção dos interesses do público.

Interesses do público esses que esbarram nos interesses privados das empresas de tecnologia. Essa aparente contradição é tratada pelas plataformas com uma solução simples, mas insuficiente: elas dão ao usuário a possibilidade de escolher entre dois tipos de perfis: um público ou um privado. Perfis privados são aqueles que apenas uma limitada quantidade de pessoas pode ver e acessar o conteúdo, geralmente, apenas aqueles autorizados pelo usuário. Já o perfil público pode ser acessado por qualquer pessoa, ficando aberto ao grande público. Mas independentemente do formato, ambos estão submetidos aos interesses privados das *Big Techs*, que não necessariamente estão preocupadas com a privacidade e a segurança de seus usuários. Em *Cypherpunks: Liberdade e o Futuro da Internet*, o fundador do *WikiLeaks*²⁸, Julian Assange, e os três ativistas digitais Andy Muller-Maquhn, Jacob Applebaum e Jérémie Zimmermann (Assange *et al.*, 2013), discutiram a relação entre o público e o privado nas plataformas digitais, citando o caso do *Facebook*:

“Publicar” significa tornar algo público, permitir acesso a esses dados ao resto do mundo – e, é claro, quando vemos adolescentes postando fotos de si mesmos bêbados ou algo assim, eles podem não ter a noção de que isso pode ser acessado pelo resto do mundo, potencialmente por muito, muito tempo. O *Facebook* ganha dinheiro reduzindo a distinção dessa linha entre privacidade, amigos e publicidade. E eles também armazenam os dados que você acredita serem restritos aos seus amigos e às pessoas que você ama. Então, não importa o grau de publicidade que você gostaria de atribuir a seus dados, a cada vez que você clica no botão “publicar”, dá esses dados primeiro ao Facebook, e em seguida permite o acesso a outros usuários (Zimmerman *apud* Assange *et al.*, 2013, p. 60).

²⁸ O *WikiLeaks* é uma organização internacional sem fins lucrativos, lançado em 2006, sediada na Suécia, cujo site foi construído com base no software de código aberto *MediaWiki*, desenvolvido pela *Wikimedia*. Qualquer pessoa pode submeter ao site documentos confidenciais com a garantia de que a sua identidade será preservada quando eles forem divulgados. O portal analisa esses documentos, verifica a veracidade deles e só publica aqueles que puderem ser comprovados como sendo 100% reais. Ao longo dos anos, jornalistas, ativistas, políticos e dissidentes usaram a plataforma para revelar segredos de países e empresas (Olhar Digital, 2019).

A maior visibilidade e a representatividade conquistada pelas minorias sexuais e dissidências de gênero através das plataformas digitais se relacionam com o debate de Butler (2018) sobre o direito de aparecer em público sem sofrer ameaças de violência que, em última análise, diz respeito à luta pelo exercício de liberdade. Afirmar Butler (2018, p. 40) que, “[...] nesse sentido, a liberdade de aparecer é central para qualquer luta democrática”. Determinados corpos, ao ganharem visibilidade, ao receber destaque na esfera pública *online*, encontram uma exposição radical à violência cibernética, que tanto pode vir pela tentativa de desqualificação, pelo comentário ofensivo ou, em alguns casos, através de uma nova forma de censura que Mello (2020, p. 75) chama de “[...] assassinato de reputações”.

Nesse sentido, a desinformação presente em memes, *cards* ou vídeos, entre outros recursos, cumpre o papel de desumanizar aquele que está sendo representado no conteúdo digital. Por isso que, por mais que minha pesquisa se dedique a pensar as dissidências sexuais e de gênero como recorte desta desumanização, é possível pensar em muitos outros grupos historicamente discriminados e que igualmente sofrem com esta mesma estratégia que é, ao mesmo tempo, desinformativa e desumanizadora. Dessa forma:

Quando consideramos as formas comuns de que nos valemos para pensar sobre humanização e desumanização, deparamo-nos com a suposição de que aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos (Butler, 2011, p. 24).

Em sua análise sobre as plataformas digitais, Miskolci (2021) associa dois eixos: o técnico-comunicacional e o cultural. O eixo técnico-comunicacional dessas plataformas funcionaria a partir de um modelo de negócios voltado a incentivar usuários/as a criarem seus próprios perfis, utilizados não apenas como condição obrigatória para acessar as redes sociais, mas também para a recepção de informações personalizadas, que vão de anúncios comuns às desinformações. Já o eixo cultural seria relacionado à cultura da popularidade midiática que predomina na sociedade estadunidense, especialmente na região do Vale do Silício (local de estabelecimento de várias empresas de alta tecnologia). Essa cultura incentiva usuários/as a competir entre si pela atenção, admiração e engajamento, além de ser centrada no culto da eterna juventude. Dado esse apelo cultural que tem como pressuposto o empreendedorismo e a meritocracia, os reais fundamentos dessas plataformas passam despercebidos, a exemplo das relações de desigualdades e injustiça.

Falamos, portanto, de um “[...] regime de visibilidade individualizante e competitivo” (Miskolci, 2021, p. 43), mediado pelos algoritmos que passaram a conduzir a conduta de determinados perfis que, por seu turno, adotam uma conduta como se tivessem descoberto uma fórmula de sucesso e de juventude - quando na realidade não passam de modelos pré-programados pelas plataformas digitais, baseados em estudos de mercado e comportamento de consumo. A noção de regime de visibilidade, segundo Bruno (2013, p. 15), origina-se dos estudos que Michel Foucault sobre a relação com a verdade. Dessa forma, “[...] um regime é assim constituído pelas condições de possibilidade da verdade, pelo conjunto de regras que a tornam possível”.

Partindo da premissa defendida por Manuel Castells (1999), na sociedade em rede, o capitalismo se adapta com muita facilidade às novas tecnologias de comunicação e informação, uma vez que a arquitetura das redes contribui para fazer circular informações variadas com maior liberdade e rapidez. E é “[...] a partir da informação que o sistema capitalista contemporâneo se organiza” (Martino, 2015, p. 101). Já se sabe, porém, que a internet é constituída não só de informação, mas também de desinformação.

Rouvroy e Berns (2018) alegam que o sujeito da governamentalidade algorítmica é tomado pelo poder através da multiplicidade de perfis baseados nas pegadas digitais que o indivíduo vai deixando ao longo do dia. Como demonstro nesta tese, alguns perfis nas redes sociais *online* são mais expostos a conteúdos nocivos e mais susceptíveis a crimes cibernéticos que outros, mas para a governamentalidade algorítmica, o bônus de garantir a livre circulação da informação é o ônus de ter que tolerar a livre circulação daquilo que Jacob Appelbaum (2013, p. 53) chama de os “[...] Quatro Cavaleiros do Infoapocalipse: pornografia infantil, terrorismo, lavagem de dinheiro e a guerra contra certas drogas”.

A premissa de garantir a todo custo a livre circulação na governamentalidade algorítmica, segundo Rouvroy e Berns (2018, p. 118), “[...] corresponde muito bem ao que Foucault visava com seu conceito de dispositivo de segurança”. Em *Segurança, território, população*, Foucault (2008) expõe o problema da epidemia com o surgimento dos grandes centros urbanos entre os séculos XVII e XIX, o que resultou na expressão de novos mecanismos de poder que puseram em discussão o tema da circulação, uma vez que o contágio estava em evidência:

Circulação entendida, é claro, no sentido bem amplo, como deslocamento, como troca, como contato, como forma de dispersão, como forma de distribuição também, sendo o problema o seguinte: como é que as coisas devem circular ou não circular? (Foucault, 2008, p. 84-85).

No atual regime de informação do século XXI, o tema da circulação segue em pauta, mas agora se depara com outro problema: a infodemia²⁹, uma vez que a falta de regulamentação das plataformas digitais (*Google, Facebook, Twitter e Youtube*) deu margem à livre circulação de mensagens de ódio, *fake news*, teorias da conspiração e similares. Martino (2009, p. 273) relata que, “[...] nesse sentido, a maior vantagem da internet, a falta de controle, é igualmente sua maior fraqueza”. Na esfera pública tecno-midiatizada ou esfera pública *online*, a infomedia surge como um dos maiores perigos às democracias:

Na era das mídias digitais, a esfera pública discursiva não é ameaçada por formatos de entretenimento das mídias de massa, não pelo infoentretenimento, mas sobretudo pela propagação e proliferação viral da informação, a saber, pela infodemia. No interior das mídias digitais residem, além disso, forças centrífugas que fragmentam a esfera pública (Han, 2022a, p. 34).

A defesa da livre circulação de ideias e liberdade de expressão na internet reivindicada pelas *Big Techs* é, na verdade, pretexto para o exercício de um maior controle sobre os indivíduos. Parece paradoxal imaginar que as mesmas empresas de tecnologia que alegam não conseguir controlar a circulação de conteúdos criminosos nas mídias digitais, desenvolverem tecnologias avançadas de vigilância em massa. Na realidade, esta vigilância se dá de forma seletiva e arbitrária: nem tudo é vigiado, nem todos são controlados, alguns conteúdos são deixados passar, assim como alguns indivíduos necessitam de permanente observação e monitoramento, incluindo lideranças populares do campo progressista latino-americanas, como aconteceu com a ex-Presidente da República Dilma Rousseff.

No prefácio para a América Latina de seu livro já mencionado, Assange *et al.* (2013) chamam a atenção para os perigos de uma vigilância governamental global por parte dos países imperialistas do Norte Global, desempenhando reiteradas tentativas de desestabilizar e subverter democracias na América do Sul. O governo dos Estados Unidos da América, por exemplo, “[...] tem violado sem nenhum escrúpulo as próprias leis para mobilizar essas linhas e espionar seus cidadãos. E não há leis contraespionar cidadãos estrangeiros” (Assange *et al.*, 2013, p. 13), o que coloca em risco as liberdades civis e políticas. Esta vigilância não acontece alheia ao setor privado, mas com seu consentimento, como afirma Jérémie Zimmermann *apud* Assange *et al.* (2013), em um recorte teórico reflexivo:

²⁹ Cf. Organização Mundial da Saúde – OMS (2020).

A vigilância patrocinada pelo Estado é de fato um grande problema, que põe em risco a própria estrutura de todas as democracias e seu funcionamento, mas também há a vigilância privada e a potencial coleta de dados em massa por parte do setor privado (Zimmermann *apud* Assange *et al.*, 2013, p. 59).

Em 2013, o *Wikileaks* revelou um esquema de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) estadunidense sobre autoridades e chefes de Estado de vários países, incluindo grampeando do telefone da ex-Presidente da República Dilma Rousseff, além de acessar *e-mails* de seus assessores, o que gerou uma crise diplomática sem precedentes entre os dois países. Cabe lembrar que o presidente dos EUA da época era o democrata Barack Obama. De acordo com documentos ultrassecretos vazados pelo ex-prestador de serviços da NSA, Edward Snowden, os espões utilizaram um programa que “[...] captura tudo o que o usuário faz na internet, incluindo o conteúdo de *e-mails* e sites visitados” (G1, 2015, *online*). Como resposta, Rousseff discursou na Organização das Nações Unidas (ONU) denunciando a espionagem e cobrando o governo norte-americano, no ano de 2013:

Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e não posso deixar de defender de modo intransigente o direito à privacidade dos indivíduos e a soberania de meu país.

Sem ele - direito à privacidade - não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações.

Estamos, senhor presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu país. Fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.

Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis (Rousseff, 2013, *online*)

Finalmente, quanto maior a vulnerabilidade de um corpo apanhado (capturado) nas redes sociais *online*, mais ele vai apanhar (sofrer) com os discursos de ódio, desinformação e violência cibernética. Para a compreensão de corpos vulneráveis, segui o raciocínio de Butler (2002) com relação aos corpos abjetos, quando afirmou que não se limitam ao sexo e a heteronormatividade. É por isso que tentei abordar diferentes formas de exposição vulnerável às mídias digitais, para além da população LGBTI+. Não se trata, portanto, de um problema ligado a questões identitárias, como dizem lideranças neoconservadoras brasileiras. Trata-se de um problema muito mais complexo que começa na perseguição a grupos em situação de vulnerabilidade, mas que, ao fim e ao cabo, diz respeito a qual modelo de democracia desejamos para a América Latina: subserviente aos interesses das grandes empresas de tecnologia que

atrelam seus negócios aos governos imperialistas ou uma democracia soberana, que respeita as liberdades civis e a autodeterminação dos povos? Uma pergunta retórica que não se esgota com os apontamentos feitos nesta tese.

4.2.1 Violência política de gênero

De acordo com Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019, p. 56): “em termos globais, mais de uma a cada três mulheres vivenciou alguma forma de violência de gênero ao longo da vida”. A violência de gênero, prosseguem as autoras, pode ser praticada de forma física, emocional, sexual ou todas ao mesmo. “*Longe de ser accidental, ela está enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista*”, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019, p. 56).

A violência de gênero se constitui em múltiplas dimensões. Uma delas, diz respeito à violência política contra as mulheres ou violência política de gênero. Em *Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais*, Sabbatini *et al* (2023) afirmam que a violência política é uma “[...] expressão extrema de conflito, que se pronuncia no ataque a uma figura política antagonica”. O relatório aponta, ainda, que a violência política não precisa ser necessariamente física, pode se manifestar na tentativa de desqualificar ou deslegitimar uma figura política do campo adversário, bem como, se caracteriza na ausência de canais institucionais para fazer denúncia, coibir ou impedir que pessoas adversárias políticas sejam tratados como inimigas.

A professora Marlise Matos (2022), coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem), mapeou diferentes conceitos sobre violência política contra as mulheres e sustenta:

Uma vez que ela é forma de controle e disciplinamento do acesso e permanência das mulheres no campo político parlamentar (das mulheres negras e indígenas e, enfim, de todas as formas de pertencimento social que trazem marcas que não são masculinas, brancas e cis-heteronormativas), toda mulher que exerceu, exerce ou já se candidatou a exercer um cargo político tem alguma história para contar sobre essas formas de violência (Matos, 2022, p. 201).

Neste aspecto, Sabbatini *et al.* (2023) argumentam que a violência política de gênero não envolve obrigatoriamente agressões físicas ou ofensas verbais, o uso de estereótipos como maternidade e descontrole emocional são recorrentemente acionados para insultar a mulher na condição de personalidade pública. A violência política de gênero pode ser definida:

[...] como uma série de comportamentos que, não limitados ao período eleitoral, são direcionados a mulheres políticas que rompem, em O que é violência política de gênero? Algum nível, com a chamada “ordem de gênero” (Conell e Pearse, 2015) ao ocuparem espaços nas arenas institucionais, um domínio naturalmente assumido como “espaço masculino” (Sabbatini *et al.* 2023, p. 10-11).

Os dados produzidos evidenciaram que lideranças políticas femininas ligadas ao campo progressista foram as que mais receberam esses ataques durante o recorte estabelecido da pesquisa (anos de 2021 e 2022). Rodrigues (2021) ressalta que desde os anos 1970, setores conservadores mobilizam pânico morais para atacar as pautas relacionadas aos direitos das mulheres e pessoas LGBTI+, tentando frear ou impedir avanços civilizatórios como os direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento ao machismo e à discriminação contra dissidências sexuais e de gênero. No Brasil não tem sido diferente. Todo/toda congressista que se identifica com essas pautas tende a estar mais vulnerável nas redes sociais *online*.

Considerando os alvos nominais, a ex-Presidente da República Dilma Rousseff, mesmo não ocupando um cargo na esfera pública desde 2016 (ano de seu *impeachment*), foi a maior vítima de postagens hostis nas páginas do *Facebook* da extrema-direita neoconservadora. Ao todo, foram 25 postagens violentas à Rousseff. A Tabela 12 classifica o padrão do discurso de ódio adotado nestas páginas:

Tabela 12 – Postagens violentas direcionadas à ex-Presidente da República Dilma Rousseff

Padrão de discurso de ódio em postagens direcionadas à Dilma	Quantidade
Mobilização de sentimento anticomunista	4
Misoginia	3
Ofensas à honra	6
Ofensas às características físicas	1
Teve sua imagem relacionada à criminalidade	6
Mobilização de pânico morais	1
Tentativa de desmoralizar sua luta contra Ditadura Militar	4
Total	25

Fonte: o autor (2024)

Por que mesmo estando distante do serviço público desde 2018, quando concorreu ao senado por Minas Gerais, Dilma Rousseff continua sendo atacada pelo neoconservadorismo? Dilma é atacada, antes de tudo, por ser mulher, depois por tudo aquilo que ela representa, pelo simbolismo que carrega. A extrema-direita neoconservadora exalta a Ditadura Militar como seu passado mítico (Stanley, 2018), e a ex-presidente é testemunha viva das atrocidades desse período. O neoconservadorismo estabelece hierarquias de gênero, reservando às mulheres posições secundárias ou de “auxiliares” dos homens na política. Dilma foi a primeira mulher a

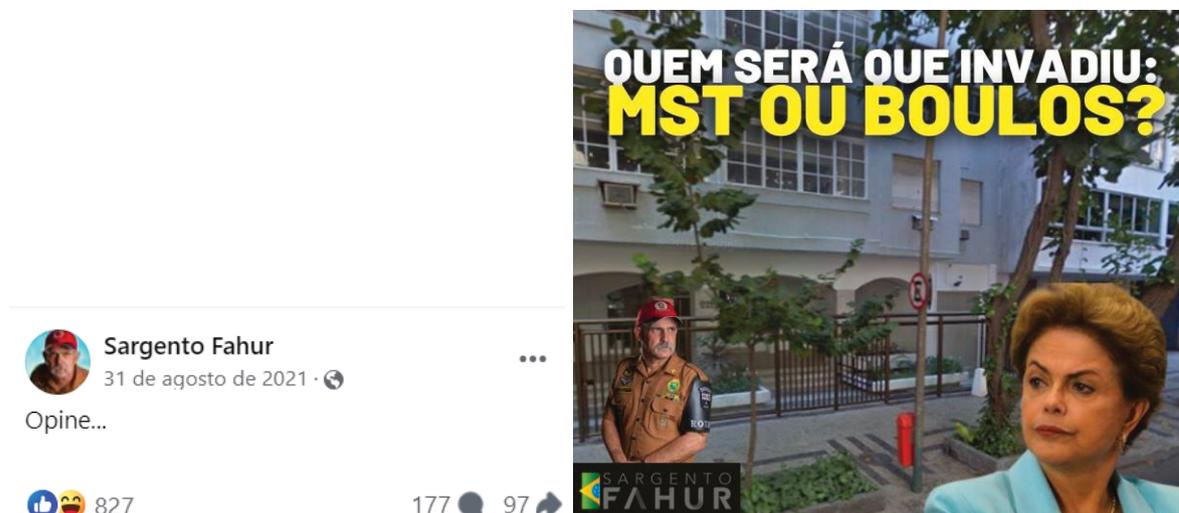
ocupar o posto mais alto da política brasileira. Abaixo (Figuras 16 a 19), alguns exemplos dos conteúdos digitais reunidos contra Rousseff:

Figura 16 – Ataques ao simbolismo de Dilma I



Fonte: Facebook do Deputado Eduardo Bolsonaro.³⁰

Figura 17 – Ataques ao simbolismo de Dilma II



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur³¹.

³⁰ BOLSONARO, Eduardo. **Boa noite**. 26 mar. 2021. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1813741198818496&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

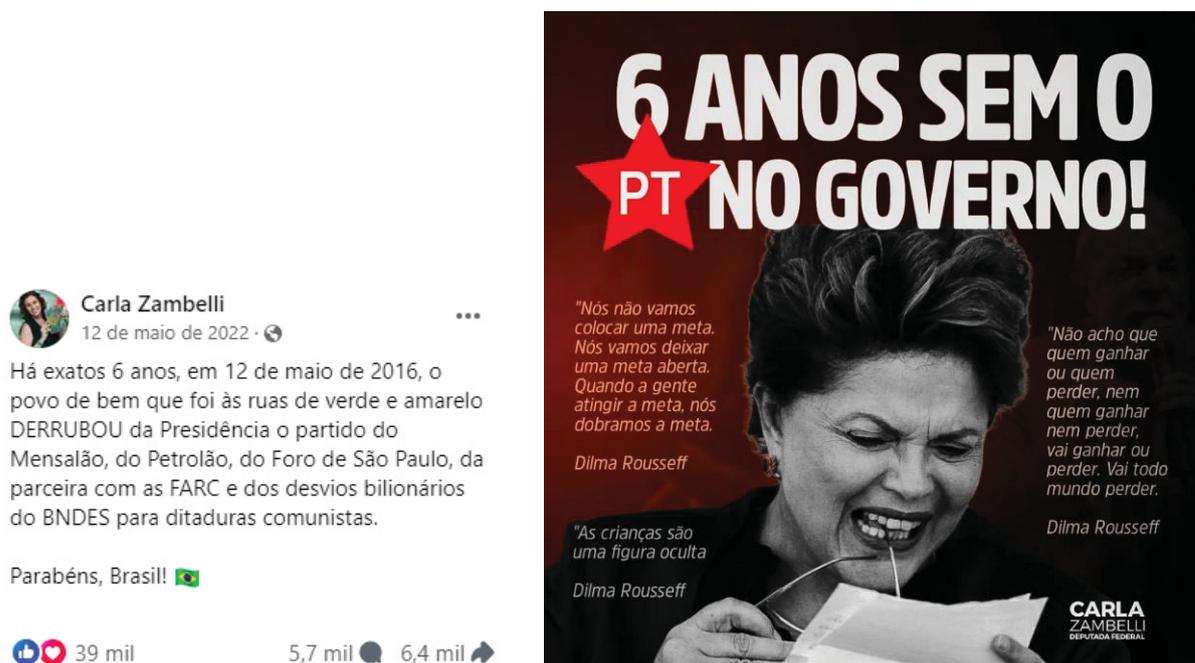
³¹ FAHUR, Sargento. **Opine...** 31 ago. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4374622909301302&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 18 – Ataques ao simbolismo de Dilma III



Fonte: Facebook Deputada Bia Kicis ³².

Figura 19 – Ataques ao simbolismo de Dilma IV



Fonte: Facebook Deputada Carla Zambelli ³³.

³² KICIS, Bia. **Para a surpresa de zero pessoas**. 09 fev. 2021. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1894594314040455&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

³³ ZAMBELLI, Carla. **Há exatos 6 anos, em 12 de maio de 2016, o povo de bem que foi às ruas de verde e amarelo DERRUBOU da Presidência o partido do Mensalão, do Petrolão, do Foro de São Paulo, da parceira com as FARC e dos desvios bilionários do BNDES para ditaduras comunistas**. 12 maio. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=544072380400502&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

A ex-deputada federal e ex-candidata à vice-presidência Manuela D'Ávila, que também não exerce nenhum cargo no serviço público no presente (2024) em razão da perseguição política, como resalta Brasil de Fato (2021), foi atacada em três postagens diferentes durante o mapeamento desta tese. As postagens tinham como característica a mobilização do sentimento anticomunista, tendo em vista que D'Ávila é filiada ao PCdoB do Rio Grande do Sul (RS), e a mobilização de pânicos morais, acionado por meio de discursos LGBTI+fóbicos, conforme a Figura 20:

Figura 20 – TBT de como eram as manifestações da esquerda



Fonte: Facebook Deputada Carla Zambelli ³⁴.

Outros nomes também apareceram no levantamento, como o da deputada federal e presidente nacional do PT, Gleisi Hoffman (PT-PR); da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB - RJ), de Talíria Petrone (PSOL-RJ), da ativista e atual ministra do meio ambiente Sônia Guajajara (PSOL- MA), da ex-vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e da ex-vice-presidente da Argentina Cristina Kirschner (Figuras 21 a 23):

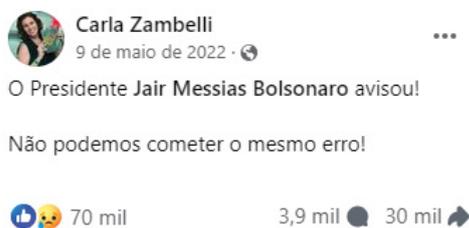
³⁴ ZAMBELLI, Carla. **Ao longo dos anos, a esquerda tem feito ATAQUES BRUTAIS às instituições e em seus "manifestos" tem quebrado e incendiado ministérios, depredado o Congresso Nacional e até ataque à casa de uma MINISTRA DO STF, mas nunca foram chamados de ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS.** 26 maio. 2022. Facebook: ZambelliOficial Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=554337592707314&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 21 – Ataques difusos de violência política de gênero I



Fonte: Facebook do Deputado Eduardo Bolsonaro ³⁵.

Figura 22 – Ataques difusos de violência política de gênero II



Fonte: Facebook do Deputado Eduardo Bolsonaro ³⁶.

³⁵ BOLSONARO, Eduardo. "O preço da liberdade é a eterna vigilância". Se os pais nada disserem, é isto que vai acontecer na escola de seus filhos: culto a pessoas abortistas, desarmamentistas, pró drogas, socialistas e etc. 23 ago. 2021. Facebook: /Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1941437109382237&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

³⁶ ZAMBELLI, Carla. O Presidente Jair Messias Bolsonaro avisou! 09 mai. 2022. Facebook: ZambelliOficial Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=541904093950664&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 23 – Ataques difusos de violência política de gênero III

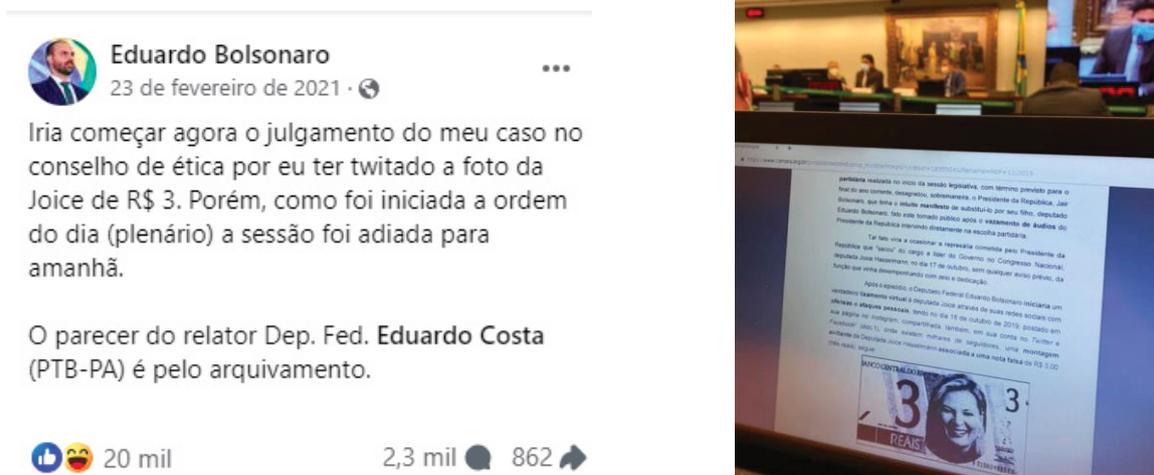


Fonte: Facebook do Deputado Eduardo Bolsonaro³⁷.

Fora as detrações sofridas por políticas de esquerda, também chamou atenção a quantidade postagens negativas direcionadas à ex-deputada federal Joice Hasselmann (PSDB-SP) (Figura 24), antiga aliada do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro que se tornou seu desafeto político. Ferreira e Gomes (2021, p. 125), baseados nos trabalhos de Umberto Eco, ressaltam como o fascismo tem dificuldade em lidar com as críticas: “[...] não é possível discordar ou discutir de uma maneira racional no fascismo. Para o fascista, discordância é traição”. Nesse sentido, a abordagem agressiva nos conteúdos digitais contra Hasselmann se articula com essa estratégia neofascista, já que a característica central nas ofensas à ex-aliada do bolsonarismo foram justamente voltados à sua honra, sendo adjetivada como “traíra”, “traidora” ou “falsa”, conforme postagens abaixo:

³⁷ BOLSONARO, Eduardo. **Debater com quem não sabe distinguir Daniel Silveira de Cesare Battisti? Não, obrigado. Passo.** 02 maio. 2022. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=550584973092587&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 24 – Violência política de gênero contra Joice Hasselmann



Fonte: *Facebook* do Deputado Eduardo Bolsonaro³⁸.

Para além da política partidária, outras figuras públicas sofreram com a violência de gênero nas páginas do Facebook dos parlamentares neoconservadores. O material empírico apontou uma tendência de ofensas direcionadas à quatro categorias específicas: classe artística (atrizes e cantoras), imprensa (mulheres jornalistas, comentaristas de política ou economia), cientistas e ativistas (ambientais ou dos direitos humanos). Os conteúdos digitais agressivos atingiram principalmente as cantoras Anitta, Karol Conká e Daniela Mercury, a apresentadora Xuxa e jornalistas como Miriam Leitão, Daniela Lima e Maju Coutinho, conforme as Figuras 25 a 28:

³⁸ BOLSONARO, Eduardo. **Iria começar agora o julgamento do meu caso no conselho de ética por eu ter twitado a foto da Joice de R\$ 3. Porém, como foi iniciada a ordem do dia (plenário) a sessão foi adiada para amanhã.** 23 fev. 2021. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1784875858371697&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 25 – Ataque digital contra a cantora Anitta (legalização da maconha)



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ³⁹.

Figura 26 – Ataque digital contra a apresentadora Xuxa



Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁴⁰.

³⁹ ZAMBELLI, Carla. **O comentário é com vocês!** 13 jul. 2022. Facebook: Zambellioficial Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=586977739443299&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴⁰ KICIS, Bia. **Filme polêmico de Xuxa será exibido pela primeira vez na TV!** 08 fev. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1893654054134481&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 27 – Ataque digital contra a jornalista Míriam Leitão



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ⁴¹.

Figura 28 – Ataque digital contra a jornalista Maju Coutinho



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ⁴².

⁴¹ ZAMBELLI, Carla. **Esse é o nível do jornalismo brasileiro!** 10 jun. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=564430478364692&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴² ZAMBELLI, Carla. **Após a repercussão negativa da declaração da apresentadora Maju, quando disse que "o choro é livre" para quem não aceita o lockdown, a Rede Globo saiu em defesa da apresentadora.** 18 mar. 2021. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3964209833669493&set=a.1400595753364260>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Na área da Ciência, apareceram ofensas à bióloga Natália Pasternak (Figura 43) e à antropóloga Debora Diniz (Figura 44). Outra que não foi poupada dos conteúdos odiosos foi a ativista ambiental sueca Greta Thunberg (Figuras 29 a 31).

Figura 29 – Ataque digital contra a bióloga Natália Pasternak

Bia Kicis
12 de junho de 2021 · 🌐

Natália Pasternak que depôs na CPI como médica, não possui tal graduação. Ela é bióloga e está sendo processada por exercício da profissão sem registro.

Link Plataforma Lattes:
<http://buscatextual.cnpq.br/.../visualizacv.dojsessi.onid...>

Link CRBio-01:
<https://www.crbio01.gov.br/imprensa/em-pauta?pauta=1142>

👍👎👤 56 mil 7,9 mil 💬 37 mil ➡

Fonte: www.crbio01.gov.br
www.buscatextual.cnpq.br

Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁴³.

Figura 30 – Ataque digital contra a ativista pelo aborto Débora Diniz

Bia Kicis
6 de fevereiro de 2021 · 🌐

Débora Diniz 'ataca' Bolsonaro e critica 'perseguição a pedófilos'!

👍👎👤 4,3 mil 1,6 mil 💬 762 ➡

Fonte: www.crbio01.gov.br
www.buscatextual.cnpq.br

Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁴⁴.

⁴³ KICIS, Bia. **Natália Pasternak que depôs na CPI como médica, não possui tal graduação. Ela é bióloga e está sendo processada por exercício da profissão sem registro.** 12 jun. 2021. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2004455743054311&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴⁴ KICIS, Bia. **Débora Diniz 'ataca' Bolsonaro e critica 'perseguição a pedófilos'!**. 06 fev. 2021. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1892019897631230&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024..

Figura 31 – Ataque digital contra a ambientalista Greta Thunberg



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ⁴⁵.

O relatório de Sabbatini *et al.* (2023, p. 8) aponta que “[...] parlamentares mulheres de esquerda são duas vezes mais atacadas que parlamentares mulheres de direita”. Nesse mesmo aspecto, os dados desta tese também mapearam uma quantidade, embora pequena, de violência política sofrida contra personalidades políticas neoconservadoras.

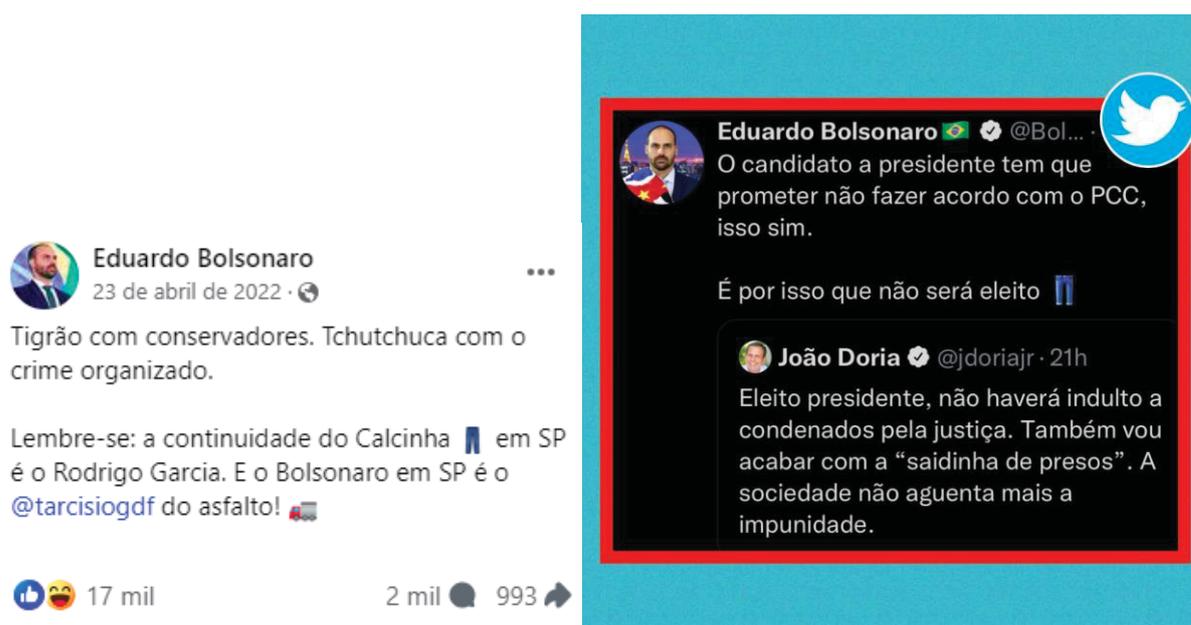
Apesar dos obstáculos enfrentados diariamente pelas mulheres no exercício de funções políticas, Sabbatini *et al.* (2023) apresentam medidas importantes que surgiram nos últimos anos para o combate à violência política de gênero. Uma delas é a campanha de conscientização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), lançada em 2020 e, no ano seguinte, ocorreu o lançamento do Observatório Nacional da Mulher na Política, articulado pela Bancada Feminina no Congresso Nacional. A principal iniciativa nesse sentido foi a aprovação da Lei nº 14.192/21, fruto de seis anos de debates até sua aprovação, que estabelece normas para prevenir, coibir e enfrentar a violência contra a mulher em períodos eleitorais e quando elas exercem seus direitos políticos. A legislação, porém, apresenta brechas quanto às instâncias de proteção e denúncia, além de ser insuficiente na responsabilização das plataformas digitais.

⁴⁵ ZAMBELLI, Carla. **Cadê os criadores de girafa?** 16 jun. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=568421487965591&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

4.2.2 LGBTI+fobia

O levantamento do material empírico pode identificar como se deu o processo de instrumentalização da pauta LGBTI+ para detratir adversários/as políticos/as. Na comunicação digital produzida pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por exemplo, o ex-governador de São Paulo, João Doria (PSDB), foi um dos principais alvos. No período de pré-campanha eleitoral, Doria parecia despontar como um dos nomes da direita para disputar à presidência, passando a receber constantes ataques homofóbicos dos neoconservadores. As postagens apresentavam insinuações quanto à sexualidade de Doria, sempre numa tentativa de desqualificá-lo enquanto figura pública. Em outros conteúdos, Doria era retratado como um homem com traços femininos, que usava “calça apertada”, que chora, associando o feminino como algo depreciativo. As Figuras 32 e 33 ilustram o quadro descrito:

Figura 32 – Ataque contra João Dória I



Fonte: *Facebook* do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁴⁶.

⁴⁶ BOLSONARO, Eduardo. **Tigrão com conservadores. Tchutchuca com o crime organizado**. 23 abr. 2022. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=544331383717946&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 33 – Ataque contra João Dória II



Fonte: *Facebook* do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁴⁷.

Historicamente, homens afeminados, sejam homossexuais ou mesmo heterossexuais, enfrentam o preconceito por não corresponder à performance masculina estabelecida. A heteronormatividade regula as normas de gênero, estabelecendo padrões “adequados” do masculino e do feminino. O discurso neoconservador se fundamenta na heteronormatividade, seja para reforçar o modelo hegemônico de masculinidade, com sua associação ao militarismo, seja para desqualificar adversários, tentando atrelar a agenda LGBTI+ a cores como rosa, socialmente atribuída ao feminino aos homens desafetos políticos (Figuras 34 e 35).

⁴⁷ ZAMBELLI, Carla. **Fala sério, dá muito desespero ver a popularidade do Presidente mesmo com as dificuldades mundiais e todos vocês lutando contra, né Folha de S. Paulo, João Doria e CIA?**. 14 jun. 2021. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4247973028626504&set=a.1400595753364260>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Figura 34 – Ataque contra João Dória III



CONTRIBUINTE BANCA MUSEU GAY EM SP

JOÃO DORIA DESTINA R\$ 40 MILHÕES DO POVO PAULISTA PARA MUSEU GAY

Governo Doria usa **dinheiro do contribuinte para ampliação do Museu da Diversidade Sexual**, criado em 2012 pelo também tucano Geraldo Alckmin. Além disso, o Governador anunciou que a verba também será utilizada na criação de **dois novos museus: o da Cultura Indígena e o das Favelas.**

EDUARDO BOLSONARO

8 de dezembro de 2021 · 🌐

João Doria destina R\$ 40 MILHÕES do povo paulista para bancar musey gay

Dinheiro irá para para ampliação do Museu da Diversidade Sexual, criado em 2012 pelo também tucano Alckmin

Além disso, a verba também será utilizada na criação dos museus da Cultura Indígena e das Favelas

👍👎👏 6,6 mil 2,5 mil 3 mil ➦

@bolsonarosp

Fonte: *Facebook* do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁴⁸.

Figura 35 – Associação entre militarismo, masculinidade e força



Marco Feliciano

19 de janeiro de 2021 · 🌐

Quando o capitão é forte, seus soldados jamais serão fracos!

👍❤️ 10 mil 3,2 mil 1,5 mil ➦



Fonte: *Facebook* do Deputado Marco Feliciano ⁴⁹.

⁴⁸ BOLSONARO, Eduardo. **João Doria destina R\$ 40 MILHÕES do povo paulista para bancar museu gay.** 08 dez. 2021. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2029868980539049&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴⁹ FELICIANO, Marco. **Quando o capitão é forte, seus soldados jamais serão fracos!** 19 jan. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2151741258299215&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Dentro da comunidade LGBTI+, foi a população trans (composta por travestis e mulheres transexuais) a mais atacada por postagens depreciativas, hostis, transfóbicas. Tentativas de desumanização foram uma constante, depreciando aspectos físicos, desqualificando ou mesmo negando o direito à autodeclaração da identidade de gênero, conforme Figuras 36 e 37.

Figura 36 – Desqualificação da autodeclaração de identidade de gênero



Fonte: Facebook do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁵⁰.

Figura 37 – Desqualificação do valor da autodeclaração de gênero



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ⁵¹.

⁵⁰ BOLSONARO, Eduardo. **Aproveite para rir enquanto isso ainda é um meme de 1º de abril.** 01 abr. 2022. Facebook: Bolsonaro.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2118144011711545&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁵¹ ZAMBELLI, Carla. **Rs.** 10 jul. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=585060789634994&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

O levantamento apontou que a maioria dos conteúdos odiosos foram direcionados à área do esporte, sob o argumento de que mulheres transexuais teriam vantagens biológicas sobre mulheres cis. A deputada Bia Kicis (PL-DF) concentrou a maioria dos ataques (Figuras 38 a 43).

Figura 38 – Desqualificação de atletas trans I



Fonte: *Facebook* da Deputada Carla Zambelli ⁵².

Figura 39 – Desqualificação de atletas trans II

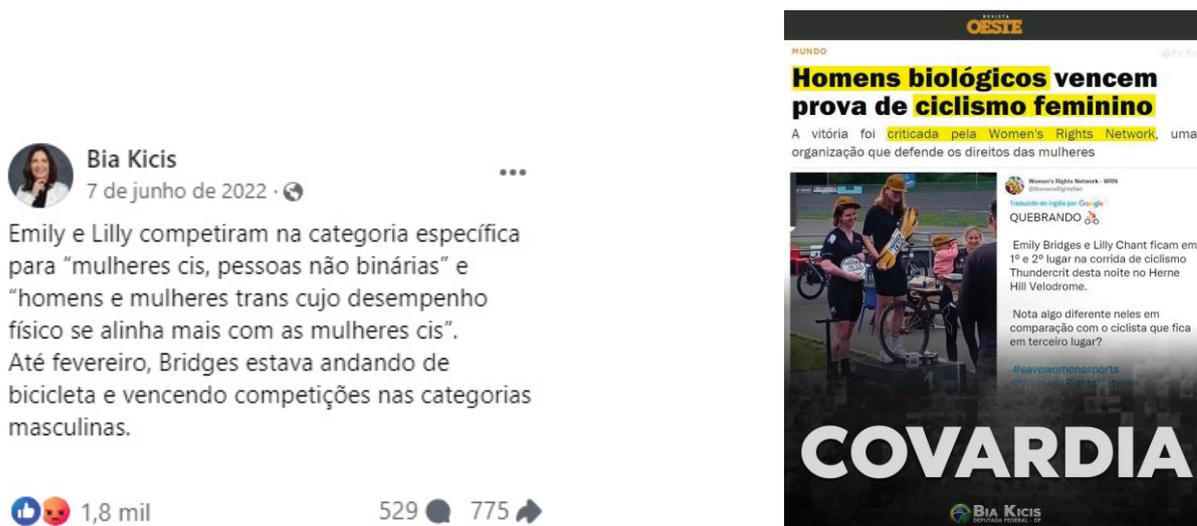
⁵² KICIS, Bia. **Atenção!** A matéria é do Babylon Bee, site satírico conservador e cristão. A parte verídica é que, de fato, como já foi mostrado anteriormente, Laurel Hubbard é mesmo transgênero e foi designada pela Nova Zelândia para competir no levantamento de peso nas olimpíadas vindouras. 28 jun. 2021. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2016946175138601&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.



Fonte: *Facebook* da Deputada Bia Kicis ⁵³.

⁵³ KICIS, Bia. **Link para acesso ao PL:** <http://biakicis.com.br/projetos/>. 13 set. 2021. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=2087986714701213&set=pb.10004_4220769786.-2207520000. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 40 – Desqualificação de atletas trans III



Fonte: *Facebook* da Deputada Carla Zambelli ⁵⁴.

Figura 41– Desqualificação de atletas trans IV

Motociclista que se identifica como ciclista quebra recorde mundial em prova de ciclismo!

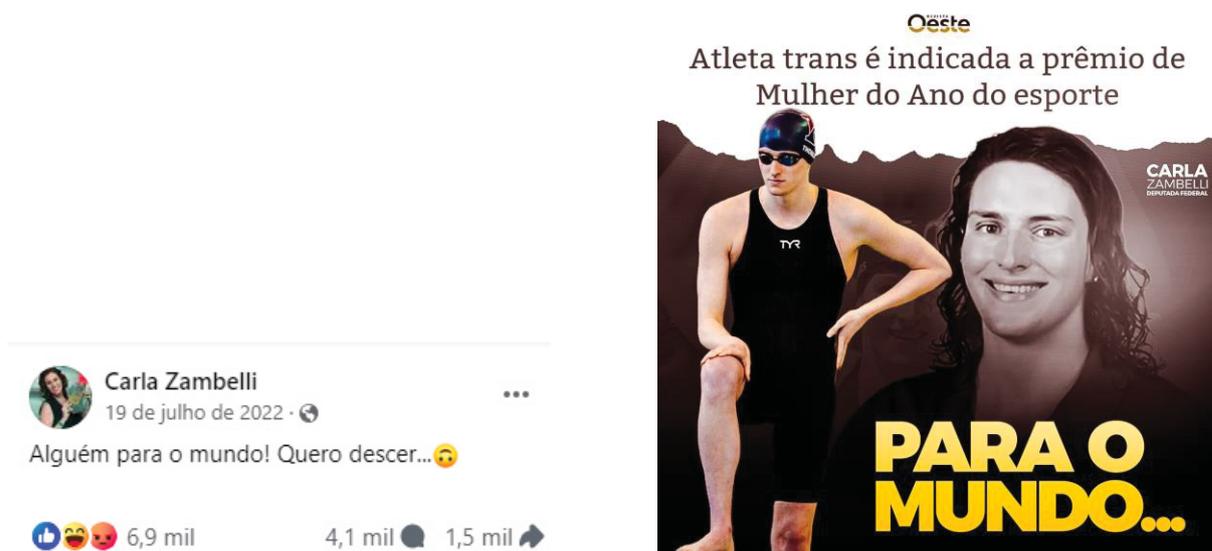


Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ⁵⁵.

⁵⁴ KICIS, Bia. **Emily e Lilly competiram na categoria específica para “mulheres cis, pessoas não binárias” e “homens e mulheres trans cujo desempenho físico se alinha mais com as mulheres cis”.** Até fevereiro, Bridges estava andando de bicicleta e vencendo competições nas categorias masculinas. 07 jun. 2022. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=565171634966857&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁵⁵ FAHUR, Sargento. **Qualquer semelhança com o que anda ocorrendo na categoria feminina em relação aos atletas trans é mera coincidência....** 25 mar. 2022. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=5044670578963195&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 42 – Desqualificação de atletas trans V



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ⁵⁶.

Figura 43 – Desqualificação de atleta trans VI



Fonte: Facebook do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁵⁷.

⁵⁶ ZAMBELLI, Carla. **Alguém para o mundo! Quero descer...** 19 jul. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=591326422341764&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁵⁷ BOLSONARO, Eduardo. **Lembra que não existe almoço grátis?** E nem distribuição "grátis" de absorvente. Aprovar um projeto desse, ciente de sua ilegalidade, só serve p construir narrativa. 07 out. 2021. Facebook: Eduardo.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1979403088918972&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Entretanto, um relatório produzido pela *Canadian Centre for Ethics in Sports* (2023) analisa artigos publicados em inglês entre os anos de 2011 e 2021, sobre mulheres trans competindo em esportes de elite, e divide os resultados em duas categorias: biomédicos e socioculturais. Segundo o relatório, os estudos biomédicos são supervalorizados em detrimento dos estudos das ciências sociais, além disso, os dados disponíveis revelaram que não há evidências de vantagens esportivas de atletas trans que passaram pelo processo de supressão de testosterona.

Em sua dissertação de mestrado, Tamires Tolomeotti Pereira (2018) analisou como os discursos científico-biológicos têm sido apropriados pelo fundamentalismo religioso cristão que, no uso das mídias sociais, produzem ódio e violência contra as sexualidades e gêneros dissidentes. A arguição de Pereira (2018, p. 58) é que a sexualidade “foi criada como um domínio a ser penetrado por processos patológicos passíveis de intervenção e normalização, sendo que, nesse processo, estabeleceram-se os corpos produtivos/normais em relação aos corpos não-produtivos/anormais”.

Alegações baseadas em supostas vantagens decorrentes da testosterona significam, de fato, apenas mais uma etapa da dura batalha que mulheres travam nos esportes de alto rendimento. Desde o início do século XX, quando a participação de mulheres foi permitida nas competições, aquelas cujo desempenho ficava próximo ao de homens ou cujo porte físico era considerado masculinizado, eram obrigadas a passar por rigorosos testes invasivos para comprovar sua “feminilidade”. O relatório conclui que “o cissexismo, a transfobia, a transmisoginia e os sistemas de opressão sobrepostos precisam ser reconhecidos e abordados para que as mulheres trans possam participar do esporte de elite” (*Canadian Centre for Ethics in Sports*, 2023, p. 196). Pereira (2018) enriquece a discussão ao afirmar que as “bases científicas das sexualidades e gêneros dissidentes são pensadas segundo os mesmos determinismos evocados pela história social e política de uma crise científica e social - a bicategorização impossível e contraditória dos sexos” (2018, p. 79).

A corredora sul-africana Caster Semenya, bicampeã olímpica, é um exemplo do quanto a bicategorização dos sexos é impossível e mesmo contraditória. A atleta tem sofrido evidente discriminação no esporte praticada pela Associação das Federações Internacionais de Atletismo (IAAF), que a impede de competir desde 2019. De acordo com o jornal australiano *The Sydney Herald*, exames apontaram que Semenya é intersexo e possui, como consequência, hiperandrogenismo, ou seja, uma condição caracterizada pela produção excessiva de andrógenos como testosterona (Globo, 2009).

Outro dado encontrado mostra que a “ideologia de gênero” (Figuras 44 a 49) segue um tema frequente nas publicações com intuito de promover pânico morais. Utilizado

estrategicamente para atacar o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além desta expressão, a linguagem neutra (ou linguagem não binária), foi outro tema que começou a dominar a pauta neoconservadora no terreno moral. Em 27 de outubro de 2021, a Secretaria Especial da Cultura, publicou a portaria nº 604, que vedou a utilização da linguagem neutra em projetos financiados pela Lei Rouanet. Um ano depois, a Justiça Federal suspendeu a portaria.

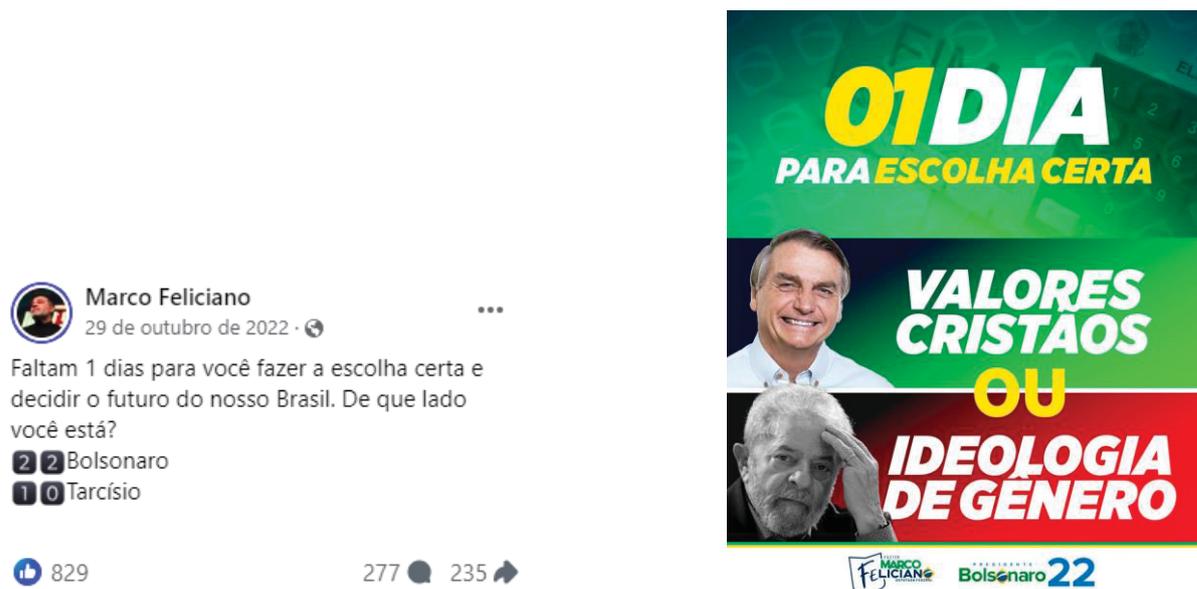
Figura 44 – Desqualificação da pauta de respeito à diversidade sexual



Fonte: *Facebook* da Deputada Bia Kicis ⁵⁸.

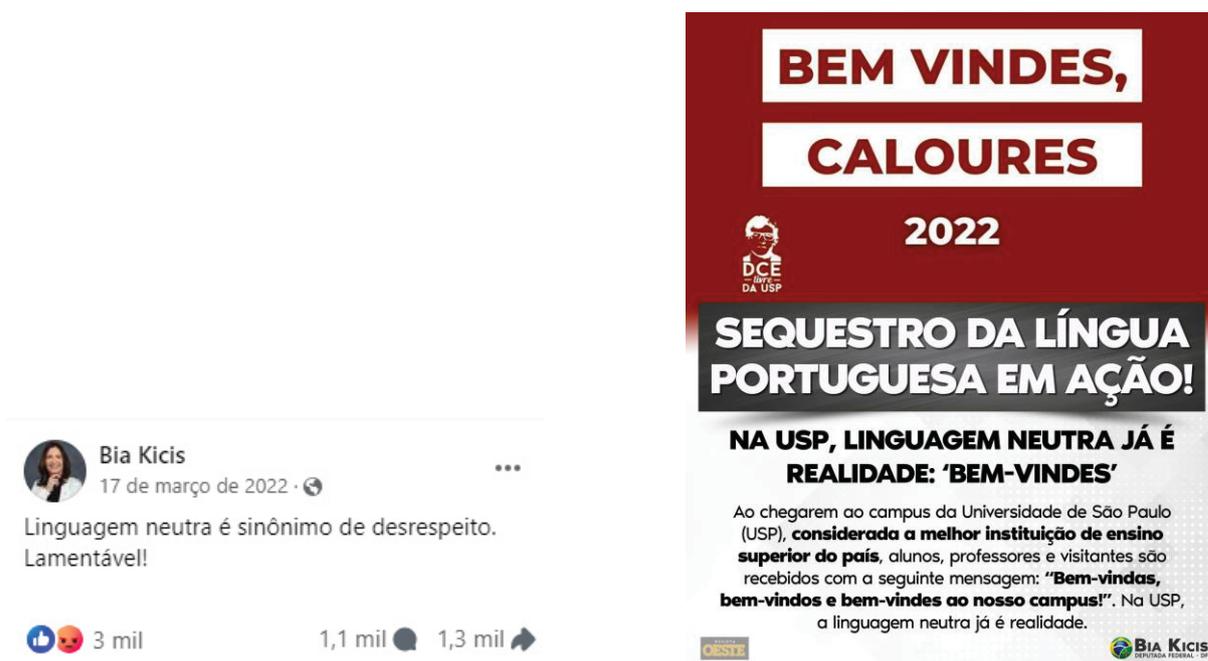
⁵⁸ KICIS, Bia. **Sempre bom lembrar!** 22 fev. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1906274009539152&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 45 – Associação de orientação sexual a valores cristãos



Fonte: Facebook do Deputado Marco Feliciano ⁵⁹.

Figura 46 – Desqualificação de uso de linguagem neutra I

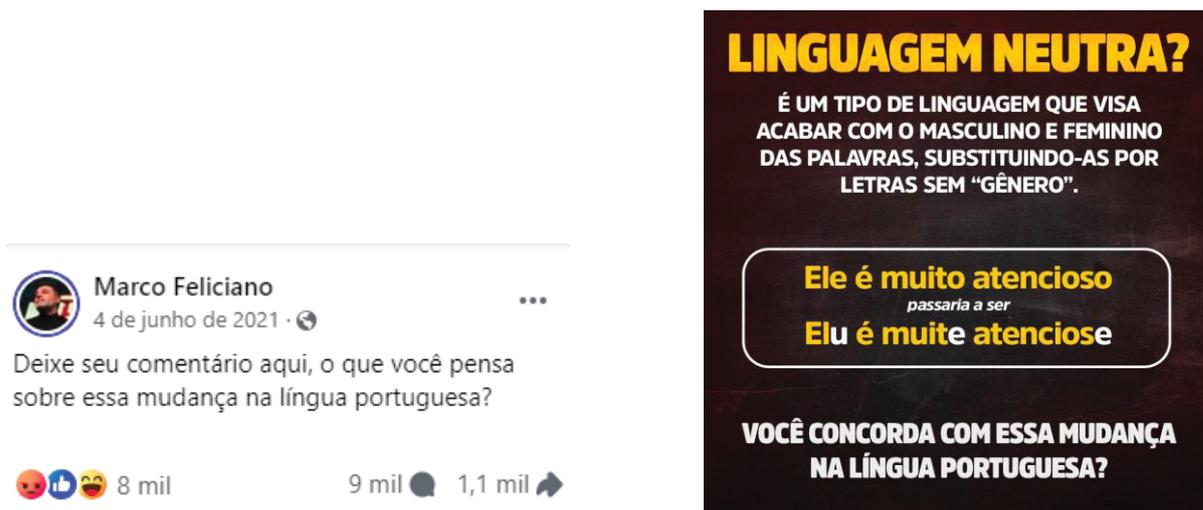


Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁶⁰.

⁵⁹ FELICIANO, Marco. **Faltam 1 dias para você fazer a escolha certa e decidir o futuro do nosso Brasil. De que lado você está?** 29 out. 2022. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=678621856956557&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁶⁰ KICIS, Bia. **Linguagem neutra é sinônimo de desrespeito. Lamentável!** 17 mar. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2238974829602400&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 47 – Desqualificação de uso de linguagem neutra II



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁶¹.

Figura 48 – Desqualificação de uso de linguagem neutra III



Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁶².

⁶¹ FELICIANO, Marco. **Deixe seu comentário aqui, o que você pensa sobre essa mudança na língua portuguesa?** 04 jun. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2265339556939384&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁶² KICIS, Bia. **Chega de farra com dinheiro público, parabéns secretário Mario Frias.** 24 jul. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2039110346255517&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 49 – Desqualificação de uso de linguagem neutra IV



Fonte: *Facebook* da Deputada Bia Kicis ⁶³.

Lacerda (2019) recorda que a estratégia discursiva para combater as teorias de gênero surgiu partir dos anos 1990, a partir de segmentos católicos, tendo como base encíclicas do Papa João Paulo II. A católica norte-americana Dale O’Leary, da *Opus Dei*, é uma das principais colaboradoras do conceito de “ideologia de gênero”. Logo:

As organizações contra a chamada ideologia de gênero se posicionam contra qualquer arranjo que não seja dentro da família natural, que permita relações entre pessoas do mesmo sexo (ou o sexo fora da procriação), que tire as mulheres do seu foco principal de cuidado com seus filhos e marido, que questione que a divisão de papéis dos sexos não seja derivada da natureza, que discuta a legalidade do aborto (Lacerda, 2019, p. 77).

Em *O Verdadeiro Sexo*, texto de 1980 que discute as memórias de Herculine Barbin, uma pessoa intersexual que viveu na França no século XIX, Foucault se questiona: “precisamos *verdadeiramente* de um *verdadeiro* sexo? Com uma constância que beira a teimosia, as sociedades do Ocidente moderno responderam afirmativamente a essa pergunta” (Foucault, 2010, p. 82). Seria nos enunciados, nos discursos da medicina, da justiça, da psiquiatria e/ou dos esportes que a verdade do sexo e, por extensão, do gênero, permaneceria inscrita. E, como ensina Butler (2015) em *Problemas de Gênero*, tais enunciados - longe de ser meras constatações ou declarações - funcionam como performativos, cuja reprodução do “verdadeiro” sexo e do “verdadeiro” gênero precisa ser reiterada, continuada, constantemente dita, mas que,

⁶³ KICIS, Bia. **Justiça revoga portaria da Cultura que proibia linguagem neutra**. 21 mar. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2249991048500778&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

simultaneamente, produz o efeito da falha, da incoerência do ininteligível. A linguagem não binária, por conseguinte, subverte a performatividade do gênero ao propor outras formas de se dizer e se desfazer o dito. A necessidade neoconservadora de atacar, de tentar desqualificar pronomes não binários, longe de causar a interdição desses fatores, os materializa: a valorização e a importância dada à linguagem neutra na agenda neoconservadora comprovam o quanto o tema já é uma realidade cultural e social que faz parte do dia a dia de todas as pessoas.

4.2.3 A dimensão neoconservadora de gênero

Para Connell e Pearse (2015, p. 159), “[...] há várias maneiras de mapear as múltiplas dimensões do gênero”. O modelo adotado pelas autoras é formado por quatro dimensões: o poder, que envolve, dentre outras formas, o poder de dominar e de colonizar; a produção, que debate o consumo e a divisão sexual do trabalho; a catexia, voltada a discutir as relações emocionais numa perspectiva psicanalítica e, por último, a dimensão simbólica, que se debruça sobre os discursos numa tentativa de interpretar os diferentes significados de gênero numa sociedade.

O mapeamento do conteúdo digital desta tese permitiu compreender como a extrema-direita neoconservadora produz suas postagens a partir de um arranjo de gênero baseado nas tradições morais, na família convencional heterossexual e na divisão rígida dos papéis de gênero entre homens e mulheres. Os conteúdos que classifiquei como “dimensão neoconservadora de gênero” (Figuras 50 e 51, por exemplo) se enquadram nesta categoria de postagens. Birolli, Machado e Vaggione (2020, p. 196) argumentam que as estratégias neoconservadoras em torno do tema da família garantem o funcionamento de um dispositivo de controle: “[...] trata-se de situar a família como núcleo para a reprodução social das hierarquias, apresentadas como naturais, e das tradições cristãs, apresentadas como majoritárias”.

Figura 50 – Exaltação de modelo tradicional familiar

Marco Feliciano
15 de julho de 2021 · 🌐

O termo Família tem origem no latim *famulus*, que era antigamente compreendido como o grupo de servos domésticos.

Somente no Império Romano, é que o conceito de família passou a designar a união entre duas pessoas e seus descendentes.

Nesse mesmo momento, detecta-se também o início da ideia de matrimônio 🤰 👤. Isso assegurava a transmissão de bens e estatuto social de forma hereditária (dos pais para os filhos).

A instituição do casamento como uma instituição sagrada, indissolúvel e destinada à reprodução, surge após a Idade Média.

Nesse mesmo período é que se consolida o conceito de família tradicional composto por pai, mãe e seus filhos 👨 👩 👧.

#Historia #Brasil #Religião #Politica
#Conservadorismos Ver menos



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁶⁴.

Figura 51 – Valorização do modelo tradicional da família e de políticos que defendem este modelo

Carla Zambelli
8 de dezembro de 2021 · 🌐

Hoje é um dia sagrado, onde comemoramos o nosso bem mais precioso. Aquele que, estejamos onde for, sempre nos trará a força que precisamos para seguir em frente. À toda minha família, meu carinho.

E pela primeira vez no Brasil, temos um Ministério da FAMÍLIA, a base de nossa sociedade. A base de todos os indivíduos. Orgulho de viver neste novo país 🇧🇷💚💛

À Ministra Damares Alves e à Secretária da Família do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Ângela Gandra Martins, meus Parabéns! 🇧🇷

#ParaTodosVerem: a imagem traz fotos da família da Deputada Carla Zambelli e os seguintes textos: 8 de Dezembro, Dia da Família. Nosso bem mais precioso. Ver menos

👍❤️ 2,9 mil 114 💬 97 ➦



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ⁶⁵.

O mapeamento também apontou um ataque a movimentos específicos, como as feministas e o movimento LGBTI+. No caso das primeiras, a ofensiva era contra os direitos

⁶⁴ FELICIANO, Marco. **O termo Família tem origem no latim *famulus*, que era antigamente compreendido como o grupo de servos domésticos.** 15 jul. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2298291863644153&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁶⁵ ZAMBELLI, Carla. **Hoje é um dia sagrado, onde comemoramos o nosso bem mais precioso.** 21 mar. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4815839381839863&set=a.1400595753364260>. Acesso em: 10 jul. 2022.

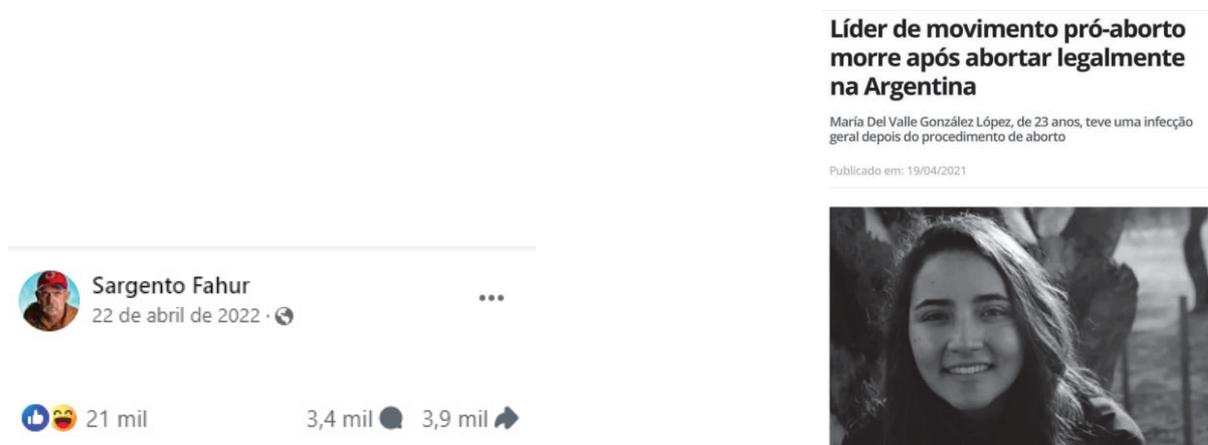
sexuais e reprodutivos das mulheres. No caso do segundo, os ataques se dirigiam ao uso de verbas públicas para financiar eventos culturais com temática LGBTI+, além da tentativa de associar o movimento ao PT numa suposta estratégia de destruição da família tradicional (Figuras 52 a 55).

Figura 52 – Julgamento moral de abordagens de imprensa



Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁶⁶.

Figura 53 – Crítica ao aborto e direitos reprodutivos femininos a partir de óbito

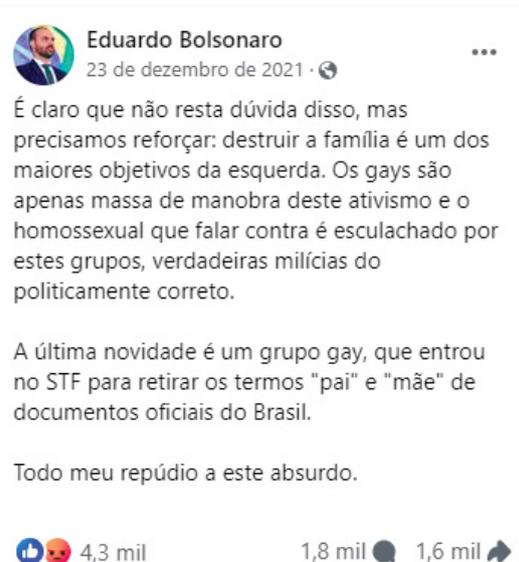


Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ⁶⁷.

⁶⁶ KICIS, Bia. **Que vergonha! Só pode aglomerar se for pra comemorar assassinato de bebês, né?!** 02 jan. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1863014047198482&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

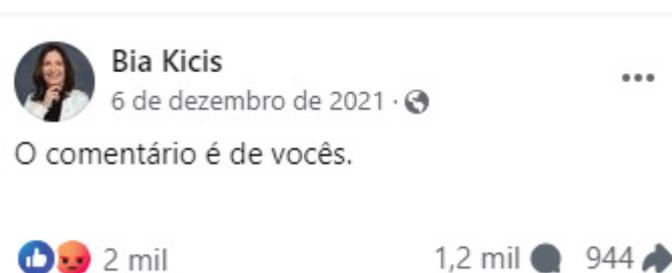
⁶⁷ FAHUR, Sargento. (...). 22 abr. 2022. Facebook: SargentoFahur10 Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=542311083924267&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 54 – Para Eduardo Bolsonaro, gays são massa de manobra da esquerda



Fonte: Facebook do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁶⁸.

Figura 55 – Crítica a investimentos públicos na pauta da igualdade



Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁶⁹.

⁶⁸ BOLSONARO, Eduardo. **É claro que não resta dúvida disso, mas precisamos reforçar: destruir a família é um dos maiores objetivos da esquerda.** 23 dez. 2021. Facebook: Eduardo.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2041970429328904&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁶⁹ KICIS, Bia. **O comentário é de vocês.** 06 dez. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2161693393997211&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Além da face repressiva e opressiva do poder presente na violência política de gênero e na LGBTI+fobia, há sua face “produtiva”. Onde o poder atua, explica Pereira, “possui papel diretamente produtor e transformador, no sentido de que produz o real, institui domínios, objetos e rituais de verdade”, (2018, p. 55). Seguindo esta linha, a dimensão neoconservadora de gênero é esse efeito do poder que incita, suscita, faz agir e falar da masculinidade heteronormativa sempre vinculada às forças armadas ou a super-heróis, da maternidade considerada compulsória, da divulgação da agenda das aliadas políticas. Tudo isso construiria, assim, uma pauta positiva de direita, além da apropriação do lema feminista “lugar de mulher é onde ela quiser” para exaltar mulheres que atuam na segurança pública ou portando armas. Nesse último caso, o incentivo para o porte de armas para mulheres aparece como meio de proteção e, portanto, política de segurança pública, tendo em vista que a “polícia” e, por conseguinte o Estado, não estaria cumprindo seu papel de punir e prender os delinquentes (Figuras 56 a 59).

Figura 56 – Desqualificação de crítica aos efeitos da atuação fortemente heteronormativa do perfil do ex-Presidente Jair Bolsonaro



Fonte: *Facebook* do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁷⁰.

⁷⁰ BOLSONARO, Eduardo. **Irmão do Luciano Huck problematizou a masculinidade do Presidente Jair Messias Bolsonaro é imbrochável e incomível, não adianta!**. 31 ago. 2022. Facebook: Eduardo.enb. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=632706041547146&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 57 – Vinculação da masculinidade heteronormativa a super-heróis



Fonte: *Facebook* da Deputada Bia Kicis ⁷¹.

Figura 58 – Homenagem à maternidade nos moldes tradicionais de cuidado e zelo pela prole



Fonte: *Facebook* do Deputado Marco Feliciano ⁷².

⁷¹ KICIS, Bia. **Que surjam coisas boas desse encontro para a nossa liberdade!** 20 maio. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=553434469473907&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁷² FELICIANO, Marco. **Mãe, você não se curva diante das dificuldades, mas as vence!** 09 maio. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2243813112425362&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 59 – Lugar de mulher é onde ela quiser



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ⁷³.

O discurso sobre “lugar de mulher é onde ela quiser” é uma estratégia baseada na racionalidade neoliberal da responsabilidade individual. Tanto indivíduos quanto populações, ponderam Duarte e César (2022, p. 5), “passam a ser entendidos como responsáveis por seu destino social, operando-se, assim, o princípio de uma despolitização e de um isolamento que tendem a moralizar e a individualizar aquilo mesmo que deveria ser objeto de análises e lutas políticas coletivas”. Convém ao neoconservadorismo despolitizar as questões de gênero porque, neste caso, o exime de trabalhar pela igualdade entre homens e mulheres em sociedades claramente desiguais como a brasileira. O raciocínio neoconservador é de que se uma mulher não ocupa um cargo A ou B numa determinada empresa é porque ela simplesmente não quer, como se tratasse apenas de uma questão de escolha pessoal, desconsiderando as dificuldades que as mulheres encontram no acesso ao mercado de trabalho, tendo que lidar com o assédio, com baixos salários e a dupla jornada, por exemplo.

⁷³ FAHUR, Sargento. **Lugar de mulher é onde ela quiser**. 14 jan. 2022. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/SargentoFahur10/posts/pfbid0c3gmdpHS3FEjyY8AkFj63XEiHKVrPLMpLKHmPi3PxAFKkH8TbPwe4ubH7xhCUN5Ll>. Acesso em: 10 jul. 2022.

4.3. DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA DIGITAL

O papel pedagógico da mídia tem sido enfatizado por diferentes autores. Michel Serres (2013) acredita que estejamos vivendo numa “sociedade pedagógica”, argumentando que pelo “tempo de exposição de que dispõe, pelo poder de sedução e pela importância que tem, a mídia há muito tempo assumiu a função de ensino”, Serres (2013, p. 18-19). Sierra (2013b), por seu turno, cita a mídia como uma das mais atuais tecnologias a compor as instâncias pedagógicas que passam a regular a sexualidade. E ao lado de outras instituições como a escola, a família, o Estado, a mídia adota a “tarefa de produzir efeitos de verdade sobre os desejos, prazeres e experiências, bem como no projeto de criar sempre formas delgadas, mas penetrantes, de saber para controlar”, Sierra (2013b, p. 122). A aposta de Sierra, destarte, é que a mídia se constitui como “a mais nova aliada dos saberes médico-científicos, espécie de porta-voz das biopolíticas que classificam, ordenam, corrigem e normalizam”, (2013b, p. 122).

Ao deslocar seus estudos sobre a recepção de produtos midiáticos com crianças e adolescentes para o estudo sobre como os meios de comunicação social (especialmente a TV) constituem sujeitos e subjetividades e assumem, em alguma medida, uma função educativa, Fischer (1997, p. 60) desenvolve o conceito de “[...] dispositivo pedagógico da mídia”. Nessa teoria, sob influência foucaultiana, a autora parte do pressuposto de que os meios de comunicação não apenas divulgam seus produtos midiáticos - músicas, novelas, notícias, filmes e afins - como também produzem imagens, significações, saberes “[...] sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo de ser feita nossa alimentação diária [...]” (Fischer, 2002, p. 153), enfim, um conjunto de aprendizados diários que nos são transmitidos pela mídia.

Tendo como principal objeto de análise a TV, Fischer (2012) discute como a televisão se utiliza de diferentes técnicas de subjetivação e estratégias de linguagem para a produção de modos de ser e de estar no mundo entre as pessoas, focando, particularmente, no consumo televisivo feito pela juventude. A autora se baseia em noções foucaultianas como poder, saber e sujeito para investigar os mais diversos processos pedagógicos-comunicacionais que formam e *in*-formam os sujeitos-receptores, em busca da compreensão sobre como os discursos midiáticos (do cinema, da televisão, da publicidade e de seus correlatos) impactam nas práticas escolares.

O dispositivo pedagógico da mídia é o resultado das leituras de Fischer (2012), referentes às tecnologias do eu na teoria foucaultiana, articuladas com o trabalho de Jorge Larrosa que, a partir do dispositivo da sexualidade, pensa sobre como o cotidiano escolar produz

um dispositivo pedagógico. Fischer (2012, p.116) advoga que os aparatos televisivos desempenhariam um papel de “[...] produzir um intenso voltar-se sobre si mesmo, o governar-se, mas sempre atrelado ao governo do outro: nós nos confessamos para que o outro [...] nos devolva a ‘nossa verdade’”. A este quadro teórico, somam-se outras leituras voltadas à pesquisa com produtos televisivos, como os trabalhos de Dominique Mehl, uma pesquisadora francesa que investiga como os *talk shows*, entrevistas e programas de TV utilizam de técnicas de confissão, e os estudos da pesquisadora argentina Beatriz Sarlo, que trata do conceito de televisibilidade para analisar a cenografia, figurino, edição e sonorização, entre outras categorias. É a partir desses autores que, enfim, Fischer (2012) constrói seu quadro de análise teórica e metodológica e define o dispositivo pedagógico da mídia como:

[...] um aparato discursivo e ao mesmo tempo não discursivo (toda a complexa prática de produzir, veicular e consumir TV, numa sociedade e num cenário social e político específico), a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si, práticas que vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem; há que se considerar ainda o simultâneo reforço de controles e igualmente de resistências, em acordo com determinadas estratégias de poder e saber, e que estão vivos, intensamente presentes nesses processos de publicização da vida privada e de pedagogização midiática (Fischer, 2012, p. 115).

As pesquisas de Fischer (1997) se concentram nas chamadas mídias analógicas que predominavam naquele final do século XX, portanto, anteriores ao surgimento das redes sociais *online*. Nas mídias analógicas ou tradicionais, segundo Martino (2015), a mensagem requer um suporte físico, como o disco de vinil, as antenas de rádio e TV e o papel fotográfico. Já as mídias digitais praticamente prescindem de uma materialidade física, porque a mensagem torna-se virtual, ou seja, “[...] são convertidos em sequências numéricas ou de dígitos – de onde digital” (Martino, 2015, p. 11). Por conseguinte, não importa o formato da mensagem, se é áudio, visual, alfanumérico ou outro, ele sempre será convertido em dados, podendo ser compartilhado e armazenado no ciberespaço, isto é, num “[...] espaço de interação criado no fluxo de dados digitais em redes de computadores” (Martino, 2015, p. 11). Outra característica, como observa Han (2018), é a de que:

[...] uma mídia eletrônica de massa clássica como o rádio só permite uma comunicação unilateral”. Já na mídia digital, as “[...] informações são produzidas, enviadas e recebidas sem mediação por meio de intermediários. Elas não são dirigidas e filtradas por meio de mediadores (Han, 2018, p. 15).

Assim, da transmissão unidimensional das mídias tradicionais passou-se para a transmissão multidimensional das mídias digitais. Desse modo, chamo de *dispositivo pedagógico da mídia digital* esse conjunto que se expande a partir da internet, levando em conta um certo declínio dos veículos de comunicação tradicionais (perda de audiência e de receita, por exemplo), mas principalmente a ascensão das redes sociais *online*, começando pelo extinto *Orkut* (em 2004), depois *Facebook* (2004), *Youtube* (2005), *X/Twitter* (2006), *Instagram* (2010) e, mais recentemente, *TikTok* (2016). Essas redes reconfiguraram a paisagem comunicacional e o campo da educação, demandando, portanto, novas interpretações acadêmicas, atualizações e revisões, começando pela inflexão teórica, passando dos estudos sobre televisibilidade para a governamentalidade algorítmica de Rouvroy (2021), já explorada na seção 4.1. Entendo que a governamentalidade algorítmica está no cerne do dispositivo pedagógico da mídia digital, uma vez que participa das novas relações de força que direcionam a atenção das pessoas, modifica o ecossistema informacional e atua em parceria com um conjunto de estratégias discursivas e não discursivas neste processo de formação, educação, condução de condutas na esfera pública virtual.

Além da noção de governamentalidade, a compreensão do funcionamento do dispositivo pedagógico da mídia digital passa pela discussão de outras ferramentas teóricas foucaultianas que se articulam e se complementam, a saber, a própria noção de dispositivo e os jogos de poder.

Conforme Judith Revel (2005, p. 39), dispositivo refere-se “[...] aos operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder”. Castro (2009) acrescentou que esta nova ferramenta substitui a noção de *episteme* presente em obras como *As Palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*. Assim, a ferramenta corresponderia a uma mudança epistemológica significativa, pois, segundo Castro, 2009, p. 124) a “[...] episteme era o objeto da descrição arqueológica; o dispositivo, por sua vez, o é da descrição genealógica”. E é nesta fase genealógica que a tese está inserida.

Embora não haja uma definição nítida sobre o termo dispositivo, Foucault (2021) propõe que essa noção pode ser composta por elementos diversos como discursos, legislações, enunciados científicos, estruturas arquitetônicas, teorias filosóficas, etc. Em *Sobre a História da Sexualidade*, debate realizado em 1977, completa:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba [...] o dito e o não dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...]

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. [...] Em suma, entre estes elementos discursivos ou

não, existe m tipo de jogo, ou seja, mudanças de posições, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência (Foucault, 2021, p. 356).

Em *História da Sexualidade: a vontade de saber*, o dispositivo da sexualidade aparece para demonstrar como, na modernidade, uma rede de saberes e poderes foi formada historicamente para se apropriar do corpo e da sexualidade dos indivíduos, investindo de significações e inteligibilidade. Foucault (2014) conclui que a sexualidade se torna objeto de um dispositivo de controle dos corpos e das populações, em que o Estado e demais instituições passam a desenvolver tecnologias para adentrar na intimidade dos sujeitos, conhecê-los a fundo e, assim, conduzir suas condutas com eficiência.

A noção de dispositivo, desse modo, surge como importante ferramenta analítica que vai compor diferentes trabalhos foucaultianos. Sueli Carneiro (2023) desenvolve o conceito de dispositivo de racialidade, estruturado por um contrato racial em que a supremacia branca se beneficia de um conjunto de discursos e práticas utilizados como formas de dominação contra populações negras em sociedades fundadas pelo colonialismo e pelo imperialismo branco ocidental. Já Juslaine de Fátima Abreu Nogueira (2020) vai teorizar sobre o dispositivo da psiquiatrização, que “tem se mostrado uma potente estratégia normalizadora”, Nogueira (2020, p. 993). Na psiquiatria contemporânea, prossegue Nogueira (2020), o dispositivo da psiquiatrização emerge a partir de três momentos-chave: a hegemonia das ciências do cérebro, a farmacologização dos corpos e a judicialização da vida.

Em sua fase genealógica, Foucault (2006a) se deteve a analisar os jogos de poder considerados sutis e, às vezes, marginais em torno de temas como a loucura, a penalidade, a medicina, a sexualidade, entre outros. Em *A Filosofia Analítica da Política*, texto de 1978, o filósofo Foucault (2006a) resume as características dos jogos de poder em quatro pontos: primeiro, constituem o enredo diário da vida das pessoas comuns, envolvidas em seus medos, desejos e paixões. Segundo, são jogos difusos, descentralizados, microfísicos, locais, passando ao largo da tomada de um poder através dos meios de produção, por exemplo. Terceiro, representam o exercício de um poder considerado intolerável para alguns, logo, torna-se alvo de disputas. Por fim, o quarto ponto afirma que esses jogos não almejam a revolução ou a libertação de um povo ou o fim das classes sociais: eles se avizinham, conhecem a nós mesmos em nossa intimidade e, em face disso, lutam por nossa subjetividade. Uma espécie de luta que não pode ser classificada como revolucionária, nem reformista, são lutas, definidas por Foucault de anárquicas, uma vez que “[...] elas se inscrevem no interior de uma história imediata, que se

aceita e se reconhece como perpetuamente aberta” (Foucault, 2006a, p. 50). O poder que interessa ao filósofo, então, não é da ordem política, jurídica ou econômica. É um poder que resulta das lutas existentes no Ocidente desde a Idade Média, cuja origem é o poder pastoral.

Na condição de poder exercido pelo pastor sobre o rebanho, o poder pastoral preocupa-se com a salvação de todas as almas, sem excluir a ovelha perdida da parábola bíblica. É o poder que opera sobre cada indivíduo, e obriga a agir de acordo com determinada expectativa, bem como, procura conhecer até mesmo sua própria consciência, sua subjetividade. Diferente do mau pastor, que usa o pasto para benefício próprio, o bom pastor é aquele que se põe como mediador entre o pasto e a providência dos alimentos e está sempre servindo, se doando para o rebanho. Em outras palavras, como na imagem bíblica do cordeiro, o bom pastor é aquele que se sacrifica pelo rebanho (Figura 60).

Figura 60 – Exaltação de poder pastoral na figura de liderança masculina I



Fonte: *Facebook* do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁷⁴.

Assim, as batalhas morais em torno do gênero e da sexualidade se inserem nos jogos de poder que se desenvolvem no dispositivo pedagógico da mídia digital. Os dados produzidos pela tese nas páginas neoconservadoras do *Facebook*, apontam que temas como aborto, banheiro multigênero, pessoas trans nos esportes, ideologia de gênero, linguagem não binária, já fazem parte do cotidiano das pessoas, tornando-se uma preocupação concreto e que, em face disso, acabam sendo explorados pelo neoconservadorismo. Algumas destas lideranças

⁷⁴ FELICIANO, Marco. “E ele disse: Não temas; porque mais são os que estão conosco do que os que estão com eles. 2 Reis 6:16”. 20 jan. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2152628104877197&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

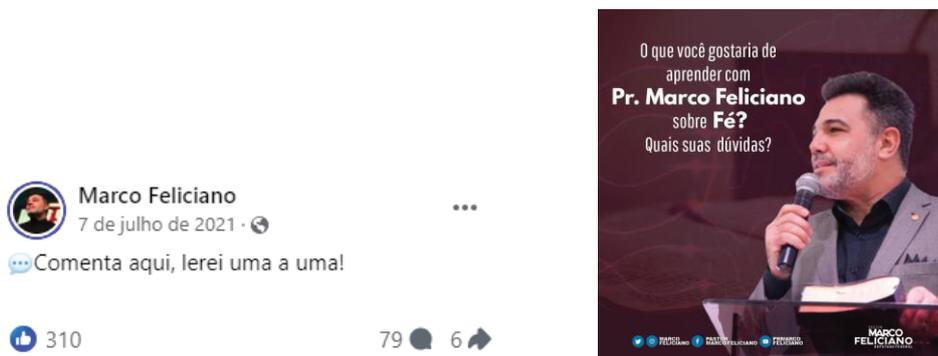
neoconservadoras, inclusive, se colocam na posição de educadoras, de que possuem o dever moral e, como no caso do pastor Marco Feliciano, uma vocação transcendental de ensinar a fé cristã, conforme postagens reportadas nas Figuras 61 e 62:

Figura 61 – Exaltação de poder pastoral na figura de liderança masculina II



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁷⁵.

Figura 62 – Exaltação de poder pastoral na figura de liderança masculina III



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁷⁶.

Finalmente, me refiro ao dispositivo pedagógico da mídia digital como um conjunto heterogêneo de elementos discursivos e não discursivos produzidos no contexto da sociedade da informação, que tem como palco de disputas (simbólicas, por sentido, por poder) a esfera pública virtual constituída por diferentes públicos que acessam as plataformas digitais na busca

⁷⁵ FELICIANO, Marco. **Sei que, como pastor e homem público, que empresta o nome inclusive à política para cumprir o papel de Deus, tenho o chamado de ensinar e educar as pessoas.** 07 jul. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2291734890966517&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁷⁶ FELICIANO, Marco. **Comenta aqui, lerei uma a uma!** 07 jul. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2291919364281403&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

por protagonismo, visibilidade, representatividade, fazendo uso de diversas práticas, estratégias, táticas para viralizar, influenciar o debate público, na tentativa de promover sua agenda. As mídias digitais, em suma, se constituem em espaços de formação - ao lado de outras máquinas disciplinares como escolas, igrejas, prisões, instituições militares etc. - que permitem apreender o indivíduo, docilizar os corpos e ensinar modos de vida baseados na concorrência generalizada segundo a racionalidade neoliberal.

4.3.1 A máquina *bummer* disciplinar

Para compreender os regimes de visibilidade e vigilância e, conseqüentemente, como se constituem as subjetividades contemporâneas, Bruno (2013) argumenta que tais processos têm como heranças a “modernização da visão e de constituição de uma cultura do espetáculo, de um lado, e os processos disciplinares, de outro”, Bruno (2013, p. 14). Nos passos da autora, também realizo um recuo para analisar o investimento da maquinaria disciplinar sobre os indivíduos e sua relação com as modernas formas de disciplinarização através das plataformas digitais, o que Jaron Lanier denomina de “máquinas *bummer*”, (2018, p. 32).

Dreyfus e Rabinow (1995) sinalizam que a partir dos anos 1970 as pesquisas de Foucault ganham nova direção. O professor do *Collège de France* passou a analisar como o corpo social tornou-se o princípio da modernidade, que substituiu os suplícios do período pré-moderno, pelas modernas técnicas de assepsia, surge a “criminologia, a eugenia, a exclusão dos ‘degenerados’” (Foucault, 2021, p. 234).

A essa nova técnica de exercício do poder que já existia de forma isolada entre os séculos XVII e XVIII, Foucault (2010) chamou de disciplina. O poder disciplinar consiste em se apropriar exaustivamente do corpo, dos gestuais, do tempo, do comportamento. Em suma, essas são técnicas de individualização porque passam por procedimentos como vigilância, controle das condutas e das aptidões, intensificação das performances e dos rendimentos, multiplicação das forças, treinamentos e exercícios, entre outros. Em outras palavras, as disciplinas são métodos que “[...] permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação docilidade-utilidade” (Foucault, 2010, p. 133).

Ao realizar uma genealogia do poder disciplinar, o filósofo Foucault (2006a) identifica a formação desse poder no interior das comunidades religiosas da sociedade feudal e, posteriormente, se desenvolvem nas instituições seculares como escolas, fábricas, prisões etc. Essas técnicas disciplinares consistiam em exercícios religiosos, práticas ascéticas e pedagogias

crisãs que resultaram em uma série de características típicas das sociedades ocidentais, como o olhar constante, a importância da escrita para o exame minucioso, os mecanismos de punição, e a divisão normal-anormal, procedimentos estes todos inscritos sobre os corpos. Por conseguinte, o corpo passa a ser subjetivado, psicologizado, normalizado. O poder disciplinar seria, portanto:

Uma forma de certo modo terminal, capilar, do poder, uma última intermediação, certa modalidade pela qual o poder político, os poderes em geral vêm, no último nível, tocar os corpos, agir sobre eles, levar em conta os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras, a maneira como todos esses poderes, concentrando-se para baixo até tocar os próprios corpos individuais, trabalham, modificam, dirigem o que Servan chamava de “fibras moles do cérebro” (Foucault, 2006a, p. 49).

A disciplina não consiste num poder avassalador e triunfal, ela se estabelece através de pequenas batalhas diárias, por meio de táticas modestas, sempre olhando para o futuro, até o momento em que a maquinaria do corpo social funcionará por conta própria, tornando-se um hábito. O sucesso deste procedimento que é gradual, mas contínuo, se dá graças aos recursos de adestramento, são eles: “[...] o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 2010, p. 164).

Estas novas técnicas disciplinares carregavam consigo “[...] todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados” (Foucault, 2010, p. 136). Dessa forma, com os encarceramentos em massa, foram necessários procedimentos disciplinares para organizar melhor os espaços, distribuir os indivíduos de forma tal que se possa apreciá-lo, sancioná-lo, vigiá-lo e evitar as aglomerações. Não só nas prisões, mas essa “[...] arte das distribuições” (Foucault, 2010, p. 137) também aparece nas instituições de ensino e bases militares, conforme Figuras 63 e 64.

Figura 63 – Exaltação de disciplina e nacionalismo da educação tradicional



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ⁷⁷.

Figura 64 – Autoridade e reconhecimento pelo gesto da continência



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ⁷⁸.

⁷⁷ FAHUR, Sargento **Mais alguém dessa época?** 02 fev. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3770785033018429&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁷⁸ FAHUR, Sargento. **Receber essa demonstração de admiração das crianças não tem preço!** 14 jun. 2022. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4150633338366928&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Em diferentes ocasiões, Foucault falou sobre o quão importante foi a disciplina para o surgimento do exército moderno, estabelecendo hierarquias, enquadramentos, inspeções, implantando novos exercícios e adestramentos. Surge a figura do suboficial e “[...] com ele os exercícios, as manobras e a decomposição dos gestos” (Foucault, 2021, p. 181). Em *As Malhas do Poder*, o Foucault (1976) aborda essas técnicas de individualização atômicas e tênues, tendo como exemplo a disciplina militar do exército prussiano de Frederico II. Com a invenção do fuzil, surge a necessidade de saber operar o novo equipamento, novos processos de aprendizagem, se ensina competências específicas para saber como agir e se portar durante uma batalha. Daí a importância do treinamento, dos exercícios para intensificar as forças e preservar a vida do soldado.

A conclusão que Foucault (2010) chega é sobre o quanto o indivíduo ocupou uma preocupação central para o Estado e a sociedade moderna, devido a quantidade de técnicas desenvolvidas para capturar, vigiar, controlar, reeducar e corrigir os indivíduos. Em *A Filosofia Analítica da Política*, pondera:

Todas as grandes máquinas disciplinares: casernas, escolas, oficinas e prisões são máquinas que permitem apreender o indivíduo, saber o que ele é, o que ele faz, o que se pode fazer dele, ou onde é preciso colocá-lo, como situá-lo entre os outros (Foucault, 2010, p. 55).

As redes sociais *online* também se constituem enquanto máquinas disciplinares, uma vez que desenvolvem múltiplas técnicas para que as pessoas não escapem as suas redes de poder. A governamentalidade algorítmica e seu processo de mineração de dados permitem saber com precisão quem é este indivíduo, o que ele faz navegando nas páginas ou em outros perfis e qual a melhor estratégia para garantir que sua atenção seja capturada no *feed*. Foucault (2021) afirma que:

A disciplina implica um registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber (Foucault, 2021, p. 182).

Ainda segundo Foucault (2021), os sistemas de poder da sociedade disciplinar têm como foco principal indivíduos em sua singularidade, sendo que o exame surge como meio primordial para classificar, julgar, medir, vigiar constantemente as pessoas. Na sociedade da informação, porém, são os próprios algoritmos que desempenham o papel do exame, eles conseguem extrair informações das pessoas para que seja possível as classificar, medir e julgar

no âmbito das máquinas disciplinares das mídias digitais. Outra diferença fundamental é que esse novo exercício do poder não visa os indivíduos em sua singularidade, mas a produção de perfis, em outras palavras, a personalização e a automatização de perfis cada vez mais ajustados às necessidades, desejos, crenças e posicionamentos políticos dos/das usuários/as destas plataformas.

Lanier (2018, p. 32) denomina como “máquina Bummer” as empresas de alta tecnologia com sede no Vale do Silício, como as plataformas Meta, que inclui o *Facebook*, rede social *online* foco desta tese. Bummer é um acrônimo em inglês para *Behaviors of User Modified, and Made into an Empire for Rent*, que significa “[...] Comportamento de Usuários Modificados e Transformados em um Império para Alugar” (Lanier, 2018, p. 38). A máquina Bummer consiste num modelo de negócios em que as pessoas são constantemente vigiadas, analisadas, mensuradas de forma automática com uso de algoritmos cada vez mais sofisticados, o que deixa os *feeds* de cada usuário/a ajustado para influenciar nas ações de cada um/uma. A modificação de comportamentos se tornou, desse modo, algo rentável.

A máquina *Bummer*, prossegue Lanier (2018) em seu argumento, é constituída por seis partes móveis, que o cientista da computação nomina com as letras do alfabeto de A à F, cito: a) de Aquisição de Atenção no ambiente virtual, ou seja, chamar a atenção se torna uma forma de exercício do poder, usuários comuns que conseguem tal feito se sentem, de alguma forma, empoderados por uma falsa sensação de riqueza e poder; b) de meter o Bedelho na vida de todo mundo, uma vez que as redes sociais exercem a espionagem e vigilância de forma maciça, já abordada ao longo desta tese e a quantidade de dados que são coletados aumenta cada vez que a máquina se aprimora; c) de Comprimir conteúdo goela abaixo, posto que os *feeds*, sistemas de recomendações ou personalização, geridos por algoritmos, inundam usuários de conteúdos (muitas vezes conteúdos falsos, enganosos ou violentos), e tal oferta de estímulos objetiva a modificação de comportamentos individualizados; d) de Direcionar o comportamento das pessoas de forma sutil, uma vez que a condução das condutas acontece automaticamente, com recursos tecnológicos sorrateiros e, na maioria das vezes, é algo difícil de ser estudado por cientistas independentes e Lanier (2018) sugere que funcionários do Vale do Silício que conseguem desenvolver algoritmos capazes de manipular comportamentos com eficiência seriam recompensados com altos salários; e) de Embolsar dinheiro, pois a máquina de modificação de comportamentos é lucrativa, envolve a política, publicidade e o ramo empresarial e, por fim, f) de multidões Falsas e sociedade Falsificadora, que diz respeito ao uso de *bots*, inteligências artificiais, agentes e/ou comentaristas falsos automatizados para tentar

manipular a opinião pública, obstruir o debate, o que resulta em um “[...] vandalismo social invisível” (Lanier, 2018, p. 41).

É por isso que se pode denominar as mídias digitais, especialmente o *Facebook*, como máquina *bummer* de disciplinar, pois se desenvolve a partir de uma economia da atenção, de técnicas apuradas de espionagem e vigilância, de sistemas capazes de recomendar e personalizar conteúdos, da customização e personalização de perfis, além da morosidade em combater perfis falsos, dado que acabam por lucrar com o engajamento e se tornam, portanto, coniventes com ataques virtuais. Personalidades políticas neoconservadoras, ligadas às práticas antidemocráticas, violência política de gênero e até mesmo ao neofascismo, foram hábeis ao compreender que a adoção de uma narrativa nas mídias digitais baseada no ódio, no ressentimento, na intolerância, no permanente estado de guerra e em paranoias conspiratórias geraria não só engajamento nas redes sociais *online*, como aumentaria o capital político.

O levamento apontou um padrão na comunicação digital dos parlamentares que compõem o foco desta tese: são conteúdos que adotam como estratégia política a disciplina militar. Seja nos discursos, na estética ou nos enquadramentos das fotografias, o modelo militar torna-se a norma disciplinar universal, e estabelece de forma dicotômica os/as normais e anormais, os/as incluídos/as e excluídos/as, os corpos saudáveis e os corpos doentes. Nas palavras do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro, um capitão da reserva, a polarização entre “um país de maricas” e uma “[...] nação temente a Deus e que respeita a família”, como no conteúdo repostado pela deputada Bia Kicis (PL-DF) (Figura 65):

Figura 65 – Descritivo de valor moral sobre aspectos heteronormativos, cristãos e liberais



Fonte: *Facebook* da Deputada Carla Zambelli ⁷⁹.

⁷⁹ ZAMBELLI, Carla. **Uma pessoa que ama seu povo, ama seu país e que trabalha para um Brasil melhor para TODOS!** 27 jul. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=596970738443999&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

O aparelho disciplinar que atua no interior destas postagens com temática militar funciona para produzir os corpos como máquinas, uma anátomo-política, em que o corpo e o gesto são postos em correlação, seja nos gestos de flexões (como frequentemente praticava Jair Messias Bolsonaro quando estava na presidência), numa técnica de treinamento eficiente, pois, dispensa longas explicações e necessita apenas do comando de um superior para ser executado; seja o gesto da continência, saudação militar que aparece como sinal máximo da obediência, da submissão à autoridade do outro (Figuras 66 e 67).⁸⁰ Em outras palavras, “[...] um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (Foucault, 2010, p. 147).

Figura 66 – Honra, coragem e amor à pátria



Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis⁸¹.

⁸⁰ Cf. VINHAL, Gabriela. Em encontro com “brigada paraquedista”, Bolsonaro reza e faz flexão: o presidente recebeu o grupo no Palácio do Alvorada após participar de um ato a favor do governo federal. Eles não falaram com a imprensa. **Revista Metrôpoles**, 10 maio. 2020.

⁸¹ KICIS, Bia. (...) 25 ag. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2068920139941204&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 67 – Quando o capitão é forte, seus soldados jamais serão fracos



Fonte: *Facebook* do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁸².

Em uma postagem do deputado Marco Feliciano (PL-SP) (Figura 67), a legenda diz: “quando o capitão é forte, seus soldados jamais serão fracos!”. Jair Messias Bolsonaro é retratado como aquele que conduz com força e coragem sua tropa, é homem destemido, honrado, cidadão de bem, cujo gesto da continência demonstra sua disciplina, treinamento e respeito às Forças Armadas. As cores verde e amarelo denotam ligação à bandeira nacional e ao patriotismo. Em oposição está a imagem da ex-Presidente de República Dilma Rousseff, com a feição de raiva (Figura 68), como se estivesse gritando, apresentada como o retrato da “mulher histérica”, como debate Foucault (2014) em *A história da sexualidade, vol. I*. Sua fotografia em preto e branco, como sinal de apagamento (de algo antigo, que já passou), contrasta com o vermelho, associado não só ao PT, mas também ao comunismo e ao socialismo, regimes considerados totalitários e, portanto, servem para produzir, no imaginário coletivo, a figura do inimigo.

⁸² FELICIANO, Marco. **Quando o capitão é forte, seus soldados jamais serão fracos!** 19 jan. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2151741258299215&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 68 – O retrato da mulher histérica e com cores associadas a aspectos negativos, contraposto ao homem equilibrado e assertivo



Fonte: *Facebook* da Deputada Carla Zambelli ⁸³.

Mas o poder tem muitas faces e, como afirma Foucault (2021, p. 369), “[...] o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”. No decorrer desta tese, investigo essas múltiplas tecnologias políticas inscritas na sociedade da informação, da máquina disciplinar no interior das páginas neoconservadoras capturando os indivíduos até ao que denomino de poder espetacular, com referência a uma estratégia política que utiliza conteúdos virais sensacionalistas para capturar a atenção e ampliar o engajamento.

Todas estas tecnologias políticas são fundamentais para garantir o funcionamento das modernas sociedades de livre mercado. E nesse sentido, Dardot e Laval (2016) examinam como a racionalidade neoliberal vai remodelar subjetividades, estabelecendo uma nova norma de vida fundada na competição generalizada. Dessa forma, as mídias digitais também ensinam modos de vida associadas à concorrência, e assim ensinam indivíduos a se comportar como empresas. Esse elemento que aproxima neoconservadorismo com os princípios do livre mercado, constitui, por conseguinte, a última etapa desta análise a respeito do dispositivo pedagógico da mídia digital.

⁸³ ZAMBELLI, Carla. **Só pra lembrar os petistas de plantão**. 28 mar. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/ZambelliOficial/photos/pb.100043932348669.-2207520000/5195427777214353/?type=3>. Acesso em: 10 jul. 2022.

4.3.2 Aprendendo a ser uma empresa de si mesmo

Na concepção foucaultiana, o poder atua não só sobre o corpo humano, em sua individualidade, como anátomo-política, mas também sobre a regulação do corpo social, como biopolítica. No capítulo V de *História da Sexualidade vol. I*, intitulado *Direito de morte de poder sobre a vida*, Foucault (2014) fala de uma era do biopoder referindo-se às “[...] técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações” (Foucault, 2014, p. 151).

A biopolítica problematiza o panorama que se desenha com a consolidação dos Estados modernos ocidentais no seio da racionalidade política do liberalismo, buscando por respostas diante de diversos fenômenos sociais postos ao exercício dos governantes. Para Foucault (2008), a biopolítica é:

[...] a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje (Foucault, 2008, p. 431).

Segundo Castro (2009), a biopolítica tem como objeto o corpo múltiplo, o ser vivente enquanto espécie biológica, estuda os fenômenos de massa de longa duração, para isso, utiliza mecanismos de previsão e estatísticas visando o equilíbrio e a regulação das populações. Decorre daí a importância das técnicas do biopoder, tanto para tornar os corpos úteis e produtivos quanto para adaptar os fenômenos populacionais aos processos econômicos.

É por isso que as técnicas do biopoder são fundamentais para o capitalismo, tendo em vista que o liberalismo, para atingir maiores resultados ao menor custo, tende a limitar a ação dos governos (sob o argumento de que é preciso controlar os gastos públicos), enquanto privilegia a atuação do mercado. Por sua vez, o mercado se estabelece, inclusive, como critério de verdade capaz de julgar, ditar e avaliar as práticas governamentais. Na análise de Foucault (2008, p. 45), é o mercado que “vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade”. O mercado, portanto, é alçado a um papel pedagógico importante nas sociedades capitalistas, conforme Dardot e Laval (2016, p. 140), “[...] como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir”.

O *Nascimento da biopolítica* delinea os contornos que o liberalismo vai assumir a partir de 1930, e aponta para uma nova arte de governar que “[...] tomou a programação da maioria dos governos dos países capitalistas” (Foucault, 2008, p. 204). A obra em questão analisa, assim, o neoliberalismo americano da Escola de Chicago, em que a racionalidade do mercado ultrapassa o âmbito da economia, estendendo-se para os domínios da família, da natalidade, da delinquência. Nesse sentido: “O *homo economicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção. [...] Converte nele toda uma série de coisas” (Foucault, 2008, p. 201).

Dando continuidade aos estudos foucaultianos sobre o neoliberalismo, o filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval (2016) escrevem *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Neste livro, os autores defendem que, ao final do século XX, a racionalidade neoliberal engendrou a figura do homem-empresa ou do sujeito empresarial, que é aquele em que a lógica da competição, da concorrência, da autossuficiência supera qualquer noção de cidadania plena, entendendo esta última como a junção entre direitos humanos e direitos sociais.

Uma dessas estratégias, segundo Dardot e Laval (2016), seria a ideia de liberdade de escolha, é ensinada pela racionalidade neoliberal como se fosse algo dado, natural - mas que se trata meramente de uma escolha dentro das opções limitadas, rigorosamente elaboradas pelo mercado que organiza tudo a partir da lógica da privatização, da concorrência dos serviços e da mercadorização. Daí que o indivíduo é instado a realizar um cálculo para selecionar determinado produto de acordo com seus próprios interesses. Dardot e Laval (2016) observam que, por consequência:

A figura do “cidadão” investido de responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não é apenas o “consumidor soberano” da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e deve “trabalhar mais para ganhar mais”, para retomarmos alguns dos clichês do novo modo de governo (Dardot; Laval, 2016, p. 381).

O neoconservadorismo resulta da combinação do ideário pró-mercado com o discurso da moralidade cristã tradicional, resulta na defesa do Estado mínimo que, em outros termos, significa Estado que não investe em políticas sociais para a melhoria da vida dos cidadãos. É neste ponto que entra a moralidade culpabilizando o indivíduo de um lado, e incentivando a “atos de caridade”, de outro. O conteúdo digital produzido, principalmente pelo deputado Sargento Fahur (PSD-PR), indicou esta subversão da real função que o Estado deve

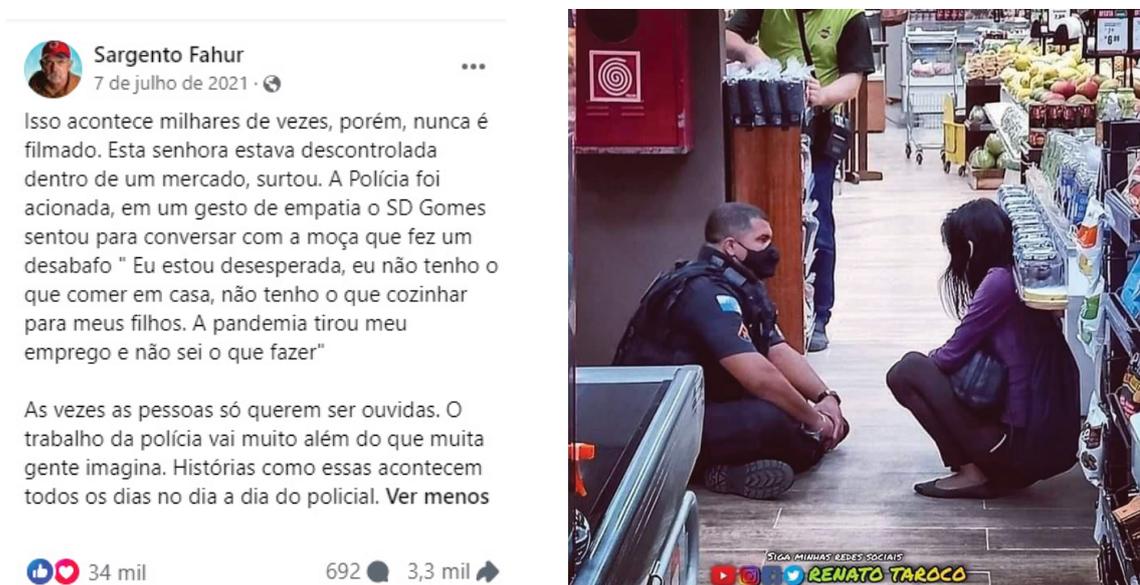
desempenhar, ao transferir aos agentes da segurança pública este papel de prestar “solidariedade” à população de baixa renda. Esse tipo de comunicação digital que tenta “promover” as boas ações dos policiais desvia do verdadeiro debate que precisa ser travado a respeito do papel do Estado na garantia de políticas públicas (Figuras 69 e 70).

Figura 69 – Exaltação de solidariedade à população de baixa renda



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ⁸⁴.

Figura 70 – Exaltação de boas ações policiais



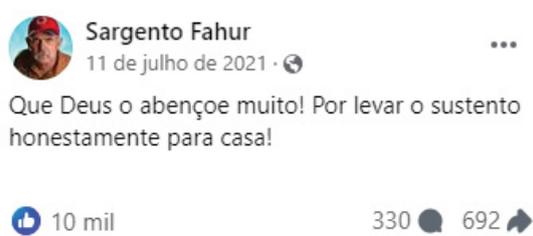
Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ⁸⁵.

⁸⁴ FAHUR, Sargento. **Soldados Albuquerque e Izabela encontraram um garoto vendendo balas no semáforo em São Vicente.** 26 fev. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3838077229622542&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁸⁵ FAHUR, Sargento. **Isso acontece milhares de vezes, porém, nunca é filmado.** Esta senhora estava descontrolada dentro de um mercado, surtou. A Polícia foi acionada, em um gesto de empatia o SD Gomes sentou

Uma postagem retrata um entregador de aplicativo com a perna fraturada tendo que trabalhar. Ao invés de chamar a atenção para a condição precária de trabalho, a legenda traz um elogio ao “sacrifício” feito pelo trabalhador: “[...] que Deus o abençoe muito! Por levar o sustento honestamente para casa!”. Este breve comentário demonstra a eficiência da comunicação neoconservadora ao conseguir dialogar tanto com o público cristão evangélico ao falar de “Deus”, quanto com o público conservador em geral ao falar de família na metáfora da “casa” (Figura 71).

Figura 71 – Moto entregador trabalhando com perna fraturada



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ⁸⁶.

O raciocínio adotado nas postagens só permite duas alternativas: ou exaustão via trabalho ou o fracasso pessoal. O não acesso aos bens materiais é visto sempre como culpa do indivíduo, que é retrato como preguiçoso, aquele que dorme até tarde ou é usuário de drogas. Aqueles e àquelas que tentam pensar fora dessa lógica simplista e binária também acabam por ser demonizados, taxados como comunistas, socialistas, e, desse modo, se abre espaço para todo tipo de violência simbólica contra essas pessoas que lutam, na maioria das vezes, através dos sindicatos de suas categorias. A comunicação digital violenta da extrema-direita contra os/as

para conversar com a moça que fez um desabafo " Eu estou desesperada, eu não tenho o que comer em casa, não tenho o que cozinhar para meus filhos. A pandemia tirou meu emprego e não sei o que fazer" 07 jul. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: https://www.facebook.com/SargentoFahur10/photos/isso-acontece-milhares-de-vezes-por-C3%A9m-nunca-%C3%A9-filmado-esta-senhora-estava-descon/4212186018878326/?paipv=0&eav=AfZPa2_bqhLpsZZIQIDihvUhoLe2jO8tVBTUmh-QwsgqucZeQ5tKOvV1GVi5wm6bwsk&_rdr. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁸⁶ FAHUR, Sargento. **Que Deus o abençoe muito! Por levar o sustento honestamente para casa!** 11 jul. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4224776284285966&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

sindicalistas é uma forma de desarticular a luta e desestimular mais pessoas para a sindicalização.

A interpretação simplista da realidade, nestes conteúdos digitais, não permite problematizações complexas. As condições desiguais que o sistema capitalista oferece, uma vez que os recursos são escassos e as oportunidades não são iguais a todos e a todas, além do racismo e sexismo estruturais e da desigualdade salarial entre homens e mulheres, pessoas negras e brancas, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTI+, nunca é posto em questão.

Figura 72 – Sua moto vai chegar, continue fumando maconha



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁸⁷.

A postagem acima, além de culpabilizar o indivíduo contém uma crítica implícita à esquerda política, associada, em outras postagens às drogas, tanto em casos de apreensão, quanto ao uso de maconha. A mensagem, nas entrelinhas, é que ser de direita é ser trabalhador, esforçado, pai de família, enquanto ser de esquerda é ser contra o trabalho, contra a família e contra o esforço individual (Figuras 73 a 76).

⁸⁷ FAHUR, Sargento. **Trabalhe e conquiste!** 24 mai. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4091320690964860&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 73 – Apreensão de drogas, associação com a esquerda



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ⁸⁸.

Figura 74 – Bandeira do Brasil, ataque à esquerda, aborto e liberação de drogas

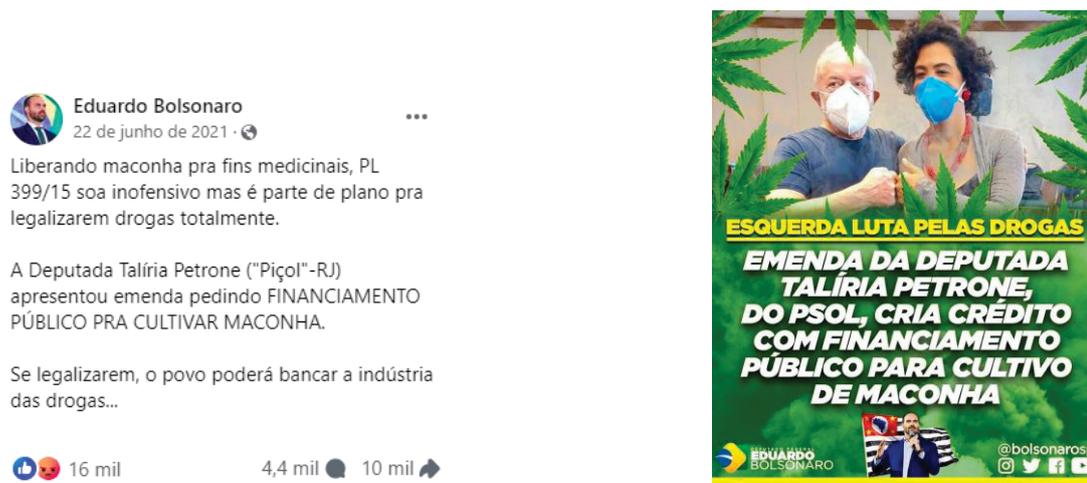


Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ⁸⁹.

⁸⁸ ZAMBELLI, Carla. **Grande dia!** Parabéns aos policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope), da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e do Batalhão de Ações com Cães (BAC) que fizeram uma operação, na manhã de ontem (11), no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio, apreendendo uma tonelada de drogas. 12 ago. 2022. Facebook: Zambellioficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=607477844059955&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁸⁹ ZAMBELLI, Carla. **Não vamos deixar censurar nossa bandeira.** 15 jul. 2022. Facebook: Zambellioficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=588285362645870&set=pb.100043932348669.2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 75 – Ataque contra Deputada Talíria Petrone, sua imagem é associada às drogas



Fonte: *Facebook* do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁹⁰.

Figura 76 – Violência política de gênero: associação de Dilma às drogas



Fonte: *Facebook* do Deputado Eduardo Bolsonaro ⁹¹.

Na mesma linha de raciocínio, a postagem da deputada Bia Kicis (PL-DF) mostrou um diálogo entre pai e filho, cuja moral da história era justamente “ensinar” ao garoto que ainda

⁹⁰ BOLSONARO, Eduardo. **Liberando maconha pra fins medicinais, PL 399/15 soa inofensivo mas é parte de plano pra legalizarem drogas totalmente.** 22 jun. 2021. Facebook: Eduardo.ebn. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1888024054723543&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁹¹ BOLSONARO, Eduardo. **Boa noite.** 26 mar. 2021. Facebook: Eduardo.ebn. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1813741198818496&set=pb.100044232679185.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

que a esquerda tenha a boa intenção de ajudar aos mais pobres (no caso da história, a pessoa em situação de rua), é à direita, como contraponto, que valoriza o trabalho e o esforço pessoal - enquanto estar em situação de rua é responsabilidade exclusiva do indivíduo (Figura 77).

Figura 77 – Discurso de pai para filho



Bia Kicis
27 de novembro de 2021 · 🌐

Recordar é viver! Publicação de 2019.

4,2 mil

99 1,2 mil

“O PAI PERGUNTOU PARA O FILHO O QUE QUERIA SER QUANDO CRESCEER.
- QUERO SER PRESIDENTE.
- É SE VOCÊ FOSSE PRESIDENTE O QUE VOCÊ FARIA?
- DARIA COMIDA DE GRAÇA A TODAS PESSOAS POBRES!
- SEJA BEM-VINDO À ESQUERDA. QUE IDÉIA ÓTIMA! MAS VOCÊ NÃO PRECISA SER PRESIDENTE PARA FAZER ISSO. É SÓ LAVAR MEU CARRO, VARRER O QUINTAL, PODAR O JARDIM E LHE PAGAREI R\$100,00 POR TODO ESSE SERVIÇO. DEPOIS POSSO TE LEVAR AO MERCADINHO, ONDE AO LADO FICAM MORADORES DE RUA, E VOCÊ PODE USAR SEU DINHEIRO CONQUISTADO PARA COMPRAR COMIDA PARA ELES.
O FILHO PENSOU POR UM TEMPO E PERGUNTOU:
- POR QUE O MORADOR DE RUA NÃO PODE VIR EM CASA FAZER O TRABALHO PARA GANHAR OS R\$100,00 PARA ELE MESMO COMPRAR COMIDA?
O PAI SORRIU E DISSE:
- BEM-VINDO À DIREITA.”
(AUTOR DESCONHECIDO)

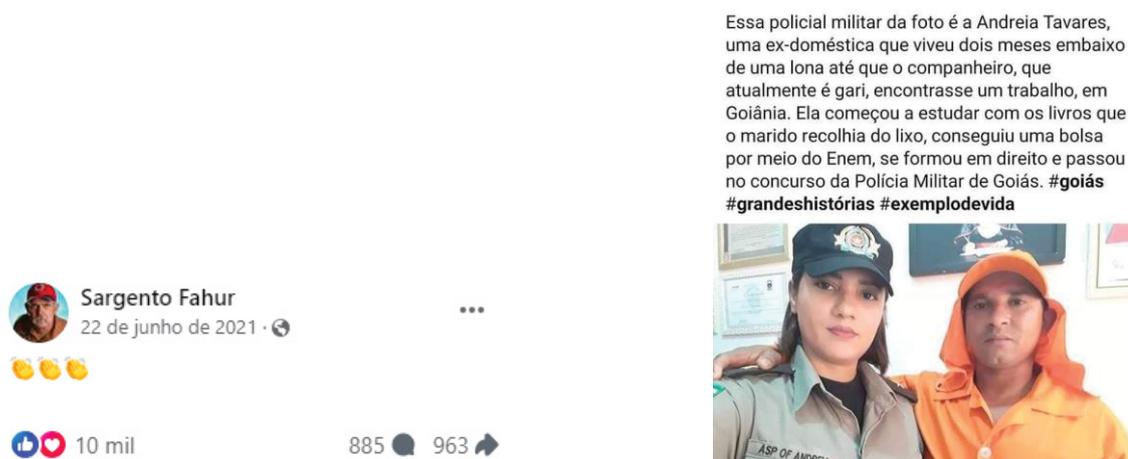
www.biakicis.com.br BiaKicis DEPUTADA FEDERAL - SP

Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁹².

Birulli, Machado e Vaggione (2020) avaliam a agenda do “empoderamento” que surge a partir das reformas propostas por uma política neoliberal progressista voltada às pautas da representatividade e do reconhecimento. Mas uma vez incorporadas pelo neoconservadorismo, tais pautas acabam por serem esvaziadas, especialmente após a crise de 2008, surgindo uma política de reconhecimento hiperreacionária. O empoderamento feminino e a valorização do trabalho das mulheres pode ser documentado no levantamento da tese, com postagens abordando “casos de sucesso”, como o exemplo da Figura 78:

⁹² KICIS, Bia. **Recordar é viver! Publicação de 2019.** 27 nov. 2019. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2154653714701179&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

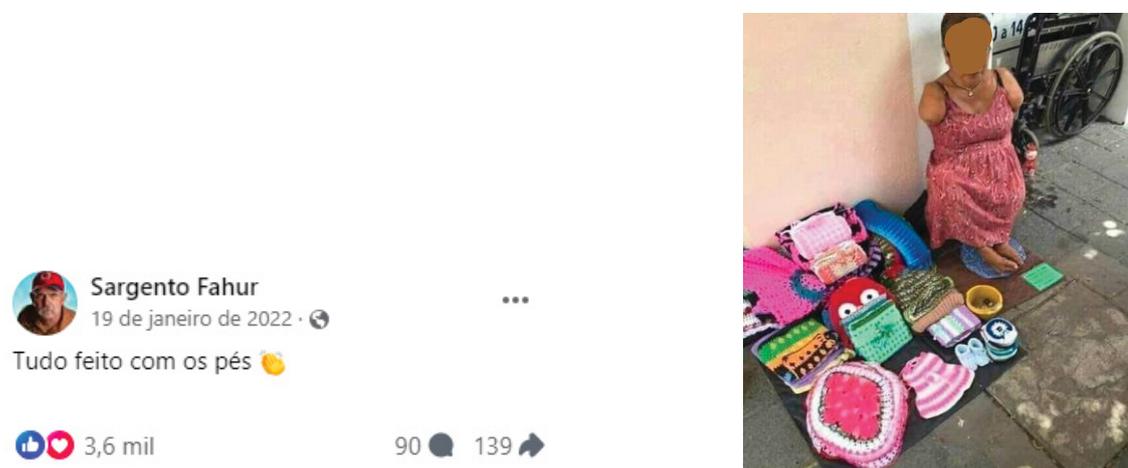
Figura 78 – Exaltação de trajetórias de superação



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur⁹³.

Em outra postagem, houve a divulgação do trabalho de uma mulher com deficiência, um formato de conteúdo direcionado a passar uma “lição de vida”, de que não há “desculpa”, pois para empreender basta querer, ignorando, novamente, as condições de trabalho, a precarização e a exploração (Figura 79).

Figura 79 – Mulher com deficiência trabalhando como artesã



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano⁹⁴.

⁹³ FAHUR, Sargento. (Aplausos). 22 jun. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4171154152981513&set=pb.100044361402926.-2207520000> Acesso em: 10 jul. 2022.

⁹⁴ FAHUR, Sargento. Tudo feito com os pés. 19 jan. 2022. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4841115105985411&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Com a legenda “Aula!” pude organizar junto ao material empírico mais uma postagem de exaltação do trabalho feminino articulado com a função pedagógica de ensinar pelo exemplo (Figura 80. Na imagem, uma jovem, identificada com o “Gabi Oliveira”, se orgulha por conduzir seu pequeno negócio porque, como sugere o comentário feito por ela mesma, o que importa é lucrar.

Figura 80 – Que vergonha o quê, eu quero é ganhar dinheiro!



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur⁹⁵.

Nem todas as mulheres, porém, são merecedoras dos elogios e do reconhecimento neoconservador. O levantamento apontou para uma postagem do deputado Sargento Fahur (PSD-PR) com a legenda “quem lacra, não lucra”, que debochava de uma cafeteria que faliu e era chefiada por uma feminista. Outra postagem, da deputada Bia Kicis (PL-DF), apresentou o mesmo lema, ironizando a queda das ações da Magazine Luiza, da empresária Luiza Trajano, associada ao campo progressista. A deputada Carla Zambelli (PL-SP) também utilizou a mesma retórica para atacar Trajano (Figuras 81 a 83):

⁹⁵ FAHUR, Sargento. **Aula!!!** 16 jan. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3725961877500745&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 81 – Ironia à cafeteria feminista que falIU



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ⁹⁶.

Figura 82 – Queda de ações Magazine Luiza: quem lacra não lucra



Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ⁹⁷.

⁹⁶ FAHUR, Sargento **Quem lacra não lucra**. 25 ago. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4356398234457103&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁹⁷ KICIS, Bia. **Quem lacra...** 07 mai. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=544456153705072&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 83 – Magazine Luiza, queda de ações e varejista pode quebrar



Fonte: *Facebook* da Deputada Carla Zambelli ⁹⁸.

Para a racionalidade neoliberal que sustenta a política neoconservadora e, conseqüentemente, pauta o conteúdo das mídias digitais, “[...] o mercado é um processo de aprendizagem contínua e adaptação permanente” (Dardot e Laval, 2016, p. 153), que não poupa nem mesmo a exploração infantil. Até mesmo as crianças precisam se adaptar à concorrência do mercado sob o subterfúgio de serem “empreendedoras”, para validar o sistema capitalista. Nas postagens abaixo (Figuras 84 e 85), exemplos desses conteúdos digitais que tentam ressignificar a exploração por empreendedorismo, recorrendo, inclusive, ao ensinamento bíblico para dar maior credibilidade.

⁹⁸ ZAMBELLI, Carla. **Já sabe, né...** 04 jul. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=580925306715209&set=pb.100043932348669.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 84 – Criança empreendedora



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ⁹⁹.

Figura 85 – Menino empreendedor



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ¹⁰⁰.

⁹⁹ FAHUR, Sargento. **Esta menina de 7 anos queria ter o seu próprio negócio! Segundo ela é pra ajudar em casa...** A mãe concordou e comprou doces e montou a barracquinha pra ela. Este pode ser o início de uma grande empreendedora! 28 jun 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4187505258013069&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁰⁰ FAHUR, Sargento. **Que exemplo de garoto!!!!** Este é o Danyell, que por vontade própria ajuda em casa vendendo potes salgados..."Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho, não se desviará dele" Provérbios 22:6. 05 jul 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4207171332713128&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

A matéria publicada em Poder 360 (2024, *online*) relata que a Auditoria Fiscal do Trabalho resgatou 2.564 crianças e adolescentes de situações de exploração infantil no ano de 2023, um aumento de 9% comparado a 2022. Cerca de 89% desses jovens foram encontrados em setores como construção civil, venda de bebidas alcoólicas, oficinas mecânicas, coleta de lixo, lava jatos e comércio ambulante. Essas atividades apresentam riscos ocupacionais e podem afetar a saúde infanto-juvenil. Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo lideram o *ranking* (Poder 360, 2024, *online*). Se por um lado, crianças são utilizadas pelo neoconservadorismo para justificar o “empreendedorismo” e dar legitimidade à racionalidade neoliberal, por outro, crianças serão utilizadas como apelo emocional, uma forma de garantir a segurança dos pais que trabalham como moto entregadores nas grandes cidades, cujos índices de violência no trânsito costumam ser altos (Figuras 86 e 87).

Figura 86 – Declaração de filha para pai motoboy



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ¹⁰¹.

¹⁰¹ FAHUR, Sargento. **Amor de filha**. 06 out. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4486219534808305&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 87 – Declaração de filho para pai motoboy



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ¹⁰².

O que se pode depreender do conteúdo digital analisado é que a família está posicionada no centro da concepção neoconservadora de sociedade. Como argumenta Brown (2019), além da privatização econômica neoliberal, que aprofunda as desigualdades, facilita a exclusão e a plutocracia, há outra forma de privatização ocasionada pela racionalidade neoliberal através da família e da religião cristã, que, para a autora, é:

realizada pela extensão da “esfera pessoal e protegida”, subverte a democracia por meio de valores morais antidemocráticos, ao invés de valores capitais antidemocráticos. O infame dito de Thatcher de que ‘não existe tal coisa como a sociedade’ conclui, afinal ‘há apenas indivíduos e suas famílias’” (Brown, 2019, p. 141).

A suposição de que não haja tal coisa como a sociedade é, em outras palavras, a negação do coletivo e o fim de qualquer possibilidade de construção de laços por meio da solidariedade em torno de um projeto comum. No lugar desses elementos em comum, então, sobram apenas as ambições pessoais, interesses de cada família ou, no máximo, a identificação com o patriotismo, numa visão política que, evidentemente, exclui o outro, o diferente, sob a retórica do inimigo, que varia entre o comunista/socialista ao esquerdista/petista. Assim sendo,

¹⁰² FAHUR, Sargento. **O filho desse entregador escreveu, certamente escondido do pai, as seguintes palavras: Cuidado com o meu papai.** Pra quem não sabe, o número de acidentados trabalhando nas entregas é grande. Esses homens e mulheres trabalham muito, ganham pouco, mas são super necessário para o mundo moderno. 03 nov. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4573886622708262&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

“Deus, família, nação e livre iniciativa’ é um mantra conservador familiar”, afirma Brown (2019, p. 109), um mantra recorrente nas campanhas presidenciais de Jair Bolsonaro desde 2018 e que também esteve presente no conteúdo digital analisado (Figuras 88 e 89).

Figura 88 – Deus, família e Brasil



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ¹⁰³.

Figura 89 – Deus, pátria, família e liberdade



Fonte: Facebook do Deputado Pastor Marco Feliciano ¹⁰⁴.

A arguição de Brown (2019, p. 39) refere-se ao ataque à sociedade e à justiça social que se torna mais frequente nas décadas neoliberais e está associado a um “[...] projeto de dismantlar e depreciar o Estado social em nome de indivíduos livres e responsabilizáveis”. Nesse mesmo sentido, Dardot e Laval (2016) afirmam que a pobreza, para a racionalidade

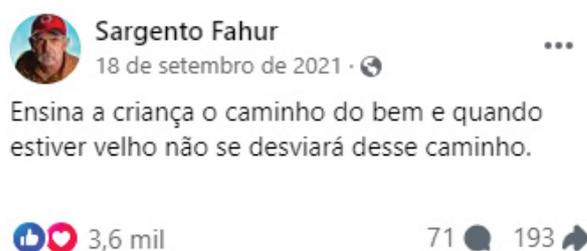
¹⁰³ FELICIANO, Marco. **Como eu não apoiaria um Presidente que tem Deus, a pátria e a família gravados na mão e no coração???** #BolsonaroOrgulhoDoBrasil. 15 jan. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2149005351906139&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁰⁴ FELICIANO, Marco. **Hoje é dia de destravar o Brasil!!** 01 fev. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2162944980512176&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

neoliberal, é vista como culpa do Estado de Bem -Estar Social, cuja intervenção por meio de políticas públicas estaria contribuindo para que pessoas pobres optem por depender de benefícios ao invés de trabalhar. Esta é uma retórica muito utilizada por neoconservadores para atacar o Bolsa Família, por exemplo, como comentou o jornalista Leonardo Sakamoto (2021, *online*), em sua coluna no Uol: “Bolsonaro atacava Bolsa Família por achar que pobre não gosta de trabalhar”.

O neoconservadorismo, por conseguinte, exalta o papel da família porque, dentre outras coisas, ela ocupa um importante papel pedagógico para incutir em seus integrantes os valores neoliberais: para Dardot e Laval (2016, p. 212), “[...] trabalho, família e fé são os únicos remédios para a pobreza. Esses três meios estão ligados, já que é a família que transmite o sentido de esforço e a fé” (Figura 90).

Figura 90 – Crianças em oração



Fonte: *Facebook* do Deputado Sargento Fahur ¹⁰⁵.

A responsabilidade individual é tema recorrente na comunicação digital da extrema-direita neoconservadora. Em outra postagem (Figura 91), constou a ilustração do que seria uma família sorridente, com crianças desempenhando afazeres domésticos na companhia dos pais. Logo acima do desenho o título em negrito diz: “responsabilidade se aprende de pequeno”. Para Dardot e Laval (2016, p. 212-213), “[...] responsabilizar o indivíduo é responsabilizar a família”, e é por isso que esse tipo de conteúdo - aparentemente lúdico, simples, mas muito

¹⁰⁵ FAHUR, Sargento. **Ensina a criança o caminho do bem e quando estiver velho não se desviará desse caminho**. 18 set. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4430535297043396&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

eficiente do ponto de vista comunicativo - adota como função pedagógica não só ensinar um modo de vida individualista, como contribuir para reforçar a omissão do Estado diante do compromisso com a justiça social, em caso de insucesso do indivíduo, a culpa é sua ou de sua família, nunca do Estado.

Figura 91 – Responsabilidade se aprende de pequeno



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ¹⁰⁶.

Não se pode ignorar os 35 mil *likes* recebidos pela postagem da Figura 91, nem tentar negar esta realidade: o desejo do sucesso, o sonho em empreender, de ser alguém na vida, que já faz parte do cotidiano dos brasileiros e brasileiras vivendo nas periferias das grandes cidades onde o poder público não os/as alcança, ou em municípios do interior do país cujas oportunidades são ainda mais limitadas. Considerando o recorte por religião, também é preciso perceber a multidão de evangélicos e evangélicas que, além das condições sociais e econômicas que enfrentam, possuem uma visão de mundo baseada numa ética que converge para a ideia de empreendedor de si mesmo (Foucault, 2008). Enxergar este público e estar aberto ao diálogo, sem o reduzir às concepções moralizantes como a avareza ou a soberba, além de tentativas de ridicularização em memes, é um desafio que permanece em aberto e precisa ser enfrentado com seriedade por setores da comunicação, da política e da educação.

¹⁰⁶ FAHUR, Sargento. **Qual a sua opinião?** 07 jul. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4086243171472612&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

4.3.3 POLÍTICA DA *SELFIE* E TECNOLOGIAS DO EU

Como resposta aos críticos em seus escritos derradeiros, Michel Foucault (2010) defende que o tema geral de sua pesquisa não tratava sobre o poder, e sim sobre o sujeito. Sob o pseudônimo de Maurice Florence, Foucault (2010) afirma que o que procurou fazer foi estudar a constituição do sujeito moderno enquanto objeto para si próprio, reconstituindo, historicamente, as práticas, os procedimentos, as técnicas capazes de fazer com que o sujeito realize uma autoanálise, se observe e confesse uma verdade sobre si mesmo.

Em *A Tecnologia Política dos Indivíduos*, o professor do *Collège de France* (2010) indica que sua atividade filosófica segue a tradição de pensadores como Kant, Nietzsche e Heidegger, e cada um deles, a seu modo, buscou responder sobre o que somos. Por conseguinte, em seus trabalhos finais, Foucault analisa a genealogia da subjetividade moderna, em busca da resposta à questão: “como nos constituímos diretamente nossa identidade por meio de certas técnicas éticas de si, que se desenvolveram desde a Antiguidade até os nossos dias?” (Foucault, 2010, p. 302).

A partir das considerações feitas por Habermas sobre o conceito de técnica, Foucault admite haver três técnicas distintas nas sociedades humanas: técnicas de produção, de significação e de dominação. Ele ainda acrescenta uma quarta, denominada de técnicas de si ou tecnologias do eu. O filósofo chegou a esta conclusão ao analisar a experiência da sexualidade, assim, as tecnologias do eu são:

[...] operações em seus próprios corpos, suas próprias almas, sobre seus próprios pensamentos, suas próprias condutas, e isso de maneira a transformarem a si mesmos, de modificarem a si mesmos e a atingirem um certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante (Foucault, 2011, p. 155).

Ao comentar sobre a noção do eu na filosofia foucaultiana, Tina Besley (2008) diz que os sujeitos não apenas produzem e dominam as tecnologias, como também, por elas são constituídos. É nesta perspectiva que se compreende as tecnologias do eu. Na língua inglesa, eu significa *self*. A partir disso, Besley (2008, p. 67) discorre: “*Self*/eu também quer dizer tanto ‘auto’ quanto ‘o mesmo’, então entender o *self*/eu implica entender a identidade”. Essa é uma identidade diferente daquela concebida pela versão Iluminista, como algo coerente, harmônica, racional e unificada. As obras foucaultianas, especialmente a partir da fase genealógica, enfatizam as formas descentralizadas do eu, suas contradições e multiplicidades.

O sujeito moderno na civilização Ocidental é “[...] o encontro entre as maneiras pelas quais os indivíduos são dirigidos por outros e os modos como conduzem a si mesmos” (Foucault, 2011, p. 155). De modo geral, a subjetividade moderna se constitui como um lugar do segredo e da verdade, privilegia a interioridade e a intimidade. Daí a necessidade do exame de si e da confissão como técnicas empregadas para governar as pessoas e para produzir a verdade sobre si mesmas.

Na Idade Contemporânea, porém, autores como Bruno (2013) em *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*, e Byung-Chul Han (2018) em *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, investigam como os regimes midiáticos de visibilidade nas sociedades neoliberais incidem sobre as subjetividades neste século XXI. As sociedades tratadas nestes estudos são caracterizadas tanto pela ampliação das tecnologias do ver e do ser visto (Bruno, 2013) quanto pelo controle digital da vida através do *big data* (Han, 2018).

Na argumentação de Bruno (2013, p. 67), estas subjetividades herdam não apenas a hierarquia normalizadora das tecnologias disciplinares de princípios panópticos, “[...] mas também da cultura do espetáculo e dos princípios sinópticos da mídia de massa”. Processos disciplinares e a cultura do espetáculo, portanto, se tornam dois pilares de constante renovação, que oferecem novas estratégias do ver e do ser visto, modificam os dispositivos de controle e segurança e retroalimentam a indústria cultural que privilegia a diversão, o lazer, a estética. “A visibilidade e a exposição deliberada do eu, da intimidade, da vida banal e cotidiana em *reality shows*, blogs, redes sociais são aí vetores de prazeres, entretenimento e sociabilidade” (Bruno, 2013, p. 47).

O que venho chamando de tecnologia espetacular dialoga, portanto, com o pensamento de Bruno (2013, p. 46), uma vez que “[...] as tecnologias de comunicação de massa, sobretudo cinema e televisão, incrementam esse regime de visibilidade, conferindo às práticas do ver e ser visto novas significações sociais, estéticas, subjetivas”. A cultura do espetáculo desponta ao final dos anos 1920, período do surgimento da televisão e do cinema sonoro. Tanto nestas mídias analógicas quanto nas atuais mídias digitais disponíveis no ciberespaço, “[...] assistimos a um crescente retorno da exposição do indivíduo comum à visibilidade” (Bruno, 2013, p. 47).

Nas sociedades disciplinares, o exercício de poder passa a investir não mais no espetáculo da soberania, mas nos corpos dos indivíduos comuns, nas massas, nas pessoas consideradas anormais. O modelo do panóptico de Bentham sintetiza essa forma de vigilância em que poucos vigiam muitos. Todavia, com o advento dos meios de comunicação de massa, Bruno (2013) argumenta que o foco de visibilidade é novamente subvertido, sendo direcionado

não mais para as pessoas comuns, muito menos para pessoas da monarquia, mas para o brilho das estrelas do cinema e da classe artística da televisão, configurando a nova fase do espetáculo, que Bruno denomina de palinóptico, isto é:

[...] um modelo reticular e distribuído onde muitos vigiam muitos ou onde muitos veem e são vistos de variadas formas. Algo como um palinóptico, para brincar com o radical grego palin, que designa processos de dupla via. Ver e ser visto ganham aqui sentidos atrelados à reputação, pertencimento, admiração, desejo, conferindo à visibilidade uma conotação prioritariamente positiva, desejável (Bruno, 2013, p. 47).

Com a consolidação dos dispositivos digitais que compõem o ciberespaço, as tecnologias do ver e do ser visto revigoram, já que “[...] passamos da tentativa de ingresso na mídia para a possibilidade de o indivíduo ser sua própria mídia e criar, conseqüentemente, seu próprio público” (Bruno, 2013, p. 59). A tecnologia espetacular somada às tecnologias do ver e do ser visto dão maior publicidade à intimidade dos indivíduos, valorizando suas crenças, desejos, estimulando a expressão pública de suas opiniões, e posições ideológicas, batalhando pelo seu momento viral, pela lacração nas redes sociais *online*, pela visibilidade que o alça, da noite para o dia, à posição de *digital influencer* (influenciador ou influenciadora digital). O filósofo Zygmunt Bauman (2011, p. 19) reforça:

Já há algum tempo, a famosa “prova da existência” de Descartes, “Penso, logo existo”, tem sido substituída e rejeitada por uma versão atualizada para nossa era da comunicação de massas: “Sou visto, logo existo.” Quanto mais pessoas podem escolher me ver, mais convincente é a prova de que estou aqui.

A atual fase da cultura do espetáculo já não incide mais sobre a classe artística, mas se volta para *digital influencers* produzindo conteúdo para seus nichos, composto por uma miríade de seguidores. E isso terá implicações na comunicação política que passa a ser mediada pelas plataformas digitais. “Quem melhor se puser em cena é quem ganha a eleição. O discurso degrada-se em show e propaganda”, Han (2022a, p. 30). Inaugurando, assim, o que denomino de política da *selfie*.

Figura 92 - A política da *selfie*

Fonte: Lula Marques/Agência Brasil

Na figura 92, deputados da oposição celebravam, em 2024, a manutenção do veto do ex-presidente Jair Bolsonaro que barrou a tipificação das *fake news* nas campanhas eleitorais como crime contra o Estado democrático de direito. Empunhados de seus *smartphones*, esses representantes parlamentares registravam tudo em formato de *selfie*, produzindo conteúdo para suas bases, comunicando a derrota do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT).

Han (2022b, p. 66) argumenta que “*selfies* como informações só valem dentro da comunicação digital. A memória, o destino e a história também desaparecem”. A política da *selfie*, portanto, diz respeito a esta nova forma de se fazer política baseada nas informações instantâneas, na imediaticidade, na comunicação direta com o público. Na política da *selfie* a memória, o destino e as histórias são efêmeras ou se modificam na velocidade dos próximos *stories*. As narrativas vão se modulando conforme as circunstâncias, se adequando às tendências e aos tópicos mais comentados do dia nos *microblogs*. É em razão disso que Han (2023) fala em crise da narrativa, uma vez que só há espaço nas redes sociais *online* para “[...] micronarrativas do presente que carecem de qualquer gravidade, de qualquer momento de verdade” (p. 11). A comunicação digital é pensada a partir da linha do tempo (*timeline*) das plataformas digitais, que são simples adições e enumerações de informações e dados. Uma informação alarmista, com tom sensacionalista ou a desinformação tendem à maior propagabilidade, uma vez que os algoritmos darão uma “ajudinha”.

A extrema-direita neoconservadora corteja o neofascismo e, em função disso, transforma-se numa “metamorfose ambulante de irracionalidade” (Ferreira e Gomes, 2021, p.

131), que vai se adaptando ao ritmo acelerado das mudanças tecnológicas, suas narrativas parasitárias não necessitam de coerência ideológica. Uma vez atingido o público-alvo e estabelecida uma comunidade fiel, qualquer conteúdo digital produzido pelo neoconservadorismo vai ser consumido como verdade última. A política da *selfie* é fundamental para que isso aconteça, porque cria identificação, proximidade e fortalece o canal de comunicação com seguidoras/seguidores, eleitoras/eleitores, sem a necessidade da intermediação (da imprensa, de especialistas, das universidades, etc.). “As narrativas populistas, nacionalistas, extremistas de direita ou tribais, inclusive as narrativas conspiratórias, atendem a essa necessidade. Elas são aceitas como *propostas de sentido e identidade*” (Han, 2023, p. 12).

A política da *selfie* aposta numa comunicação ruidosa: “não existe uma *selfie* silenciosa. Os retratos analógicos, por outro lado, geralmente são silenciosos. [...]. *Selfies* são barulhentas, mas carecem de expressão” (Han, 2022b, 69). A “bancada da *selfie*”, como tem sido chamado pela imprensa, como observado por Beatriz Borges e Luiz Felipe Barbiéri (2024), introduziu uma nova modalidade de se fazer política com recorrentes episódios de confusão em comissões, discursos inflamados, palavrões e muita lacração para chamar a atenção na internet, um método para ampliar as bases eleitorais. Há um crescimento de parlamentares caminhando pelos corredores com microfones de lapela, celulares ultramodernos e acompanhados de um novo tipo de profissional apelidado de “sombra”, que grava e posta todo o material nas redes sociais *online*. Ainda, segundo a reportagem, “há 10 anos, esse comportamento quase não existia” (Borges; Barbiéri, 2024, *online*).

Em sua dissertação de mestrado, Manuela Arruda Galindo (2014) recorda que *selfie* foi escolhida palavra do ano em 2013 pelo *Oxford Dictionaries Online*. Logo, o neologismo é oriundo do inglês e pode ser traduzido como autorretrato. Galindo (2014, p. 10) comenta:

[...] a palavra *selfie* ainda não chega a contar com um gênero definido em português. Assim, a palavra tem aparecido acompanhada do artigo feminino “a *selfie*”, “uma *selfie*”, possivelmente por contaminação, já que fotografia em português é uma palavra feminina. Assim, uma *selfie* é uma fotografia de si mesmo.

O rosto, registrado nas *selfies*, assume uma posição política e social central. Trabalhando com a noção levinaseana do rosto, Judith Butler (2011) teoriza sobre o quanto o mal é personificado naqueles rostos que não atendem a determinados enquadramentos midiáticos. Nesse sentido, o “‘eu’ que vê o rosto não se identifica com ele: o rosto representa algo com o que nenhuma identificação é possível, uma realização da desumanização e uma condição para a violência”, Butler (2011, p. 27). O rosto dos e das parlamentares da extrema-

direita neoconservadora, juntamente com o rosto de aliados e aliadas, são enquadrados de uma forma que humaniza nas *selfies*, o semblante é leve e sorridente, cria intimidade e proximidade com o público. O rosto dos e das rivais, por sua vez, é inteiramente desumanizado no conteúdo digital, com retratação de feições enfurecidas ou sisudas, em tons sombrios, linguagem pejorativa, o que cria uma conotação negativa por meio do distanciamento e da aversão que, em certa medida, estimula a condição para a violência política. Os conteúdos a seguir extraídos do levantamento da tese retratam este contraste, conforme a Figura 93:

Figura 93 – Contraste de retratação na política da *selfie*



Fonte: *Prints* de arquivo pessoal do autor a partir das postagens dos candidatos analisados, Carla Zambelli e Eduardo Bolsonaro.

A política da *selfie* proporciona a sensação de um contato face a face, fazendo com que a comunicação digital se transforme num papo informal entre amigos ou amigas do convívio diário. As pessoas tendem a se sentir confortáveis para falarem qualquer coisa em seus círculos de amizade, serem “elas mesmas” sem censura. É por isso que ela ocupa um lugar privilegiado nas tecnologias do eu contemporâneas, exige o desenvolvimento de técnicas para extrair dos indivíduos estas “verdades”, para que possam expressar livremente seus medos e desejos, dar vasão, inclusive, aos discursos de ódio.

No entanto, a política da *selfie* vai além do elemento ideológico-partidário, também é uma tecnologia política dos indivíduos ao produzir regras de condutas por intermédio da governamentalidade algorítmica, pois, se trata da digitalização de todos os aspectos da nossa vida. Práticas típicas da cibercultura tornaram-se naturalizadas, organizamos nosso dia-a-dia a partir das tecnologias do ver e do ser visto das redes sociais *online*. Paula Sibilia (2015, p. 456) avalia que:

[...] vivemos performando para “aqueles que assistem”, acentuando nossos comportamentos cotidianos visando a seduzir os espectadores, é porque as atuais condições de vida nos levam a fazer isso: calcular, estudar, ensaiar e emoldurar nossos próprios gestos do dia-a-dia, como se o objetivo fosse enquadrá-los para que o público possa apreciá-los.

Se na modernidade, o poder investe sobre os corpos, tendo como alvo os comportamentos, gestos e exercícios; na contemporaneidade, argumenta Han (2018), o poder, que é um poder inteligente (*smart*), vai investir sobre a psique. Continuando seu prognóstico, Han (2018) sugere que, enquanto as sociedades da biopolítica se utilizam das estatísticas demográficas para regular as populações, o regime neoliberal se serve da tecnologia digital para realizar uma descrição psicológica detalhada dos indivíduos, formular até mesmo um psicograma coletivo. Em função disso, o autor falar de uma sociedade da psicopolítica que “[...] permitirá expor e explorar a psique até o inconsciente” (Han, 2018, p. 36). Logo, na política da *selfie*, o rosto é o efeito e o instrumento de uma psicopolítica; a psique, espelho do rosto.

Em 2012, o *Facebook* lançou o seu *Custom Audicencs*, que permite escolher com precisão quais pessoas receberão um anúncio, uma audiência customizada como o próprio nome sugere. Através do *Custom Audiences*, sustenta Martin Moore (2022), o *Facebook* conseguiu solucionar uma questão que perseguia há um século as assessoria de políticos/as: “como atingir os eleitores sem intermediários, nem ter de submeter a mensagem política direcionada para eles ao crivo de amigos, famílias, colegas de trabalho e todos os nossos outros influenciadores

sociais?” (Moore, 2022, p. 171). O *feed* de notícias personalizado tornou-se um ambiente confiável para receber conteúdo político.

Quando a *Cambridge Analytica* se deu conta do potencial deste recurso do *Facebook* e o que ele poderia fazer numa eleição, fabricou uma comunicação política “[...] sob medida para os indivíduos com base em sua personalidade” (Moore, 2022, p. 96). Uma comunicação política baseada em alertas e estímulos, na espetacularização que direcionava a atenção dos eleitores americanos, em 2016, para conteúdos agressivos e desinformativos contra democratas e conteúdos positivos para republicanos, favorecendo a campanha do então candidato Donald Trump. Este caso, enfim, se configura como um dos exemplos mais convincentes do uso da governamentalidade algorítmica moldando comportamentos na sociedade da psicopolítica.

Neste segundo decênio do século XXI, a especificidade da racionalidade política das sociedades neoliberais está nestas práticas discursivas que fomentam na vida cotidiana imediata dos indivíduos, a competição generalizada, uma vez que os recursos materiais se tornam cada vez mais escassos. Em face das desilusões decorrentes das crises sistêmicas do próprio regime neoliberal, a motivação e a otimização farão a vez enquanto técnicas da psicopolítica (Han, 2018) no intento de preencher o vazio de sentido dos indivíduos, ainda que apenas no plano simbólico.

Foucault (2009) avalia que as lutas contra a sujeição e a submissão são as principais características das batalhas contemporâneas, pois são embates contra uma “[...] forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (Foucault, 2009, p. 6). Por analogia, a política da *selfie* é uma forma de poder que constitui modos de vida mediados pela governamentalidade algorítmica presente nas máquinas de ver (Bruno, 2013) ou, como chamei, máquinas *bummer* disciplinares. Elas representam uma forma de poder que cria identificação e reconhecimento, que categoriza indivíduos pelo seu rosto, estabelecendo enquadramentos estratégicos de humanização/desumanização.

A espetacularização do eu, enfim, está no cerne da política da *selfie*, uma vez que a subjetividade contemporânea se constitui na presença do olhar do outro: ser visto e ser vigiado, bem como, ver e vigiar, tornam-se práticas sociais primordiais (Bruno, 2013). Não é o suficiente só postar uma *selfie*, somos estimulados a acompanhar, observar e vigiar a vida alheia nas plataformas digitais. Eis a punição do Sísifo contemporâneo na sociedade do cansaço (Han, 2017): rolar infinitamente o *feed* de notícias até o seu esgotamento psíquico.

A preocupação de Foucault (2011) ao final de sua vida, segue, não só em aberto, como atualizada pelas tecnologias do ver e do ser visto e das novas dinâmicas da governamentalidade algorítmica. Hoje pode essa preocupação pode ser reconhecida da seguinte forma: como transformar essas tecnologias, o que implica em pensar numa outra política de nós mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto escrevo estas considerações finais, em junho de 2024, as eleições para o Parlamento europeu registram um “avanço significativo de partidos ultraconservadores, populistas, xenófobos e de extrema direita, principalmente na Alemanha, Holanda, Áustria, Itália e França” Jamil Chade (2024, *online*). Mas olhando especificamente para a conjuntura da política brasileira, o caminho foi o inverso em 2022, Jair Messias Bolsonaro entrou para a História do país como o primeiro presidente desde a redemocratização que tentou a reeleição e não conseguiu um segundo mandato. A maioria da população, ainda que por uma pequena margem, optou pelo projeto político do Partido dos Trabalhadores, conduzido pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, considerado pelo sociólogo italiano Domenico de Masi “o mais importante líder político do mundo” (Rede Brasil Atual, *online*).

A derrota de Bolsonaro nas urnas, seguido do julgamento no Tribunal do Superior Eleitoral que o declarou inelegível por oito anos por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, não significa, entretanto, enfraquecimento do neoconservadorismo ou do fenômeno político que leva seu sobrenome, o bolsonarismo, comumente identificado como um movimento reacionário e de extrema-direita. O novo Congresso eleito em 2022 segue com perfil ultraconservador, liderando iniciativas como a criminalização do Movimento Sem Terra (MST), defendendo o fim das chamadas saidinhas dos presídios, criminalização do porte e posse de qualquer quantidade de drogas e iniciativas que tentam impedir o aborto em casos já previstos por Lei.

Desde 2015, ano em que iniciou a 55^a. Legislatura, já se conhece o *modus operandi* dessa nova direita, que sabe atuar com muita habilidade sendo oposição. Foi neste período, como recorda Lacerda (2019), que iniciativas em defesa da família tradicional começaram a crescer, além de dar início a articulação política que levou à vitória de Jair Bolsonaro à presidência, catalisando e mobilizando setores conservadores da sociedade para investir forças contra a “ideologia de gênero”, combatendo, desqualificando e censurando movimentos sociais que atuam em defesa da diversidade sexual e de gênero.

Apesar da metamorfose que se constitui a política da *selfie* presente na comunicação digital neoconservadora (incendiando suas bases eleitorais, produzindo conteúdo com grande engajamento digital, interditando o debate, influenciando a opinião pública e pautando, muitas vezes, a imprensa dita tradicional), a análise do material empírico trouxe alguns apontamentos que merecem registro e que podem contribuir para transpassar o casulo do radicalismo, cessar os sonhos intranquilos do autoritarismo e impedir a insurgência deste inseto kafkiano da antidemocracia. Apontamentos estes que dialogam diretamente com a primeira pergunta que mobilizou esta pesquisa, contribuindo, portanto, para pensar, resistir ou mesmo enfrentar as estratégias, táticas e procedimentos adotados pela extrema-direita neoconservadora em sua produção de conteúdos digitais anti-gênero, anti-LGBTI+ e de perseguição às sexualidades não heterossexuais.

A primeira consideração diz respeito a ausência de conteúdos propositivos. A comunicação digital enraizada no ideal social do Homem de Bem “não apresenta um programa político consistente e bem definido” (Duarte e César, 2022, p. 15). O conteúdo digital neoconservador se concentrou, na maioria, em ataques ao gênero, sexualidade, movimentos feministas e LGBTI+, mas pouco material abordou ações do governo que propusessem melhoria na vida das pessoas e/ou que divulgassem políticas públicas. Evidentemente não se esperava propostas em prol das pessoas LGBTI+, mas, com exceção da deputada Carla Zambelli (PL-SP), que abordou uma proposta do governo voltada ao empreendedorismo feminino, nenhum outro parlamentar abordou temas como redução da desigualdade social ou equiparação salarial entre homens e mulheres, propostas para reduzir a violência doméstica, por exemplo. A maior bandeira defendida na área da segurança era o porte de armas para as mulheres, um tema impopular entre o eleitorado feminino, porque 82% das mulheres são contra maior acesso a armas – como aponta pesquisa da Genial/Quaest relata Diego Vara (2022).

Este é o maior calcanhar de Aquiles do neoconservadorismo: a falta de materialidade. A estratégia política neoconservadora é muito eficiente para atingir o imaginário, uma vez que produz mensagens que falam diretamente, que são personalizadas para cada perfil, ela mexe com os medos e desejos, trafegando muito bem no terreno do simbólico, mas não tem concretude, não atua para modificar a vida real das pessoas. Por outro lado, ao campo progressista, falta a ligação do desejo com a realidade, um dos princípios descritos por Foucault em *Introdução à vida não-fascista*, e é isso que “[...] possui uma força revolucionária” (Foucault, 1977, p. 3). Uma ação política que desindividualize, que dê protagonismo aos mais pobres, ao invés de tratá-los como se estivessem sob a tutela do Estado, numa postura paternalista e assistencialista. Juan Arias (2024) analisa:

Hoje, ser esquerdista é algo mais complexo, profundo e revolucionário do que era no passado. Hoje, o novo mundo que nasce mais do que sangue e conflitos, quer dignidade e igualdade de oportunidades e não simples esmolas para si e para os seus filhos (Arias, 2024, *online*).

Birolli, Machado e Vaggione (2020) opõem de um lado atores religiosos conservadores e, do outro, movimentos feministas e LGBTI+. Em vários momentos do livro as autoras reiteram esta polarização quando abordam as disputas em torno da moralidade. Ainda que esta polarização aconteça de fato, ela não dá conta de compreender os tons de cinza entre os polos. Me chamou a atenção como um deputado como Eduardo Bolsonaro (PL-SP) reduziu as postagens LGBTI+fóbicas justamente em 2022, ano em que seu pai concorreu à reeleição, especialmente se lembrarmos que em 2018 o tema do kit gay e da mamadeira erótica foram temas amplamente divulgados pelos neoconservadores nas mídias digitais. O que me parece é uma mudança estratégica na abordagem da agenda LGBTI+.

Rocha (2021) recorda de uma *live* realizada em 2012 entre o filho mais velho de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, e o escritor Olavo de Carvalho. Em certo momento, Olavo afirma que “[...] a maior parte dos gays estaria do nosso lado a hora que eles entendessem a mentira constitutiva desse movimento e as ambições absolutamente psicóticas dessa gente” (Carvalho *apud* Rocha, 2021, p. 135). Os dados desta tese corroboram com este último argumento de Rocha (2021). O neoconservadorismo tem evitado atacar diretamente e nominalmente pessoas LGBTI+, a estratégia consiste em atacar um movimento, um grupo específico, uma ONG. O cálculo político que se tem feito é que pessoas LGBTI+ são eleitoras em potencial e que, portanto, vale a pena arregimentá-las para as bandeiras neoconservadoras, por mais “absurdo” que isso possa parecer para quem se denomina progressista (Figura 94).

Figura 94 – Netinho promete defender Deus, pátria e família



Fonte: *Facebook* da Deputada Carla Zambelli ¹⁰⁷.

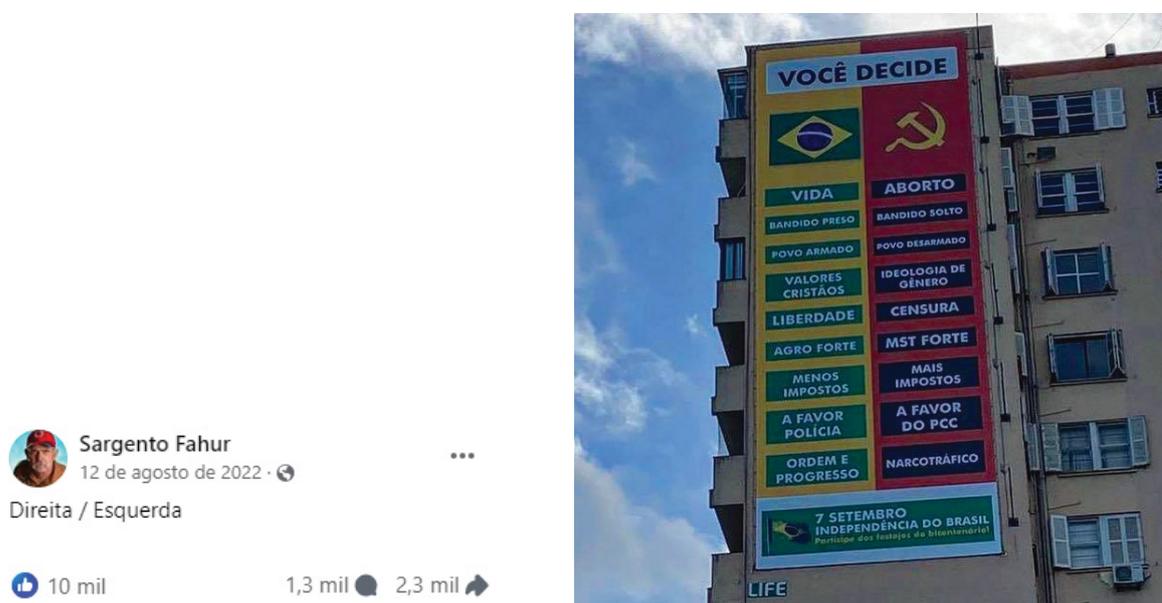
¹⁰⁷ ZAMBELLI, Carla. **Após refletir bastante, decidi aceitar o convite da minha amiga Carla Zambelli e anúncio que sou pré-candidato a Deputado Federal pela Bahia. Eleito, serei um soldado de Jair Bolsonaro na Câmara e defenderei o povo baiano seguindo os valores Deus, Pátria, Família e Liberdade.** 19 jan. 2022.

O que o levantamento desta tese demonstrou é que o grande “inimigo” dos conservadores, por assim dizer, é o que eles entendem por “esquerda”, na figura de partidos progressistas como PSOL e PCdoB, que tenham alguma aproximação com o comunismo, socialismo ou políticas de valorização do Estado de Bem-Estar Social, mas, principalmente, o PT e seus representantes de destaque, como Lula, Dilma Rousseff e Gleisi Hoffmann. Casimiro (2020) avalia da seguinte forma:

A aposta no discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes parece ter sido a junção conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo na sociedade brasileira e do discurso “anticorrupção” (Casimiro, 2020, p. 151).

A estratégia da extrema-direita neoconservadora se baseia no “nós contra eles”, e aposta num discurso moralista e antiprogressista, com soluções simplistas e reducionistas para atrair diferentes estratos da sociedade através da promoção de pânico moral. As postagens mapeadas pela tese nas Figuras 95 e 96 exemplificam isso:

Figura 95 – Você decide I



Fonte: Facebook do Deputado Sargento Fahur ¹⁰⁸.

Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4975819702508496&set=a.1400595753364260>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁰⁸ FAHUR, Sargento. **Direita / Esquerda**. 12 ago. 2022. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=621180522703989&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Figura 96 – Você decide II



Fonte: Facebook da Deputada Carla Zambelli ¹⁰⁹.

Butler (2021) alerta para os perigos de associar vulnerabilidade com passividade, uma vez que práticas de resistência pode surgir mesmo em meio à violência sistemática que algumas pessoas mais vulneráveis sofrem, resistências estas que podem ser individuais ou coletivas. “A tarefa, a meu ver, não é unir-se como criaturas vulneráveis ou criar uma classe de pessoas que se identificam, sobretudo, como vulneráveis”, Butler (2021, p. 144). O que significa, em outros termos, afastar soluções paternalistas e assistencialistas que tendem a negar o protagonismo, a autonomia e a liberdade de atuação dessas pessoas em situação de vulnerabilidade. Por grupo vulnerável me refiro às mulheres, sobretudo mulheres negras, bem como, pessoas LGBTI+, pessoas com deficiência, indígenas, pessoas em situação de rua, entre outras. Esse argumento é fundamental para compreender o discurso neoconservador debatido ao longo da tese: para o neoconservadorismo, o apelo à vulnerabilidade feito, muitas vezes, pelo campo progressista, é visto como vitimismo, como *mimimi*. É por isso que tem se tornado cada vez mais crescente o recrutamento de atores sociais de dentro de grupos historicamente vulneráveis para reforçar o discurso neoconservador, além de reafirmar a narrativa neoliberal da responsabilidade individual. É preciso, desse modo, repensar ética e politicamente as formas de lidar com a vulnerabilidade. Aquele/aquela que crê diferente ou aquele/aquela que sonha em empreender, não pode ser reduzido a uma visão unitária e totalizante. Falta disponibilidade política para o

¹⁰⁹ ZAMBELLI, Carla. **Você decide:** para mudar São Paulo. 12 ago. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=632776158196790&set=pb.1000439323486692207520_000. Acesso em: 10 jul. 2022.

diálogo, para o respeito ao múltiplo, à liberdade e à pluralidade. Neste ponto, entro no segundo problema de pesquisa a respeito da produção da subjetividade baseada na disciplina neoliberal (Dardot e Laval, 2016) e nos modos de ensinar vinculados a ideia do empreendedor de si mesmo (Foucault, 2008).

Um exemplo que elucida o argumento acima foi o embate entre o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro e a apresentadora Xuxa, uma das mulheres mais atacadas pelo neoconservadorismo. Numa postagem, publicada pela deputada Bia Kicis (PL-DF), Xuxa pede para que apoiadores de Bolsonaro deixassem de seguir as suas redes sociais. Em resposta, Bolsonaro pede o inverso, que os/as seguidores/as de Xuxa os/as sigam, para que, assim, possam acompanhar seu conteúdo.

A opção política da apresentadora é pelo afastamento, pelo não diálogo, pela exclusão. Já Bolsonaro, que domina a linguagem das mídias digitais, opta pelo fortalecimento de sua rede por meio dos seguidores de Xuxa, mesmo considerando a apresentadora uma adversária na política. O que importa é o engajamento, os ganhos políticos com o eleitorado/seguidores de Xuxa (Figura 97).

Figura 97 – Se você apoia Bolsonaro, deixe de me seguir



Fonte: Facebook da Deputada Bia Kicis ¹¹⁰.

¹¹⁰ KICIS, Bia. **A diferença é enorme.** 13 out. 2021. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2116577071842177&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Numa sociedade cada vez mais fragmentada, muitas vezes tendemos a nos organizar apenas a partir das nossas próprias bolhas, isolamo-nos em nichos que acreditamos estar protegidos. Uma atuação segmentária que pouco se diferencia da comunicação nichada da extrema-direita. Esta, cada vez mais, se internacionaliza e se unifica em torno de um projeto comum de poder global. O campo progressista, por sua vez, deveria igualmente buscar uma unidade. Uma unidade na adversidade porque, afinal, é contra nossas existências que a política neofascista da extrema-direita se insurge. Nesse sentido, é preciso pensar nos pontos comuns dessa luta que atravessa a todos e a todas nós, considerando nossas diferenças e singularidades. A opção pela divisão/segmentação, que não deixa de ser uma opção política, torna-se um obstáculo para a construção de pontes num momento histórico que tanto se debate sobre democracia.

O Outro/ A outra, que crê diferente, que pensa diferente, é automaticamente visto como ameaça. O movimento neopentecostal, por exemplo, muitas vezes é lido assim pelos ditos “progressistas” e rapidamente descartado de uma possível aliança política. Diálogo é empenho, esforço. O primeiro exercício é compreender que os evangélicos e as evangélicas não formam um “bando de fundamentalistas”. Se, como argumenta Foucault (2010, p. 275), o sujeito “não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma”, o sujeito neopentecostal, nessa perspectiva, também possui múltiplas formas em decorrências dos atravessamentos_ de classe, de gênero, de raça, etc._ que o constitui historicamente. É fundamental olhar para a complexidade desta religião majoritariamente negra e periférica (Spyer, 2020) para além de qualquer estereótipo reforçado, frequentemente, por um preconceito de classe.

Continuando na análise a respeito da habilidade neoconservadora em explorar a racionalidade neoliberal, os dados produzidos reforçam o quanto a linguagem empreendedora está no centro da comunicação digital da extrema-direita que associa a ideia de trabalho com valores familiares, que aborda exaustivamente os chamados “casos de sucesso” e que valoriza o empreendedorismo feminino como forma de protagonismo, fazendo do neoliberalismo uma norma a estruturar a conduta dos governados e das governadas. Gary Gutting (2021) lamenta o fato de que Foucault não teve tempo de vida suficiente para pensar alternativas ao neoliberalismo. Cabem aos herdeiros e herdeiras do pensamento foucaultiano formularem uma proposta antineoliberal. É a tentativa de Duarte e César (2022) sugerindo uma alternativa ao neoliberalismo que passe necessariamente pelo debate sobre a democracia, isto é, pensá-la “como experiência ético-política viva, que se traduz cotidianamente nas lutas por direitos dos

movimentos sociais que defendem populações que se encontram em posições sociais de subalternidade, marginalidade e desigualdade socioeconômica”, Duarte e César (2022, p. 11).

O apelo à moralidade para canalizar frustrações e ansiedades das pessoas, observa Lacerda (2019), é uma forma de desviar a atenção das políticas neoliberais em curso, uma vez que esta agenda econômica dificilmente consegue se legitimar de voto popular numa sociedade marcada pela desigualdade. A força da retórica neoconservadora reside, portanto, na promessa de sucesso material, imiscuindo fé com valores familiares tradicionais. Diante dos problemas na área da saúde, educação, desemprego crescente, violência urbana, em face de um Estado que, em tese, promete políticas públicas e inclusão social, mas que, na prática, nunca realiza suas promessas. As respostas simples e imediatas do neoconservadorismo, então, vão preencher este vazio, propondo a valorização dos laços familiares, a obediências às autoridades religiosas e o respeito às hierarquias, o que acaba cativando cidadãos-eleitores e cidadãs-eleitoras.

Em *Soberania e Disciplina*, curso dado em 1976, Foucault (2021, p. 288) argumenta:

A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil, mas pelo sistema de poder que a controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente.

É possível fazer este paralelo entre o raciocínio de Foucault acima e as técnicas de poder empregadas pelo neoconservadorismo para lidar com temas ligados a gênero, sexualidade e LGBTI+. A comunicação digital neoconservadora focaliza nesta temática por causa dos lucros econômicos que geram com a monetização do ódio e pela cortina de fumaça que criam, enquanto aprovam projetos na Câmara Federal que beneficiam seus aliados bilionários. O que significa haver, também, uma utilidade política nesta estratégia de poder, uma vez que mantem a base mobilizada através dos pânicos morais no contexto das sociedades neoliberais.

O último apontamento refere-se aos ataques à imprensa tradicional que este levantamento mostrou, principalmente, ataques às mulheres jornalistas, na tentativa de desqualificar o trabalho jornalístico, de associar o mesmo à militância de esquerda ou acusando de ser partidário, algo que faz parte da estratégia neoconservadora de atacar o mensageiro ao invés de debater a mensagem. Essa postura de alinhamento às práticas neofascistas denota a dificuldade em lidar com a crítica numa sociedade democrática, em que a liberdade de imprensa é garantida pela Constituição. Para a extrema-direita neoconservadora qualquer discordância é vista como deslealdade, daí o pesado investimento que fazem nas mídias digitais, tendo em vista que elas são o lugar ideal para fazer funcionar seus mecanismos de poder. Por meio delas,

o neoconservadorismo se coloca como único mediador, controla a mensagem, monopoliza os fatos, impõe sua narrativa e determina o enquadramento que favoreça suas crenças, seus interesses e sua imagem. O jornalismo é um dos pilares que sustenta a democracia. É preciso que haja o fortalecimento da imprensa livre, além da garantia à segurança do trabalho de mulheres jornalistas que estão sendo cada vez mais ameaçadas (Figura 98).

Em decorrência disso, urge a necessidade da regulamentação da comunicação no Brasil, o que inclui as plataformas digitais. O PL 2630/2020, que institui normas para uma maior transparência das redes sociais *online* e serviços de mensageria, além da responsabilização das plataformas por conteúdos enganosos, é um importante instrumento em defesa da democracia, mas encontra resistência para sua aprovação no Congresso Nacional.

Figura 98 – Globo lixo – desqualificação da imprensa



Fonte: *Facebook* do Deputado Pastor Marco Feliciano ¹¹¹.

Ao longo da tese, procurei apresentar o dispositivo pedagógico da mídia digital como uma ferramenta teórico-metodológica, conduzindo um estudo, de vertente foucaultiana, somado às leituras dos trabalhos de Fischer (1997; 2002; 2012). E, ao final desta pesquisa, vejo este quadro analítico possível de operar em outras formas de lutas que acontecem na esfera pública virtual. Lutas ambientais, contra o racismo, pela inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, contra o etarismo, enfim, lutas que podem ser mapeadas, desconstruídas, investigadas enquanto um tipo de linguagem e comunicação, mas também um modo de subjetivação e de aprendizagem. E para além desses embates, as mídias digitais produzem subjetividades a partir da publicidade, do registro diário da vida de influenciadores, e assim por diante.

¹¹¹ FELICIANO, Marco. **Presidente Jair Messias Bolsonaro hoje em Cascavel - PR. Finalmente um presidente que combate quem é contra a Igreja e a Família!!!** 04 fev. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2165663790240295&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 10 jul. 2022.

O dispositivo pedagógico da mídia digital consiste, portanto, nesta rede heterogênea de múltiplas discursividades (legendas, textos nos *cards*, comentários, bem como, imagens, fotografias, memes, expressões, identidade visual, cores, recursos de engajamento como *likes* e emojis). O que fiz foi articular metodologicamente alguns desses elementos - especialmente legendas, textos dos *cards*, imagens e memes - e algumas ferramentas digitais que ficaram de fora, pretendo explorar em outros artigos.

Inicialmente, este estudo foi apontando para práticas típicas desta paisagem comunicacional digital, como o uso do meme enquanto tecnologia política, depois, percebi que as relações de poder em torno destas batalhas morais se estruturavam através da valorização da dimensão neoconservadora de gênero, na tentativa de legitimar papéis de gênero tradicionais rigidamente definidos, mas, sobretudo, eram marcados pela violência política de gênero e a LGBTI+fobia, contra qualquer pessoa que criticasse a ordem conservadora, sendo as principais vítimas as políticas, jornalistas mulheres, mulheres trans e travestis. Enquanto máquina *bummer* disciplinar, o neoconservadorismo recorre ao discurso militarista, atuando para docilizar e aumentar a obediência dos corpos, bem como, funciona a partir da racionalidade neoliberal, ensinando modos de vida baseados na competição generalizada e no empreendedor de si mesmo. Discursos esses que já circulavam na mídia tradicional brasileira desde a implementação de uma agenda neoliberal nos anos 1990, mas que ganharam novos contornos e conquistaram corações e mentes através da chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência, mas que continuam se perpetuando com a legião de políticos e políticas do campo neoconservador que, dia após dia, vão ampliando seu engajamento nas plataformas digitais, ganhando mais seguidores e seguidoras, adotando a mesma política da *selfie*, moldada na espetacularização do eu.

Mesmo que Lanier (2018) tenha apresentado argumentos que os acionei ao longo da tese, não concordo com a conclusão final que ele apresenta, a de que deveríamos deletar definitivamente todas as nossas redes sociais *online*. Discordo porque, a despeito de nossa existência ou adesão, essas plataformas seguirão influenciando o debate público, sendo controladas por quem tem interesse em sua instrumentalização para os fins já debatidos ao longo da pesquisa. Por outro lado, também é um caminho problemático replicar as mesmas estratégias de desinformação, participando do jogo do extremismo político, prescrevendo “verdades”, rotulando adversário como mentirosos e, portanto, inimigos que merecem todo o desprezo e abjeção, passando por cima de princípios éticos, como fizeram algumas personalidades políticas do campo progressista na campanha presidencial de 2022. Como explicado por Foucault certa vez, não tem nada mais pernicioso do que um regime político com intenção de determinar o

que é a verdade. E neste vale-tudo da comunicação digital, quem sai perdendo é sempre o eleitor e a democracia.

Como dito nas páginas iniciais da tese, meu projeto principal sempre foi tentar reconstituir um sumário topográfico das batalhas morais de gênero e sexualidade em curso nas plataformas digitais, uma licença quase poética extraída de uma entrevista de Foucault (2021) que se encontra no livro *Microfísica do Poder*. Ao concluir este projeto de, digamos, “reconhecimento do terreno”, algumas direções de pesquisa merecem ser mencionadas e que, por conta da escolha metodológica, do tempo e do recorte adotado, não pude explorar aqui, como é o caso de se pensar sobre as formas de resistência e de contraconduta.

O debate sobre governamentalidade algorítmica se desdobra em reflexões futuras a respeito das formas de se dizer não a estas estratégias de governança, como não ser governado da maneira como somos governados pelos algoritmos, quem são aqueles e aquelas que, mesmo se utilizando das mídias digitais diariamente, não aceitam ser conduzidos pela governamentalidade algorítmica ou criam modos de ação capazes de se utilizar dos algoritmos para fazer viralizar seus conteúdos.

Nos trabalhos finais de Foucault, surge o tema da ética e do cuidado de si. Neste período, comenta Sierra (2013a, p. 59), Foucault “passará a se preocupar não só com as formas de governo dos outros, mas também com as formas de governo de si mesmo, o que contribuirá, sobremaneira, para sua formulação em torno do sujeito ético”. Em *Não ao sexo rei*, uma entrevista de 1977, o filósofo francês (2021) explica que as formas de resistência precisam ser parecidas com o próprio poder, ou seja, inventiva, móvel, produtiva, que venham de “baixo” e possam se distribuir de forma estratégica.

Nesta perspectiva da ética e da resistência, penso na atuação digital da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), uma travesti, preta, da periferia de Franco da Rocha, um município que fica na região Grande São Paulo. Erika transita livremente entre a população em situação de rua e os desfiles de moda da São Paulo *Fashion Week*. Ela é capaz de ser tanto a voz da *Marsha* Trans quanto a voz que anuncia, em inglês, o show da cantora Ludmilla no *Coachella* (EUA). Sua mensagem se distribui estrategicamente, como diria Foucault, ou como se utiliza na internet, fura a bolha. Desse modo, Erika se comunica com eficiência, habilidade, potência e criatividade, sem aderir ao jogo do extremismo e a intolerância, nem permitindo que sua atuação política seja pautada pelos pânicos morais produzidos pelos neoconservadores. Estudos de caso, portanto, são necessários para oferecer os instrumentos de análise que possam identificar os pontos fortes e pontos frágeis nestas formas de contraconduta.

Diferentes autores já escreveram sobre o quanto o autoritarismo é uma das características mais marcantes da sociedade brasileira, como Chauí (2009) e Schwarcz (2019), em que a violência passa a ser a norma da vida social e cultural. Se Foucault chamou de máquinas disciplinares as instituições modernas no contexto da sociedade capitalista europeia, cabe a nós, latino-americanos, enfrentar a terrível herança “[...] de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista” (Darcy Ribeiro, 1995, p. 120). É isso o que se testemunha, por exemplo, com as execuções sumárias e abusos policiais na Baixada Santista, que já deixaram ao menos 43 mortos em 2024, como relata Camila da Silva (2024).

Na avaliação de Eduardo Galeano (2012, p. 249), mais do que nunca, “[...] nossas máquinas de moer carne humana integram uma engrenagem internacional”. Uma engrenagem internacional de ultradireita tem se constituído numa máquina de moer reputações, como nos ataques noticiados pela imprensa em 2024 contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF, liderados pelo bilionário Elon Musk, proprietário do *X* (ex-*Twitter*) e por políticos estadunidenses do Partido Republicano, aliados de Donald Trump, cujo objetivo é tentar emplacar uma narrativa de perseguição judicial aos conservadores e conservadoras tanto dos EUA quanto do Brasil, conforme reportagem de Wesley Galzo (2024, *online*). E entre selfies e narrativas, pouco a pouco, vai-se minando as democracias.

Em se tratando da consolidação da nossa democracia, importa dizer que só será possível quando toda a sociedade brasileira enfrentar suas máquinas de moer gente do passado e que ainda permanecem funcionando no próprio Estado, na política autoritária que provoca a violência política de gênero e a LGBTI+fobia dada a permissividade e omissão das mídias digitais. Essas máquinas extrapolam os limites do digital, e resultam em quadros como o assassinato de Marielle Franco, Moa do Katendê e Dandara dos Santos (Antonioni, 2019). Na observação de Ribeiro (1995, p. 120), a herança autoritária que carregamos produz, como efeito, a indignação que “[...] nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária”.

Por mais que o mundo digital pareça nos consumir ao converter nossas vidas em dados, consideremos a enorme realidade diária, o cotidiano sólido de milhões de brasileiros e brasileiras, que misturam a dor e a alegria, entre a nostalgia do Brasil que há de ser e a tecnologia do Brasil que ainda é. A esperança de uma sociedade igualitária, fundada na justiça social e nos valores democráticos não foi adiada, tampouco caducou. É das pequenas vitórias do agora _nem sempre capturadas pelas máquinas de ver_ que esta nova sociedade se faz e se refaz, num

permanente processo de aberturas e transformações. Sabemos bem porque são conquistas inscritas na superfície de nossos próprios corpos:

Corpos LGBTI+ que marcham pela diversidade, corpos feministas que bradam *#NiUnaMenos*, corpos negros pelo movimento *#BlackLivesMatter*, corpos Guarani Kaiowá lutando pelo direito à terra em Douradina (MS), corpos de estudantes que protestam nas universidades estadunidenses contra o genocídio do povo palestino. Entre tantos outros corpos que resistem, criam redes de apoio e proteção mútua, estabelecendo conexões através do afeto e da liberdade humana, tecendo alternativas à lógica neoliberal e batalhando, enfim, por uma democracia participativa. Viva! Um trabalho feito a muitas mãos. Mãos humanas. Livres, porém unidas. De mãos dadas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Eduardo de Souza. Ativismo digital evangélico e contrassecularização na eleição de Jair Bolsonaro. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 18, n. 56, p. 600-624, maio. /ago., 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, abr. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/lzp9YSz>. Acesso em: 02 mar 2021

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Otávio Morato de. **A governamentalidade algorítmica: novos desafios para a democracia na sociedade da informação**. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), UFMS, 2022.

ANTONIONI, Ádamo. **Odeio, logo, compartilho: o discurso de ódio nas redes sociais e na política**. Maringá: Viseu, 2019.

APPELBAUM, Jacob. Combatendo a vigilância total com as leis do homem. In: ASSANGE, Julian; MULLER-MAUHN, Andy; APPLEBAUM, Jacob; ZIMMERMANN, Jérémie. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 52-58.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. [Trad.: Heci Regina Candiani]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ASSANGE, Julian, MULLER-MAUHN, Andy; APPLEBAUM, Jacob; ZIMMERMANN, Jérémie. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. APDSI. **Glossário da sociedade da informação: versão 2019**. Lisboa: INCM, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BELLONI, Maria Liza. **O que é mídia-educação**. 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BESLEY, Tina. Foucault, o falar a verdade e as tecnologias do eu; as práticas confessionais o eu e das escolas. In: PETER, Michael; BESLEY, Tina (orgs). **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Tradução de Vinicius Figueira Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 65-80.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** [Trad.: Mario Antunes e Eduardo Altheman C. Santos]. São Paulo: Editora Filosófica Polteia, 2019.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem.** Tradução: Heloísa Cardoso Mourão. São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 141-148.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia.** Tradução: Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006.

Butler, Judith. **Vida precária.** Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar. Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades. ISSN: 2236-532X. n. 1 p. 13-33 Jan.–Jun. 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler por Prins, B.: Meijer, I.C. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.155-167, jan, 2002.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 6. ed., Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político.** [Trad.: Heci Regina Candiani] São Paulo, 2021.

CANADIAN CENTRE FOR ETHICS IN SPORTS. Atletas transgênero e esporte de elite: uma revisão científica. [Trad.: Leandro Reinaldo da Cunha]. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 190-198, jan./jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023. CARREIRA, Krishma. Como (e por que) os jornalistas devem investigar algoritmos que tomam decisões automatizadas nos serviços públicos? In: GONÇALVES, Adriana; TORRE, Luísa MELO, Paulo Victor (Eds). **Inteligência Artificial e Algoritmos**, Covilhã: Labcom Comunicação e Artes, 2024. p. 55-66, 2024.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular /Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed., São Paulo: McGraw do Brasil, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade**: do trinfo da negação às sombras da pós-verdade. Tradução: Dóris de Arruda C. da Cunha e André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. Salvador: Secretaria de Cultura / Fundação Pedro Calmon, 2009.

CLEMENTI, Juliana Augusto; SANTOS, Fernanda dos; FREIRE, Patricia de Sá; BASTOS, Lia Caetano. Mídias sociais e redes sociais: conceitos e características. **SUCEG-Seminário de Universidade Corporativa e Escolas de Governo**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 455-466, jul./ago. 2017.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. **“Menino já nasce menino, menina já nasce menina”**: fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o Plano Nacional de Educação brasileiro no período 2012-2014, 2017. 131p. Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTES E POLÍTICOS DESAPARECIDOS. **Direito à memória e à verdade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: Editora nVersos, 2015.

COSTA, Sérgio Francisco. **Método científico**: os caminhos da investigação. São Paulo: Editora Harbra, 2021.

CRUZ, Carole Ferreira da. **Ativismo anti-homofobia**: embates políticos e midiáticos da rede LGBT na internet. 2014. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

D' ANDREA, Carlos Frederico de Brito. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e política**: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal. 2011. 350 f. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Tradução: www.terravista.pt/IlhadoMel/1540. São Paulo: Ebooks Brasil, 2003.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. p. 129-142. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed., Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

DIAS, Tainah Biela. A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. **Mandrágora**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 49-70, jun. 2017.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DONEDA, Danilo; ALMEIDA, Virgílio AF; BRUNO, Fernanda. O que é a governança de algoritmos. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. Boitempo Editorial, 2018. p. 141-148.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul; CARRERO, Vera Porto. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, André; CÉSAR, Maria Rita. Notas sobre neoliberalismo, neoconservadorismo e a crise da democracia brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22: e1151, 2022.

FERREIRA, Fernando Sarti; GOMES, Rosa Rosa. Teorias do Fascismo. p. 123-134. In: RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (Orgs). **Fascismo ontem e hoje**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 7-18.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1997.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Organização e seleção de textos**. 2. ed., Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. 2. ed. Tradução: Verta Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**: o que é o iluminismo? retirado do curso de 5 de janeiro de 1983, no collège de France. Paris: Gallimard, 1994. [Trad.: Wanderson Flor do

Nascimento]. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/iluminismo.pdf>. Acesso: 11 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. As Malhas do poder. In: **Barbárie**, Vol. 4, nº 5, 1981/82. Conferência na Universidade Federal da Bahia em 1976.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. Prefácio. Deleuze, G. e Guattari, F. **Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**, 1977.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980. [Trad.: Nildo Avelino]. 2ª. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed., Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GALINDO, Manuela Arruda. **Do self ao selfie: o autorretrato digital e a subjetividade contemporânea**. 2014. 113 p. Dissertação de Mestrado (Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2014.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Revista Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GOMES, Pedro Gilberto. **Da Igreja eletrônica à sociedade em midiatização**. São Paulo: Paulinas, 2010.

GONÇALVES, Rafael Bruno. **Bancada evangélica? uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª legislatura da câmara federal**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

GUTTING, Gary. **Foucault: uma brevíssima introdução**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução: Lucas Machado] Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Tradução: Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022a.

HAN, Byung-Chul. **Não-coisas: reviravoltas do mundo da vida**. Tradução: Rafael Rodrigues Garcia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022b.

HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. [Trad.: Daniel Guilhermino] Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

HAN, BYUNG-HAN. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. [Tradução: Maurício Liesen]. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

INSFRAN, Ádamo Antonioni da Silva. **Análise das fontes do Canção Nova Notícias por um prisma queer**: quando gênero e sexualidade se tornam matérias. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), UFMS, 2017.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão**. 2. ed. Tradução: Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2022.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Tradução: André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LEFRANC, Jean. **Compreender Nietzsche**. 5. ed. Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, p. 119-142, maio./ago. 2019.

LÉVY, Pierre. Essai sur la cyberculture: l’universel sans totalité. **DiversCité Langues**, v. 1, p. 1-31, 1996. Disponível em: https://strategie.archives-spm.fr/cas/system/files/essai_sur_la_cyberculture.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. pp. 7-54

Machado, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. Tradução: Fidelina González. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MARTINS, Helena. **Comunicações em Tempos de Crise**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MASSUCHIN, Michele Goulart; ORSO, Máira; SALEH, Dayane Muhlbeier. Valores antidemocráticos e ataque às instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas "Direita Brasil" e "Verde e Amarela" no Twitter. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 49, p. 39-72, set./dez. 2021.

MATOS, Marlise. Para saber mais - A violência sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: D'ÁVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p. 201-220

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In.: PARAÍSO, Marluce Alves (Ed). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 47-61.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Os usos do Facebook em campanhas eleitorais: atuação de candidatos evangélicos apoiados por instituições religiosas. **Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 109-136, set. 2020.

MICHAELIS. **Dicionário escolar inglês**. São Paulo: Editora Melhoramento, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 16-26.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiática. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOORE, Martin. **Democracia hackeada**: como a tecnologia desestabiliza os governos mundiais. Tradução de Jurandy Bravo. São Paulo: Editora Hábito, 2022.

MOORE, Martin. **Democracia hackeada**: como a tecnologia desestabiliza governos mundiais. São Paulo: Editora Hábito, 2022.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhem. **Aurora**. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2013.

NOGUEIRA, Juslaine de Fátima Abreu. Reconfigurações biopolíticas no governo da infância: O dispositivo da psiquiatria. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 983-1001, set./dez. 2020.

PATIAS, Jaime Carlos. O espetáculo no telejornal sensacionalista. In: PINTO, Cláudio Novaes; CASTRO, Valdir José de (Orgs.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006. p. 81-106.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti. **A performatividade política dos discursos de ódio neoconservadores na educação das dissidências sexuais e de gênero**. 2022. 206 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), UFPR, 2022.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti. - **Ciência, Fundamentalismo religioso e Diversidade**. A apropriação de discursos científicos-biológicos para a produção de ódio e violência contra as sexualidades e gêneros dissidentes nas mídias sociais. 143 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

RADSCH, Courtney; POLLACK, Rachel. **Tendências mundiais sobre liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia**. Tradução: Romes de Sousa Ramos. Brasília: UNESCO, 2016.

RAMOS, E ; SIERRA, J. C. . Masculinidade(s) e infância(s): mapeamento de dissertações na área da Educação. In: Sirlene Mota Pinheiro da Silva; Jónata Ferreira de Moura. (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades nas ciências humanas e sociais**. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2023. V. 1, p. 96-111.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REIS, Toni. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

RODRIGUES, Julian. Neofascismo mais neoliberalismo: o bolsonarismo não é uma nuvem passageira. In: RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (Orgs). **Fascismo ontem e hoje**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 7-18.

RODRÍGUES, Pablo Esteban. Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais. In: BRUNO, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. Tradução: Heloísa Cardoso Mourão. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 181- 198.

ROSÁRIO, Maria do. Violência política de gênero, no singular e no plural. In: D'ÁVILA, Manuella. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p. 137-147.

ROUVROY, Antoinette; ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de.; ALVES, Marco Antônio Sousa . Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 15–28, 2021. DOI: 10.26512/rfmc.v8i3.36223. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/36223>. Acesso: 10 ago. 2023.

ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? In: BRUNO, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. Tradução: Heloísa Cardoso Mourão. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 107-139.

SABBATINI, Letícia; CHAGAS, Viktor; MIGUEL, Vinicius Machado; PEREIRA, Gabriela Rezende; DRAY, Sabrina. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais**. Niterói: coLAB/UFF, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECCO, Lincoln. Origens e Estrutura do Fascismo. In: RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (Orgs). **Fascismo ontem e hoje**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 7-18.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogias de la crueldade**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SENGER, Daniela. **Um tratado analítico sobre sexualidade humana, homossexualidade, família e matrimônio no meio protestante-luterano**: ainda feminismo e gênero: história, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia. São Leopoldo: CEBI, 2014.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**. Tradução: Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. SIERRA, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível**: o governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a terrorização político-educacional LGBT. 2013. 231 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), UFPR, 2013a.

SERRES, Michel. Corpo, sexualidade e poder: a homossexualidade na mídia e as biopolíticas de prevenção contra a AIDS. **TEXTURA**-Revista de Educação e Letras, v. 15, n. 28, 2013b. p. 111-128.

SILVA, Benedita da. Violências estruturais na trajetória de uma mulher negra. In: D'ÁVILA, Manuela (Org.). **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2022. p. 33-44.

Sibilia, Paula. (2015). **Autenticidade e performance**: a construção de si como personagem visível. *Fronteiras-estudos midiáticos, Unisinos*. Vol 17, nº 3. DOI: 10.4013. p 353-364. <https://doi.org/10.4013/fem.2015.173.09>

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&M, 2018.

TAQUETTE, Stella R; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

TERRA, Carolina Frazon; CORREA, Elizabeth Saad. **Usuário-mídia**: a relação entre a comunicação organizacional e o conteúdo gerado pelo internauta nas mídias sociais. 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Sites consultados:

ARIAS, Juan. **Os velhos slogans do passado não servem mais a Lula** (Por Juan Arias), 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/artigos/os-velhos-slogans-do-passado-nao-servem-mais-a-lula-por-juan-arias> Acesso em: 13 maio 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2024. Disponível em: <https://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BORGES, Beatriz; BARBIÉRI, Luiz Felipe. 'Bancada da Selfie': busca por protagonismo nas redes muda rotina e amplia conflitos no Congresso, dizem especialistas. **G1**, 14 jun. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/14/bancada-da-selfie-busca-por-protagonismo-nas-redes-muda-rotina-e-amplia-conflitos-no-congresso-dizem-especialistas.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias. Acesso em: 14 jun. 2024.

BORGES, Beatriz; BARBIÉRI, Luiz Felipe. **Bancada feminina é a maior da história do Congresso; deputadas avaliam o que isso representa na prática: Câmara tem 18% de mulheres a mais que no início da legislatura passada, em 2019**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/08/bancada-feminina-e-a-maior-da-historia-do-congresso-deputadas-avaliam-o-que-isso-representa-na-pratica.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1008/2019**: Projeto de lei. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940. 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192658>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1239/2019**: Projeto de lei. Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO. 2019b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715654&filename=PL%201239/2019. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1297/2019**: Projeto de Lei. Altera a pena do art. 233 do Decreto-Lei nº 2.848 (Código Penal), de 7 de setembro de 1940 e acrescenta o parágrafo único que dispõe sobre o agravamento da pena. 2019c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193484>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1298/2019**: Projeto de Lei. Acrescenta o art. 218-D ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), a fim de estabelecer responsabilidades àqueles que submetem ou permitem crianças e adolescentes em eventos que contenha nudez, apresente ou simulem atos de lascívia ou sexo explícito e dá outras providências. 2019d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=2193485#:~:text=Ementa%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20proibi%C3%A7%C3%A3o%20do%20uso%20de%20imagem%20de,e%20propagandas%20de%20manifesta%C3%A7%C3%B5e>

s%20LGBTQIA%2B.&text=Ementa%3A%20Pro%3%ADbe%20a%20presen%3%A7a%20e,LGBTQIA%2B%20em%20todo%20territ%3%B3rio%20nacional. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2040/2019:** Projeto de Lei. Acresce o art. 218-D ao Decreto-Lei nº2. 848, de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), a fim de estabelecer responsabilidades àqueles que submetem ou permitem crianças e adolescentes em eventos, inclusive na internet, que contenha nudez, apresente ou simulem atos de lascívia ou sexo explícito e dá outras providências. 2019e. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2196807>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 258/2019:** Projeto de lei. Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar. 2019f. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707056&filename=PL%20258/2019. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 260/2019:** Projeto de lei. Dispõe sobre a proibição do aborto. 2019g. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190788#:~:text=PL%20260%2F2019%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20proibi%C3%A7%C3%A3o%20do%20aborto.&text=Proibi%C3%A7%C3%A3o%2C%20aberto%2C%20penalidade%2C%20m%C3%A9dico,%20indeniza%C3%A7%C3%A3o%2C%20gestante%2C%20mulher>. Acesso em: 10 mar. 2022

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 261/2019:** Projeto de lei. Dispõe sobre a proibição do comércio, propaganda, distribuição e implantação pela Rede Pública de Saúde de Micro Abortivos e dá outras providências. 2019h. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190793>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 885/2019:** Projeto de lei. Assegura o livre exercício da liberdade religiosa, de expressão e de consciência. 2019i. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712100&filename=PL%20885/2019. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 925/2019:** Projeto de lei. Institui o "Dia Nacional do Orgulho Heterossexual", a ser comemorado anualmente no terceiro domingo de dezembro. 2019j. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192470>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2893/2019:** Projeto de lei. Revoga o art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). 2019k. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2203415>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 3415/2019**: Projeto de lei. Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos e altera o inciso V, do art. 10, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977 para incluir a aplicação de multa 10x maior que o mínimo legal para quem faz propaganda de medicamentos proibidos que provoquem aborto. 2019l. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207320>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 3419/2019**: Projeto de Lei. Dispõe sobre a proibição da cirurgia de transgenitalismo e do tratamento de redesignação sexual em menores e dá outras providências. 2019m. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2207336>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 3492/2019**: Projeto de Lei. Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos. 2019n. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207768>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4150/2019**: Projeto de lei. Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. 2019o. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2212578>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 518/2020**: Projeto de lei. Institui o dia 22 de janeiro como dia de Homenagem à Vida Humana, desde a concepção. 2020a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1862547&filenam e=PL%20518/2020. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 581/2020**: Projeto de Lei. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de dispor sobre a imprescritibilidade dos crimes dolosos contra a vida. 2020b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2238604#:~:text=PL%20581%2F2020%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Alterar%20o%20Decreto%2DLei%20n%C2%BA,crimes%20dolosos%20contra%20a%20vida.&text=Alterar%20o%20C%C3%A7%C3%A3o%20C%C3%B3digo%20Penal%20e%20a%20imprescritibilidade%20de%20crimes%20dolosos%20contra%20a%20vida>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1945/2020**: Projeto de Lei. Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fins de inclusão de causa de aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto. 2020c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2249319>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2578/2020**: Projeto de lei. Determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil. 2020d. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1892753&filenome=PL%202578/2020. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 3298/2020**: Projeto de lei. Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero no âmbito da administração pública e privada e dá outras providências. 2020. 2020e. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2255157>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 3396/2020**: Projeto de Lei. Estabelece o sexo biológico como o único critério para definir o gênero dos atletas em competições organizadas pelas entidades de administração do desporto no Brasil. 2020f. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=2255565>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4245/2020**: Projeto de Lei. Altera o art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas e dá outras providências. 2020g. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2260573>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4271/2020**: Projeto de Lei. Altera o artigo 217- A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, aumentando as penas do crime de estupro de vulnerável. 2020h. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2260663>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4893/2020**: Projeto de Lei. Tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatório, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero. 2020i. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264281>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 232/2021**: Projeto de Lei. Altera o inciso IV do artigo 3º da lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para tornar obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual. 2021a. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2269124>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 434/2021**: Projeto de Lei. Institui o Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências. 2021b. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2270201#:~:text=PL%20434%2F2021%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Institui%20o%20Estatuto%20do%20Nascituro,Lei%20n%C2%BA%208.072%20de%201990.&text=Cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estatuto%20do%20Nascituro%2C%20Direitos%20fundamentais%2C%20nascituro>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1515/2021:** Projeto de Lei. Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade “telemedicina”. 2021c.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2279116>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2125/2021:** Projeto de Lei. Aumenta as penas do crime de aborto, previsto nos arts. 124, 125 e 126 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). 2021d. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2286331>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2451/2021:** Projeto de Lei. 2021. Esta lei acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; Prevê como crime, quem, de qualquer modo, criar, produzir, divulgar, incitar, reproduzir, distribuir ou financiar por meio digital, rádio e televisão, ou em materiais impressos, mesmo que de forma gratuita, campanhas de incentivo ao aborto. 2021e. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2289649>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2594/2021:** Projeto de lei. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de vedar a exibição de publicidade na programação televisiva e no rádio com a participação de atores infanto-juvenil ou voltada para este público com conteúdo que se refira à temas relacionados a gênero e a ideologia de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual. 2021f. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2255157>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2611/2021:** Projeto de Lei. Institui o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, a ser comemorado, anualmente, em 8 de outubro. 2021g. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2291805>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2649/2021:** Projeto de Lei. Garante a todas as Policiais Militares, Civas, Penitenciárias, Rodoviárias, Federais e Guardas Municipais do sexo feminino do Brasil o direito de se abster de realizar abordagem em homens fantasiados de mulher ou que se intitule como Trans ou Travestis, sejam eles hetero ou homossexual. 2021h. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2291993>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4520/2021:** Projeto de Lei. Criminaliza a conduta de quem ministra conteúdo nas dependências dos estabelecimentos de ensino relacionado a ideologia de gênero. 2021i. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2313107>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1753/2022:** Projeto de Lei. Acrescenta dispositivos à Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, a fim de que as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil atendam aos interesses do

nascituro, da criança e do adolescente. 2022a. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2330181>.
Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1838/2022**: Projeto de lei. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aprimorar a causa excludente de punibilidade do crime de aborto na hipótese de estupro. 2022b. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2193788&filenome=PL%201838/2022. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1893/2022**: Projeto de lei. Cria e estabelece que seja regulado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conselho consultivo de combate aos crimes contra a vida. 2022c. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2331268>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2098/2022**: Projeto de Lei. Altera os art. 35 e 36, da Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, que o dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, para alterar a sanção em atos que destruam ou ultrajam a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, e criar o tipo penal de destruição ou ultraje a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais. 2022d. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2332962>.
Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2146/2022**: Projeto de Lei. Dispõe o sexo biológico como definidor das modalidades femininas e masculinas nas competições esportivas no território brasileiro. 2022e. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2333638>.
Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 344/2022**: Projeto de lei. Dispõe sobre a sustação de atos normativos do Poder Judiciário que exorbitem da sua atribuição jurisdicional em face da competência legislativa do Congresso Nacional - consoante o art. 49, XI, Constituição Federal. 2022f. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2137419&filenome=PL%20344/2022. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 883/2022**: Projeto de lei. Altera o Código Civil para incluir disposições referentes ao direito do nascituro e cria, no Código Penal, o crime de incitação ao aborto. 2022g. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2156852&filenome=PL%20883/2022. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL DE FATO. **Manuela D'Ávila revela ameaça de estupro contra a filha de cinco anos**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/03/manuela-d-avila-revela-ameaca-de-estupro-contra-a-filha-de-cinco-anos> Acesso: 08 jul. 2021

BRUM, Eliane. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”: Ao analisar 3.049 normas federais produzidas em 2020, a Faculdade de Saúde Pública da USP e a Conectas Direitos Humanos mostram por que o Brasil já superou mais de 212.000 mortes por covid-19. **El País**, 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARMEM LÚCIA. **A confiança é a base da democracia**, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SuwXZCOnUa0> Acesso: 10 jun. 2024.

CHADE, Jamil. **Onda da extrema direita sacode UE e Macron anuncia dissolução de Parlamento**, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/06/09/primeiras-projecoes-apontam-avanco-da-extrema-direita-na-europa.htm> Acesso: 09 jun. 2024

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. CEPAL. **A CEPAL alerta que as taxas de pobreza na América Latina em 2022 se mantêm acima dos níveis pré-pandemia**. 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-alerta-que-taxas-pobreza-america-latina-2022-se-mantem-acima-niveis-pre-pandemia>. Acesso em: 13 ago. 2023.

DIÁRIO DIGITAL DE PESQUISA, 2024. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1dCfzPWJGfkVx_M1_WNYagDDVJZP6xPTY/edit?usp=drive_link&oid=107782031562173545337&rtpof=true&sd=true Acesso em: 11 jun. 2024.

FAHUR, Sargento. **Cada uma...: não é piada: MPF investiga Damares por gastar pouco**. 18 out. 2021. Facebook: SargentoFahur10. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4524066747690250&set=pb.100044361402926.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FANTÁSTICO. **Brasil tem aumento de denúncias de intolerância religiosa; veja avanços e desafios no combate ao crime**: o registro de denúncias feitas ao Disque 100 cresceu - sobretudo após 2021, um ano depois do início da pandemia da Covid-19. Entenda quais são os grupos perseguidos e o que tem sido feito para combater esses ataques. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/01/21/brasil-tem-aumento-de-denuncias-de-intolerancia-religiosa-veja-avancos-e-desafios-no-combate-ao-crime.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**: relatório 2018. Brasília: FENAJ, 2019. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf Acesso: 18 de set. 2020.

FELICIANO, Marco. **Existe um segredo para você vencer as batalhas**: dias maus, dias de perseguição, de guerras e lutas virão, mas venceremos com os joelhos no chão! 29 ago. 2021. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2333568016783204&set=pb.100044262452486.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, MÍDIA E INFORMAÇÃO. FGV/ECMI. **Desinformação, conservadorismo e narrativas transfóbicas orientam projetos de lei com conteúdo antitrans entre 2019 e 2023**. 2023. Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/node/103>. Acesso em: 10 fev. 2024.

G1. EUA grampearam Dilma, ex-ministros e avião presidencial, revela WikiLeaks. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html>. Acesso: 13 ago. 2023.

GALZO, Wesley. Musk x Moraes: Deputados dos EUA 'usam o exterior para reforçar mensagem doméstica', diz analista. Portal Terra, Seção Política, 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/musk-x-moraes-deputados-dos-eua-usam-o-exterior-para-reforcar-mensagem-domestica-diz-analista,e0851a3337a4d96de1863e0d5bb146daztckifa.html>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GLOBO. Exames comprovam que a fundista sul-africana Caster Semenya é hermafrodita: Porta-voz da Iaaf garante que atleta não perderá ouro do Mundial de Berlim. G1, 11 Set. 2009. Disponível em: <https://ge.globo.com/Esportes/Noticias/Atletismo/0,,MUL1300147-16316,00-EXAMES+PROVAM+QUE+A+FUNDISTA+SULAFRICANA+CASTER+SEMENYA+E+HERMAFRODITA.html>. Acesso em: 12 mar. 2022.

KICIS, Bia. STF proíbe Damares de abrir Disque 100 para não vacinados contra a covid. 15 fev. 2022. Facebook: Biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2215656011934282&set=pb.100044220769786.-2207520000>. Acesso em: 12 mar. 2024.

OLHAR DIGITAL. O que é o WikiLeaks? Saiba mais sobre o site criado por Julian Assange. 2019. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2019/04/11/noticias/o-que-e-o-wikileaks-saiba-mais-sobre-o-site-criado-por-julian-assange/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ORLOWSKI, J. (dir.). O Dilema das Redes. Produção: Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81254224?source=35> . Acesso em: 09 jun. 2024.

PODER 360. Brasil teve 2.564 crianças resgatadas do trabalho infantil em 2023: crescimento foi cerca de 9% em relação aos 2.324 afastados no ano anterior; Mato Grosso do Sul e Minas Gerais lideram o ranking. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-teve-2-564-criancas-resgatadas-do-trabalho-infantil-em-2023/#:~:text=A%20Auditoria%20Fiscal%20do%20Trabalho,2.324%20jovens%20havam%20sido%20resgatados>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PODER 360. Registro de armas cresce 473% de 2018 a 2022, diz estudo. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/registro-de-armas-cresce-473-de-2018-a-2022-diz-estudo/> Acesso: 13 ago. 2023.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da presidenta Dilma Rousseff na 68ª Reunião da ONU em Nova York. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z3wWAagZ09Q>. Acesso: 13 ago. 2023.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. 2003. Disponível em: <https://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. Bolsonaro atacava Bolsa Família por achar que pobre não gosta de trabalhar. **Uol**, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo->

sakamoto/2021/10/30/bolsonaro-sente-odio-do-bolsa-familia-porque-culpa-os-pobres-pela-pobreza.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Camila. **Execuções sumárias e abusos: o que dizem moradores sobre a violência da PM na Baixada Santista:** Denúncias de abusos e mortes levantam questionamentos sobre a conduta policial na região; operações já deixaram ao menos 43 mortos. **Carta Capital**, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/execucoes-sumarias-e-abusos-o-que-dizem-moradores-sobre-a-violencia-da-pm-na-baixada-santista/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SPADONI, Pedro. Eleições na Argentina: IA vira arma de campanha: A campanha de Sergio Massa soltou um vídeo, gerado por IA, que relaciona seu adversário Javier Milei com a ex-premiê Margaret Thatcher. **Olhar Digital**, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/11/17/pro/ia-vira-arma-de-campanha-durante-eleicoes-na-argentina/>, acesso em: 03 jan. 2024.

THE CENTURY OF THE SELF (O século do ego). Direção de Adam Curtis. Produção de Bbc. New York: BBC, 2002. Youtube (240 min.), Youtube / Digital, son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sYlzJO2jd9k>. Acesso em: 12 abr. 2024

VARA, Diego. **Pistola ou Lei Maria da Penha:** 82% das mulheres são contra maior acesso a armas como quer Bolsonaro. **Uol Política**, 06 Set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/09/06/pistola-na-bolsa-ou-lei-maria-da-penha-82-das-mulheres-rechacam-se-armar-como-sugere-bolsonaro-indica-pesquisa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 set. 2022.

ZAMBELI, Carla. **Ah, não!** MPF investiga Damares por gastar pouco. 18 out. 2021. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/ZambelliOficial/posts/pfbid034hQMkS5EgDa6tJqbjUBQTu2omy1TnTWkH9kAD4FVzdPdLUGTZ9krUxqo3hEvsLql>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ZAMBELI, Carla. **Contra narrativas, a verdade!** Não somos contra campanhas de vacinação, mas defendemos os direitos humanos de todos os brasileiros, especialmente das famílias. 28 jan. 2022. Facebook: ZambelliOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=5018682071555592&set=a.1400595753364260>. Acesso em: 12 mar. 2024.



ANEXOS

ANEXO 1 – Deputados da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional

Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional

Coordenador: Sóstenes Cavalcante

Telefone: 3215 5560

Data de Publicação no DCD: 17/04/2019

Deputado Signatário	Partido / UF
Abílio Santana *	PSC / BA
Aguinaldo Ribeiro *	PP / PB
Airton Faleiro *	PT / PA
Alan Rick *	UNIÃO / AC
Alcides Rodrigues *	PATRIOTA / GO
Alex Santana *	REPUBLICANOS / BA
Alexandre Frota *	PROS / SP
Alexandre Padilha *	PT / SP
Alexandre Serfiotis *	PSD / RJ
Aline Gurgel *	REPUBLICANOS / AP
Altineu Côrtes *	PL / RJ
Aluisio Mendes *	REPUBLICANOS / MA
André Abdon *	PP / AP
André Ferreira *	PL / PE
Antônia Lúcia*	REPUBLICANOS / AC
Antonio Brito *	PSD / BA
Aroldo Martins *	REPUBLICANOS / PR
Arthur Lira *	PP / AL
Aureo Ribeiro *	SOLIDARIEDADE / RJ
Benedita da Silva *	PT / RJ
Benes Leocádio *	UNIÃO / RN
Bia Kicis *	PL / DF
Bibo Nunes *	PL / RS
Bozzella*	UNIÃO / SP
Capitão Alberto Neto *	PL / AM
Capitão Augusto *	PL / SP
Capitão Wagner *	UNIÃO / CE
Carla Dickson*	UNIÃO / RN
Carla Zambelli *	PL / SP
Carlos Gomes *	REPUBLICANOS / RS
Carlos Henrique Gaguim *	UNIÃO / TO
Caroline de Toni *	PL / SC
Cássio Andrade *	PSB / PA
Celina Leão *	PP / DF
Célio Silveira *	MDB / GO
Celso Russomanno *	REPUBLICANOS / SP
Celso Sabino *	UNIÃO / PA
Cezinha de Madureira *	PSD / SP
Charles Fernandes *	PSD / BA

Christino Aureo *	PP / RJ
Clarissa Garotinho *	UNIÃO / RJ
Cleber Verde *	REPUBLICANOS / MA
Coronel Chrisóstomo *	PL / RO
Da Vitoria *	PP / ES
Daniela do Waguinho *	UNIÃO / RJ
Darcísio Perondi *	MDB / RS
David Soares *	UNIÃO / SP
Delegado Éder Mauro *	PL / PA
Delegado Pablo *	UNIÃO / AM
Diego Andrade *	PSD / MG
Diego Garcia *	REPUBLICANOS / PR
Domingos Neto *	PSD / CE
Domingos Sávio *	PL / MG
Doutor Luizinho*	PP / RJ
Dr. Frederico *	PATRIOTA / MG
Dr. Jaziel *	PL / CE
Dr. Luiz Ovando *	PP / MS
Dra. Soraya Manato *	PTB / ES
Dra. Vanda Milani *	PROS / AC
Dulce Miranda *	MDB / TO
Edilázio Júnior *	PSD / MA
Eduardo Barbosa *	PSDB / MG
Eduardo Bolsonaro *	PL / SP
Eli Borges *	PL / TO
Eli Corrêa Filho *	UNIÃO / SP
Emanuel Pinheiro Neto *	MDB / MT
Enéias Reis *	UNIÃO / MG
Eros Biondini *	PL / MG
Euclides Pettersen *	PSC / MG
Evair Vieira de Melo *	PP / ES
Expedito Netto *	PSD / RO
Fábio Faria *	PP / RN
Fábio Ramalho *	MDB / MG
Fábio Trad *	PSD / MS
Fausto Pinato *	PP / SP
Felipe Francischini *	UNIÃO / PR
Fernando Coelho Filho *	UNIÃO / PE
Fernando Rodolfo *	PL / PE
Filipe Barros *	PL / PR
Flávia Arruda *	PL / DF
Flordelis *	PSD / RJ
Francisco Jr. *	PSD / GO
Fred Costa *	PATRIOTA / MG
General Peternelli *	UNIÃO / SP
Geovania de Sá *	PSDB / SC
Gilberto Abramo *	REPUBLICANOS / MG
Gilberto Nascimento *	PSC / SP
Glaustin da Fokus*	PSC / GO
Greyce Elias *	AVANTE / MG

Guilherme Derrite*	PL / SP
Gurgel *	PL / RJ
Gutemberg Reis *	MDB / RJ
Haroldo Cathedral *	PSD / RR
Heitor Freire *	UNIÃO / CE
Hélio Costa *	PSD / SC
Helio Lopes *	PL / RJ
Hercílio Coelho Diniz *	MDB / MG
Hildo Rocha *	MDB / MA
Hiran Gonçalves *	PP / RR
Hugo Leal *	PSD / RJ
Iracema Portella *	PP / PI
Isnaldo Bulhões Jr. *	MDB / AL
Jefferson Campos *	PL / SP
Jesus Sérgio *	PDT / AC
Jhc*	PSB / AL
Jhonatan de Jesus *	REPUBLICANOS / RR
João Campos *	REPUBLICANOS / GO
Joaquim Passarinho *	PL / PA
Jorge Braz *	REPUBLICANOS / RJ
Jorielson*	PL / AP
José Medeiros *	PL / MT
José Nunes *	PSD / BA
Josimar Maranhãozinho *	PL / MA
Josivaldo JP*	PSD / MA
Juarez Costa *	MDB / MT
Julian Lemos *	UNIÃO / PB
Julio Cesar Ribeiro *	REPUBLICANOS / DF
Juninho do Pneu *	UNIÃO / RJ
Junio Amaral *	PL / MG
Júnior Ferrari *	PSD / PA
Kim Kataguirí *	UNIÃO / SP
Laercio Oliveira *	PP / SE
Lauriete *	PSC / ES
Leda Sadala *	PP / AP
Léo Motta *	REPUBLICANOS / MG
Lincoln Portela *	PL / MG
Liziane Bayer *	REPUBLICANOS / RS
Lourival Gomes *	PP / RJ
Lucas Gonzalez *	NOVO / MG
Lucas Redecker *	PSDB / RS
Lucas Vergilio *	SOLIDARIEDADE / GO
Lucio Mosquini *	MDB / RO
Luis Miranda *	REPUBLICANOS / DF
Luiz Carlos *	PSDB / AP
Luiz Philippe de Orleans e Bragança *	PL / SP
Major Fabiana *	PL / RJ
Manuel Marcos *	REPUBLICANOS / AC
Mara Rocha *	MDB / AC
Marcelo Brum *	REPUBLICANOS / RS

Marcelo Ramos *	PSD / AM
Márcio Biolchi *	MDB / RS
Márcio Marinho *	REPUBLICANOS / BA
Marco Bertaiolli *	PSD / SP
Marcos Pereira *	REPUBLICANOS / SP
Maria Rosas *	REPUBLICANOS / SP
Marreca Filho *	PATRIOTA / MA
Marx Beltrão *	PP / AL
Milton Vieira *	REPUBLICANOS / SP
Misael Varella *	PSD / MG
Nelson Barbudo *	PL / MT
Nereu Crispim *	PSD / RS
Newton Cardoso Jr *	MDB / MG
Nivaldo Albuquerque *	REPUBLICANOS / AL
Olival Marques *	MDB / PA
Ossesio Silva *	REPUBLICANOS / PE
Otoni de Paula *	MDB / RJ
Ottaci Nascimento*	SOLIDARIEDADE / RR
Otto Alencar Filho *	PSD / BA
Pastor Eurico *	PL / PE
Pastor Gil*	PL / MA
Pastor Sargento Isidório *	AVANTE / BA
Paula Belmonte *	CIDADANIA / DF
Paulo Bengtson *	PTB / PA
Paulo Eduardo Martins *	PL / PR
Paulo Freire Costa *	PL / SP
Paulo Marinho Jr *	PL / MA
Pinheirinho *	PP / MG
Policia Katia Sastre *	PL / SP
Pr. Marco Feliciano *	PL / SP
Professor Joziel *	PATRIOTA / RJ
Professora Dayane Pimentel *	UNIÃO / BA
Rafael Motta *	PSB / RN
Rejane Dias *	PT / PI
Ricardo Guidi *	PSD / SC
Ricardo Izar *	REPUBLICANOS / SP
Roberto Alves *	REPUBLICANOS / SP
Roberto de Lucena *	REPUBLICANOS / SP
Rodrigo Agostinho *	PSB / SP
Roman *	PP / PR
Rosangela Gomes *	REPUBLICANOS / RJ
Rose Modesto *	UNIÃO / MS
Ruy Carneiro *	PSC / PB
Sanderson *	PL / RS
Santini *	PTB / RS
Sargento Alexandre*	PODE / SP
Sargento Fahur *	PSD /PR
Sergio Vidigal *	PDT / ES
Sidney Leite *	PSD / AM
Silas Câmara *	REPUBLICANOS / AM

Soraya Santos *	PL / RJ
Sóstenes Cavalcante *	PL / RJ
Stefano Aguiar *	PSD / MG
Tiago Dimas *	PODE / TO
Tito *	AVANTE / BA
Toninho Wandscheer *	PP / PR
Valdevan Noventa *	PL / SE
Vanderlei Macris *	PSDB / SP
Vavá Martins *	REPUBLICANOS / PA
Vermelho *	PL / PR
Vinicius Carvalho *	REPUBLICANOS / SP
Vinicius Farah *	UNIÃO / RJ
Wladimir Garotinho *	PSD / RJ
Wolney Queiroz *	PDT / PE
Total: 203	

*Deputado Signatário (fora do exercício)

Senadores

Arolde de Oliveira Dra. Eudócia	Partido dele
IZALCI LUCAS	Partido dele
Juíza Selma	Partido dela
Luiz do Carmo	Partido dele
MARCOS ROGERIO	Partido dele
Rodrigo Pacheco	Partido dele
Vanderlan Cardoso	Partido dele
ZEQUINHA MARINHO	Partido dele
Total: 9	

ANEXO 2 – Ranking Congresso de desempenho parlamentar (1 a 20 de fevereiro/ 2019)

Figura – Ranking Congresso Veja abaixo o ranking de desempenho de todos os parlamentares monitorados de 1º a 20 de fevereiro de 2019:

CASA	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	NOTA	POSIÇÃO
Câmara	JOICE HASSELMANN	PSL	SP	65,800	1
Câmara	EDUARDO BOLSONARO	PSL	SP	39,773	2
Câmara	SARGENTO FAHUR	PSD	PR	26,140	3
Câmara	CARLA ZAMBELLI	PSL	SP	25,107	4
Câmara	ANDRE JANONES	AVANTE	MG	22,564	5
Senado	FLÁVIO BOLSONARO	PSL	RJ	22,553	6
Câmara	PASTOR MARCO FELICIANO	PODE	SP	21,758	7
Senado	ÁLVARO DIAS	PODE	PR	19,640	8
Câmara	TIRIRICA	PR	SP	17,654	9
Câmara	KIM KATAGUIRI	DEM	SP	17,152	10
Câmara	GLEISI HOFFMANN	PT	PR	16,911	11
Senado	MAJOR OLÍMPIO	PSL	SP	15,544	12
Câmara	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	14,920	13
Câmara	PAULO PIMENTA	PT	RS	13,596	14
Câmara	ALEXANDRE FROTA	PSL	SP	13,579	15
Senado	DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP	12,989	16
Câmara	MARCELO FREIXO	PSOL	RJ	12,646	17
Senado	ROMÁRIO	PODE	RJ	12,313	18
Câmara	TENENTE DERRITE	PP	SP	11,624	19
Senado	HUMBERTO COSTA	PT	PE	10,712	20
Câmara	PROFESSORA ROSA NEIDE	PT	MT	9,956	21
Câmara	SAMIA BOMFIM	PSOL	SP	9,881	22
Câmara	AECIO NEVES	PSDB	MG	9,835	23
Câmara	BIA KICIS	PSL	DF	9,629	24
Câmara	TALIRIA PETRONE	PSOL	RJ	9,389	25

Fonte: Poder 360 (2019, *online*).

PODER 360. **Edição especial:** novo Congresso, fevereiro de 2019 – dos 10 parlamentares mais influentes nas redes sociais, 6 são novatos no Congresso. 2019. Disponível: <https://static.poder360.com.br/2019/02/Estudo-influenciadores-digitais-Congresso-FSB-Documentos-Google.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.